

Guerra Fria

PRIMEIROS MOVIMENTOS DO CONFLITO



O conflito ideológico, político, econômico e militar ocorrido de maneira indireta entre os Estados Unidos e a União Soviética – denominado Guerra Fria – tem suas raízes nos movimentos finais da Segunda Guerra Mundial, pois, desde a Conferência de Potsdam (1945), os dois países já divergiam quanto à divisão do mundo em áreas de influência. Alguns historiadores chegam a dizer que a Guerra Fria se iniciou com a explosão das bombas atômicas sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki, afinal, os Estados Unidos teriam usado as bombas para intimidar a União Soviética, que, fortalecida pela campanha vitoriosa da Segunda Guerra, fazia muitas exigências em relação à reorganização mundial.

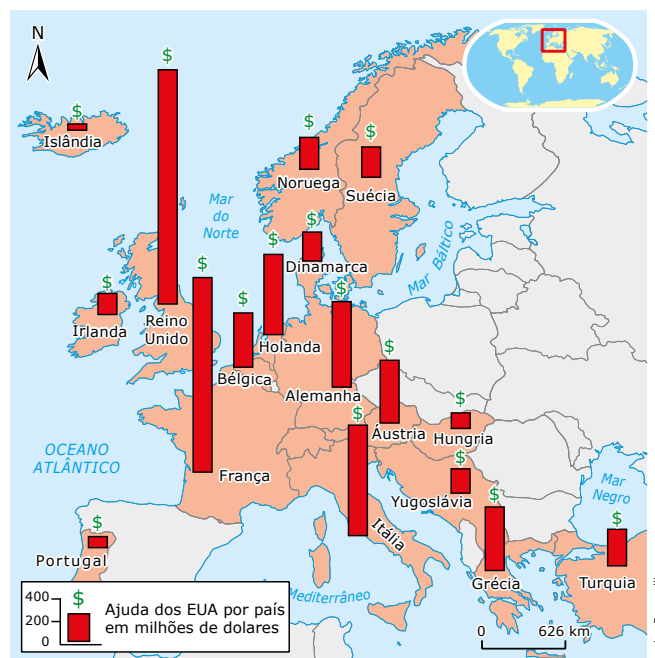
Apesar da falta de consenso entre os historiadores em relação ao exato início do conflito, a maioria deles considera que a Guerra Fria teve início formalmente com o lançamento da Doutrina Truman, em 1947. Naquele ano, o primeiro-ministro inglês, Winston Churchill, visitou os Estados Unidos e os alertou sobre a ameaça de expansão do socialismo na Europa. Diante da recomendação inglesa, portanto, o então presidente estadunidense, Harry Truman, fez uma declaração no Congresso do seu país, no dia 12 de março, afirmando que usaria todos os recursos disponíveis para conter o avanço do socialismo.

Uma das estratégias práticas utilizadas pelos Estados Unidos para conter a possível expansão socialista sobre a Europa foi o lançamento do Plano Marshall (1947), que visava à destinação de investimentos estadunidenses para a reconstrução da economia europeia em moldes capitalistas. Além de frear a expansão soviética, o Plano Marshall possibilitaria que os Estados Unidos continuassem exportando seus produtos para a Europa, que, ao final da Segunda Guerra, encontrava-se arrasada economicamente. Ao todo, foram investidos 17 bilhões de dólares, sendo a Inglaterra a maior beneficiada, seguida da França, Alemanha e Itália e do restante do bloco capitalista europeu.

O único país socialista que recebeu investimentos do Plano Marshall foi a Iugoslávia, que, após ter sido alvo das anexações de Hitler, conseguiu se libertar dos nazistas sem o auxílio soviético. Assim, Tito, que havia liderado o Exército de resistência à invasão nazista, implantou o socialismo na Iugoslávia sem se subordinar à influência da União Soviética, o que possibilitou ao seu país se relacionar com as duas potências ao longo da Guerra Fria.

Além de manter uma postura ambígua diante da bipolarização mundial, a Iugoslávia defendia o eurocomunismo, alegando que cada país da Europa deveria implantar o seu próprio modelo socialista de acordo com a sua realidade.

Plano Marshall



Países capitalistas da Europa que receberam ajuda do Plano Marshall. As colunas assinaladas representam o montante da ajuda dada pelos EUA a cada país.

Para fazer frente aos investimentos estadunidenses, os soviéticos criaram, em 1949, o Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON), que consistia em uma série de investimentos voltados para a planificação das economias do Leste Europeu, o que, de certa forma, sustentou os países beneficiados durante a Guerra Fria e conteve a expansão capitalista naquela região.

No plano militar, os estadunidenses criaram, em 1949, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), uma aliança militar entre os países capitalistas liderada pelos Estados Unidos. Além de visar ao auxílio bélico entre esses países, a OTAN tinha uma finalidade econômica, afinal, seus membros se municavam mediante a compra de armamentos junto aos Estados Unidos, razão pela qual a aliança se sustenta até os dias atuais.

Diante do clima de tensão instaurado pela Guerra Fria, a União Soviética também procurou construir suas alianças militares e, para isso, criou, em 1955, o Pacto de Varsóvia, composto de países do Leste Europeu e com funções semelhantes às da OTAN. Uma das atribuições delegadas ao Pacto de Varsóvia era a aliança militar contra ataques externos ao bloco, ou seja, caso um membro do Pacto fosse atacado pelo bloco antagônico, os outros o auxiliariam. Além disso, a aliança soviética tinha o objetivo de reprimir uma possível oposição interna ao regime socialista.

Para a URSS, tal repressão se fazia necessária, pois, em países como a Hungria, os socialistas eram vistos como invasores e não como libertadores. Por tal motivo, em 1956, os trabalhadores e estudantes húngaros formaram o primeiro movimento contestador dentro do bloco socialista, exigindo maiores liberdades políticas e a abertura econômica. Utilizando o aparato militar que havia formado, a URSS ordenou a ação do Pacto de Varsóvia, e, assim, o movimento húngaro foi suprimido.

EXPANSÃO DO BLOCO SOCIALISTA

Apesar da existência de partidos socialistas em todo o mundo e das tentativas de implantação do regime em muitos países – o que ameaçava o sistema capitalista –, o socialismo assumiu formas variadas nos lugares onde vigorou. Uma das primeiras e mais bem-sucedidas experiências da extrema esquerda ocorreu na Rússia em 1917, quando, após uma revolução, os bolcheviques, liderados por Lênin, tomaram o poder e promoveram reformas socializantes no país. Após a morte de Lênin, Stálin venceu a disputa sucessória travada contra Trotsky e, assim, tornou-se líder da URSS. Stálin defendia o isolacionismo soviético, acreditando que, inicialmente, o socialismo deveria se fortalecer na URSS para depois ser levado a outras partes do mundo.

Após a campanha vitoriosa da URSS na Segunda Guerra Mundial e diante do fortalecimento dos Estados Unidos no cenário internacional, Stálin percebeu que era o momento de mudar os rumos da política internacional e passou a adotar uma postura mais imperialista e expansionista. Para viabilizar a expansão socialista, em 1945, os soviéticos criaram o *Kominform*, órgão responsável por coordenar, treinar e financiar os partidos socialistas espalhados pelo mundo. Fortalecidos, portanto, os soviéticos explodiram a sua primeira bomba atômica em 1949, mostrando aos Estados Unidos seu poderio e, ao mesmo tempo, dando mais força à expansão do socialismo sob os auspícios de Moscou.

Formação da Cortina de Ferro

Não é possível entender o final da Segunda Guerra Mundial sem considerar a participação da União Soviética, que, entre 1941 e 1943, esteve ocupada pela Alemanha. A partir da Batalha de Stalingrado, não só expulsou os nazistas dos seus domínios como também contribuiu amplamente para o fracasso alemão. Os soviéticos foram os primeiros a chegar a Berlim, tendo passado antes pelo Leste Europeu, que estava sob o domínio da Alemanha. A partir de então, a região, arrasada e subjugada pelos nazistas, passou a ver o Exército Vermelho como o grande libertador, fato que favoreceu a implantação de governos pró-socialistas, orientados por Moscou, no Leste Europeu.

Apesar da evidente hegemonia soviética diante de seus vizinhos, foi somente após as conferências de Yalta e Potsdam – realizadas pelas lideranças dos Estados Unidos, da União Soviética e da Inglaterra – que a Europa Oriental passou oficialmente para a esfera de influência soviética. Uma vez que ingleses e estadunidenses concordaram com as ações expansionistas soviéticas, formou-se o que Churchill denominou Cortina de Ferro. O termo se relacionava a um grupo de países do Leste Europeu no qual o capitalismo não conseguiria penetrar devido à “barreira institucional” imposta pela URSS. As únicas exceções na região ficaram por conta da Iugoslávia e da Albânia, que inicialmente se alinharam ao bloco soviético, mas interromperam as suas relações com Moscou após o Rompimento Sino-Soviético na década de 1960.

Caso da Alemanha

Findada a Segunda Guerra Mundial, as nações vencedoras se depararam com um enorme dilema sobre o que fazer com a Alemanha, considerada a culpada pelo conflito. O consenso entre os Aliados era o de que não era viável manter os alemães fortes e armados; por outro lado, não havia o interesse em gerar no país um sentimento revanchista, como ocorreu ao final da Primeira Guerra, quando a Alemanha foi humilhada pelo Tratado de Versalhes. A saída encontrada pelas nações vencedoras, portanto, foi dividir a Alemanha em quatro zonas de ocupação: uma soviética, uma estadunidense, uma inglesa e uma francesa. A cidade de Berlim também foi dividida em quatro zonas, estando, porém, dentro da área de influência soviética.

Diante desse quadro, os Estados Unidos perceberam a oportunidade de difundir os princípios do capitalismo com o uso de uma forte propaganda na parte da Alemanha que lhes cabia. Dessa forma, por meio do Plano Marshall, os estadunidenses reestruturaram a parte capitalista alemã e, dessa forma, conseguiram que o marco alemão conquistasse uma grande estabilidade.

O fortalecimento da Alemanha capitalista, entretanto, era extremamente prejudicial aos soviéticos e, por isso, Stálin decretou o bloqueio dos acessos terrestres a Berlim. A cidade ficou isolada do Ocidente e milhares de pessoas ficaram presas na parte capitalista de Berlim.

A saída viabilizada pelo bloco capitalista foi a criação de uma ponte aérea para abastecer a cidade. Ainda assim, os soviéticos mantiveram sua postura intolerante e ameaçaram bombardear os aviões que invadissem o espaço aéreo da parte oriental.

O embate diplomático travado entre os dois blocos rivais da Guerra Fria ficou conhecido como Bloqueio de Berlim (1948-1949), atingindo repercussões mundiais, afinal, Estados Unidos, Inglaterra e França acenaram para a possibilidade de retaliações contra a URSS. Stálin, que naquele momento não queria se envolver em uma guerra que poderia ganhar contornos nucleares, acabou suspendendo o bloqueio em 1949.

Para que novos embates fossem evitados, a Alemanha foi oficialmente dividida em dois novos países totalmente independentes: a República Federal da Alemanha, mais conhecida como Alemanha Ocidental, de regime capitalista, e a República Democrática Alemã, conhecida como Alemanha Oriental, que adotou o regime socialista. A cidade de Berlim, no entanto, continuou dividida, sendo um lado capitalista, e o outro, socialista. Essa coexistência de sistemas acabou gerando desequilíbrios posteriores, afinal, como os salários e as condições de vida eram melhores no lado capitalista, e as propagandas forjavam uma maior prosperidade desse sistema, muitas pessoas que viviam sob o regime socialista fugiam para a Berlim Ocidental, o que desagradava ao governo soviético.

Para evitar a fuga de mão de obra qualificada, portanto, a República Democrática Alemã construiu, em 1961, o Muro de Berlim, que dividia as partes capitalista e socialista da capital alemã. O muro, que simbolizou materialmente a Guerra Fria, existiu até o ano de 1989, quando foi derrubado pela própria população do país.

Alemanha dividida



Socialismo na Ásia

Guerra da Coreia

A Coreia, que ao final da Segunda Guerra estava sob domínio japonês, foi libertada pelos Aliados e, durante a Conferência de Potsdam, dividida em duas zonas de ocupação, separadas pelo paralelo 38°: o norte, que caberia à União Soviética, e o sul, sob responsabilidade administrativa dos Estados Unidos. Em 1949, tanto o bloco capitalista quanto o socialista terminaram o projeto de reestruturação das suas zonas de influência na Coreia e, assim, dois países independentes foram criados: a República Popular Democrática da Coreia, socialista, e a República da Coreia, capitalista.

Divisão da Coreia após a Segunda Guerra



Apesar de o controle dos novos países ter sido passado para os nativos, a divisão da península não acarretou a estabilidade da região, tanto que, em 1950, a Coreia do Norte – estimulada pelos comunistas que haviam tomado o poder na China – invadiu a Coreia do Sul. Diante da investida nortista, os Estados Unidos intervieram em favor dos sul-coreanos; já a União Soviética procurou não se envolver diretamente no conflito, limitando-se a disponibilizar recursos aos norte-coreanos. A China foi quem acabou prestando apoio ostensivo aos nortistas, o que aumentou ainda mais o potencial bélico desse conflito, que vitimou milhões de nativos, fossem eles militares envolvidos nas batalhas ou civis, que foram atingidos indiretamente pela guerra. Após três anos de combate, foi assinado o Armistício de Panmunjom em 27 de julho de 1953, que, além de sancionar o fim das batalhas, ratificou a divisão das Coreias, que ainda hoje se mantêm separadas.

Revolução Chinesa

Um marco da expansão do socialismo na Ásia foi a Revolução Chinesa de 1949, que teve suas origens na disputa entre dois partidos: o Kuomintang – Partido Nacionalista liderado por Chiang Kai-Shek – e o Partido Comunista Chinês, liderado por Mao Tsé-Tung. Tal disputa, que antecedia a Segunda Guerra, apresentou-se da seguinte forma: enquanto o Kuomintang propunha a manutenção de alianças com forças capitalistas internacionais, como os Estados Unidos, o Partido Comunista Chinês defendia a implantação de um regime socialista no país.

As diferenças ideológicas entre os chineses vieram à tona principalmente durante o período em que Kai-Shek esteve à frente do Kuomintang, que passou a perseguir a ala comunista do país. Sitiados no sul da China e liderados por Mao Tsé-Tung, os comunistas romperam o cerco imposto pelos nacionalistas e caminharam mais de 10 000 quilômetros até o norte do país com o intuito de mobilizar os camponeses quanto à necessidade de se realizar uma reforma socialista na China.

A Longa Marcha, como ficou conhecida a formação das colunas camponesas, contou inicialmente com cerca de cem mil rebeldes, que, durante a marcha, fortaleceram o vínculo entre si e se convenceram de que era possível realizar uma reforma socialista. Estima-se, entretanto, que, ao final da marcha, o grupo tenha se reduzido a trinta mil pessoas. Estas, ainda assim, lutaram pela causa revolucionária e contribuíram para o fortalecimento da liderança de Mao Tsé-Tung.



Mao Tsé-Tung, líder da Revolução Chinesa.

A expansão dos comunistas foi contida temporariamente em 1937, quando, diante da invasão japonesa na China, os seguidores de Mao Tsé-Tung e o Kuomintang se uniram para lutar contra o inimigo comum. Ainda assim, os comunistas aproveitaram para se destacar na luta contra os japoneses e ganhar ainda mais prestígio junto às massas, uma vez que, em cada região libertada do invasor japonês, os comunistas promoviam uma reforma agrária. Tal posição fez com que, ao final da Segunda Guerra, mesmo com o recomeço dos conflitos entre o Kuomintang e o Partido Comunista Chinês, uma grande parcela da população apoiasse a causa de Mao Tsé-Tung, visto como o verdadeiro libertador da China.

Respalhado, portanto, por grande parte dos chineses, o líder dos comunistas entrou triunfante em Pequim, em janeiro de 1949, consolidando a vitória da Revolução Chinesa. Naquele ano, Mao proclamou a República Popular da China, que passaria por intensas reformas socialistas, enquanto Chiang Kai-Shek fugiu para a Ilha de Formosa, atualmente conhecida como Taiwan.

Guerra do Vietnã

Um dos conflitos mais violentos ocorridos durante a Guerra Fria se deu na Península da Indochina, que, durante boa parte da vigência do neocolonialismo, havia sido de domínio francês. A luta pela independência naquela região já ocorria antes mesmo da Segunda Guerra Mundial, mas foi somente após 1945, quando a França estava enfraquecida pelo extenso conflito, que as rebeliões emancipacionistas ganharam maiores repercussões.

Em 1954, mediante o Acordo de Genebra, a França reconheceu a independência da região, desde que fossem formados países independentes, entre eles, o Vietnã do Norte, de regime socialista, comandado por Ho Chi Minh, e o Vietnã do Sul, inicialmente sob o regime monárquico, mas que posteriormente se tornaria uma república capitalista. Esse acordo ainda previa a realização de um plebiscito para que a população pudesse optar pela reunificação ou não do país e pudesse escolher o regime ideal para os vietnamitas.

A proposta democrática viabilizada pelo plebiscito não agradou a parte sulista, que, temendo a adoção do regime socialista em um país unificado, opôs-se à realização da consulta popular. Tal intransigência fez com que os *vietcongs* (guerrilheiros que defendiam a unificação sob o regime socialista) entrassem em guerra contra os militares que se opunham a essa reunificação.

Diante da iminência de uma guerra civil, as forças começaram a se dividir e, assim, o norte, apoiado pela China, aderiu à guerra lutando ao lado dos *vietcongs*. Outro país que se envolveu na guerra foram os Estados Unidos, que, a partir de 1961, passaram a apoiar abertamente o governo do sul. Os estadunidenses, orientados pelo seu Departamento de Defesa, acreditavam que, se o Vietnã se convertesse ao socialismo, todo o Sudeste Asiático corria o risco de seguir o mesmo caminho em uma espécie de “efeito dominó”.

Empenhados, portanto, em evitar a expansão socialista, os Estados Unidos passaram a enviar tropas ao país, principalmente após 1965. Ainda assim, os *vietcongs*, apoiados pelos soviéticos e pelos chineses, resistiam e impunham sucessivas derrotas ao Exército estadunidense utilizando táticas de guerrilhas.

Buscando evitar uma derrota, que àquela altura seria humilhante, os Estados Unidos lançaram mão de armas químicas na selva vietnamita. A utilização de armas nucleares, sugerida pelo Pentágono, só foi evitada pelo temor de uma reação semelhante por parte da União Soviética.



Movimentação de tropas estadunidenses durante a Guerra do Vietnã.

Mesmo sem a utilização de armas nucleares, já no início da década de 1970, a Guerra do Vietnã se mostrava um conflito altamente destrutivo, seja para os vietnamitas alvejados pelos militares, seja para os soldados estadunidenses enviados ao Vietnã. Dessa forma, a opinião pública dos Estados Unidos, endossada pela juventude de várias partes do planeta, passou a se opor à permanência do país no conflito, pressão que fez com que, em 1973, os Estados Unidos retirassem as suas tropas do Vietnã.

Beneficiado, portanto, pela rendição estadunidense, o Vietnã do Norte, vitorioso, ocupou Saigon, a capital sulista, dando os contornos finais ao conflito. No ano seguinte, sob a orientação dos nortistas, o Vietnã se reunificou oficialmente, adotando o regime socialista e se aliando à União Soviética.

Ao final do conflito, contabilizou-se a morte de, aproximadamente, sessenta mil estadunidenses e de um milhão e meio a dois milhões de vietnamitas, números que refletem o grande investimento bélico realizado pelas forças internacionais diante do conflito vietnamita. Em virtude do fracasso que significou a Guerra do Vietnã para os Estados Unidos, estes, ainda hoje, não admitem sua derrota, alegando que o governo teria abandonado o conflito por escolha própria e não pela imposição militar. Apesar das polêmicas, o que se observou foi o fracasso estadunidense em impedir que o Vietnã se convertesse por completo ao socialismo, por mais que o “efeito dominó” não tenha se concretizado.



A Guerra do Vietnã

Assista a essa videoaula, que analisa a Guerra do Vietnã como cenário das disputas ideológicas e militares entre as superpotências da Guerra Fria.



Crise dos mísseis (1962)

O regime socialista se expandiu pelo continente americano, e, em Cuba, a partir do ano de 1961, o governo socialista mais duradouro da América foi instalado pelo líder da Revolução Cubana, Fidel Castro. A partir do mesmo ano, a aliança entre Cuba e URSS foi firmada, fazendo com que os Estados Unidos passassem a considerar os cubanos como inimigos perigosos, dada a proximidade daquela ilha com o território estadunidense. Em 1961, portanto, liderado por John Kennedy, o governo estadunidense comandou uma série de retaliações à Cuba, chegando, inclusive, a patrocinar alguns exilados cubanos para que pudessem invadir a ilha e depor Fidel Castro do poder.

Mesmo diante do fracasso da investida à ilha em 1961, que ficou conhecida como a Invasão da Baía dos Porcos, as constantes hostilidades ocorridas na região do Caribe levavam o mundo a crer que um conflito armado se aproximava. As tensões aumentaram ainda mais em 1962, quando, durante uma das espionagens realizadas pelos órgãos de segurança estadunidenses, foi descoberto, por meio de fotos de satélite, que os soviéticos estavam implantando plataformas de lançamento de mísseis nucleares em Cuba. Imediatamente os Estados Unidos ameaçaram invadir a ilha, mobilizando seus aparatos bélicos na Turquia, que seriam utilizados em um possível ataque à URSS.

Em outubro de 1962, iniciou-se uma série de longas negociações entre Kennedy e o líder soviético, Nikita Khrushchev. Ao longo dos treze dias de conversações, instalou-se o temor internacional por uma possível guerra nuclear. Para solucionar a crise, os soviéticos resolveram retirar as plataformas instaladas, com a condição de que o governo socialista de Fidel Castro fosse mantido em Cuba. Dessa forma, por meio de um acordo diplomático, as ameaças entre as superpotências não levaram o mundo a uma guerra nuclear.

COEXISTÊNCIA PACÍFICA

Com a morte de Stálin, em 1953, Nikita Khrushchev assumiu o poder na União Soviética e realizou reformas que causaram grandes impactos no bloco socialista. O novo líder soviético propunha a desestalinização do país e, dessa forma, em 1956, durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PUCS), denunciou os crimes de Stálin, atacando a imagem quase religiosa do ex-dirigente soviético. O discurso, que foi proferido ao grupo fechado de dirigentes, acabou vazando na mídia internacional, tendo reflexos em várias partes do mundo.

Khrushchev acreditava que a convivência pacífica entre as duas potências era possível, por isso, visitou os Estados Unidos em 1959. A postura do novo líder soviético agradava ao governo estadunidense, que planejou uma visita do presidente Eisenhower à União Soviética. A retribuição diplomática, entretanto, foi adiada após a derrubada, em 1960, de um avião U-2 dos Estados Unidos que espionava o território soviético.



U. S. Department of State / Domínio Público

Reunião entre Khrushchev (à esquerda) e John Kennedy.

A eleição de John Kennedy à Presidência dos Estados Unidos em 1961 fez com que a perspectiva de negociações entre as potências voltasse a crescer. Dessa forma, mesmo após o incidente da Crise dos Mísseis em Cuba, os dois governos voltaram a dialogar, chegando a ser criado o telefone vermelho, uma linha direta entre a Casa Branca e o Kremlin.

Em 1963, as superpotências assinaram um acordo que proibia testes nucleares a céu aberto; todos os testes deveriam ser subterrâneos, diminuindo, assim, o risco de contaminação por radiação. Outra ação semelhante a essa veio a acontecer cerca de uma década mais tarde, quando, em 1972, as superpotências assinaram o Salt-1, que reduzia os arsenais de armas nucleares de longo alcance.

Apesar de a postura pacificadora de Khrushchev agradar à Casa Branca, boa parte da ala conservadora comunista, não só da URSS, opôs-se à proposta de coexistência pacífica junto aos Estados Unidos. Tal descontentamento acabou gerando as divergências responsáveis, em parte, pela desagregação do bloco socialista, que, já no início da década de 1960, foi evidenciada para todo o mundo.

ANOS 60: IMAGENS DO PACIFISMO

No início dos anos 1960, a histeria anticomunista alimentada pelo macarthismo logo seria substituída pelas imagens dos movimentos contra o racismo e pelo fim da Guerra do Vietnã. [...] Esse panorama de agitação cultural preparou a grande mágica de 1968. Em março daquele ano, universitários franceses entraram em greve e organizaram manifestações em Paris. Eles protestavam contra os valores hipócritas de uma sociedade considerada ultrapassada e injusta. Simultaneamente, estourou a Primavera de Praga, quando jovens e idosos, homens e mulheres exigiam nas ruas a independência da Tchecoslováquia em face do Pacto de Varsóvia. Nos dois blocos, os donos do poder tomaram medidas para conter a rebeldia. Em abril de 1968, Martin Luther King foi assassinado nos Estados Unidos. Em outubro, os tanques soviéticos invadiram Praga. Em Paris, a repressão e pressões do governo desarticularam e liquidaram o movimento dos jovens. Mas estavam lançadas as sementes de uma nova concepção cultural do mundo.

Um dos fatos mais marcantes desse novo momento foi o festival de *rock* realizado numa fazenda na cidade de Woodstock, estado de Nova Iorque, nos Estados Unidos, em agosto de 1969. O festival juntou cerca de 500 mil jovens, cujo emblema era, sinteticamente, *sexo, drogas e rock'n'roll*. O festival, que marcou o auge daquilo que hoje chamamos "contracultura", criticava o capitalismo, mas também o autoritarismo do bloco socialista; condenava a Guerra do Vietnã, mas igualmente a luta armada pela tomada do poder, como queriam os comunistas. A contracultura criou seus próprios ícones. Rapazes cabeludos e barbudos, garotas de longos cabelos e minissaias ou batas indianas passaram a povoar as ruas das metrópoles. A distância entre o masculino e o feminino foi encurtada. Os valores morais foram virados de pernas pro ar.

ARBEX JÚNIOR, José. *Guerra Fria: o Estado terrorista*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005. p. 98-99. [Fragmento]

DESAGREGAÇÃO DO BLOCO SOCIALISTA

Rompimento Sino-Soviético (1960)

Mao Tsé-Tung era um dos líderes comunistas que se opunham às reformas propostas por Khrushchev. O líder chinês temia que um processo parecido ocorresse em seu país e, por isso, começou a alegar que Khrushchev estava traíndo os ideais socialistas. Vale ressaltar que, desde que assumiu o poder em 1949, Mao procurava viabilizar um programa econômico chamado Grande Salto Adiante.

O plano, declaradamente inspirado na política stalinista, previa a coletivização forçada da terra e a industrialização acelerada do país para que este pudesse liderar o bloco socialista. Como os planos de Mao Tsé-Tung não prosperaram e a liberalização de Khrushchev colocava a hegemonia do líder chinês em risco, este anunciou, em 1960, o rompimento das relações diplomáticas entre a China e a URSS, episódio conhecido como Rompimento Sino-Soviético.

Inicialmente, a cisão foi mais prejudicial para os chineses, afinal, a União Soviética retirou seus técnicos e toda ajuda que havia sido concedida aos orientais. Além disso, ao contrário do que desejava Mao Tsé-Tung, Moscou continuou mantendo sua esfera de influência sobre os países do bloco socialista. Um dos únicos países vinculados à esfera soviética que se posicionou abertamente ao lado da China foi a Albânia, que, na verdade, não tinha um peso político importante no mundo socialista.

Percebendo o enfraquecimento dos comunistas em nível global, os Estados Unidos se aproveitaram de uma ausência da União Soviética em uma das reuniões da ONU e, em 1971, substituíram a Ilha de Formosa pela China para ocupar uma vaga de membro permanente do Conselho de Segurança da instituição. A clara provocação aos soviéticos passou a alimentar ainda mais as divergências entre os comunistas e foi fundamental para o resultado final da Guerra Fria.

Internacionalmente, o Rompimento Sino-Soviético também acarretou diversas repercussões. No Brasil, por exemplo, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) se fragmentou, dando origem ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), de tendência maoísta.

Distensão da Guerra Fria

Em 1964, a ala conservadora comunista soviética, insatisfeita com as reformas pacificadoras realizadas por Khrushchev, assim como com suas consequências, depôs o líder soviético. O escolhido para ocupar o cargo foi Leonid Brejnev, que, diferentemente de seu antecessor, adotou um conjunto de medidas repressivas que ficaram conhecidas como Doutrina Brejnev. Um exemplo da nova postura soviética ocorreu na Tchecoslováquia, em 1968, quando houve uma manifestação em prol da democratização do país, conhecida como Primavera de Praga. Sob a liderança do comunista Alexander Dubcek, estudantes, intelectuais e trabalhadores manifestaram-se contra a opressão que Moscou exercia na Tchecoslováquia e declararam a ruptura com a União Soviética. A reação de Moscou foi imediata, e, por ordem de Brejnev, as tropas do Pacto de Varsóvia invadiram o país, depuseram Dubcek e mantiveram o regime socialista na Tchecoslováquia.

Ainda durante o governo de Brejnev, a URSS comandou a invasão do Afeganistão, alegando ajuda ao governo afegão, que enfrentava inimigos externos. Na verdade, Moscou temia que a expansão do islamismo naquele país enfraquecesse seu domínio sobre as repúblicas soviéticas de maioria islâmica (Turcomenistão, Tadjiquistão, Cazaquistão, etc.), uma vez que as manifestações culturais e religiosas dessas repúblicas eram reprimidas.

Diante da investida soviética, os Estados Unidos se limitaram a financiar e a treinar guerrilheiros afegãos para que estes pudessem lutar contra os soviéticos. Curiosamente, um dos líderes da resistência afegã era Osama Bin Laden, treinado pela CIA, mas que, após os atentados de 2001, foi considerado foragido pelo governo estadunidense. Em maio de 2011, Bin Laden foi morto após uma operação financiada pelo governo estadunidense.

A invasão soviética no Afeganistão durou até 1988, quando Gorbachev, dando início a um processo de abertura política e econômica na URSS, determinou a retirada das tropas soviéticas do país. A Guerra do Afeganistão, que significou uma pesada derrota para os soviéticos, possibilitou aos talibãs afegãos, que lutavam contra o Exército Vermelho, assumirem o controle do país.

Fragmentação da União Soviética

O processo de desagregação da URSS está relacionado muito mais às suas estruturas internas do que a fatores externos. Em primeiro lugar, no plano ideológico, o socialismo não cumpriu a tarefa que havia proposto, de transformar a sociedade, distribuindo riquezas de forma mais igualitária.

É importante ressaltar, ainda, que a União Soviética era um Estado multinacional, composto de várias etnias, línguas, culturas e religiões. À época da Revolução Russa, isso não parecia ser um problema, já que Lênin havia se comprometido a respeitar a autodeterminação dos povos. Ao assumir o comando soviético, entretanto, Stálin promoveu a "russificação" da União Soviética, não respeitando as diferenças existentes. O objetivo de Stálin era criar uma identidade nacional coesa, uma vez que, para a manutenção de um regime totalitário, a exaltação do nacionalismo como elemento unificador era fundamental. Em virtude do desrespeito à autodeterminação dos povos que compunham a URSS, quando o governo acenou para uma abertura do regime, as diferentes nacionalidades passaram a se expressar e a exigir maior participação política e liberdade cultural.

A crise de abastecimento foi um outro problema enfrentado pelo Estado soviético, que, desde as reformas stalinistas, passara a priorizar as indústrias bélica, aeroespacial, petroquímica e siderúrgica em detrimento de indústrias que atendiam às demandas básicas da população.

Dessa forma, a população se via privada diante da escassez de produtos primários duráveis e não duráveis de primeira necessidade, ou seja, o regime socialista não atendia às necessidades econômicas mínimas da população. A falha socialista ganhava uma repercussão negativa se comparada à lógica do capitalismo, segundo a qual, aparentemente, o indivíduo pode conquistar o que quiser com o seu poder de compra obtido por meio do trabalho.

Por fim, um outro problema enfrentado pela URSS foi o gigantismo estatal, já que, para se manter, o governo autoritário e centralizador teve de desenvolver uma estrutura burocrático-administrativa enorme e complexa. Na prática, isso significou a elevação dos gastos governamentais com o funcionalismo público e com o militarismo, deixando, com isso, de investir em setores sociais como saúde, alimentação, transporte e infraestrutura para as forças produtivas.

Em 1982, período em que as estruturas do Estado soviético já se encontravam abaladas, Brejnev veio a falecer. As incertezas estruturais se refletiram na disputa sucessória, e foi somente três anos após a morte de Brejnev que o alto comando soviético conseguiu uma liderança estável. Em 1985, um jovem advogado chamado Mikhail Gorbachev assumiu a liderança da URSS e, assim, deu início a um governo marcado por diversas reformas liberais.

No campo institucional, Gorbachev idealizou a *Glasnost*, um programa de abertura política que prezava a transparência, abrindo espaço para debates políticos e para a realização de críticas ao Estado. Já na esfera econômica, o líder soviético implantou a *Perestroika*, que consistia em uma abertura da economia das repúblicas que compunham a URSS no intuito de modernizar as suas estruturas produtivas. Em continuidade às suas reformas liberais, em 1986, Gorbachev se propôs, unilateralmente, a cessar os testes nucleares subterrâneos, o que, na prática, significou a primeira de uma série de medidas visando ao desarmamento soviético.



White House Photo Office / Domínio Público

O líder Gorbachev (à esquerda) ao lado de Reagan, então presidente dos Estados Unidos.

Apesar de serem bem-vistas pela ala liberal e pela opinião pública dos países capitalistas, as reformas iniciadas por Gorbachev não eram apreciadas pelos dirigentes da velha guarda socialista. Assim, em agosto de 1991, as forças conservadoras aplicaram um golpe político, fazendo do líder soviético prisioneiro e alegando que ele se encontrava doente e incapaz de dirigir a União das Repúblicas.

Se, em um primeiro momento, a ação da ala conservadora conseguiu um grande êxito, os dias que se seguiram à deflagração do golpe foram marcados por inúmeros protestos realizados pela população soviética, situação que demonstrava a força política que Gorbachev havia construído em virtude das suas reformas liberais. Diante, portanto, do apelo popular pela volta de seu líder, a ala liberal soviética, liderada por Boris Yeltsin (presidente da Federação Russa), comandou um movimento de resistência que, contando com o auxílio de alguns militares, reconduziu Gorbachev ao governo. A rápida ação que ocorreu três dias após a deflagração do golpe ratificou a vitória da ala liberal e possibilitou que Mikhail Gorbachev e Boris Yeltsin comandassem o processo de desmantelamento do Estado soviético.

Percebendo a instabilidade institucional soviética, em setembro de 1991, Estônia, Letônia e Lituânia se declararam independentes e buscaram se integrar à União Europeia, que, naquele momento, já apresentava uma sólida estrutura. A separação das chamadas “repúblicas do báltico” representou, ao mesmo tempo, um grande avanço para as suas economias e um duro golpe para a URSS, que sentia a iminência da desagregação do bloco socialista. Assim, tentando manter os vínculos econômicos com os seus ex-membros, em dezembro de 1991, os presidentes da Rússia, Ucrânia e Bielorrússia, reunidos na cidade de Brest, criaram a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), um órgão de cooperação econômica que visava ao auxílio mútuo entre as repúblicas que se desagregavam da URSS. Esse ato representou, na prática, a preocupação do Leste Europeu com a sua inserção no mercado capitalista, da mesma forma que evidenciava a fragmentação latente do grupo de países formados sob a orientação de Lênin durante a década de 1920 e consolidado por Stálin após a Segunda Guerra Mundial.

Apesar de todas as evidências de fraqueza demonstradas pela URSS, foi no Natal de 1991 que Gorbachev realizou um anúncio oficial, por meio do qual renunciou ao cargo de presidente e comandante-chefe das Forças Armadas e declarou o desmantelamento da União Soviética, um país que, na prática, não existia mais. É importante ressaltar também que o ato comandado por Gorbachev gerou uma reconfiguração do mapa europeu, afinal, após esse desmantelamento, várias repúblicas que compunham a URSS conquistaram a sua independência política.

Comunidade dos Estados Independentes e outros países do Leste Europeu



Chechênia

Assim como a Armênia, o Azerbaijão e a Geórgia – países independentes –, a Chechênia, república atualmente vinculada à Rússia, situa-se na região do Cáucaso, limitada entre o Mar Negro e o Cáspio e envolta por montanhas, planaltos e bacias fluviais. Em 1991, aproveitando-se da desintegração da URSS, os chechenos declararam a sua independência, ato não reconhecido pelo governo de Moscou. Os chechenos passaram a buscar reconhecimento internacional de sua emancipação a partir de protestos pacíficos, mas também por meio de ações guerrilheiras e terroristas, o que levou à reação militar da Rússia.

Os conflitos armados ocorreram entre 1994 e 1996, sendo retomados em 1999. A insistência russa em conter o movimento separatista representa a força política e militar da Rússia após o fim da Guerra Fria. Além de temer que a independência da Chechênia possa provocar uma reação em cadeia, levando a um processo de fragmentação política do país, o governo de Moscou tem interesse estratégico no controle da região do Cáucaso, por onde passam oleodutos que transportam o petróleo vindo do Mar Cáspio.

A expansão da crise

Mediante os indícios apresentados, é possível afirmar que a crise do bloco socialista já vinha se delineando desde o início da década de 1980, fazendo com que os descontentes com o domínio soviético se manifestassem nas repúblicas que, de uma forma ou de outra, eram ligadas à URSS. Na Polônia, por exemplo, as manifestações foram comandadas pelo Solidariedade, considerado o primeiro sindicato independente do mundo socialista. Como forma de protesto contra a manutenção do regime ligado à cúpula soviética, o Solidariedade – liderado por Lech Walesa – promoveu greves e passeatas, além de confeccionar panfletos e jornais criticando os governos polonês e soviético.

Apesar de ter sido colocado na ilegalidade, o Solidariedade continuou a atuar na Polônia até o fim do regime, em 1990, quando o seu objetivo foi alcançado. A influência do movimento polonês foi tanta que Lech Walesa foi eleito presidente durante as primeiras eleições livres do país. O novo governante conquistou o apoio da opinião pública e de diversas autoridades, como o papa João Paulo II, que também era polonês.

Na Hungria, a transição para uma economia de mercado foi acelerada, e, em outubro de 1989, diante do enfraquecimento soviético, o Partido Comunista Húngaro foi dissolvido, sendo adotada no país uma linha social-democrata. Dessa forma, já nas eleições de 1990, os socialistas foram derrotados nas urnas em uma clara manifestação popular contra os anos do domínio soviético na Hungria. Mesmo assim, diante das dificuldades enfrentadas pelo país durante a sua inserção no mercado capitalista internacional, os comunistas voltaram a atingir um certo prestígio e, ainda hoje, partidos de esquerda e de direita disputam de forma acirrada as eleições, dividindo os principais cargos da política húngara.

Outro país a se redemocratizar em 1989 foi a Tchecoslováquia, que só teve a sua liberalização política consolidada graças a um movimento popular pacífico denominado, posteriormente, Revolução de Veludo. Após a volta das eleições, Alexander Dubcek, líder da Primavera de Praga – que ainda em 1968 havia lutado pela liberalização –, foi eleito presidente do Parlamento. Apesar da independência conquistada, em 1992, o Parlamento aprovou a divisão do país em dois, uma resolução ratificada apenas em 1993, quando foram criadas a República Tcheca e a Eslováquia, independentes.

Se a redemocratização da Tchecoslováquia foi marcada pelo seu caráter pacífico, na Romênia, também ex-república soviética, o dirigente comunista Nicolae Ceausescu, que não aceitava a abertura política e econômica do seu país, lançou mão da violência como forma de reprimir as manifestações populares. Após diversos conflitos travados entre a população civil, aliada aos soldados rebeldes, e as tropas leais ao governo, o movimento popular se sagrou vitorioso. Depois de serem presos, Ceausescu e sua esposa foram fuzilados em praça pública e uma nova Constituição foi aprovada em 1991. A nova Carta Constitucional restabeleceu a democracia na Romênia, reintegrando-a à economia de mercado.

Ainda acompanhando a liberalização à qual as ex-repúblicas soviéticas foram submetidas, a Albânia foi a última dessas repúblicas a passar por reformas estruturais democráticas. Foi somente no começo de 1990 que o país passou a permitir medidas como o pluripartidarismo e a liberdade de culto religioso, já que a existência de um só partido e o ateísmo eram imposições realizadas pelo governo aliado a Moscou, que, assim como o romeno, acreditava na manutenção do socialismo, mesmo que desvinculado da URSS.

A insistência do governo albanês, entretanto, acabou fazendo com que o país tivesse ainda mais dificuldades em se integrar ao mercado internacional, fato que se reflete ainda hoje em um país economicamente fragilizado.

Por fim, vale ressaltar que o grande marco do liberalismo no Leste Europeu foi, sem dúvida, a queda do socialismo na República Democrática Alemã. Contrariando a expectativa liberal europeia, o dirigente da RDA, Erich Honecker, chegou a afirmar que o socialismo alemão iria durar mil anos. Entretanto, já no final da década de 1980, enormes manifestações populares levaram à realização de reformas que resultaram na derrocada do regime socialista na Alemanha Oriental. Um importante passo para a concretização desse processo ocorreu em outubro de 1989, quando uma multidão de alemães de ambos os lados pôs abaixo o símbolo máximo da Guerra Fria, o Muro de Berlim.



Moradores de Berlim Ocidental e Oriental tomaram a frente no processo que levou à derrubada do Muro de Berlim em 1989.

Um ano depois, com as eleições livres realizadas nos dois países, a população alemã votou a favor da reunificação entre a República Federativa Alemã (RFA) e a República Democrática Alemã (RDA), separadas desde a década de 1940. A unificação efetiva ocorreu em outubro de 1990, quando o primeiro-ministro da Alemanha Ocidental, Helmut Kohl, foi confirmado no cargo pelo novo Parlamento.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



01. (UERJ-2019)



Disponível em: <thinglink.com> (Adaptação).

O cartaz anterior foi utilizado como instrumento de propaganda do Plano Marshall, principal iniciativa dos Estados Unidos para a reconstrução dos países aliados após a Segunda Guerra Mundial. Considerando a imagem e seu contexto histórico, um objetivo do governo estadunidense ao implementar esse plano foi:

- A) estatizar o setor industrial continental.
- B) estabelecer o mercado comum europeu.
- C) consolidar o bloco geopolítico ocidental.
- D) preservar o interesse colonial metropolitano.

02. (FGV) A OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) foi estabelecida em Washington, em 4 de abril de 1949. Sua criação está relacionada

- A) ao contexto de aproximação das potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial.
- B) ao processo de liberalização da economia mundial, que lançaria as bases da globalização.
- C) ao processo de descolonização nos continentes africano e asiático.
- D) ao contexto de polarização político-militar entre os países capitalistas e socialistas.
- E) ao contexto de endividamento dos países europeus com as instituições financeiras internacionais.

03. (EsPCEX-SP) Espesso e perigoso, o Muro de Berlim separou bairros, cortou cemitérios ao meio e fechou entradas de igrejas. Existiu por 28 anos, durante os quais se estima que 125 pessoas morreram ao tentar transpô-lo.

Sobre o Muro de Berlim, é correto afirmar que

- A) na noite de 29 de novembro de 1947, o governo da Alemanha Oriental conduziu sua construção.
- B) apesar de todo o aparato de segurança que ele continha, não impediu a fuga em massa de seus cidadãos.
- C) tornou-se o maior símbolo da Guerra Fria, pois dividia uma cidade nos dois sistemas econômico-ideológicos existentes.
- D) por ocasião do bloqueio ocorrido à cidade de Berlim (junho de 1948 a maio de 1949), seus acessos foram fechados.
- E) sua construção foi motivada pela fuga de alemães ocidentais para o Leste Europeu, através de Berlim Oriental.

04. (EsPCEX-SP) Durante a Guerra Fria, a política americana formulou a Teoria do Dominó. Nela, comparavam-se os países de uma determinada região do globo terrestre a uma fileira de peças de dominó posta em pé em que, se uma peça cedesse ao comunismo, arrastaria com ela todas as outras.

Essa teoria referia-se

- A) à China.
- B) ao Vietnã do Sul.
- C) a Israel.
- D) à Indonésia.
- E) ao Japão.

05. (EsPCEx-SP) Na política externa, a aproximação com as potências ocidentais praticamente determinou o fim da Guerra Fria, trazendo desdobramentos como a queda do Muro de Berlim e a derrubada – pacífica ou violenta – dos ditadores na Europa Oriental [...]. A Alemanha Oriental foi finalmente reunida à sua parte Ocidental, formando um só país.

BERUTTI. 2004.

Com base nas informações do fragmento, é correto concluir que o autor se refere a(à)

- A) unificação do Estado alemão, em 1871.
- B) política externa adotada pela Rússia logo após a revolução bolchevique.
- C) algumas consequências das medidas liberalizantes adotadas na União Soviética na década de 1980.
- D) formação do COMECON, reunindo as principais economias da Europa Oriental aos Estados Unidos, na década de 1940.
- E) algumas consequências do Plano Marshall, adotado na década de 1940 para recuperar a economia europeia.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



01. (UFG-GO) As guerras da Coreia (1950-1953) e do Vietnã (1963-1973) são comumente analisadas como fruto da disputa entre comunistas e capitalistas, no interior da lógica da Guerra Fria. Tal interpretação desconsidera que, para coreanos e vietnamitas, essa disputa ideológica foi utilizada para

- A) lidar com os conflitos regionais, angariando apoio das potências estrangeiras.
- B) justificar a divisão de seus estados, considerando as diferenças étnicas entre suas populações.
- C) arrefecer o conteúdo nacionalista das disputas territoriais, conclamando o apoio estrangeiro.
- D) iniciar o processo de descolonização europeia no continente asiático, aderindo à causa independentista.
- E) equilibrar a pressão chinesa na região, reivindicando a autonomia política.

02. (CEFET-MG) Considere a manchete do Jornal “O Estado de São Paulo”, de outubro de 1962.

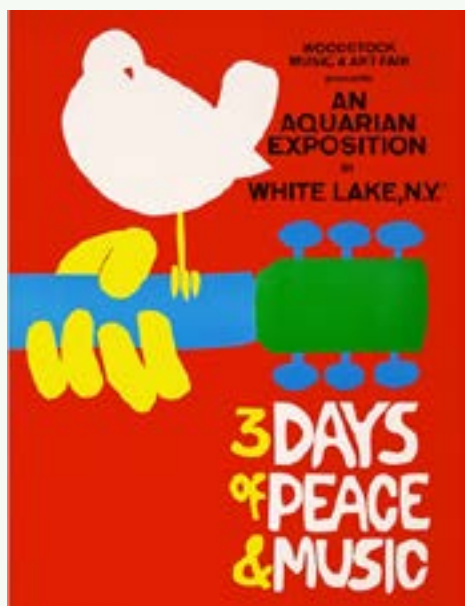


Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=Jornal+o+Estado+de+Sao+Paulo>>. Acesso em: 31 mar. 2014.

O acontecimento histórico registrado nesse jornal faz referência ao

- A) nacionalismo neofascista presente nas guerrilhas urbanas latino-americanas.
- B) impacto provocado pela produção de armas químicas no continente sul americano.
- C) avanço dos exércitos dos países do cone sul pela manutenção das fronteiras nacionais.
- D) estabelecimento de acordos comerciais entre indústrias privadas e estatais de armamentos.
- E) desdobramento do conflito militar decorrente da divisão de forças internacionais do período.

03. (UERJ)



Na década de 1960, muitas expressões artísticas representaram uma postura crítica frente a problemas da época, em especial os conflitos da Guerra Fria. Um exemplo é o Festival de Woodstock, ocorrido em 1969 nos EUA, em cujo cartaz se lê “Três dias de paz e música”.

Nesse contexto da década de 1960, destacava-se a denúncia sobre:

- A) presença soviética na China.
- B) intervenção militar no Vietnã.
- C) dominação europeia na África do Sul.
- D) exploração econômica no Oriente Médio.

04. (UEMG–2016) Observe a imagem:



Disponível em: <<http://ocio.levante-emv.com/tv/noticias/nws-129023-momentos-historicos-television.html>>.

Acesso em: 21 set. 2015.

Em 20 de julho de 1969, Neil Armstrong e Edwin Aldrin pisaram em terreno lunar. O ato de estar na lua era simbólico, já que, além da magia dessa conquista, outras motivações existiam.

O cenário histórico em questão corresponde a

- A) disputa ideológica entre capitalismo e socialismo, mostrando a vitória do sistema capitalista sobre o socialismo. O monopólio tecnológico espacial americano foi o ato que simbolizou a derrocada soviética.

B) vitória americana sobre o sistema de dominação soviética durante a Guerra Fria; pondo assim fim à disputa bélica entre essas nações.

C) exclusividade americana em aplicação de tecnologias espaciais, enquanto os soviéticos optavam por investir seu capital na industrialização das nações vizinhas e na aplicação de recursos para garantir o pleno emprego.

D) corrida espacial competitiva entre Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviética (URSS), em plena Guerra Fria, que buscavam a supremacia espacial, para justificar a superioridade de seus respectivos sistemas.

05.



(Unicamp-SP) Em discurso proferido no dia 12/03/1947, o presidente dos EUA, Harry Truman, afirmou:

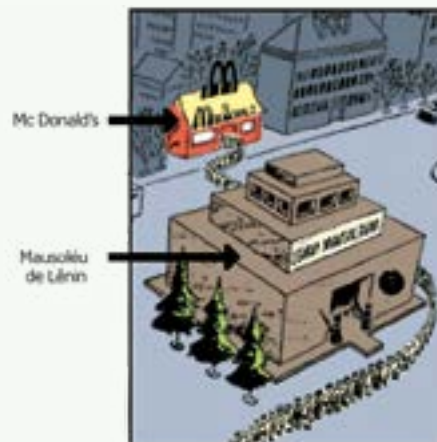
O governo grego tem operado numa atmosfera de caos e extremismo. A extensão da ajuda a esse país não quer dizer que os Estados Unidos estão de acordo com tudo o que o seu governo tem feito ou fará. No momento atual da história do mundo, quase todas as nações se veem na contingência de escolher entre modos alternativos de vida. E a escolha, frequentes vezes, não é livre.

SYRETT, Harold C. (Org.). *Documentos históricos dos Estados Unidos*. São Paulo: Cultrix, 1980. p. 316-317.

Considerando o discurso do presidente Truman, bem como os processos históricos do Pós-Segunda Guerra Mundial, é correto afirmar que

- A) a “contingência de escolher entre modos alternativos de vida” se referia à escolha entre o fascismo alemão e a democracia liberal.
- B) o caos do governo grego era uma referência aos problemas da Grécia com o Mercado Comum Europeu e a necessidade de ajuda ao governo de Atenas.
- C) o discurso nasceu do declínio do auxílio britânico na região da Grécia e da ascensão norte-americana no contexto da Guerra Fria.
- D) o discurso é uma resposta ao Plano Marshall, que o governo de Londres tentava impor à Grécia, por meio do Banco Central Europeu.

06. (UEMG) Observe atentamente a charge a seguir sobre o colapso do Regime Soviético:



SANTIAGO. *Palavra*, n. 1, p. 142, abr. 1999.

No ano de 1985, Mikhail Gorbachev assumiu a direção da ex-URSS. Para corrigir os rumos do regime comunista no campo econômico, Gorbachev prometeu uma política de abertura e transparência, que ficou conhecida como *Perestroika*. Todas as alternativas a seguir representam as principais dificuldades econômicas da sociedade soviética nos anos 1980, exceto

- A) Economia pouco dinâmica engessada pelo rígido planejamento central do Estado.
- B) Crises de abastecimento e baixa oferta de produtos de consumo popular.
- C) Processos decisórios lentos e inadequados às dimensões continentais do país e sua diversidade.
- D) Baixa escolaridade da população russa e infraestrutura reduzida.

- 07.** (Unicamp-SP-2019) A propaganda através de inscrições e desenhos em muros e paredes é uma parte integrante da Paris revolucionária de Maio de 1968. Ela se tornou uma atividade de massa, parte e parcela do método de autoexpressão da Revolução.

SOLIDARITY. *Paris*: maio de 68.

São Paulo: Conrad, 2008. p. 15 (Adaptação).



GRAS, Philippe. *Paris*, 28 maio 1968.
Disponível em: <<http://proxy.handle.net/>>.

Inscrição: *Liberem a expressão*

Considerando o texto e a imagem anteriores, assinale a alternativa correta sobre o movimento de Maio de 1968.

- A) Influenciadas pela política de Estado da União Soviética, as manifestações de 1968 foram desencadeadas pelos operários franceses, que exigiam melhores condições de trabalho, por meio das pichações em muros espalhados pela cidade.

- B) Influenciadas pelo contexto cultural da Guerra Fria, as manifestações de 1968 tinham como palavras de ordem a liberdade de expressão política e sexual, como se via nas inscrições nos muros de Paris.
- C) Influenciadas pelos movimentos punk-anarquistas ingleses, as manifestações de 1968 na França foram responsáveis pelo enfraquecimento do então presidente Charles De Gaulle e seu lema aparecia em inscrições nos muros.
- D) Influenciadas por ideias esquerdistas, comunistas e anarquistas, as manifestações de 1968 ficaram restritas às camadas populares francesas, sendo que as inscrições nos muros das cidades indicavam o grupo social responsável.

- 08.** (UFU-MG) A essência do Realismo Socialista reside na fidelidade à verdade da vida, por mais penosa que possa ser, e na totalidade expressa em imagens artísticas concebidas de um ponto de vista comunista. Os princípios ideológicos e estéticos fundamentais do Realismo Socialista são os seguintes: devotamento à ideologia comunista, colocar sua atividade a serviço do povo e do espírito do partido, ligar-se estreitamente às lutas das massas trabalhadoras, humanismo socialista e internacionalista, otimismo histórico, recusa do formalismo e do subjetivismo, bem como do primitivismo naturalista.

DICIONÁRIO FILOSÓFICO. Moscou. 1967.

De acordo com o trecho anterior e considerando o contexto cultural dos países socialistas durante o período da Guerra Fria, marque a alternativa correta.

- A) O Realismo Socialista rivalizou com as chamadas vanguardas europeias do início do século XX, como, por exemplo, o Surrealismo, o Abstracionismo e o Cubismo, correntes estéticas que sofreram censura por parte do regime stalinista.
- B) Durante a Guerra Fria, enquanto as potências capitalistas desenvolveram uma estética a serviço de sua propaganda ideológica, o mundo socialista optou por uma arte realista sem apelo propagandístico e destituída de marcas ideológicas.
- C) O otimismo histórico, prescrito anteriormente para a estética socialista, marca o viés conformista da arte russa na década de 1960, destinada tão somente a retratar as "utopias" revolucionárias, sem qualquer relação com a "crua" realidade social.
- D) A patrulha ideológica das artes nos países do bloco socialista ocasionou o declínio estético do Leste Europeu. Exemplos disso foram: a proibição do *ballet* clássico na URSS e o fechamento das orquestras sinfônicas na Tchecoslováquia.

SEÇÃO ENEM

- 01.** (Enem–2018) Os soviéticos tinham chegado a Cuba muito cedo na década de 1960, esgueirando-se pela fresta aberta pela imediata hostilidade norte-americana em relação ao processo social revolucionário. Durante três décadas os soviéticos mantiveram sua presença em Cuba com bases e ajuda militar, mas, sobretudo, com todo o apoio econômico que, como saberíamos anos mais tarde, mantinha o país à tona, embora deixasse em dívida com os irmãos soviéticos – e depois com seus herdeiros russos – por cifras que chegavam a US\$32 bilhões. Ou seja, o que era oferecido em nome de solidariedade socialista tinha um preço definido.

PADURA, L. Cuba e os russos. *Folha de S. Paulo*, 19 jul. 2014 (Adaptação).

O texto indica que durante a Guerra Fria as relações internas em um mesmo bloco foram marcadas pelo(a)

- A) busca da neutralidade política.
 - B) estímulo à competição comercial.
 - C) subordinação à potência hegemônica.
 - D) elasticidade das fronteiras geográficas.
 - E) compartilhamento de pesquisas científicas.
- 02.** (Enem–2017) Pedacos grandes e pequenos do Muro de Berlim encontram-se hoje em todos os continentes. A Fundação Federal para Superação da Ditadura encontrou frações do Muro em cento e quarenta e seis lugares em todo o mundo. Deve existir mais metros do Muro nos EUA que em Berlim.

SIBUM, H. O Muro de Berlim. *Magazin Deutschland*, n. 3, 2014.

O interesse em adquirir partes dessa edificação histórica foi resultado da

- A) valorização artística da obra.
 - B) dimensão política do símbolo.
 - C) supressão violenta da memória coletiva.
 - D) capacidade turística do monumento histórico.
 - E) fragilidade política da reunificação alemã.
- 03.** (Enem–2016)



LLINGWORTH, L. G. *Outubro de 1962*. Disponível em: <www.llgc.org.uk>. Acesso em: 08 mar. 2016.

A charge faz alusão à intensa rivalidade entre as duas maiores potências do século XX. O momento mais tenso dessa disputa foi provocado pela

- A) ampliação da Guerra do Vietnã.
- B) construção do muro de Berlim.
- C) instalação de mísseis em Cuba.
- D) eclosão da Guerra dos Sete Dias.
- E) invasão do território do Afeganistão.

04. (Enem)



QUINO. *Toda Mafalda*. São Paulo: Martins Fontes, 1995 (Adaptação).

Nos quadrinhos, faz-se referência a um evento que correspondia a um dos grandes medos da população mundial no período da Guerra Fria. Durante esse período, a possibilidade de ocorrência desse evento era grande em função do(a)

- A) acirramento da rivalidade Norte-Sul.
- B) intensificação da corrida armamentista.
- C) ocorrência de crises econômicas globais.
- D) emergência de novas potências mundiais.
- E) aprofundamento de desigualdades sociais.

GABARITO

Aprendizagem

- 01. C
- 02. D
- 03. C
- 04. B
- 05. C

Propostos

- 01. A
- 02. E
- 03. B
- 04. D
- 05. C
- 06. D
- 07. B
- 08. A

Seção Enem

- 01. C
- 02. B
- 03. C
- 04. B

Meu aproveitamento

Acertei _____ Errei _____

Acertei _____ Errei _____

Acertei _____ Errei _____



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Estados Unidos no Século XX

MACARTISMO

Em 1945, em meio à consolidação da Guerra Fria, os Estados Unidos buscaram se estruturar e, para isso, criaram o Comitê de Investigação de Atividades Antiamericanas, comandado pelo Senado. Com o objetivo de encontrar os supostos inimigos do Estado, a atuação do Comitê ficou conhecida como “caça às bruxas”. O líder desse órgão era o senador Joseph MacCarthy, responsável pela perseguição de várias pessoas acusadas de serem comunistas ou, simplesmente, simpatizantes. Dois exemplos famosos de vítimas dessa política foram os casos de Charles Chaplin e do casal Rosenberg.

Chaplin, acusado de ser socialista, foi proibido de filmar nos Estados Unidos, tendo de retornar à Europa por causa das perseguições. Já o casal de físicos Ethel e Julius Rosenberg, acusado de vender segredos militares aos soviéticos, foi sentenciado à morte. Apesar de nunca terem encontrado provas suficientes para condená-los e da ocorrência de manifestações por todo o mundo pedindo a anistia dos dois, ambos foram executados na cadeira elétrica.



"É esse o amanhã? América sob o comunismo": livreto publicado em 1947 alertava o estadunidense sobre a "ameaça comunista".

O macartismo, como também ficou conhecida a perseguição aos inimigos do capitalismo, entrou em declínio quando MacCarthy começou a levantar suspeita sobre membros do alto escalão das Forças Armadas e do governo.

Dessa forma, o senador caiu em descrédito e no ostracismo, tendo, anos mais tarde, saído do cenário político estadunidense e se tornado alcoólatra. O macartismo representou um dos momentos mais autoritários da história dos Estados Unidos, país que, desde os seus primórdios coloniais, autovinculava-se aos ideais de liberdade.

DIREITOS CIVIS DOS NEGROS

Logo após a Guerra de Secessão, ainda durante o século XIX, a 13ª (1865) e a 14ª (1868) emendas à Constituição dos Estados Unidos, respectivamente, aboliram a escravidão e declararam os negros cidadãos americanos. Ainda assim, na prática, em virtude dos preconceitos raciais, grande parte dos negros continuou privada de seus direitos civis, principalmente no sul dos Estados Unidos. Entre o reconhecimento constitucional da abolição e as primeiras ações visando à cidadania dos negros, passaram-se cerca de cem anos de história. Dessa forma, foi apenas na década de 60 do século XX que os negros, de fato, passaram a conquistar seus direitos.

Para entender tais conquistas, entretanto, é necessário ter em mente que, apesar de oprimidos – até pelos aparatos policiais –, os negros foram à luta e não deixaram de reivindicar a garantia da sua dignidade. A caminhada rumo à garantia dos direitos civis dos negros se acirrou, principalmente, a partir do processo de independência da África, uma vez que, diante da libertação do continente do qual descendiam, os afro-americanos se encorajaram a reivindicar a sua liberdade.

É importante ressaltar que as formas de reivindicação registradas ao longo do século XX nos Estados Unidos não foram homogêneas. Assim, para que haja uma melhor compreensão acerca desse assunto, é necessário dividir essas lutas em pacifistas e não pacifistas. Dentro do primeiro grupo, a principal figura foi a do pastor Martin Luther King, que, no dia 28 de agosto de 1963, em Washington, discursou para mais de 200 mil pessoas, defendendo a igualdade entre os indivíduos.

[...] eu tenho um sonho: que um dia, nas colinas vermelhas da Geórgia, os filhos de ex-escravos e os filhos de ex-senhores de escravos possam se sentar juntos à mesa da fraternidade [...]. Poderemos apressar a chegada do dia em que todos os filhos de Deus, negros e brancos, judeus e gentios, protestantes e católicos, poderão se dar as mãos e cantar juntos as palavras do velho *Spiritual negro*: livres finalmente! Graças a Deus todo-poderoso, estamos livres finalmente.

KING, Martin Luther. Pronunciamento em Washington.

Outro personagem importante para a luta dos negros foi John Fitzgerald Kennedy, que foi eleito presidente dos Estados Unidos em 1960, vencendo com uma pequena margem de votos o republicano Nixon, apoiado pelo então presidente Eisenhower. Foi fundamental para a vitória de Kennedy o apoio dos negros que, em alguns estados, tinham direito ao voto. Dessa forma, ao assumir, o presidente manteve o seu compromisso de tentar promover a igualdade social e política entre brancos e negros. Tais conquistas, entretanto, custaram as vidas de seus principais articuladores: Kennedy foi assassinado em novembro de 1963, em Dallas, no Texas, e Martin Luther King, em abril de 1968, em Memphis, no Tennessee.

Se, por um lado, Luther King e Kennedy consideravam a resistência pacífica e constitucional como o mais efetivo dos protestos, por outro, houve defensores dos direitos civis dos negros que lançaram mão da violência. O principal exemplo dessas manifestações ocorreu com ações do grupo Black Panthers (Panteras Negras), que, surgido na década de 1960, defendia a luta armada como forma de conquistar os direitos civis. Posto que, constantemente, entravam em conflitos com a polícia, vários membros dos Panteras Negras foram presos e mortos. Assim, em virtude dos desgastes provocados pela repressão, já nos anos 1970, os remanescentes, enfraquecidos, passaram a adotar uma postura mais flexível, que não mais condizia com a filosofia do grupo, tanto que este encerrou suas atividades na década seguinte.

Ainda no campo das manifestações extremas, Malcolm X foi outro importante ativista que defendia os direitos civis dos negros. Além de divergir quanto aos meios empregados para a conquista desses direitos, Malcolm discordava de Martin Luther King também no que se refere à organização social dos Estados Unidos; para ele, deveria haver a separação entre um Estado branco e outro negro, de tendência socialista. Assim como Kennedy e Luther King, Malcolm X não viu os seus planos concretizados, pois foi assassinado em 1965, enquanto fazia um discurso em Nova Iorque.



Marion S. Trikesko, U.S. News & World Report Magazine / Domínio Público

Encontro entre Martin Luther King, à esquerda, e Malcolm X.

Apesar da conquista dos direitos civis, que foi configurada nas últimas décadas do século XX, é importante ressaltar que, ainda hoje, os negros continuam marginalizados e sofrem discriminação nos Estados Unidos, situação que cria um contexto favorável à continuidade das lutas. Em 1992, por exemplo, explodiu em Los Angeles uma revolta de negros e hispânicos contra a discriminação e o abuso das autoridades.

Houve saques a lojas, depredações e conflitos com as forças policiais. O estopim do conflito foi a absolvição de alguns policiais brancos que haviam espancado um taxista negro, Rodney King, diante da câmera de um cinegrafista amador.

Dito isso, é interessante perceber que protestos como esse extrapolam o problema étnico registrado nos Estados Unidos, relacionando-se também ao aumento das desigualdades sociais.



O Movimento pelos Direitos Civis dos Negros nos Estados Unidos

Assista a essa videoaula, que aborda a questão racial nos Estados Unidos e analisa as diferentes correntes do Movimento pelos Direitos Civis dos Negros no país ao longo do século XX.



ESCÂNDALO WATERGATE



Em 1972, em meio ao conturbado contexto da Guerra Fria, Richard Nixon, então presidente dos Estados Unidos, foi acusado pelo jornal *Washington Post* de colocar uma escuta telefônica na sede do partido rival, o Democrata, durante a campanha presidencial. Como essa suposta atitude feria os princípios democráticos que envolvem o processo eleitoral, o Congresso estadunidense instalou uma comissão para apurar as denúncias realizadas.



Marion S. Trikesko / Thomas J. O'Halloran / Domínio Público

Manifestações populares em favor da renúncia do presidente Nixon.

Após a realização de vários depoimentos e de diversas apurações, a comissão encerrou os seus trabalhos, confirmando a veracidade das denúncias contra o presidente. No relatório final da comissão, entretanto, constava que, além da utilização da máquina estatal para espionagem do partido rival, o presidente foi acusado de conspiração para escapar da Justiça, sonegação de impostos e perjúrio. Assim, pela primeira vez na história dos Estados Unidos, foi instaurado um processo de *impeachment*, situação que levou à renúncia de Nixon no dia 08 de agosto de 1973.

ESCÂNDALO IRÃ-CONTRAS

Entre 1986 e 1987, um novo escândalo colocou sob os holofotes da mídia a Presidência dos Estados Unidos. O então governante do país era Ronald Reagan, um ex-ator que havia denunciado vários colegas de profissão na época do macartismo. Diante da grande rejeição ao seu comando, Reagan foi acusado pelos jornais *New York Times* e *Washington Post* de negociar armas com o Irã em troca da libertação de reféns estadunidenses que se encontravam em poder de terroristas islâmicos. Tendo em vista que, naquele contexto, os Estados Unidos apoiavam o Iraque em uma guerra contra o Irã, aquela situação soou como uma grande contradição para a opinião pública estadunidense.

As denúncias ganharam um vulto ainda maior quando os jornais apontaram também para uma suposta lavagem do dinheiro oriundo da venda das armas. Ainda de acordo com o plano apresentado, posteriormente, esse dinheiro acumulado seria utilizado para financiar os Contras, um grupo guerrilheiro que atuava na Nicarágua em oposição ao governo sandinista, que, por sua tendência socialista, era prejudicial aos interesses estadunidenses na América Central.



Executive Office of the President of the United States / Domínio Público

Ronald Reagan.

Após o escândalo Irã-Contras ganhar uma grande repercussão nacional e mundial, o mandato de Reagan caminhava para um novo processo de *impeachment*, quando Oliver North, assessor do chefe da CIA, assumiu toda a responsabilidade pelo caso, isentando o presidente. Assim, North acabou condenado a três anos de prisão domiciliar e a pagar uma multa. É interessante constatar que, após ser condenado, North montou uma empresa de segurança particular que, posteriormente, veio a ganhar contratos com pessoas ligadas à administração de Reagan. Dada a clara evidência de que o agente da CIA foi beneficiado pela sua ação em inocentar o presidente, alguns anos mais tarde, no livro *Outra América*, José Arbex Jr. afirmou categoricamente que, diante do escândalo Irã-Contras, “a Casa Branca venceu, a democracia perdeu”.

A DÉCADA DE 1980

Normalmente, o termo “década perdida” é utilizado para se referir à situação degradante da economia da América Latina durante a década de 1980. Porém, a despeito disso, é importante destacar que esse período foi crítico para toda a economia mundial, sendo algumas regiões mais afetadas que outras.

Assim, em virtude da interligação global da economia dos países capitalistas, esse sistema, em geral, sofreu um grande baque durante a “década perdida”.

Nos Estados Unidos, por exemplo, a estagnação econômica se evidenciou pelo aumento da entrada de produtos japoneses em seu mercado. O principal símbolo da indústria dos Estados Unidos, o automóvel, passou a enfrentar, a partir de então, a concorrência dos veículos japoneses, assustando os analistas econômicos e levando os estadunidenses a perceberem que as suas indústrias estavam perdendo mercado para os produtos importados.

Assim, tomando consciência da crise que se delineava, a alternativa encontrada pelo governo foi a implantação de medidas neoliberais que, apesar de se apresentarem como uma possível solução para atenuar os efeitos negativos da “década perdida”, não foram suficientes para evitar que os Estados Unidos registrassem pequenas taxas de crescimento durante o período.

CRISE DE VALORES

Durante a Guerra Fria, havia um claro choque entre dois sistemas de valores políticos, sociais e ideológicos. Nos anos 1960, a juventude questionou todos os valores, aos quais opôs o trinômio “sexo, drogas e *rock’n’roll*”. Mas, nos anos 1970 e 1980, o *rock*, as drogas e o sexo viraram apenas mais uma indústria lucrativa. A humanidade chegou à década de 1980 imersa numa grande crise de perspectivas. O fim do socialismo parecia indicar não haver outra saída, a não ser o individualismo, a competição, o consumismo. Ao mesmo tempo, o neoliberalismo “vitorioso” não resolveu nenhuma crise. Ao contrário, foi um sintoma da impotência do ser humano diante da crescente miséria no mundo.

Acentuou-se a tendência à concentração de renda e ao aumento da desigualdade social. A explosão do *rap* – música com letras, em geral, tristes e violentas, surgida nos hiperguetos de Nova York, Chicago, Washington e Los Angeles – foi um sintoma do agravamento das condições de vida dos setores mais pobres, formados majoritariamente por negros e hispânicos. A revolta de Los Angeles, em abril de 1992, foi um apito da panela de pressão. Indignados com o racismo da polícia local e desesperados com as péssimas condições de vida, dezenas de milhares de negros e hispânicos saquearam lojas, construíram barricadas, enfrentaram a polícia.

Washington nada tinha a oferecer, exceto um discurso ideológico que reafirmava a suposta superioridade do capitalismo e daquilo que seus ideólogos qualificavam como valores democráticos ocidentais. Em nome de tais valores, e para sustentar o seu discurso, Washington criou novos “inimigos universais” do mundo ocidental, entre os quais o Islã e o narcotráfico, que tomaram o lugar antes ocupado pelo comunismo. A Guerra do Golfo foi preciosa nesse sentido.

ARBEX JÚNIOR, José. *Guerra Fria: o Estado terrorista*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005. p. 144-145. [Fragmento]

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



01. (PUC RS) Durante a administração de Reagan, nos anos 1980, um dos efeitos internacionais da política econômica americana, a qual visava retomar a espiral de crescimento, foi



- A) a transferência dos custos da crise para o Terceiro Mundo, tendo como resultado o progressivo endividamento deste.
- B) a substituição do padrão dólar pelo padrão ouro, que permitiu aos Estados Unidos concentrar a poupança internacional e multiplicar a emissão de papel-moeda.
- C) a disputa entre NAFTA e a União Europeia pela hegemonia comercial mundial, por meio do GATT.
- D) a falência das economias latino-americanas, que foram forçadas a adotar o dólar como moeda nacional.
- E) a emergência do Japão como potência militar aliada dos americanos, passando esse país a dominar o comércio no Oceano Pacífico.

02. (Mackenzie-SP) [...] eu tenho um sonho: que um dia, nas colinas vermelhas da Geórgia, os filhos de ex-escravos e os filhos de ex-senhores de escravos possam se sentar juntos à mesa da fraternidade [...] Poderemos apressar a chegada do dia em que todos os filhos de Deus, negros e brancos, judeus e gentios, protestantes e católicos, poderão se dar as mãos e cantar juntos as palavras do velho *Spiritual negro*: livres finalmente! Graças a Deus todo-poderoso, estamos livres finalmente.

KING, Martin Luther. Pronunciamento em Washington.
In: *Os grandes líderes*.

O presente trecho do pronunciamento de Martin Luther King refere-se

- A) à Guerra de Secessão, durante o Governo Lincoln, e à abolição da escravatura nos EUA.
- B) a distúrbios raciais durante o Governo Clinton, na cidade de Los Angeles.
- C) ao movimento pelos direitos civis, durante o Governo Kennedy, contra a segregação racial.
- D) à proibição de atividades da Ku Klux Klan durante o Governo Carter, impedindo o racismo.
- E) à libertação do líder negro Nelson Mandela durante o governo Bush, liquidando o Apartheid.

03. (PUCPR) Durante a Guerra Fria, desenvolveu-se, nos Estados Unidos, uma ideologia conhecida como macarthismo.

Essa ideologia tinha como objetivo

- A) caracterizar as bases da política externa dos Estados Unidos para a América Latina depois da Revolução Cubana.
- B) definir os fundamentos da doutrina geopolítica dos Estados Unidos para as Américas e para a região do Oceano Pacífico.
- C) definir os princípios da presença das multinacionais americanas nas regiões de grande interesse estratégico dos Estados Unidos.

D) fundamentar organizações internacionais, como a ONU, a OEA e a OTAN, que se tornaram grandes instrumentos de execução da política externa americana durante a Guerra Fria.

E) vigiar e impedir que simpatizantes de ideologias de esquerda ocupassem cargos de liderança e influência no funcionalismo público, no governo, nas universidades, nos meios de comunicação e nas grandes corporações econômicas americanas.

04. (ESPM-SP-2016) Figura polêmica da dramaturgia hollywoodiana, Dalton Trumbo foi o criador de uma penca de roteiros brilhantes, alguns premiados com o Oscar. Atualmente em cartaz a cinebiografia *Trumbo – A lista negra*, baseada em obra de 1977 do jornalista Bruce Cook, centra-se no período em que Trumbo e dezenas de colegas tornaram-se alvo do Macarthismo.

CARTA CAPITAL, 18 mar. 2016.

O Macarthismo foi

- A) uma perseguição a artistas e intelectuais considerados simpatizantes do nazismo.
 - B) uma perseguição, verdadeira caça às bruxas, a artistas e intelectuais simpatizantes do comunismo.
 - C) uma perseguição a todos os que se manifestavam pelo pacifismo e contra os testes nucleares.
 - D) uma campanha que pregava o fechamento das fronteiras dos estados unidos para refugiados da segunda guerra mundial.
 - E) uma campanha que pregava o fechamento da fronteira dos estados unidos para mexicanos.
- 05.** (Fatec-SP-2016) Ao longo da história, os Jogos Olímpicos serviram como cenário para diversas manifestações, individuais ou coletivas, de cunho político.



Disponível em: <<http://tinyurl.com/pa6xp21>>.
Acesso em: 14 nov. 2015.

Esta imagem retrata os velocistas afro-estadunidenses Tommie Smith e John Carlos, em um momento emblemático da história das olimpíadas modernas, ocorrido nos Jogos Olímpicos da Cidade do México, em 1968.

De acordo com o contexto histórico da imagem apresentada, é correto afirmar que os atletas

- A) participaram de uma grande manifestação contra a política racial do Apartheid, na África do Sul.
- B) prestaram homenagem aos onze desportistas israelenses assassinados por terroristas palestinos.

- C) fizeram a saudação dos Panteras Negras, grupo que lutava pelos direitos civis dos negros estadunidenses.
- D) protestaram contra a política nazista de Adolf Hitler, que assistiu à competição em uma das tribunas do estádio.
- E) participaram do maior boicote da história dos Jogos Olímpicos, liderados pelos Estados Unidos, contra a União Soviética.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



- 01.** (PUC-SP-2017) Pobreza, discriminação, segregação, linchamento e violência policial – tudo isso caracterizava a vida dos negros dos Estados Unidos nos anos 50. Aproveitando as mensagens de liberdade e prosperidade do discurso oficial e apoiados por seus aliados brancos, negros de todo o país, tanto dos estados outrora escravistas do Sul quanto dos do Norte, construíram o mais importante movimento da história dos Estados Unidos, o “Movimento por Direitos Civis”. Conferindo à palavra “liberdade” um novo sentido de igualdade e reconhecimento de direitos e oportunidades, conseguiram mudar as relações raciais, políticas e sociais nos Estados Unidos, inspirando outros americanos a lutar pelos seus direitos.

PURDY, Sean. O outro sonho americano. *História Viva*, n. 54, abr. 2008.

Entre as vertentes que compuseram o movimento citado no texto, é correto citar

- A) a mobilização pacifista contra a Guerra do Vietnã e a luta de Malcolm X pela conversão dos negros ao catolicismo.
- B) o princípio da resistência não violenta de Martin Luther King e a proposta de ação direta de autodefesa de Malcolm X.
- C) a defesa da plena harmonia entre brancos e negros dos Panteras Negras e o projeto de evangelização dos negros de Martin Luther King.
- D) o esforço de prestar assistência às comunidades que os Panteras Negras oprimiam e a rejeição das políticas segregacionistas pela Ku Klux Klan.

- 02.** (UFRGS-RS-2017) Observe a imagem a seguir.



Disponível em: <http://libguides.marquette.edu/dream_speech>. Acesso em: 22 ago. 2016.

Em agosto de 1963, após a famosa Marcha de Washington, Martin Luther King proferiu o famoso discurso “Eu Tive um Sonho”, em que sintetizava algumas ideias do Movimento dos Direitos Civis norte-americano, do qual era uma das principais lideranças.

Assinale a alternativa que indica uma das preocupações do movimento.

- A) A defesa intransigente da Guerra do Vietnã e da permanência das tropas norte-americanas na Ásia.
- B) O fim da segregação racial no Sul dos Estados Unidos e a proteção aos direitos civis dos afro-americanos.
- C) A separação do Sul norte-americano, em relação ao resto da nação, e a refundação dos Estados Confederados da América.
- D) O nacionalismo radical e o isolacionismo norte-americano diante dos conflitos globais.
- E) O expansionismo norte-americano e o imperialismo como forma de diminuir os conflitos raciais no país.

- 03.** (UFU-MG)



Disponível em: <<http://kdimagens.com/imagem/por-que-a-agente-brinca-de-guerra-e-nao-de-paz-818>>. Acesso em: 06 jul. 2012.

O século XX é considerado o século dos Estados Unidos. O país tornou-se uma superpotência mundial, internacionalizou valores e comportamentos por meio de Hollywood, esteve presente em todos os conflitos mundiais e em grande parte dos conflitos regionais e construiu um império com a ampliação de sua área de influência após a Segunda Guerra Mundial.

Nesse processo, as guerras empreendidas pelos Estados Unidos ao longo do século XX tiveram grande importância. Contudo, nem todos os norte-americanos aprovam as guerras empreendidas pelo país.

Na visão de Bill Watterson, a guerra é indesejável,

- A) pois impõe a derrota a todos os lados envolvidos, inclusive aos Estados Unidos.
- B) quando os Estados Unidos têm poucas chances de vencer o inimigo.
- C) mas ensina à população, e em especial às crianças, que o bem deve vencer o mal.
- D) porém própria da natureza humana, contra a qual não se pode lutar.

04. (FGV) Em 1964, o pugilista Cassius Clay, aos 22 anos, conquistou o título mundial de pesos-pesados.



Nesse mesmo ano, alterou seu nome para Muhammad Ali e converteu-se à religião muçulmana. Em 1967, foi condenado à prisão por ter se recusado a lutar na Guerra do Vietnã. Com isso, foi destituído do título mundial que voltaria a ganhar novamente em 1974 e em 1978.

O momento da história dos Estados Unidos, com o qual se entrelaça a biografia de Muhammad Ali, caracterizou-se por

- A) fortes contestações contra a política externa norte-americana e de afirmação dos direitos civis.
- B) intensas movimentações políticas em torno do *impeachment* do presidente Kennedy.
- C) graves conflitos entre os sindicatos e os órgãos de repressão política estadunidense.
- D) aguda repressão às ações da Máfia e de outras facções do crime organizado.
- E) perseguições a grupos de extrema direita infiltrados entre os ativistas dos movimentos negros.

05. (UDESC) Na década de 1980, Ronald Reagan (nos Estados Unidos) e Margaret Thatcher (na Inglaterra) levaram a cabo políticas formuladas com base nas ideias econômicas desenvolvidas em meados dos anos 1970, que defendiam transformações substanciais no capitalismo, a fim de superar a crise da década. Esse conjunto de ideias e medidas – adotado pela maioria dos países desenvolvidos no período – pode ser explicado, de modo geral, (1) _____ e ficou conhecido como (2) _____.



Assinale a alternativa correta que preenche os espaços (1) e (2) na sequência estabelecida, com as respectivas definições.

- A) (1) pela intervenção direta do Estado na economia nacional, política econômica baseada na teoria do economista inglês John Keynes
(2) New Deal.
- B) (1) pelo aumento da produção industrial e pela participação no comércio internacional, bem como políticas de valorização da moeda por parte do Estado, com o objetivo de fortalecer a economia nacional
(2) capitalismo monopolista.

- C) (1) pela não intervenção do Estado na economia; ao Estado cabia apenas a gerência sobre a formação dos trustes e cartéis
(2) mão invisível do mercado.
- D) (1) pela não intervenção do Estado na economia, o que incluía deixar de defender a manutenção dos empregos, e o corte significativo de gastos públicos na área social
(2) neoliberalismo.
- E) (1) pela intervenção estatal na economia; para proteger o mercado interno, o governo armazenou a produção do setor agrícola, a fim de aumentar os preços no mercado interno e a elevação de taxas de importação, etc.
(2) neoliberalismo.

06. (UFSM-RS) Em 1953, nos Estados Unidos, o jornalista Edward R. Murrow utilizou seu programa na TV CBS – a maior rede de TV norte-americana – para denunciar a política de “caça às bruxas” do senador Joseph McCarthy.

O contexto da década de 1950, em que está ambientado esse episódio, que foi também tema do filme *Boa noite, boa sorte*, corresponde às alternativas a seguir, exceto

- A) Formulação da Doutrina Truman e criação do Comitê de Atividades Antiamericanas para realizar a propaganda comunista em apoio à União Soviética.
- B) Fragilização dos direitos civis e políticos nos EUA – qualquer pessoa com críticas ao capitalismo podia ser considerada um potencial inimigo do Estado e traidor da pátria.
- C) Revolução Cubana em contraposição à política dos EUA de ter a América Latina sob sua influência – algo enunciado desde a Doutrina Monroe, na 1ª metade do século XIX.
- D) Apoio dos EUA, por meio da CIA, à derrubada do Governo Jacob Arbenz da Guatemala – esse governo vinha atuando na defesa do interesse nacional, na implementação da reforma agrária e na expropriação da empresa norte-americana, United Fruit Company.
- E) Apoio dos EUA à queda do primeiro-ministro iraniano Mohammed Mossadegh, que havia nacionalizado os campos de petróleo. O poder é assumido pelo xá Reza Pahlevi, aliado de Washington.

07. (FGV-SP) Em 1992, milhões de brasileiros saíram às ruas exigindo o *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello. Apesar das dificuldades do termo em inglês, os manifestantes logo aprenderam que se tratava de um mecanismo legal para o afastamento do presidente e a perda do mandato presidencial. Na verdade, o mundo todo acompanhara, alguns anos antes, a renúncia de um presidente ameaçado por um pedido de *impeachment* registrado no Congresso de seu país. Essa situação refere-se a

- A) Salvador Allende, que renunciou à Presidência do Chile em 11 de setembro de 1973, diante das acusações de corrupção que eram apuradas pelos deputados chilenos.
- B) John Kennedy, que renunciou à Presidência dos Estados Unidos em 22 de novembro de 1963, devido às acusações de que seu governo mantinha estreitas ligações com a máfia norte-americana.

- C) Ronald Reagan, que renunciou à Presidência dos Estados Unidos em 14 de abril de 1986, após as repercussões negativas provocadas pelos bombardeios da Força Aérea norte-americana na Líbia, o que levou a oposição a formular o pedido de *impeachment* do presidente.
- D) Richard Nixon, que renunciou à Presidência dos Estados Unidos em 8 de agosto de 1974, acusado de envolvimento no escândalo Watergate, no qual se configurava a montagem de espionagem eletrônica ao opositor Partido Democrata norte-americano.
- E) Jânio Quadros, que renunciou à Presidência do Brasil em 25 de agosto de 1961, para escapar da aprovação do seu *impeachment* devido às suas declarações de apoio ao regime cubano de Fidel Castro.

08. (UFJF-MG-2017) Observe as imagens e leia o texto a seguir, relacionado às lutas em torno da questão racial nos Estados Unidos. Em seguida, responda às questões:

Imagem A



Discurso Martin Luther King (1963).

Disponível em: <<https://campusmlk.wordpress.com/martinluther-king-jr>>. Acesso em: 29 set. 2016.

Imagem B



"Panteras Negras" (anos 1960).

Disponível em: <<http://ocomtemporaneobrasil.blogspot.com.br/2015/04/ospanteras-negras-contra-o-racismo.html>>. Acesso em: 29 set. 2016.

"As mortes violentas de dois homens negros pela polícia em apenas dois dias nos Estados Unidos, gravadas com telefone celular, acenderam novos protestos e agravaram a ferida racial do país e a desconfiança das minorias frente às forças policiais".

Tradução proposta da Reportagem do Jornal *El País*, 08 jul. 2016.

- A) Destaque a principal diferença entre as estratégias utilizadas pelos movimentos em luta pela igualdade racial nos Estados Unidos nos anos 1960.
- B) De que maneira o texto destacado se relaciona com as imagens A e B?

09. (UDESC) Leia o trecho do discurso a seguir, proferido em 28 de agosto de 1963, em Washington, pelo pastor Martin Luther King.

Cem anos atrás um grande americano, em cuja sombra simbólica nos encontramos hoje, assinou a proclamação da emancipação [dos escravos]. [...] Mas, cem anos mais tarde, o negro ainda não está livre. Cem anos mais tarde, a vida do negro ainda é duramente tolhida pelas algemas da segregação e os grilhões da discriminação. Cem anos mais tarde, o negro habita uma ilha solitária de pobreza, em meio ao vasto oceano de prosperidade material. Cem anos mais tarde, o negro continua a mofar nos cantos da sociedade americana, como exilado em sua própria terra. [...] Jamais estaremos satisfeitos enquanto o negro for vítima dos desprezíveis horrores da brutalidade policial. [...] Jamais estaremos satisfeitos enquanto nossas crianças tiverem suas individualidades e dignidades roubadas por cartazes que dizem "exclusivo para brancos". Jamais estaremos satisfeitos enquanto um negro no Mississippi não puder votar e um negro em Nova Iorque acreditar que não tem nada em que votar. Digo a vocês hoje, meus amigos, que, apesar das dificuldades de hoje e de amanhã, ainda tenho um sonho. É um sonho profundamente enraizado no sonho americano. Tenho um sonho de que um dia esta nação se erguerá e corresponderá em realidade o verdadeiro significado de seu credo: "Consideramos essas verdades manifestas: que todos os homens são criados iguais".

Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/veja-na-integra-o-historico-discurso-de-martin-luther-king>>.

Analise as proposições em relação ao texto e ao contexto da época.

- I. Martin Luther King foi líder do movimento contra a segregação racial nos Estados Unidos da América, nos anos 60. Foi assassinado em 1968 em decorrência de sua atuação na luta pelos direitos civis dos negros.
- II. A partir do trecho do discurso, anterior, pode-se concluir que a sociedade norte-americana era marcada por profundas diferenças entre os brancos e os negros, e que os negros, em todos os estados dos EUA, não tinham o direito ao voto.
- III. Ao dizer que seu sonho "É um sonho profundamente enraizado no sonho americano" Martin Luther King estava se referindo ao princípio de igualdade que consta na Constituição dos Estados Unidos da América.
- IV. Nos EUA, durante a década de 1960, existiam diferenças na legislação no que se referia aos direitos civis e políticos dos habitantes que eram descendentes de africanos, o que motivou os movimentos liderados por Martin Luther King.

Assinale a alternativa correta.

- A) Somente as afirmativas I, II e IV são verdadeiras.
- B) Somente as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
- C) Somente as afirmativas I, III e IV são verdadeiras.
- D) Somente as afirmativas II, III e IV são verdadeiras.
- E) Todas as afirmativas são verdadeiras.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem-2018)

Figura 1



Disponível em: <www.thehenryford.org>. Acesso em: 03 maio 2018.

Figura 2



Disponível em: <www.abc.net.au>. Acesso em: 03 maio 2018.

Esse ônibus relaciona-se ao ato praticado, em 1955, por Rosa Parks, apresentada em fotografia ao lado de Martin Luther King. O veículo alcançou o estatuto de obra museológica por simbolizar o(a)

- A) impacto do medo da corrida armamentista.
- B) democratização do acesso à escola pública.
- C) preconceito de gênero no transporte coletivo.
- D) deflagração do movimento por igualdade civil.
- E) eclosão da rebeldia no comportamento juvenil.

02. (Enem) Nós nos recusamos a acreditar que o banco da justiça é falível. Nós nos recusamos a acreditar que há capitais insuficientes de oportunidade nesta nação. Assim nós viemos trocar este cheque, um cheque que nos dará o direito de reclamar as riquezas de liberdade e a segurança da justiça.

KING JR., M. L. *Eu tenho um sonho*, 28 ago. 1963. Disponível em: <www.palmares.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2011 (Adaptação).

O cenário vivenciado pela população negra, no sul dos Estados Unidos nos anos 1950, conduziu à mobilização social. Nessa época, surgiram reivindicações que tinham como expoente Martin Luther King e objetivavam

- A) a conquista de direitos civis para a população negra.
- B) o apoio aos atos violentos patrocinados pelos negros em espaço urbano.
- C) a supremacia das instituições religiosas em meio à comunidade negra sulista.
- D) a incorporação dos negros no mercado de trabalho.
- E) a aceitação da cultura negra como representante do modo de vida americano.

GABARITO

Meu aproveitamento

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

- 01. A
- 02. C
- 03. E
- 04. B
- 05. C

Propostos

Acertei _____ Errei _____

- 01. B
- 02. B
- 03. A
- 04. A
- 05. D
- 06. A
- 07. D
- 08.
- A) A diferença é que Martin Luther King utilizava-se de meios pacíficos (como discursos e passeatas) para atingir seus objetivos. Já os Panteras Negras eram favoráveis à utilização de violência para conquistarem seus objetivos.
- B) O texto mostra que ainda hoje existem conflitos raciais nos EUA.
- 09. C

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

- 01. D
- 02. A



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Descolonização Afro-Asiática

Após o término da Segunda Guerra Mundial, as nações que se sagraram vitoriosas no conflito comandaram um processo de reorganização de poderes. A partir desse novo contexto, marcado pela Guerra Fria, o mundo passou por transformações que alteraram profundamente a relação entre dominadores e dominados. Dessa forma, boa parte da África e da Ásia, que desde o século XIX se encontravam sob o domínio europeu, conquistou a sua independência, o que significou, na prática, a inserção de novos parâmetros geográficos, econômicos e culturais para a ordem mundial vigente.

Entre os elementos que nos permitem compreender a aceleração do processo de independência da África e da Ásia, pode-se ressaltar o enfraquecimento da Europa, que, por abrigar grande parte das batalhas travadas durante a Segunda Guerra, encontrava-se economicamente arrasada após o conflito. Mesmo os países europeus que haviam lutado ao lado dos Aliados e, assim, vencido o conflito passaram a depender dos investimentos estadunidenses para que pudessem reestruturar suas economias. Tal fraqueza, portanto, passou a ser um dos fatores que tornavam inviável a manutenção do domínio colonial europeu na África e na Ásia.

Concomitantemente à fragilização europeia, as duas grandes forças que à época disputavam a Guerra Fria – EUA e URSS – passaram a financiar parte dos processos de independência dos continentes africano e asiático. A intenção das superpotências era aproveitar a perda da hegemonia europeia para buscar novas áreas de influência política, econômica e ideológica. Ora, em uma ordem bipolarizada, a ideologia que conquistasse maior abrangência mundial se sagraria a vencedora da Guerra Fria e, como a África e a Ásia eram continentes com uma grande população e inúmeros recursos naturais, sua conquista era fundamental tanto para as pretensões capitalistas quanto para as socialistas.

Analisando as questões inerentes aos povos dominados, deve ser ressaltado, ainda, que as principais colônias francesas, inglesas, belgas e holandesas participaram da Segunda Guerra ao lado de suas metrópoles, cumprindo um papel fundamental na luta contra os países que formavam o Eixo. Aos colonos, cabia o fornecimento de alimentos, de matéria-prima e, principalmente, de tropas, que, a princípio, formaram uma aliança com os metropolitanos. Ao final do conflito, entretanto, as diferenças vieram à tona, afinal, quando se aliaram às suas metrópoles, africanos e asiáticos lutaram em favor da democracia e da liberdade, mas, ao final da guerra, esses povos continuavam colonizados, contradição que os inspirou a lutar pela sua própria liberdade.

Outro fator agravante que resultou dessa aliança foi a experiência militar adquirida pelos colonos, pois, quando as lutas emancipacionistas eclodiram, os povos colonizados lançaram mão dos conhecimentos apreendidos durante as batalhas para se desvincularem das suas metrópoles.

Por fim, cabe ressaltar que a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, também foi um elemento de suma importância para a descolonização afro-asiática. Já na carta de criação da ONU, figurava um dos princípios básicos que norteou os trabalhos da organização: o direito de autodeterminação dos povos. De acordo com esse princípio, toda nação tem o direito de se autogovernar e escolher seus próprios caminhos, guiando-se pelos valores democráticos e respeitando a liberdade dos outros povos. Posto que o documento foi assinado por todos os países pertencentes à ONU (entre os quais figuram as potências europeias que dominavam as regiões da África e da Ásia), a contradição ficava evidente, pois, se na teoria os europeus defendiam a liberdade dos povos, na prática a manutenção de colônias violava seus princípios declarados. Portanto, diante da incoerência das nações imperialistas, estas passaram a sofrer duras críticas por parte dos seus colonos e também de diversas outras regiões, como os países livres da América e os países da Europa que não tinham colônias.

Pressionados e fragilizados, os impérios coloniais europeus ruíram na segunda metade do século XX, dando lugar aos países independentes que, de forma gradual, foram se formando e dando contornos a uma nova organização de poderes. É válido ressaltar, no entanto, que o processo de descolonização afro-asiático não foi homogêneo, fazendo-se necessária a análise de alguns casos específicos.

DESCOLONIZAÇÃO ASIÁTICA

Índia

O processo de independência da Índia teve início na década de 1920, sob a liderança de Mahatma Gandhi, defensor da não violência e da desobediência civil como estratégias para a conquista da liberdade. Em vez do confronto direto com o Exército inglês, o movimento propunha a realização de greves, manifestações pacíficas, boicotes aos produtos ingleses e a desobediência às leis metropolitanas.

Um dos principais protestos ocorreu em 1930, quando, desafiando o monopólio do sal imposto pelos ingleses, Gandhi caminhou aproximadamente 400 quilômetros até o litoral e convocou a população a produzir seu próprio sal. Após uma série de greves de fome, prisões e discursos pacifistas, Gandhi atingiu o seu objetivo e a Inglaterra concedeu a independência à Índia, no dia 15 de agosto de 1947.



Autor desconhecido / Domínio Público

O advogado Mahatma Gandhi defendia a conquista da independência por meios pacíficos.

Apesar de atender aos anseios da maioria da população indiana, a libertação do país não eliminou as diferenças étnicas existentes naquela região, pois os hindus, que compunham mais de 60% da população, passaram a almejar o poder político da Índia mediante a atuação do Partido do Congresso. Já os muçulmanos, que representavam, aproximadamente, 25% da população, formaram a Liga Muçulmana, que propunha a divisão da Índia em dois Estados. Essa proposta agradava aos ingleses, que não desejavam a formação de um país muito forte no continente asiático.

Dessa forma, por meio de sua influência na ONU, a Inglaterra aderiu à causa muçulmana e conseguiu que a Índia fosse dividida em dois países: a União Indiana, hindu, tendo como primeiro-ministro Nehru, e o Paquistão, muçulmano, com seu território separado por 2 mil quilômetros que dividiam a ala oriental da ala ocidental do país.

Após a separação entre indianos e paquistaneses, a fragmentação da ex-colônia continuou, e, em 1948, a ilha de Ceilão, situada no extremo sul do país, se tornou independente, adotando o nome de Sri Lanka, país majoritariamente budista. Em 1971, foi a vez do Paquistão Oriental se separar do Paquistão Ocidental. O novo país, que assumiu o nome de Bangladesh, não teve dificuldades para conquistar o reconhecimento da sua independência por parte da Índia, que desejava enfraquecer os paquistaneses.

O mundo indiano após a independência



Arquivo Bemoilli

Em meio ao conturbado contexto de independência da Índia, Mahatma Gandhi, que defendia um espírito de cooperação entre as etnias indianas, foi assassinado no dia 31 de janeiro de 1948. Curiosamente, o assassino não era um paquistanês, e sim um fanático hindu, que não concordava com a proposta de unificação pregada pelo líder da independência indiana. Naquele ano, portanto, morria o apóstolo da não violência e um dos homens mais cultuados pela humanidade.

Indonésia

A Indonésia, que desde o século XVI era uma colônia holandesa, foi invadida durante a Segunda Guerra Mundial pelos japoneses, que, a partir de então, passaram a ser vistos como os libertadores do povo indonésio. No entanto, a Segunda Guerra resultou na derrota do Eixo e, consequentemente, do Japão, o que, na prática, significava o retorno do controle da Indonésia para os holandeses. Não concordando com a nova imposição europeia, o líder nacionalista Ahmed Sukarno comandou uma rebelião em 1945 que resultou na Proclamação da República da Indonésia.

Assim como em outros países recém-independentes, a emancipação – que só foi reconhecida após quatro anos de guerra – não significou a imediata pacificação do país, já que, em 1965, Suharto, um general das Forças Armadas, depôs o então líder Ahmed Sukarno, juntamente com toda a alta cúpula do governo indonésio. Suharto, que governou o país ditatorialmente até 1998, acusou seus antecessores de manterem relações secretas com o governo comunista chinês, argumento que justificaria a sua ação impositiva.

Sob o comando de Suharto, a Indonésia adotou uma postura expansionista na região que a cercava. Dessa forma, em 1975, logo que os portugueses anunciaram a retirada das suas tropas de uma das suas ex-colônias asiáticas, o Timor-Leste, os indonésios a invadiram, assumindo o seu controle político. Criticada pela opinião pública internacional, a Indonésia recebeu o apoio incondicional dos Estados Unidos, que temiam que a Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente (FRETILIN) tomasse o poder no país. Além de desejar frear a expansão do socialismo na Ásia em um contexto de Guerra Fria, é importante ressaltar que o governo estadunidense era um importante aliado da ditadura implantada por Suharto, líder que representava a direita indonésia.

Em 1999, após a queda da ditadura de Suharto e do fim da Guerra Fria, a ONU organizou um plebiscito junto à população timorense para que esta pudesse decidir pela independência do Timor ou pela manutenção do controle indonésio sobre a região. Em virtude das décadas de dominação imposta pelos indonésios, os timorenses optaram pela formação de um país independente, escolha que desencadeou uma grande guerra civil, já que grupos paramilitares contrários a essa posição invadiram cidades, queimaram residências e mataram seus opositores. Foi necessária, portanto, a intervenção de forças de paz da ONU no Timor-Leste para que a estabilidade e a segurança do país fossem garantidas. Foi somente em 2002, quando Xanana Gusmão – antigo líder da luta pela independência – foi eleito presidente do país, que as tropas de paz da ONU se retiraram e passaram, definitivamente, o poder político para a população local.

Indochina

As pretensões emancipacionistas da Indochina, formada pelos atuais Vietnã, Camboja e Laos e que havia sido colonizada pela França, eram registradas desde o início do século XX, já que a administração francesa insistia em reunir em uma mesma colônia diversas etnias diferentes. Durante a Segunda Guerra Mundial, no entanto, a Indochina foi invadida pelos japoneses, que tentavam impor um domínio imperialista sobre a Ásia, domínio este que foi interrompido em 1945, quando, após a derrota do Japão, o controle da Indochina voltou para a administração francesa.

Diante do retorno à condição de colônia europeia e da consequente insatisfação popular por parte dos indochineses, o líder nacionalista Ho Chi Minh tomou a frente das lutas e proclamou a independência do Vietnã em 1945, ato que iniciou uma longa batalha entre a Indochina e a França. A solução para o conflito veio apenas em 1954, quando, após serem derrotados na batalha de Diem Bienphu, os franceses reconheceram a independência da região mediante a Conferência de Genebra. O acordo, mediado pelas grandes forças internacionais, previa a divisão da península indochinesa em quatro países independentes: Laos, Camboja, Vietnã do Norte e Vietnã do Sul.

Vietnã após a independência



Se a separação política do Camboja e do Laos era almejada pela própria população indochinesa, a fragmentação do Vietnã ocorreu como um reflexo das disputas travadas durante a Guerra Fria. Afinal, o Vietnã do Norte, que tinha como capital a cidade de Hanói, optou pela adoção do socialismo, ao passo que o Vietnã do Sul, que tinha como capital Saigon, era vinculado ao bloco capitalista comandado pelos EUA. Vale ressaltar, ainda, que, de acordo com a Conferência de Genebra, em 1956, haveria a realização de um plebiscito junto aos vietnamitas do norte e do sul para que pudessem decidir sobre a reunificação ou não do país em um só regime. Temendo perder o plebiscito, devido ao prestígio de Ho Chi Minh, o primeiro-ministro do Vietnã do Sul, Ngo Dinh Diem, instalou uma ditadura no país, apoiada pelos Estados Unidos, e cancelou as eleições.

A atitude autoritária por parte do Vietnã do Sul fez com que os guerrilheiros comunistas que ali viviam, os vietcongues, se confrontassem com as tropas do governo de Saigon. O que a princípio parecia ser um simples levante popular tornou-se uma violenta guerra civil em 1959, quando o Vietnã do Norte, apoiado pela União Soviética e pela China, declarou guerra ao Vietnã do Sul, que, por sua vez, era apoiado pelos Estados Unidos. O conflito ganhou proporções tão grandes que, entre 1965 e 1968, mais de 500 mil soldados estadunidenses foram enviados ao Vietnã. Ainda assim, quem mais sofreu com o conflito foi a população civil, que era alvejada por meio da utilização de armas químicas, como o napalm e os desfolhantes.

Apesar do poderio bélico dos Estados Unidos e da utilização de armas de grande poder destrutivo, nos campos de batalha, eram os vietcongues e o Exército nortista que obtinham as maiores vitórias por meio da utilização da densa vegetação vietnamita, que servia como subsídio adequado para a prática das táticas de guerrilhas.

Assim, após registrar inúmeras baixas entre os seus soldados e diante da rejeição da opinião pública internacional, os Estados Unidos assinaram o Acordo de Paris (1973), por meio do qual se comprometiam a retirar as suas tropas da região. A guerra prosseguiu até 1975, quando o Vietnã do Norte tomou Saigon e reunificou o país sob o regime socialista.

DESCOLONIZAÇÃO AFRICANA

Antes de analisar casos específicos de emancipação de alguns países africanos, devemos nos lembrar de que grande parte dos problemas registrados ainda hoje nesse continente é herança do imperialismo iniciado no século XIX. Desde então, para atender às necessidades metropolitanas, o continente africano passou a ser retalhado, havendo a junção de etnias rivais em um mesmo território ou mesmo a separação de etnias afins em colônias diferentes. Além disso, os europeus promoveram a exploração violenta das riquezas africanas e se empenharam em destruir parte da cultura desses povos em nome da ciência e do progresso. Dada, portanto, essa dominação ostensiva da África, a ação dos europeus foi efetiva não só no intuito de atender às suas necessidades econômicas, mas também serviu para que a resistência africana perante a dominação metropolitana fosse dificultada.

Se durante o século XIX os europeus conseguiram conter os levantes coloniais que exigiam a independência, ao final da Segunda Guerra Mundial, o quadro das relações entre a Europa e a África era bem diferente, pois, com o declínio do eurocentrismo, os colonos conseguiram reunir elementos que favorecessem as lutas de libertação. Foi nesse contexto que o pan-africanismo ganhou uma grande repercussão. De acordo com os defensores dessa ideia, os povos africanos, tendo um destino e um inimigo comum, precisavam unir os seus esforços para vencer os desafios e impedir a dominação imperialista no continente.

Apesar do sonho de unidade africana e da ação de vários homens que lutaram pela aproximação das etnias daquele continente, as diferenças étnicas, culturais e econômicas dificultaram a construção de uma África unida e desenvolvida. Assim, mesmo com o processo de emancipação que se desenrolou entre as décadas de 1940 e 1970, a diminuição das desigualdades e do atraso econômico não se efetivou, situação que manteve a dependência econômica dos países recém-libertos junto às maiores nações industrializadas europeias.

Um caso singular ocorrido durante a descolonização africana foi o das colônias portuguesas, as últimas a se tornarem independentes. A longa ligação entre estas e a sua metrópole se explica pela longevidade do regime salazarista, que, caracterizando-se como uma pesada ditadura comandada pela extrema direita, mantinha um rigoroso controle sobre as suas colônias apesar dos excessivos gastos que isso gerava. Portanto, foi somente após a derrubada do regime, em 1974, que as regiões dominadas conseguiram concretizar os seus processos de independência.

Em Moçambique, uma dessas colônias, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), assumiu o poder político em 1975, implantando, por meio da luta armada, o socialismo no país.

Outro caso interessante ocorreu em Angola, onde os dois principais grupos que haviam lutado pela independência do país passaram a disputar o comando político após a emancipação angolana. Um deles, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), tinha como líder Agostinho Neto, possuía orientação marxista e era apoiado pela URSS e por Cuba. A União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), por sua vez, tinha inicialmente orientação marxista-maoísta, mas se tornou anticomunista em virtude dos financiamentos recebidos da África do Sul e dos Estados Unidos. Tendo em vista tal contexto, a ascensão de um desses grupos se tornou um ato estratégico para as superpotências que disputavam a Guerra Fria. Desse embate, os socialistas saíram vencedores, pois, já no ano da sua independência, Angola passou a ser governada pelo MPLA. Ainda assim, a implantação do socialismo na ex-colônia portuguesa acarretou uma violenta guerra civil, travada entre a MPLA e a UNITA, que se estendeu até meados de 2001, vitimando grande parte da população angolana.

A REAÇÃO DO TERCEIRO MUNDO

Diante do desejo das superpotências que disputavam a Guerra Fria de transformarem os países recém-independentes em zonas de influência para as suas ideologias, em 1955, alguns desses países realizaram, na Indonésia, a Conferência de Bandung. O intuito dessa reunião era condenar o imperialismo e o racismo praticados pelos europeus nos continentes africano e asiático durante o neocolonialismo. Além disso, os países participantes, vinte e nove ao todo, declararam-se na condição de não alinhados à Guerra Fria; segundo eles, era direito de cada país escolher o seu regime, fosse ele capitalista ou socialista, mas sem se submeter à influência dos Estados Unidos ou da União Soviética. Os outros objetivos definidos durante a Conferência de Bandung pelos não alinhados foram:

- discutir problemas que ameaçassem a soberania nacional, como o colonialismo;
- contribuir para o processo de paz mundial;
- estudar problemas comuns (econômicos, sociais e culturais);
- desenvolver a cooperação e a boa vontade entre as nações afro-asiáticas.

Apesar dos seus claros objetivos políticos, a Conferência de Bandung trouxe à tona um antigo problema, porém com novas perspectivas: o conflito entre os ricos e pobres, afinal, a intenção dos não alinhados era mudar a posição dos povos que outrora haviam sido dominados.

A única saída para as ex-colônias, portanto, seria aderir aos objetivos traçados em Bandung para que a África e a Ásia se tornassem, enfim, continentes prósperos política e economicamente. O projeto dos não alinhados, entretanto, não foi concretizado e, diante da redefinição da ordem mundial, a maior parte das ex-colônias continuou figurando em posições desprivilegiadas no contexto internacional.

A TOMADA DE CONSCIÊNCIA DOS POVOS COLONIZADOS

A Segunda Guerra Mundial desempenhou um papel fundamental no movimento de revolta das colônias contra as metrópoles. A França, a Bélgica, a Holanda e a Inglaterra estavam envolvidas num conflito de vida e de morte que comprometia a sua própria sobrevivência como países e como nações. No caso dos três primeiros, sob ocupação militar alemã desde 1940, coube aos movimentos de resistência antifascista, liderados ou inspirados pela estratégia britânica de luta desesperada contra a Alemanha e, a partir de 1942, pelas organizações comunistas nos países ocupados, buscar o apoio das colônias.

No caso do norte da África, sobretudo após a campanha das tropas blindadas do general alemão Erwin Rommel (1891-1994) – o Afrika Korps (1941-1943) – no Saara, tendo como alvo o Egito e o Canal de Suez, pôde a Inglaterra revidar o ataque com a brilhante participação das tropas francesas resistentes ao governo colaboracionista de Vichy e o apelo às populações locais. A vitória das tropas francesas em Bir-Hakeim (Líbia, junho de 1942), por exemplo, após 16 dias de cerco por parte do general Rommel, foi decisiva para a recuperação do prestígio francês na região.

Por outro lado, as dificuldades militares por que estavam passando as até então poderosas metrópoles foram muito importantes para enfraquecer a imagem das potências colonizadoras junto a seus colonizados. Começava a ficar seriamente abalado o mito da superioridade do homem branco. A entrada do Japão na guerra (dezembro de 1941) em decorrência do ataque a Pearl Harbor, base dos Estados Unidos no Pacífico, iria comprovar, mais uma vez, que os outros povos da Terra, que não estavam incluídos, segundo a ideologia dominante do colonizador europeu, entre os dominadores eleitos, seriam capazes de enfrentar os invencíveis da véspera. As vitórias japonesas no continente asiático e no Pacífico, sobre holandeses, ingleses, franceses e estadunidenses, foram contundentes. Assim, a extensão do conflito europeu ao norte da África, ao continente asiático e ao Pacífico passara a envolver, direta ou indiretamente, outros povos e outras regiões julgadas, até então, inatingíveis. A guerra se tornara mundial; no seu bojo, emergiam e se multiplicavam as aspirações de independência dos povos dominados.

REIS FILHO, Daniel Araújo; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (Org.). *O século XX: o tempo das crises*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. [Fragmento]

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

01. (UECE) Vários fatores contribuíram para o processo de descolonização afro-asiática que culminou, de fato, na quebra dos elos coloniais há muito tempo presentes no continente africano e no continente asiático. Assinale a alternativa que melhor sinaliza os principais fatores desse processo.
 - A) Perda da hegemonia europeia, graças ao desgaste material e humano provocado pelas duas grandes guerras, e o desenvolvimento do sentimento nacionalista nos povos colonizados.
 - B) Os acordos pactuados entre os EUA e a União Soviética, após a Primeira Guerra Mundial, comprometendo-se em não interferir em ambos os continentes.
 - C) Várias insurreições e movimentos emancipatórios dos vários países afro-asiáticos que se organizaram livremente e lutaram por sua independência após o final da Primeira Guerra Mundial.
 - D) Ausência de princípios de autodeterminação entre os diferentes povos afro-asiáticos que os impulsionasse a se libertar do domínio europeu.

02. O processo de descolonização afro-asiática foi determinado por eventos que se desenharam na Segunda Guerra Mundial, entre eles a criação da ONU, a participação das colônias na Guerra ao lado de suas metrópoles e a própria bipolarização mundial. Diante dessas mudanças promovidas pela Segunda Guerra, podemos afirmar que as independências da Ásia e da África foram favorecidas pelo(a)
 - A) apoio recebido das superpotências, Estados Unidos e União Soviética, que desejavam conquistar áreas de influência para suas ideologias.
 - B) falta de apoio da Organização das Nações Unidas, uma vez que esta era comandada pelas potências que detinham domínio colonial na África e na Ásia.
 - C) ausência das colônias no conflito mundial, o que lhes deu tempo de preparar as lutas contra o domínio das metrópoles que participavam da guerra.
 - D) falta de interesse dos Estados Unidos, principal potência mundial, em apoiar as independências, uma vez que sua preocupação era conter o avanço soviético.
 - E) atraso econômico dessas regiões, que não despertavam o interesse econômico das grandes potências capitalistas vitoriosas na Segunda Guerra.

- 03.** (Unesp) No início dos anos 1990, o presidente Frederik de Klerk declarou oficialmente o fim do Apartheid na África do Sul. Esta política racista
- prevaleceu durante toda a história independente do país e assegurou o convívio harmonioso de brancos e negros sul-africanos.
 - foi implantada após o final da Segunda Guerra Mundial e prolongou o domínio britânico sobre o país por mais cinquenta anos.
 - vigora por mais de quarenta anos e foi um dos instrumentos da minoria branca sul-africana para se impor à maioria negra.
 - foi encerrada apesar do amplo apoio internacional e revelou a dificuldade dos africanos de solidificarem suas instituições políticas.
 - determinou o prevaquecimento socioeconômico de uma elite mestiça e aprofundou as relações inter-raciais no país.

- 04.** (UFTM-MG) Leia um trecho do Comunicado Final da Conferência de Bandung, de abril de 1955.

Em verdade, todas as nações deveriam ter o direito de escolher livremente seus próprios sistemas político e econômico e seu próprio modo de vida, conforme os princípios e objetivos das Nações Unidas.

MATTOSO, Kátia M. de Q. *Textos e documentos para o estudo da história contemporânea: 1789-1963.*

O trecho revela que essa conferência norteou-se

- pela ideia de que a economia de mercado mostra-se compatível com as nações desenvolvidas, mas não cabe às subdesenvolvidas.
 - pela defesa intransigente do liberalismo econômico como único caminho possível para a superação da dependência econômica.
 - pelos interesses das antigas potências imperialistas na preservação dos tradicionais espaços de exploração econômica.
 - pelo não alinhamento automático às políticas das duas grandes potências do Pós-Guerra: Estados Unidos e União Soviética.
 - pela concepção pacifista de que as independências afro-asiáticas deveriam ser construídas em negociação com as metrópoles.
- 05.** (FGV-RJ) A democracia sul-africana completou quinze anos em 2009. O delicado processo histórico de transição negociado desde 1990, dirigido por Nelson Mandela e o então presidente Frederik de Klerk, resultou em um novo governo de unidade nacional. No que se refere ao processo de transição democrática sul-africana, é correto afirmar:
- Foi marcado pelo aprofundamento dos conflitos com protestos de movimentos estudantis, boicotes e greves decretados pelos sindicatos negros.

- Foi marcado pela guerra civil e a vitória militar do governo do Apartheid.
- Foi marcado pela tolerância política e pela reconciliação entre os principais opositores durante o Apartheid: o Partido Nacional e o Congresso Nacional Africano.
- Foi marcado pela imposição de sanções da ONU e pela expulsão da África do Sul das Federações Esportivas Internacionais.
- Foi marcado pela radicalização política e pela oposição entre negros e brancos, dando início à luta armada.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



- 01.** (UFSM-RS) A primeira coisa, portanto, é dizer-vos a vós mesmos: Não aceitarei mais o papel de escravo. Não obedecerei às ordens como tais, mas desobedecerei quando estiverem em conflito com a minha consciência. O assim chamado padrão poderá sussurrar-vos e tentar forçar-vos a servi-lo. Direis: Não, não vos servirei por vosso dinheiro ou sob ameaça. Isso poderá implicar sofrimentos. Vossa prontidão em sofrer acenderá a tocha da liberdade que não pode jamais ser apagada.

Mahatma Gandhi
MOTA, Myriam; BRAICK, Patrícia. *História das cavernas ao Terceiro Milênio*. São Paulo: Moderna, 2005. p. 119.

“Acenderá a tocha da liberdade que não pode jamais ser apagada” são palavras de Mahatma Gandhi (1869-1948) que, no contexto da Guerra Fria, inspiraram movimentos como

- o acirramento da disputa por armamentos nucleares entre os EUA e a URSS, objetivando a utilização do arsenal nuclear como instrumento de dissuasão e amenização das disputas.
- a reação dos países colonialistas europeus visando a diminuir o poder da Assembleia Geral da ONU e reforçar o poder do Secretário Geral e do Conselho de Segurança.
- as concessões unilaterais de independência às colônias que concordassem em formar alianças econômicas, políticas e estratégicas com suas antigas metrópoles, como a Comunidade Britânica de Nações e a União Francófona.
- o reforço do regime de Apartheid na África do Sul, que, após prender o líder Nelson Mandela e condená-lo à prisão perpétua, procurou expandir a segregação racial para os países vizinhos, como a Rodésia e a Namíbia.
- o não alinhamento político, econômico e militar aos EUA ou à URSS, decisão tomada pelos países do Terceiro Mundo reunidos na Conferência de Bandung, na Indonésia.

- 02.** (Unimontes-MG) A honra da Índia foi simbolizada por um punhado de sal na mão de um homem da não violência. O punho que contém o sal pode ser cortado, mas não largará o sal.

GANDHI, Mohandas apud ARRUDA, J. J. A.; PILETTI, N. *Toda a História*. São Paulo: Ática, 1997. p. 339.

Acerca do processo histórico que culminou com a independência da Índia, considere as afirmativas seguintes:

- I. A luta pela independência incluía, entre outros fatores, a recusa em consumir produtos de origem inglesa.
- II. A “filosofia” pacifista de Gandhi fazia concessões ao uso da violência quando esta era usada como legítima defesa.
- III. A execução de Gandhi pelos colonizadores, mesmo após a independência, mostra o limite da eficácia da sua estratégia pacifista.
- IV. As divisões internas entre muçulmanos e hindus foi um dos obstáculos à mobilização nacional e resultaram na divisão entre Índia e Paquistão, após a saída dos ingleses.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- A) I, apenas.
- B) I e IV, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) II e III, apenas.

- 03.** (FUVEST-SP) Fosse com militares ou civis, a África esteve por vários anos entregue a ditadores. Em alguns países, vigorava uma espécie de semidemocracia, com uma oposição consentida e controlada, um regime que era, em última análise, um governo autoritário. A única saída para os insatisfeitos e também para aqueles que tinham ambições de poder passou a ser a luta armada. Alguns países foram castigados por ferozes guerras civis, que, em certos casos, foram alongadas por interesses extracontinentais.

COSTA E SILVA, Alberto da. *A África explicada aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2008. p. 139.

Entre os exemplos do alongamento dos conflitos internos nos países africanos em função de “interesses extracontinentais”, a que se refere o texto, pode-se citar a participação

- A) da Holanda e da Itália na guerra civil do Zaire, na década de 1960, motivada pelo controle sobre a mineração de cobre na região.
- B) dos Estados Unidos na implantação do Apartheid na África do Sul, na década de 1970, devido às tensões decorrentes do movimento pelos direitos civis.
- C) da França no apoio à luta de independência na Argélia e no Marrocos, na década de 1950, motivada pelo interesse em controlar as reservas de gás natural desses países.

- D) da China na luta pela estabilização política no Sudão e na Etiópia, na década de 1960, motivada pelas necessidades do governo Mao Tsé-Tung em obter fornecedores de petróleo.
- E) da União Soviética e Cuba nas guerras civis de Angola e Moçambique, na década de 1970, motivada pelas rivalidades e interesses geopolíticos característicos da Guerra Fria.

- 04.** (FGV-RJ)

War

Até que a filosofia que sustenta uma raça
Superior e outra inferior
Seja finalmente e permanentemente desacreditada e
abandonada,
Haverá guerra, eu digo, guerra.

[...]

Até que os regimes ignóbeis e infelizes,
Que aprisionam nossos irmãos em Angola, em
Moçambique,
África do Sul, em condições subumanas,
Sejam derrubados e inteiramente destruídos, haverá
Guerra, eu disse, guerra.

[...]

Até esse dia, o continente africano
Não conhecerá a paz, nós, africanos, lutaremos,
Se necessário, e sabemos que vamos vencer,
Porque estamos confiantes na vitória
Do bem sobre o mal,
Do bem sobre o mal...

MARLEY, Bob. 1976.

A canção “War” foi composta por Bob Marley, a partir do discurso pronunciado pelo imperador da Etiópia, Hailé Selassié (1892-1975) em 1936, na Liga das Nações. As ideias do discurso, presentes na letra da canção, estão associadas

- A) ao darwinismo social, que propunha a superioridade africana sobre as demais raças humanas.
- B) ao futurismo, que consagrava a ideia da guerra como a higiene e renovação do mundo.
- C) ao pan-africanismo, que defendia a existência de uma identidade comum aos negros africanos e a seus descendentes.
- D) ao sionismo, que defendia que o imperador Selassié era descendente do rei Salomão e da rainha de Sabá e deveria assumir o governo de Israel.
- E) ao Apartheid, que defendia a superioridade branca e a política de segregação racial na África do Sul.

05. (FUVEST-SP) África vive [...] prisioneira de um passado inventado por outros.

COUTO, Mia. Um retrato sem moldura In: HERNANDEZ, Leila. *A África na sala de aula*. São Paulo: Selo Negro, 2005. p. 11.

A frase anterior se justifica porque

- A) os movimentos de independência na África foram patrocinados pelos países imperialistas, com o objetivo de garantir a exploração econômica do continente.
- B) os distintos povos da África preferem negar suas origens étnicas e culturais, pois não há espaço, no mundo de hoje, para a defesa da identidade cultural africana.
- C) a colonização britânica do litoral atlântico da África provocou a definitiva associação do continente à escravidão e sua submissão aos projetos de hegemonia europeia no Ocidente.
- D) os atuais conflitos dentro do continente são comandados por potências estrangeiras, interessadas em dividir a África para explorar mais facilmente suas riquezas.
- E) a maioria das divisões políticas da África definidas pelos colonizadores se manteve, em linhas gerais, mesmo após os movimentos de independência.

06. (FUVEST-SP-2015) Examine a seguinte imagem, que foi inspirada pela situação da Índia em 1946.



ILLINGWORTH, Leslie. 1946 (Adaptação).

Legenda:

MOSLEM: muçulmano;

NEW CONSTITUTION: nova Constituição;

CIVIL WAR: guerra civil;

FAMINE: fome.

A leitura correta da imagem permite concluir que ela constitui uma crítica

- A) à passividade da ONU e dos países do chamado Terceiro Mundo diante do avanço do fundamentalismo hindu no sudeste asiático.

- B) à oficialização da religião muçulmana na Índia, diante da qual seria preferível sua manutenção como Estado cristão.
- C) ao colonialismo britânico, metaforicamente representado por animais ferozes prontos a destruir a liberdade do povo hindu.
- D) aos políticos que, distanciados da realidade da maioria da população, não seriam capazes de enfrentar os maiores desafios que se impunham à união do país.
- E) à desesperança do povo hindu, que deveria, não obstante às dificuldades pelas quais passara durante anos de dominação britânica, ser mais otimista.

07. (UFPR-2017) Considere o seguinte trecho do discurso de Nehru durante a conferência de Bandung em 1955:



Hoje, no mundo, devo sugerir, não somente por causa da presença desses dois colossos, mas também em função da chegada da era atômica e da bomba de hidrogênio, os próprios conceitos de guerra, de paz, de política, mudaram. Pensamos e agimos nos termos da era passada. [...] Agora não faz diferença se um país é mais poderoso do que outro no uso da bomba atômica ou da de hidrogênio. Um é mais poderoso em sua ruína do que o outro. Isso quer dizer que o ponto de saturação foi alcançado. Se um país é poderoso, o outro também é [...]. Se há agressão em algum lugar do mundo, isso é o limite que resulta em guerra mundial. Não importa de onde parta a agressão. Se um comete agressão, há guerra mundial.

Tradução de trecho do discurso do Primeiro-Ministro indiano Nehru na Conferência de Bandung. Disponível em: <<http://sourcebooks.fordham.edu/halsall/mod/1955nehru-bandung2.html>>. Acesso: 30 ago. 2016.

Na conferência realizada em Bandung, na Indonésia, de 18 a 24 de abril de 1955, os países afro-asiáticos participantes acordaram uma série de medidas políticas, econômicas e culturais. De acordo com esse trecho e com os conhecimentos sobre o período de descolonização afro-asiática, assinale a alternativa que apresenta alguns acordos resultantes desse encontro.

- A) A conferência condenou o racismo e o colonialismo como formas de opressão que atentam contra os direitos humanos contidos na carta das Nações Unidas; defendeu a autodeterminação dos povos e uma política de não alinhamento perante a polarização que enfrentava o mundo pós-guerra.
- B) A conferência manteve uma política de não alinhamento perante o conflito da Palestina, assim como exigiu a participação de cada nação em um dos blocos em formação durante o período como forma de sair do subdesenvolvimento e da dependência.
- C) A conferência acordou respeitar as políticas de direitos humanos de cada país mediante um acordo de não interferência e de não alinhamento, garantindo a autodeterminação política e econômica dos blocos em formação.

- D) Cada país participante manifestou sua orientação política em relação aos blocos em formação, exigindo o respeito a suas diferenças culturais e à preferência em relação ao modelo de desenvolvimento econômico que cada um escolheu. Tudo isso foi possível pelo acordo de não alinhamento assinado por todos.
- E) Para a conferência, os acordos de intercâmbio econômico e cultural foram prioritários na perspectiva de sair da dependência e promover a autodeterminação política.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem-2015)

Voz do sangue

Palpitam-me
os sons do batuque
e os ritmos melancólicos do blue.
Ó negro esfarrapado
do Harlem
ó dançarino de Chicago
ó negro servidor do South
ó negro da África
negros de todo o mundo
Eu junto
ao vosso magnífico canto
a minha pobre voz
os meus humildes ritmos.
Eu vos acompanho
pelas emaranhadas áfricas
do nosso Rumo.
Eu vos sinto
negros de todo o mundo
eu vivo a nossa história
meus irmãos.

Disponível em: <www.agostinhoneto.org>.
Acesso em: 30 jun. 2015.

Nesse poema, o líder angolano Agostinho Neto, na década de 1940, evoca o pan-africanismo com o objetivo de

- A) incitar a luta por políticas de ações afirmativas na América e na África.
- B) reconhecer as desigualdades sociais entre os negros de Angola e dos Estados Unidos.
- C) descrever o quadro de pobreza após os processos de independência no continente africano.
- D) solicitar o engajamento dos negros estadunidenses na luta armada pela independência em Angola.
- E) conclamar as populações negras de diferentes países a apoiar as lutas por igualdade e independência.

02. (Enem) Tendo encarado a besta do passado olho no olho, tendo pedido e recebido perdão e tendo feito correções, viremos agora a página – não para esquecê-lo, mas para não deixá-lo aprisionar-nos para sempre. Avancemos em direção a um futuro glorioso de uma nova sociedade sul-africana, em que as pessoas valham não em razão de irrelevâncias biológicas ou de outros estranhos atributos, mas porque são pessoas de valor infinito criadas à imagem de Deus.

Desmond Tutu, no encerramento da Comissão da Verdade na África do Sul. Disponível em: <<http://td.camara.leg.br>>.
Acesso em: 17 dez. 2012 (Adaptação).

No texto, relaciona-se a consolidação da democracia na África do Sul à superação de um legado

- A) populista, que favorecia a cooptação de dissidentes políticos.
- B) totalitarista, que bloqueava o diálogo com os movimentos sociais.
- C) segregacionista, que impedia a universalização da cidadania.
- D) estagnacionista, que disseminava a pauperização social.
- E) fundamentalista, que engendrava conflitos religiosos.

03. (Enem)



Disponível em: <www.gandhiserve.org>.
Acesso em: 21 nov. 2011.

O cartum, publicado em 1932, ironiza as consequências sociais das constantes prisões de Mahatma Gandhi pelas autoridades britânicas, na Índia, demonstrando

- A) a ineficiência do sistema judiciário inglês no território indiano.
- B) o apoio da população hindu à prisão de Gandhi.
- C) o caráter violento das manifestações hindus frente à ação inglesa.
- D) a impossibilidade de deter o movimento liderado por Gandhi.
- E) a indiferença das autoridades britânicas frente ao apelo popular hindu.

04. [...] toda a cultura de dominação branca foi substituída por uma nova cultura de celebração da liberdade e da igualdade racial. Os museus, os nomes das ruas, as instituições públicas, tudo está hoje voltado a esclarecer às gerações presentes sobre os crimes do Apartheid e os horrores da escravidão que levou da África 8 milhões de negros e em cuja captura morreram outros 40 milhões. [...]

KUCINSKI, Bernardo. Disponível em:
<<http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/24/apartheid-nunca-mais>>.
Acesso em: 13 out. 2010.



O Apartheid terminou, porém algumas de suas marcas ainda permanecem na sociedade sul-africana. É considerada uma herança desse período

- A) a predominância de população branca sobre a população negra na África do Sul.
B) a exclusividade de brancos nos altos escalões do governo sul-africano em detrimento dos negros.
C) a persistência de altos índices de pobreza e criminalidade entre a população negra.
D) a persistência de bairros de brancos e outros de negros em que o livre trânsito não é permitido.
E) a proibição, por parte do governo, da entrada de negros oriundos de outros países na África do Sul.

GABARITO

Aprendizagem

01. A 03. C 05. C
 02. A 04. D

Propostos

01. E
 02. B
 03. E
 04. C
 05. E
 06. D
 07. A

Seção Enem

01. E
 02. C
 03. D
 04. C

Meu aproveitamento

Acertei _____ Errei _____

Acertei _____ Errei _____

Acertei _____ Errei _____



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

América Latina no Século XX

As economias latino-americanas se desenvolveram, ao longo de sua história, baseadas na exploração de recursos naturais, tais como a extração mineral e a agroexportação. No século XX, as transformações ocorridas nos campos político, cultural e econômico no restante do planeta acabaram se refletindo no desenvolvimento histórico cursado pela América Latina. As duas Grandes Guerras, por exemplo, contribuíram para acelerar o processo de modernização em vários campos, como na ciência e na tecnologia.

A Guerra Fria também favoreceu esse processo, pois, para evitar o avanço do socialismo no continente, os Estados Unidos destinaram 20 bilhões de dólares para investir no capitalismo latino-americano. Vale ressaltar, entretanto, que a chamada Aliança para o Progresso – como ficou conhecida essa integração entre os Estados Unidos e os latinos – acabou gerando maiores dependência e endividamento da América Latina, uma vez que 90% desse capital foram ofertados em forma de empréstimos.

Além da maior dependência externa, a abertura dos países latinos ao capital estrangeiro gerou ainda a entrada das grandes multinacionais no setor de bens de consumo e uma progressiva internacionalização da economia. Dessa forma, para que pudessem manter um certo desenvolvimento, os governos latino-americanos tiveram de encontrar maneiras de conter a inflação, que crescia de forma assustadora no final do século XX.

Outro problema enfrentado pela América Latina durante sua inserção na ordem capitalista mundial foi a existência de grandes desigualdades sociais, o que se deve ao seu passado colonial e à manutenção de uma elite extremamente atrelada a seus privilégios. Sendo assim, os conflitos sociais, a marginalização política e os baixos indicadores socioeconômicos também podem ser citados como problemas que ainda hoje atormentam os países latino-americanos.

MÉXICO

Revolução Mexicana

O México foi um dos primeiros países no século XX a passar por uma revolução social. No início do século, a maior parte da população mexicana era camponesa e alijada da propriedade de terras, havendo uma concentração fundiária enorme.

O país foi governado, entre 1876 e 1911, por Porfirio Díaz, um ditador ligado aos interesses estadunidenses e conivente com a desigualdade social de seu país. A cidadania política era limitada (apenas 4% da população votava), os índices de analfabetismo ultrapassavam os 71% e a inflação atrelada à corrupção aumentava a cada dia.

Os abusos cometidos pela ditadura porfirista geraram um contexto propício às revoltas, tanto que, em maio de 1911, uma rebelião – liderada por Francisco Madero e apoiada por setores da esquerda – se alastrou pelo país e levou à renúncia e à fuga de Porfirio Díaz. O comando do país foi entregue ao líder da rebelião, Madero, que, apesar do respaldo inicial, se indispôs diante da população mexicana por não realizar as reformas sociais esperadas.

Dessa forma, a rebelião se aprofundou e tomou uma feição camponesa, em especial quando os camponeses começaram a atacar os grandes latifundiários nacionais e estrangeiros no país. No alto comando dos rebeldes, destacaram-se Emiliano Zapata e Pancho Villa, camponeses que, ao ocupar e dividir os latifúndios com as massas populares, conquistavam um grande carisma junto aos mexicanos menos favorecidos.



U.S. Library of Congress / Domínio Público

Revolucionários mexicanos.

Em sequência à luta camponesa, Madero foi assassinado, e a Presidência, ocupada por vários nomes que não conseguiram manter a ordem interna, em um cenário de intensa luta social. Atuando no sul do país, Zapata propôs o Plano de Ayala, que tinha como objetivo a devolução das terras às comunidades indígenas e a expropriação de 1/3 das grandes propriedades, que deveriam ser divididas entre a população camponesa sem-terra. De acordo com o líder camponês, aquela seria a única forma de fazer justiça com o povo mexicano, que, após beneficiado, cessaria suas lutas.

Visando, portanto, à pacificação mexicana, em 1917, foi promulgada uma nova Constituição, que, atendendo a parte das reivindicações zapatistas, previa dispositivos como a nacionalização do subsolo e o direito do governo de expropriar bens particulares para atender ao interesse público.

Vale ressaltar que, se, por um lado, os camponeses foram relativamente beneficiados pela nova Carta Constitucional, por outro, eles perderam seus grandes líderes: Zapata, assassinado em 1919, e Villa, em 1923. Aqueles atos extremos representaram um duro golpe ao movimento revolucionário, que, sem uma liderança forte, passou a se contentar com as concessões realizadas pelos presidentes que a partir de então governaram o México. Mesmo com essa mudança de cenário, os ideais zapatistas ainda seriam resgatados posteriormente em prol dos mexicanos menos favorecidos.

México pós-revolucionário

Apesar dos avanços trazidos pela Constituição de 1917, foi durante o governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940) que ocorreu a maior reforma agrária do México. Naquele período, houve a distribuição de terras para os camponeses sob a forma de *ejidos* – os indivíduos só poderiam utilizá-las enquanto membros da coletividade. Os *ejidos*, entretanto, não recebiam apoio governamental e, por isso, muitos deles foram abandonados por mexicanos que se transferiram para os Estados Unidos em busca de melhores condições de vida.

Em 1938, em outra ação polêmica, Cárdenas surpreendeu o mundo ao nacionalizar as empresas petrolíferas estrangeiras que atuavam no México, criando, para suprir a demanda, a Pemex (Petróleos de México S.A.), que passou a exercer o monopólio sobre a extração do petróleo mexicano. A postura nacionalista adotada pelo presidente mexicano (contemporâneo de Getúlio Vargas no Brasil) era condizente com o contexto internacional, afinal, os Estados Unidos, ameaçados pelo Japão no Pacífico, encontravam-se impossibilitados de agir no México para garantir seus interesses.

Internamente, a política bem-sucedida de Cárdenas fez com que o seu partido, PRI (Partido Revolucionário Institucional), dominasse a política mexicana por meio da ocupação da Presidência e dos principais cargos administrativos do país. Essa hegemonia política só acabou no final da década de 1990, quando o partido sofreu uma cisão, dando origem a outras legendas, como o Partido de Renovação Democrática, dissidência de esquerda do PRI.

Ainda na década de 1990, o México entrou para o NAFTA, Tratado Estadunidense de Livre Comércio, que aproximava economicamente o país dos Estados Unidos e do Canadá. Apesar da euforia inicial, tal prática, de cunho neoliberal, evidenciou as desigualdades e a insatisfação da população mexicana, tanto que, em 1994, um ano após a entrada do México no bloco, houve a deflagração de uma crise econômica ("Efeito Tequila") em virtude da grande dependência criada entre a economia mexicana e as economias canadense e estadunidense. Imediatamente, vários órgãos internacionais e países, como o Brasil, ajudaram o México a se reerguer. Entretanto, no cenário interno do país, a expansão do desemprego e da miséria criou um clima propício às manifestações populares.

Foi nesse contexto, portanto, que, inspirado nas ideias de Emiliano Zapata, um grupo de guerrilheiros indígenas organizou o EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional). Os chamados neozapatistas, comandados por um líder que se autodenominava subcomandante Marcos (cuja real identidade permanece incerta), lutavam contra o imperialismo dos Estados Unidos e contra a política neoliberal adotada pelo governo mexicano.



Quadrano / Domínio Público

Subcomandante Marcos.

Uma das maiores conquistas do EZLN ocorreu em 1994, quando os rebeldes tomaram a região dos Chiapas, que ainda hoje apresenta um dos maiores indicadores de desigualdade social no México. Para conter os neozapatistas, o governo mexicano teve de fazer concessões e, assim, negociar a realização dos últimos processos eleitorais na região.

Apesar da aparente inatividade atual do EZLN, as negociações no México continuam. A resistência política do Congresso em aceitar uma maior autonomia para as comunidades indígenas, entretanto, ainda é um dos grandes empecilhos para que haja uma solução pacífica e definitiva para as camadas da sociedade mexicana menos favorecidas.

CUBA

Revolução Cubana (1959)

No período anterior à Revolução Cubana, Cuba era governada pelo ditador Fulgêncio Batista, comprometido com os interesses dos Estados Unidos. Em 1959, um grupo de guerrilheiros do Movimento 26 de julho (movimento criado no México em referência ao assalto ao Quartel Moncada em 26 de julho de 1953), liderados por Fidel Castro e Che Guevara, que lutavam contra a ditadura a partir de bases rurais em Sierra Maestra, tomou o poder da ilha.

Logo que assumiu, o novo governo decretou a reforma agrária e a nacionalização de diversas empresas estadunidenses instaladas em território cubano.

Em 1961, após uma série de retaliações por parte dos Estados Unidos, Fidel implantou o socialismo em Cuba, o que trouxe sérias implicações para a política e para a economia cubanas. Economicamente, quando os estadunidenses decretaram o embargo ao país, foi necessário o auxílio financeiro da União Soviética para que os cubanos pudessem se sustentar. Apoiado, portanto, pelos soviéticos, o regime castrista conseguiu combater o analfabetismo, realizar grandes investimentos em educação e saúde, melhorar os indicadores sociais e se consolidar na liderança de alguns setores, como a medicina e os esportes olímpicos.

Nacionalização progressiva dos setores econômicos em Cuba (%)

SETORES	1961	1963	1968
Agricultura	37	70	70
Indústria	85	95	100
Construção	80	98	100
Transporte	92	95	100
Comércio	52	75	100
Comércio no atacado	100	100	100
Sistema bancário	100	100	100
Educação	100	100	100

RODRIGUEZ. 1980. p. 168. In: AYERBE, Luís Fernando. *A Revolução cubana*. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

Produção de bens duráveis em Cuba

PRODUTOS	1958	1974
Geladeiras	Não produzia	42 000
Rádios	"	24 000*
Televisores	"	20 000
Fogões domésticos	"	145 000
Panelas de pressão	"	414 000*
Ônibus	"	1 249

* Dados de 1973.

RODRIGUEZ. 1980, quadro 6. Dados oficiais cubanos apresentados por Erisman. 2002, tabela 1. In: AYERBE, Luís Fernando. *A Revolução cubana*. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

Crise dos mísseis (1962)

Após a consolidação da aliança entre Cuba e URSS no contexto da Guerra Fria, o governo estadunidense passou a comandar uma série de retaliações à Cuba, chegando, inclusive, a patrocinar uma fracassada invasão à ilha em 1961, que ficou conhecida como a Invasão da Baía dos Porcos. Em 1962, os Estados Unidos descobriram, por meio de espionagem, a instalação de plataformas de lançamento de mísseis nucleares soviéticos em Cuba. A reação estadunidense foi a de mobilizar seus aparatos bélicos na Turquia. Para solucionar a crise, os soviéticos retiraram as plataformas instaladas, com a condição de que o governo socialista de Fidel Castro fosse mantido em Cuba. Dessa forma, uma guerra nuclear foi evitada e os soviéticos seguiram sustentando o regime cubano por mais vinte anos, através da importação da produção agrícola de Cuba, que, por sua vez, comprava o petróleo soviético subfaturado.

Em 1991, ocorreu o colapso do socialismo real e, conseqüentemente, o fim da ajuda da URSS, desmantelada oficialmente por Gorbachev.

CHILE

A Unidade Popular e o Golpe de Pinochet (1973)

Em 1970, substituindo o governo de Eduardo Frei, do Partido Democrata Cristão, Salvador Allende foi eleito presidente do Chile. Naquelas eleições, Allende já registrava três disputas eleitorais malsucedidas e, por meio de uma coligação de partidos de esquerda – a Unidade Popular –, conseguiu se sagrar vencedor, fazendo uma campanha declaradamente socialista. A proposta da Unidade Popular consistiu no que se convencionou chamar de “Via Chilena”, ou seja, a defesa da construção do socialismo por uma via democrática e não por uma revolução armada, como havia ocorrido em países como Cuba, China e URSS.

Colocando os seus ideais em prática, Allende promoveu a reforma agrária e nacionalizou diversas empresas estrangeiras, que não foram indenizadas. A reação dos Estados Unidos e da elite chilena, insatisfeitos com o avanço da esquerda na América do Sul, foi apoiar um golpe político comandado pelo general Augusto Pinochet. Assim, no dia 11 de setembro de 1973, Allende suicidou-se durante um bombardeio ao palácio *La Moneda*. A partir de então, implantou-se no país uma das ditaduras mais violentas da América Latina. Mais de sessenta mil pessoas morreram ou desapareceram e mais de duzentas mil abandonaram o país por motivos políticos.



Salvador Allende, alvo de um golpe político.

Sustentado econômica e ideologicamente pelos Estados Unidos, o Chile foi, na década de 1970, o laboratório do neoliberalismo, afinal, era necessário um governo forte – como o de Pinochet – para que medidas tão impopulares fossem adotadas. Os economistas e os administradores puderam se basear na experiência chilena para viabilizar as reformas neoliberais em outros países, como Estados Unidos, no Governo Reagan, e Inglaterra, no mandato de Thatcher. Posteriormente, o neoliberalismo também foi adotado por países em desenvolvimento, como o Brasil e a Argentina.

O regime comandado por Pinochet, apesar de sofrer uma imensa pressão interna e internacional, vigorou até 1990, quando novas eleições presidenciais foram realizadas. Nesse processo de redemocratização do Chile, quem venceu as eleições foi Patricio Aylwin, que se encarregou de dismantlar os resquícios do regime do seu antecessor. É importante ressaltar que a memória em torno do Regime Militar e as suas qualificações ainda são elementos de forte polarização na sociedade chilena, tanto que, apesar de ter se exilado na Inglaterra, o ex-ditador Pinochet acabou sendo preso e extraditado para o Chile em 2000, onde, após ter sofrido um processo de investigação acerca do seu governo, veio a falecer em 2006.

Atualmente, apesar de o Chile ter um dos melhores indicadores socioeconômicos da América Latina e uma das economias que mais cresce no continente, esta se baseia em produtos primários não renováveis, como o cobre, o que gera dependência externa e certa fragilidade econômica.

NICARÁGUA

Revolução Sandinista (1979)

A Nicarágua foi governada durante décadas pela família Somoza, totalmente alinhada aos interesses estadunidenses. Para que pudessem implantar uma violenta ditadura, entretanto, os Somoza perseguiram e executaram, em 1934, o guerrilheiro Augusto César Sandino, conhecido como “general dos homens livres” e um dos principais líderes latino-americanos na luta contra o imperialismo dos Estados Unidos.

Em 1979, passadas mais de quatro décadas de manutenção da ditadura Somoza, os sandinistas – grupo de resistência popular à ditadura – conseguiram, com base nas ideias do “general dos homens livres”, tomar o poder, provocando a fuga dos membros da dinastia para os Estados Unidos. Estando no comando, o governo sandinista, de tendência socialista, passou a enfrentar a oposição dos Estados Unidos, que utilizavam o dinheiro das armas vendidas para o Irã para apoiar os Contras, grupo guerrilheiro que visava a depor os sandinistas da Nicarágua.

Apesar do financiamento estadunidense, a Nicarágua deu prosseguimento ao seu processo de redemocratização, que inicialmente delegou aos sandinistas o comando do país. Ainda assim, a popularidade dos antigos revolucionários vem oscilando, tanto que Daniel Ortega, que lutou ao lado dos rebeldes, teve de concorrer a duas eleições malsucedidas para alcançar o cargo de presidente, posto que ocupa atualmente.

ARGENTINA

Peronismo

A Argentina vivia, na década de 1930, uma enorme dependência em relação à Inglaterra, situação que fomentou um sentimento nacionalista, extensivo também às Forças Armadas. Assim, em novembro de 1943, um grupo de militares nacionalistas de orientação fascista, reunidos no GOU (Grupo de Oficiais Unidos), promoveu um golpe político e assumiu o comando do país. Durante o governo provisório estabelecido, o coronel Juan Domingo Perón destacou-se no comando da Secretaría de Trabajo y Previsión, realizando uma política favorável aos trabalhadores, que eram beneficiados pelo aumento salarial e pela aplicação de leis trabalhistas.

O prestígio adquirido por Perón em virtude das suas reformas trabalhistas causou uma reação nos demais militares, os quais temiam que o fortalecimento individual de um dos membros do governo argentino ameaçasse a ordem do regime estabelecido. Dessa forma, em 1945, Perón foi preso. O resultado dessa atitude, no entanto, fugiu do controle dos militares, quando, alguns meses após a prisão, milhares de pessoas, incentivadas por Eva Duarte, Evita, esposa de Perón, reuniram-se na Praça de Maio, diante da Casa Rosada, exigindo a libertação do seu líder.

Após a sua libertação, que se tornou inevitável diante do apelo popular, Perón criou o Partido Laborista e, com sua própria legenda, foi eleito presidente da Argentina. Perón governou de 1946 a 1955, quando – por meio de um modelo tradicional de populismo na América Latina – promoveu a nacionalização de estradas de ferro e de serviços de bondes, água, gás e telefone. Houve aumentos salariais, indenização por tempo de serviço, direito a férias remuneradas e outras conquistas trabalhistas, o que fez com que a imagem de Perón fosse cultuada por parte da população argentina.



Juan Domingo Perón.

Embora popular entre os trabalhadores, o governo de Perón não agradava à elite liberal argentina e muito menos às forças internacionais, que viam no nacionalismo peronista um entrave aos seus interesses. Dessa forma, aproveitando a crise inflacionária e a taxa de crescimento reduzida que a economia argentina apresentava, os militares, respaldados pela oposição ao peronismo, aplicaram um novo golpe político em 1955, derrubando Perón da Presidência argentina.

Ditadura militar e democratização

Após o golpe político deflagrado em 1955, os militares comandaram um governo de transição, por meio do qual trataram de marginalizar qualquer manifestação peronista. Ainda assim, o prestígio de Perón continuava grande entre as camadas populares, que viabilizaram a sua volta à Presidência em 1973. Naquele ano, portanto, Perón reassumiu a Presidência, mas com a saúde debilitada e sem conseguir unir as facções políticas do país.

A situação se complicou ainda mais quando o presidente morreu, em 1974, deixando a Presidência para a sua segunda esposa e vice-presidente, María Estela Martínez Perón, mais conhecida como Isabelita. Porém, o governo de Isabelita, além de não conseguir uma unidade política, carecia do carisma político de Perón, tornando-se suscetível à aplicação de um novo golpe pelos militares.

Então, em 1976, os militares assumiram novamente o comando da Argentina, que se encontrava economicamente debilitada. Diante das dificuldades financeiras, liderados pelo general Leopoldo Galtieri, eles buscaram um artifício para distrair a atenção popular e, assim, lançaram o país em uma guerra contra os ingleses: a Guerra das Malvinas (1982). As Ilhas Malvinas, ou Falkland, como são chamadas pelos ingleses, eram oficialmente o objeto de disputa entre os dois países, que lutavam muito mais pelo prestígio de uma suposta vitória do que pela região, que, economicamente, não era muito interessante a nenhuma das partes. Os ingleses, aproveitando-se da debilidade argentina, venceram facilmente o conflito, o que, na prática, levou a um desgaste da ditadura argentina e ao seu progressivo enfraquecimento.

Se, politicamente, a redemocratização iniciada em 1983 significou uma vitória popular, economicamente, ela não representou a superação das dificuldades argentinas. Em 1991, por exemplo, Carlos Menem, então presidente da Argentina, resolveu seguir as doutrinas neoliberais para superar a crise econômica e, junto ao seu ministro da Economia, Domingo Cavallo, promoveu a dolarização do peso. Se, em um primeiro momento, essa ação prosperou, logo que o governo brasileiro desvalorizou o real, as exportações argentinas foram prejudicadas, o que afetou as relações comerciais, dentro do Mercosul, entre Brasil e Argentina.

A crise enfrentada pela Argentina durante a última década do século XX foi tão grave que ainda hoje o país sofre com os reflexos daquele colapso. Em 2000, por exemplo, os argentinos, em uma ação radical, decretaram a moratória, acreditando que a negação das dívidas do país seria a solução para os seus problemas. O resultado obtido, no entanto, foi diferente e, logo nos primeiros anos do século XXI, a Argentina passou a ser vista como um país pouco confiável para a aplicação de investimentos. Assim, mesmo que de forma mais amena, a crise econômica argentina ainda permanece, fazendo com que o país tenha de buscar o seu equilíbrio dentro da nova ordem globalizada.

ERNESTO CHE GUEVARA (1928-1967) – VIDA E MORTE DE UM HOMEM COMUM

Ernesto Guevara de la Serna era um jovem como outro qualquer da cidade de Rosario, Argentina, onde nasceu, em 14 de maio de 1928 (embora no seu registro de nascimento conste o dia 14 de junho, pequena “manobra” para ocultar o fato de que a mãe, Celia, pertencente a uma família burguesa decadente, havia se casado já grávida). Era introspectivo, sempre malvestido e inquieto, jogava xadrez, lia poesia e romances (Baudelaire, Mallarmé, Faulkner, Zola e, já adulto, Freud, Kafka, Huxley, Neruda), sofria de asma e adorava viajar. Há 30 anos, em 8 de outubro, o já mundialmente famoso guerrilheiro “Che” morria na selva, vítima de uma emboscada arquitetada pela CIA e executada pelo Exército boliviano. Morria o homem, nascia o mito. E este, com frequência, é muito mais poderoso – e, eventualmente, mais subversivo – do que aquele.

As evidências da força do mito podem ser encontradas em todas as partes, inclusive no mercado editorial. Apenas em julho de 1997, foram lançadas três biografias de “Che”, todas imediatamente conduzidas às listas dos mais vendidos nas principais livrarias. Jovens ostentam a sua foto em camisetas, manifestantes (sindicalistas, estudantes, sem-terra) portam bandeiras com o seu nome, revistas dedicam-lhe a capa. “Estou com esta camisa [estampada] com a figura de Che porque, depois de Jesus Cristo, ele é o cara que me dá mais esperança de uma vida melhor neste mundo”, declara à *Folha de S. Paulo* o pintor de paredes desempregado e petista Aprígio da Silva, que andou 20 quilômetros, desde Guaianazes, na zona leste da capital paulista, para participar de uma manifestação no centro da cidade, em 26 de julho.

Guevara e Jesus – Talvez seja inconsciente, mas não casual, a comparação entre o guerrilheiro e o Cordeiro de Deus. Ambos, cada um a seu modo, são redentores. Sofreram por nós, meros mortais. Iluminaram nossos caminhos obscurecidos pela miséria, pela injustiça. Deram de si sem nada pedir em troca.

As suas vidas foram uma lição, uma referência ética, uma fábula que guarda profundos ensinamentos. Transcenderam o humano. Colocaram-se acima de nossas fraquezas, contradições, fragilidades. São heróis, são mártires. São mitos.

Mitos não são construídos por decreto. Ao contrário, encarnam o que existe de mais profundo e significativo para os homens que vivem em determinada época. Mas fazem isso “corrigindo” a realidade, suprimindo imperfeições, deixando de lado o contraditório, o pequeno. O mito “Che” não é igual ao guerrilheiro, líder revolucionário e companheiro de Fidel Castro no processo de derrubada da ditadura de Fulgêncio Batista, em Cuba, em 1959. Che provou-se implacável com os adversários. Logo após a tomada do poder, notabilizou-se pela frieza com que ordenava execuções dos “inimigos da revolução”. Essa dimensão é apagada no mito, segundo o qual Che foi “duro”, mas “sem perder a ternura, jamais”.

Vida épica – Resta saber o que havia em Che para que ele se transformasse em lenda. Sua vida, embora curta, foi épica. Jovem, ainda universitário, percorre com uma bicicleta motorizada largas extensões das regiões mais pobres da Argentina, Chile, Peru, Bolívia, Colômbia e Venezuela. Conclui o curso universitário e visita a América Central, onde conhece de perto as consequências da aliança entre as oligarquias locais e o imperialismo americano: ferozes ditaduras, exploração desenfreada de camponeses e indígenas, matança de “suspeitos”. Em 1954, um golpe militar orquestrado pela CIA depõe o então presidente guatemalteco Jacobo Arbenz, democraticamente eleito. Che, envolvido em atividades políticas na Guatemala, é obrigado a fugir do país em 1955, dirigindo-se ao México. Ali conhece Fidel, treina como guerrilheiro e ajuda a organizar o grupo que derrubará Batista.

Já no poder, como ministro da Indústria de Cuba, Che entra em atrito com Castro. Acusa a União Soviética de tratar o país como “joguete” no quadro da Guerra Fria (em particular durante a tentativa de instalação de mísseis soviéticos na ilha, em 1962) e apresenta discordâncias quanto à condução da economia. Inconformado, desliga-se do governo e volta para a atividade guerrilheira, com o objetivo de “exportar a revolução” para a América Latina. Encontrará a morte na Bolívia, aos 39 anos.

Sartre – Não importa, aqui, analisar em detalhe a conduta política de Che. Trata-se, antes, de detectar aquilo que comove em sua história, aquilo que fez com que o filósofo francês Jean-Paul Sartre o considerasse, em 1960, “o ser humano mais completo de nossa época”. Alguns traços de seu caráter são bastante evidentes: generosidade para com os pobres, altruísmo, espírito de aventura, desprendimento, fidelidade aos princípios, profundo sentido ético.

Qualidades raras, especialmente em nossa época, quando o neoliberalismo transforma a ganância em virtude, a hipocrisia em regra e o cinismo em modo normal de agir no mundo. Qualidades que – é compreensível – seduzem aqueles que acreditam que a vida possa oferecer algo mais digno.

Se esses sentimentos, ainda que difusos, dão base à existência do mito “Che” – são o seu cerne, força e sentido –, é a indústria cultural que sabe transformá-los em mercadoria. É disso que essa indústria vive: da venda de sonhos em suaves prestações (assim como Che, também o líder negro Malcolm X, apenas para citar um exemplo, foi, recentemente, transformado em grife por Hollywood). Do ponto de vista dos grandes centros de produção de imagem (tevé, cinema, imprensa), não importa o conteúdo de sua luta política. Ao contrário, trata-se, apenas, de vender o mito, reedição de Superman, detentor de um poder secreto e sobre-humano (e, nessa medida, anulado enquanto força política eficaz: pode ser admirado e consumido, mas jamais levado a sério).

Ironicamente, mesmo aqueles que se dizem seguidores de Che participam do festim. É o caso do Partido Comunista do Brasil (PC do B), que lançou a “raspadinha comunista”, loteria instantânea na qual símbolos e figuras históricas ligadas ao comunismo valem dinheiro. Um Friedrich Engels vale cinco Guevara; a foice e o martelo, símbolos consagrados do comunismo, valem cem Karl Marx. Há algo de profundamente melancólico nisso, nessa leveza, nessa desfaçatez com que hoje se queima (ou se prostitui) aquilo que no passado inspirava respeito e admiração. “Vale tudo por dinheiro”, diz um conhecido empresário, dono de uma rede de televisão, que mascateava em São Paulo quando Che Guevara lutava em algum ponto infernal na selva boliviana. Vigora a moral do mascate. Sinal dos tempos, sintoma de uma época.

Guevara não era Superman – Ernesto Guevara de la Serna não era Superman. Foi um homem como outro qualquer. Mas era alguém que optou por uma vida repleta de aventuras, quando poderia ter sido um médico “normal”, numa pacata cidadezinha argentina. Tinha, como todo mundo, qualidades e defeitos. Mas não se conformou com a morna perspectiva de levar uma vida de classe média: lutou até o fim pelos seus sonhos e disso extraiu a sua energia, sua força, sua conduta. É certo, como disse o dramaturgo alemão Bertolt Brecht, que pobre é a nação que precisa de heróis: nenhum mártir ou líder pode substituir a ação dos cidadãos em defesa de seus interesses. Mas também é certo que pobre é a nação que não tem heróis: eles são a síntese, a manifestação daquilo que determinada cultura produziu de melhor. Ernesto Che Guevara foi um homem de seu tempo. Acima de tudo, foi um homem.

ARBEX JR., José. Ernesto Che Guevara (1928-1967) – vida e morte de um homem comum. *Mundo* – Geografia e Política Internacional. São Paulo: Pangea, ano 4, n. 5, set. 1997. [Fragmento]

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



- 01.** (Ibmec) O ano de 1979 marcou a vitória da Revolução Sandinista na Nicarágua, um movimento que guardou muitas semelhanças com o ocorrido em Cuba, vinte anos antes. São características da Revolução Sandinista, exceto
- A manutenção do pluripartidarismo no país.
 - O sistema eleitoral foi altamente democrático.
 - Os meios de comunicação foram mantidos em mãos de particulares.
 - A oposição foi amplamente perseguida no país.
 - Desenvolvimento de um amplo programa de combate ao analfabetismo.
- 02.** (PUC Rio–2017) O varguismo, no Brasil, e o peronismo, na Argentina, caracterizaram-se pela introdução de uma política de massas que resultou na configuração de uma nova cultura política na América Latina do século XX. Assinale a alternativa que apresenta de modo correto as características comuns dessas experiências.
- A configuração de um Estado liberal, tendo à frente um líder carismático.
 - A mobilização das massas por meio da propaganda política e da maior autonomia dos sindicatos.
 - A ascensão desses governos por meio de um golpe de Estado que pôs fim a uma ordem política de natureza corporativa e autoritária.
 - A introdução de uma política social que ampliou os direitos dos trabalhadores, mas restringiu sua participação política.
 - O desenvolvimento de políticas econômicas de cunho nacionalista e que visavam garantir maior autonomia internacional.
- 03.** (UFMG) No contexto da Revolução Mexicana, na segunda década do século passado, o Exército Libertador do Sul, liderado por Emiliano Zapata, sublevou-se no México. No final do mesmo século, em 1994, no estado sulista de Chiapas, a organização denominada Exército Zapatista de Libertação Nacional iniciou um movimento rebelde. Os dois movimentos referidos têm vários pontos em comum, entre os quais destaca-se a luta para
- tomar o poder e implantar governos inspirados nas ideias agraristas do líder chinês Mao Tsé-Tung.
 - defender os interesses dos operários e trabalhadores fabris, constantemente violados pelo governo mexicano.
 - destituir as elites dirigentes e instaurar um Estado socialista inspirado na tradição marxista latino-americana.
 - resgatar as terras dos camponeses de origem indígena e conquistar melhores condições de vida para eles.

- 04.** (UFRGS-RS–2016) Considere as afirmações a seguir, sobre a Operação Condor, estabelecida clandestinamente e em conjunto pelas ditaduras do Cone Sul, a partir de 1975.
- Os Estados Unidos assumiram apoio e suporte à operação, ainda na década de 1970.
 - A meta da operação era a eliminação dos principais opositores das ditaduras do Cone Sul.
 - O sequestro de militantes de esquerda uruguaios, em 1978, na cidade de Porto Alegre, foi uma de suas ações mais famosas.
- Quais estão corretas?
- Apenas I.
 - Apenas II.
 - Apenas I e III.
 - Apenas II e III.
 - I, II e III.

- 05.** (FMP-RJ–2017) No texto a seguir, o historiador Norberto Ferreras analisa o governo de Lázaro Cárdenas no México, entre 1934 e 1940.

O outro grande apoio de Cárdenas foram os camponeses. Para Calles, que desenvolvera uma forte política de ampliação da propriedade comunitária, a reforma agrária estava concluída e não tinha como avançar. Para os camponeses que não haviam sido beneficiados pela mesma, esse limite era impensável. Cárdenas prometeu em sua campanha continuar com a reforma [...] De fato, a reforma avançou a níveis nunca antes vistos e se concentrou no Centro e no Norte do México.

FERRERAS, N. A sociedade de massas: os populismos.

In: AZEVEDO, C.; RAMINELLI, R. *História das Américas: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 224-225.

Os aspectos da política implementada pelo presidente Cárdenas que são apontados no texto ressaltam qual característica do fenômeno do populismo na América Latina?

- Autoritarismo na administração pública.
- Controle do governo sobre o movimento sindical.
- Atendimento de reivindicações dos trabalhadores.
- Manipulação de informações através da imprensa.
- Aproximação com as classes economicamente dominantes.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



- 01.** (PUC-SP-2017) A foto mostra Francisco Villa e Emiliano Zapata na sede da presidência do México, em dezembro de 1914. É correto afirmar que a imagem



- A) mostra o momento máximo das lutas camponesas e indígenas durante a Revolução Mexicana, embora os dois líderes populares tenham sido, posteriormente, derrotados.
- B) expõe a aliança que os exércitos populares firmaram com os setores liberais burgueses, durante a Revolução Mexicana, e que permitiu o fim do período de lutas.
- C) indica o desfecho das lutas camponesas e indígenas na Revolução Mexicana, que culminou com a vitória das forças populares e a construção de um regime socialista.
- D) destaca um episódio secundário da Revolução Mexicana, pois os dois líderes populares não tiveram capacidade política e militar para derrubar a ditadura porfirista.
- 02.** (FGV-2017) No mesmo ano em que o Nafta [1994] entrou em vigor, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), liderado pelo subcomandante Marcos, deu a conhecer ao mundo sua objeção ao tratado. [...] os zapatistas reclamaram uma nova atitude do Estado mexicano perante grupos sociais indígenas condenados a séculos de pobreza, exploração e abandono.

PRADO, Maria Lígia; PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. 2014.

Referência do movimento citado, Emiliano Zapata foi um

- A) líder camponês, comandante do Exército Libertador do Sul, que ofereceu importante contribuição para a vitória da Revolução Mexicana de 1910 e defendia a continuidade das terras do *pueblo* nas mãos das comunidades camponesas.
- B) líder guerrilheiro que, depois de 1911, integrou o governo revolucionário mexicano, representando os interesses dos trabalhadores urbanos, assim como dos operários das minas de prata e da construção de ferrovias.
- C) nacionalista mexicano que elegeu como o maior inimigo do povo do seu país os Estados Unidos, interessados especialmente na exploração do petróleo e da construção e administração das ferrovias no México.

- D) presidente revolucionário mexicano, que assumiu o governo após a queda de Porfírio Dias, e, em 1913, foi emboscado e morto a mando de Venustiano Carranza, outra importante liderança popular da Revolução Mexicana.
- E) partidário do ditador Porfírio Dias, que rompeu com o antigo aliado e, ao associar-se ao revolucionário Francisco Madero, organizou e liderou milícias populares com o objetivo de derrubar o regime autoritário mexicano.

- 03.** (PUC-Campinas-SP) O terceiro dos veículos de massa era inteiramente novo: rádio [...] O rádio transformava a vida dos pobres, e sobretudo das mulheres pobres presas ao lar, como nada fizera antes. Trazia o mundo à sua sala. Daí em diante, os mais solitários não precisavam mais ficar inteiramente a sós. E toda a gama do que podia ser dito, cantado, trocado ou de outro modo expresso em som estava agora ao alcance deles [...] sua capacidade de falar simultaneamente a incontáveis milhões, cada um deles sentindo-se abordado como indivíduo, transformava-o numa ferramenta inconceivelmente poderosa de informação de massa, como governantes e vendedores logo perceberam [...]

HOBBSAWM, Eric. *As artes (1914-1945)*.

Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991).

A veiculação de propaganda política através do rádio foi um recurso amplamente usado pelos governos populistas de Vargas e Perón na América Latina. A transmissão de discursos presidenciais especialmente direcionados aos ouvintes tinha por objetivo principal

- A) ampliar a participação popular nas esferas do poder político do Estado.
- B) informar a população da situação econômica do país e das medidas aprovadas pelo Congresso.
- C) promover a identificação do cidadão com o líder político, autointitulado protetor dos pobres.
- D) assegurar a não realização de greves e reivindicações trabalhistas que prejudicassem a estabilidade nacional.
- E) veicular campanhas sociais contra o analfabetismo, a fome e as mazelas que atingiam a população humilde.
- 04.** (FUVEST-SP) A Revolução Mexicana, iniciada em 1910, arrastou-se por quase dez anos e envolveu diversos projetos políticos e sociais.
- A) Identifique e analise uma das principais reivindicações dos zapatistas durante essa revolução.
- B) Cite e analise duas das principais mudanças sociais trazidas por essa revolução.

- 05.** (Unicamp-SP-2017) O ano de 1968 foi modelar: protestos, tumultos e motins em Praga, Chicago, Paris, Tóquio, Belgrado, Roma, México, Santiago... Da mesma maneira que as epidemias medievais não respeitavam as fronteiras religiosas nem as hierarquias sociais, a rebelião juvenil anulou as classificações ideológicas. No México, as reivindicações se resumiam a uma palavra: democratização. Os jovens pediram repetidas vezes "diálogo entre o governo e os estudantes". A atitude dos estudantes dava ao governo a possibilidade de reorientar sua política.

Bastaria ouvir o que o povo dizia por meio das reivindicações juvenis; ninguém esperava uma mudança radical, mas sim maior flexibilidade e uma volta à tradição da Revolução Mexicana, que nunca foi muito dogmática e sim muito sensível às mudanças no ânimo popular.

PAZ, Octavio. *O labirinto da solidão*.

São Paulo: Cosac Naify, 2014. p. 215, 222 (Adaptação).

A partir do texto e de seus conhecimentos,

- A) caracterize o sistema político mexicano em 1968 e indique um aspecto da Revolução Mexicana (1910-1917) reivindicado pelos estudantes naquele contexto.
- B) cite dois instantes do protagonismo juvenil na história brasileira após 1960.



06. (PUC Rio) Um levantamento realizado pelo Instituto de Estudos Cubanos e Cubano-Americanos (ICCA) da Universidade de Miami mostra que 95% dos cubanos nos EUA – a maior comunidade cubana fora da ilha, com 1,5 milhão de imigrantes e o dobro disso em descendentes diretos – aplaudem a nova abordagem do governo de Barack Obama para Cuba, mas se opõem ao fim do embargo econômico, pois acham que a sanção é uma arma de negociação para mudanças democráticas na ilha.

O GLOBO. *Uma ilha povoada pela crise*. 09 ago. 2009 (Adaptação).

Examine as seguintes afirmações:

- I. Cuba foi excluída da OEA na Conferência de Punta del Este, em janeiro de 1962, e readmitida em 2009, após a eleição de Barack Obama nos EUA.
- II. Diante da crise econômica dos anos 1992 e 1993, o governo cubano permitiu a entrada de capitais privados e liberou a formação de sindicatos independentes.
- III. Cuba esteve próxima do colapso econômico com o fim da ajuda soviética, recuperando-se, na atualidade, graças à expansão do turismo e da exportação de açúcar.
- IV. O embargo econômico imposto pelos EUA a Cuba, a partir de 1960, contribuiu para que o governo cubano se aproximasse do bloco socialista, liderado pela URSS.

Assinale a alternativa correta.

- A) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- B) Somente as afirmativas I e IV estão corretas.
- C) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- D) Somente as afirmativas II e IV estão corretas.
- E) Somente as afirmativas III e IV estão corretas.

07. (ESPM-SP) Era o dia 11 de setembro. Desviados de sua missão habitual por pilotos decididos a tudo, os aviões se lançam para o coração da grande cidade, resolvidos a abater os símbolos de um sistema político detestado. Imediatamente explosões, fachadas que voam em pedaços, desabamentos num barulho infernal, sobreviventes aterrorizados, fugindo cobertos de escombros.

E a mídia difunde a tragédia ao vivo. [...]

Nova Iorque, 2001? Não, Santiago do Chile, 11 de setembro de 1973. Com a cumplicidade dos Estados Unidos, golpe de Estado do general Pinochet contra Salvador Allende e o palácio presidencial metralhado pela força aérea. Dezenas de mortos e o início de um regime de terror que durou quinze anos [...]

RAMONET, Ignácio. *Guerras do século XXI: novos temores e novas ameaças*.

Sobre o ocorrido em 11/09/1973, é correto afirmar que

- A) o governo de Salvador Allende, da Unidade Popular, composta por socialistas e comunistas, desencadeou intensa mobilização social, cujo resultado foi uma articulação entre setores da sociedade chilena hostis ao socialismo e os EUA, então sob a presidência de Richard Nixon, visando praticar o golpe que derrubou o governo constitucional de Allende.
- B) eleito pelo Partido Demócrata Cristão, de posições liberais, Salvador Allende traiu os setores da sociedade chilena que contribuíram para a sua vitória. Com o apoio do Exército chileno e da embaixada dos EUA o governo Allende foi derrubado.
- C) Salvador Allende chegou ao poder em 1970 por meio de uma revolução que recebeu o apoio de Cuba. Em resposta ao apoio cubano ao governo Allende, os EUA contribuíram com setores anticomunistas da sociedade chilena para desencadear o golpe que levou o general Pinochet ao poder.
- D) extremado anticomunista, o general Pinochet vivia, desde os primeiros dias do governo Allende, nos EUA, onde planejou o golpe de 11/09/1973 em colaboração com as autoridades norte-americanas.
- E) o golpe de 11/09/1973, liderado pelo general Pinochet, com o bombardeamento da sede do governo chileno, o palácio presidencial de La Moneda, numa ação que levou Allende a resistir até a morte, provocou enérgicos protestos dos governos dos demais países sul-americanos que se recusaram a reconhecer a ditadura comandada por Pinochet.

08. (UFPR) Em 2012 completaram-se 30 anos da Guerra das Malvinas (Malvinas para os argentinos; Falklands para os ingleses), sendo que as animosidades entre Argentina e Inglaterra na disputa pelas ilhas inglesas situadas ao extremo sul da América do Sul foram recentemente relembradas pela presidenta argentina Cristina Kirchner. Sobre esse conflito, é correto afirmar:

- A) O conflito foi iniciado pelos ingleses, por conta da existência de petróleo na região, que começava a ser explorado por companhias argentinas de forma clandestina. A superioridade militar e econômica da Inglaterra contou para a derrota dos argentinos, que foram pegos desprevenidos em um ataque surpresa. Como resultado, a Argentina amargou uma grave crise econômica.
- B) O conflito foi iniciado pela Argentina no contexto da intensa ditadura peronista iniciada em 1976. A herdeira política de Perón, Isabelita, recorreu à elite militar para retomar as Ilhas Malvinas, cujos recursos se esgotavam com a exploração inglesa. Apesar da derrota argentina, o tratado de paz garantiu que a população argentina habitante das ilhas pudesse controlar a ocupação inglesa.

- C) O conflito foi iniciado pelos ingleses, que não toleravam a ocupação desordenada dos argentinos sobre as suas ilhas. Os argentinos, por sua vez, nunca aceitaram o domínio inglês sobre as ilhas, e desde o início dos anos 1980 prepararam-se para retomar o território. A prosperidade econômica pela qual a Argentina passava foi decisiva para que o país vencesse a guerra.
- D) O conflito foi desencadeado pela Argentina no contexto da ditadura militar iniciada em 1976. A fim de angariar apoio popular no início dos anos 1980, o governo almejou reconquistar as Ilhas Malvinas, retomando um discurso nacionalista. Contudo, com a rápida derrota dos argentinos, o regime militar logo foi derrubado, sucedido por um governo democrático e civil em meio a uma grave crise econômica.
- E) O conflito foi iniciado pelos argentinos, que desejavam retomar o território por conta de seus recursos minerais, a fim de aplacar a grave crise econômica que assolava a Argentina. A Inglaterra não queria deixar as ilhas, por se beneficiar das riquezas naturais em um período de instabilidade financeira após o desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social. Aproveitando-se da fragilidade inglesa, a Argentina venceu a guerra.

SEÇÃO ENEM

- 01.** (Enem) Enquanto houver um só assassino pelas ruas, nossos filhos viverão para condená-lo por nossas bocas.

Hebe de Bonafini, líder das Mães da Praça de Maio, apud SOSNOWSKI, A. *O Estado de S. Paulo*, 27 maio 2000.

O movimento das Mães da Praça de Maio foi criado na Argentina durante o período da Ditadura Militar (1976-1983). A declaração resume o objetivo do movimento, demonstrando que sua causa foi

- A) a fuga dos artistas, provocada pela censura estatal.
- B) a escalada das mortes, provocada pela guerrilha urbana.
- C) o aumento da violência, provocado pelo desemprego estrutural.
- D) o desaparecimento de cidadãos, provocado pela ação repressora.
- E) o aprofundamento da miséria, provocado pela política econômica.

- 02.** (Enem) Na América do Sul, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) lutam, há décadas, para impor um regime de inspiração marxista no país. Hoje, são acusadas de envolvimento com o narcotráfico, o qual supostamente financia suas ações, que incluem ataques diversos, assassinatos e sequestros. Na Ásia, a Al-Qaeda, criada por Osama Bin Laden, defende o fundamentalismo islâmico e vê nos Estados Unidos da América (EUA) e em Israel inimigos poderosos, os quais deve combater sem trégua. A mais conhecida de suas ações terroristas ocorreu em 2001, quando foram atingidos o Pentágono e as torres do World Trade Center.

A partir das informações anteriores, conclui-se que

- A) as ações guerrilheiras e terroristas no mundo contemporâneo usam métodos idênticos para alcançar os mesmos propósitos.
- B) o apoio internacional recebido pelas Farc decorre do desconhecimento, pela maioria das nações, das práticas violentas dessa organização.
- C) os EUA, mesmo sendo a maior potência do planeta, foram surpreendidos com ataques terroristas que atingiram alvos de grande importância simbólica.
- D) as organizações mencionadas identificam-se quanto aos princípios religiosos que defendem.
- E) tanto as Farc quanto a Al-Qaeda restringem sua atuação à área geográfica em que se localizam, respectivamente, América do Sul e Ásia.

GABARITO

Meu aproveitamento 

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

01. D 03. D 05. C
02. E 04. D

Propostos

Acertei _____ Errei _____

01. A 02. A 03. C
- 04.
- A) A luta pela reforma agrária foi central no contexto da Revolução Mexicana. Os camponeses desejavam a expropriação de grandes proprietários e a devolução de terras às comunidades indígenas.
- B) A incorporação das camadas populares ao processo político e a redistribuição de parte significativa da terra.
- 05.
- A) O sistema político mexicano, em 1968, era marcado pelo autoritarismo do Partido Revolucionário Institucional (PRI). Os estudantes, no contexto da Revolução Mexicana, reivindicavam maior transparência na política e participação democrática, colocando fim ao regime autoritário então vigente no México.
- B) Dois instantes do protagonismo juvenil na história brasileira após 1960 que podem ser citados são as passeatas de jovens contrários ao Regime Militar, então vigente após o Golpe de 1964, e a integração de jovens à luta armada contra o regime após seu endurecimento com a instituição do AI-5.
06. B 07. A 08. D

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

01. D 02. C



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Nova Ordem Mundial

Com o fim da Guerra Fria, evidenciado mediante as reformas soviéticas implementadas pela *Glasnost* e pela *Perestroika*, o então presidente dos Estados Unidos, George H. W. Bush, anunciou que uma nova ordem estava surgindo, acenando para um período de paz e desenvolvimento em prol do bem da humanidade. Infelizmente, essa previsão não se concretizou, pois diversos conflitos foram desencadeados ao redor do planeta durante o processo de reconfiguração de poderes entre as nações.

Diante da falência do sistema socialista soviético, alguns cientistas políticos afirmaram que o mundo passaria a viver uma ordem unipolar, uma vez que os Estados Unidos se tornaram a potência hegemônica e nenhuma outra nação poderia se equiparar ao seu poder econômico e militar. Tal concepção, no entanto, não foi uma unanimidade entre os contemporâneos à consolidação da Nova Ordem Mundial, já que alguns perceberam a formação de uma ordem multipolar. De acordo com essa linha de raciocínio, o fortalecimento dos blocos geoeconômicos – como a União Europeia – faria com que novas forças mundiais fossem configuradas e, assim, fizessem frente à suposta hegemonia estadunidense.

Passadas quase duas décadas do fim da URSS, essa ainda não é uma questão resolvida. No entanto, independentemente de quantificar o número de potências que atualmente figuram as relações internacionais, o importante é perceber a riqueza de detalhes que compuseram a formação da Nova Ordem Mundial, assim como o seu caráter de constantes transformações, o que nos permite interpretá-la de diferentes formas.

UNIÃO EUROPEIA – UM BREVE HISTÓRICO



A Europa, continente que abrigou a maior parte das ações da Segunda Guerra Mundial, encontrava-se arrasada economicamente ao final daquele conflito. A salvação para os europeus veio do outro lado do Atlântico, por meio do Plano Marshall, quando os Estados Unidos deram início à reconstrução do Velho Continente. O grande problema é que essa concessão de recursos gerava uma dependência que incomodava os europeus, tradicionalmente acostumados a comandar as relações internacionais, e não o contrário.

Diante desse quadro de necessidade de recuperação econômica, aliado ao medo da manutenção da dependência das nações europeias, alguns países resolveram unir seus esforços para reerguer o continente.

Uma das primeiras ações que esboçaram o esforço de recuperação por parte dos europeus partiu, curiosamente, da França para a Alemanha, duas nações que haviam sido rivais durante as duas grandes Guerras Mundiais. A proposta da união franco-germânica foi divulgada durante um discurso em 1950, realizado por Robert Schuman, ministro francês que defendia a criação de um pacto de cooperação econômica que beneficiasse os dois países. Vale ressaltar, ainda, que a França via nessa aproximação a possibilidade de controlar os recursos bélicos alemães, já que os franceses temiam que um suposto revanchismo alemão pudesse gerar um novo conflito entre os dois países. Apesar de ter sido muito criticada em um primeiro momento, a proposta do ministro francês, conhecida como Plano Schuman, tornou-se o marco de fundação da União Europeia. Inclusive, a data da declaração, 09 de maio, marca ainda hoje o feriado comemorativo do maior órgão de cooperação da Europa.

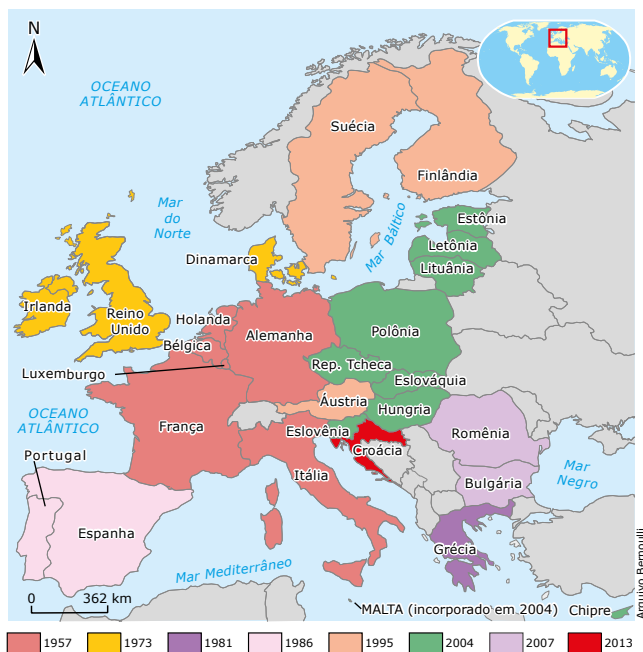
Retomando a progressiva aproximação entre as nações europeias, em 1952, dois anos após a proposta de Schuman, entrou em funcionamento a Comunidade Econômica do Carvão e do Aço (CECA). Essa comunidade incorporava, além da França e da Alemanha, a Itália e os países que, desde 1948, estavam organizados na Benelux: Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Já em 1957, o bloco teve um aprofundamento e, apesar de não registrar a adesão de novos membros, passou a integrar de forma mais direta os mercados dos seis países que já haviam aderido à CECA. Àquela altura, a união passou a ser chamada de Comunidade Econômica Europeia (CEE) e, gradativamente, as nações participantes começaram a deixar suas diferenças de lado para que pudessem fazer frente às superpotências que lideravam a Guerra Fria.

Em 1973, em virtude de um importante alargamento, a Grã-Bretanha, a Irlanda e a Dinamarca aderiram ao bloco, concedendo ainda mais força à comunidade, também apelidada de "Europa dos Nove". Até então, a Inglaterra havia resistido à adesão ao bloco, já que era um dos principais aliados dos Estados Unidos e, conseqüentemente, tinha uma das unidades monetárias mais fortes de todo o continente: a libra.

Nesse mesmo ano, no entanto, fatores como a crise do petróleo, que havia provocado efeitos negativos em praticamente todos os países capitalistas, levaram a Inglaterra a associar-se ao bloco. Além disso, àquela altura, a CEE já se apresentava como uma sólida instituição, capaz de assegurar o respaldo econômico de que os ingleses necessitavam.

A partir da entrada dos britânicos, a CEE pôde se estruturar no intuito de planejar as futuras incorporações. Assim, de forma gradual e estipulando alguns critérios, como os índices de desenvolvimento social e o ajuste das contas internas, o bloco experimentou novos alargamentos, que podem ser contemplados no mapa a seguir:

Expansão da União Europeia



Entre os alargamentos apresentados, é interessante observar a incorporação de alguns países do Leste Europeu que anteriormente estavam na esfera de influência da ex-União Soviética. A despeito do atraso tecnológico tradicionalmente atribuído a esses países, o interesse da União Europeia era o de amparar uma região que havia vivenciado o regime socialista, de forma a ampliar a influência do capitalismo e, ao mesmo tempo, diminuir a influência russa no Leste Europeu.

É importante ressaltar, ainda, que alguns países da Europa Oriental, como a Turquia, vêm tentando se inserir no bloco há décadas. Assim, é possível afirmar que a não aceitação da adesão desse país ao bloco deve-se, em parte, à visão etnocêntrica da maioria dos países europeus, que não consideram a Turquia pertencente à civilização europeia em virtude da localização do país – entre os continentes europeu e asiático. Além disso, a Turquia é majoritariamente muçulmana e, portanto, possui uma cultura muito diferente da maioria dos países que compõem a UE, fator que também interfere em sua não aceitação no bloco.

Também é fundamental para a compreensão da União Europeia o fato de que, após a adesão da Inglaterra à CEE, esta sofreu diversos aprofundamentos, o que fez com que as relações entre seus membros fossem cada vez mais estreitadas. Em 1979, por exemplo, os participantes da Comunidade promoveram a primeira eleição para o Parlamento europeu, órgão que ainda hoje é eleito por sufrágio universal e tem o objetivo de aproximar a legislação dos países europeus integrados. Já em 1992, foi a vez da assinatura do Tratado de Maastricht, que aproximou tanto os países da CEE que esta passou a ser denominada União Europeia. Durante a reunião, os países-membros da UE estabeleceram a adoção de uma moeda única para o bloco e definiram que o euro deveria ser adotado pelos países-membros interessados, em um prazo de dez anos.

Ainda no intuito de integrar institucionalmente os seus membros, em 1993, a União Europeia inaugurou o Mercado Único, estabelecendo quatro liberdades entre seus integrantes: a livre circulação de serviços, de pessoas, das mercadorias e de capitais. É necessário ressaltar, no entanto, que, na prática, a livre circulação de viajantes de qualquer nacionalidade foi permitida, inicialmente, em apenas sete países: Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Luxemburgo, Holanda e Portugal, sendo estendida aos demais membros somente em 2008.

Consequências da crise de 2008 para a União Europeia

O início do século XXI, contudo, não tem sido simplesmente um momento de expansão pacífica da União Europeia. A crise da bolha imobiliária de 2008-2009 teve graves efeitos, de longo prazo, na economia dos países da UE, afetando principalmente Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha. Em virtude das dificuldades financeiras que acometem esses países, eles passaram a ser designados PIIGS, acrônimo que, de maneira irônica, remete à palavra *pigs* ("porcos", em inglês). Esse trocadilho evidencia uma crítica feita à fragilidade das economias desses países, cujas dívidas públicas cresceram muitas vezes além de seus respectivos PIBs devido às medidas tomadas pelos governos para salvar o sistema bancário-financeiro. Isso interfere na credibilidade internacional de todo o bloco econômico europeu, gerando dúvidas sobre seu futuro. Ao mesmo tempo em que as incertezas se multiplicam acerca da capacidade coletiva de os europeus cumprirem seus compromissos, intensificam-se movimentos populares contra a crise econômica e contra as medidas de austeridade fiscal e de enxugamento da máquina pública adotadas por vários países para enfrentar a crise, muitos sob a tutela do Fundo Monetário Internacional (FMI). Protestos recentes na Grécia, na Espanha e na França reuniram centenas de milhares de pessoas, especialmente jovens, que protestavam contra o desmonte do Estado do Bem-Estar Social preconizado pelos governos a conselho de organismos financeiros internacionais.

Brexit

Em junho de 2016, 52% da população do Reino Unido decidiu, por meio de um plebiscito, deixar a União Europeia, bloco econômico do qual o país fazia parte desde 1973. A campanha ficou conhecida como Brexit – fusão das palavras em inglês *Britain* e *exit*, que em português significa “saída do Reino Unido” (da União Europeia) – e foi resultado do descontentamento e da desconfiança da opinião pública com relação ao bloco. A percepção negativa da diminuição da soberania do Reino Unido e dos tributos pagos ao bloco somou-se ao desejo de endurecimento das políticas de imigração. Assim, o Reino Unido colocou em xeque a eficácia do modelo do bloco e, como consequência, deixou de fazer parte do mercado comum europeu.

O NEOLIBERALISMO E O CONSENSO DE WASHINGTON (1990)



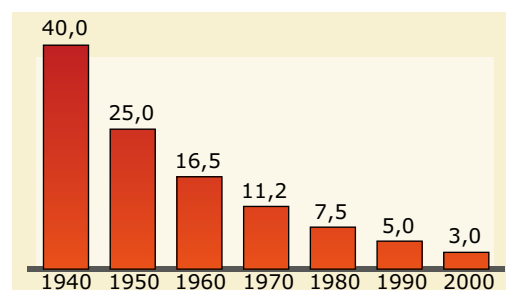
O neoliberalismo é um conjunto de ideias inspiradas no liberalismo econômico do século XVIII e adequadas à realidade do século XX. Idealizada por Milton Friedman e Friedrich Hayek, surgiu na primeira metade do século XX, mas somente na década de 1970 é que foi posta em prática com mais vigor, quando o Chile serviu como uma espécie de laboratório para as políticas neoliberais. Após essa fase de adaptação, já na década de 1980, foi a vez de grandes nações aderirem a tais práticas econômicas. Assim, durante esse período, os Estados Unidos e, principalmente, a Inglaterra, representada por sua primeira-ministra, Margaret Thatcher, foram os grandes ícones do neoliberalismo.

Se, para os grandes países capitalistas, a década de 1980 foi marcada pela introdução de novas doutrinas econômicas, para as nações que compunham o Terceiro Mundo, ela se mostrou desastrosa, tanto que ficou conhecida como “a década perdida”. Durante esse período, os países menos favorecidos passaram a registrar altos índices inflacionários e um grande aumento das suas dívidas externas. A saída encontrada pelos endividados foi procurar instituições internacionais em busca de crédito. No entanto, para que isso acontecesse, os principais órgãos financeiros – como o FMI e o BIRD (Banco Mundial) – aconselharam os países do Terceiro Mundo a adotarem práticas neoliberais, de forma que, em médio prazo, estes pudessem reestruturar suas economias.

É importante ressaltar que a posição adotada pelos órgãos financeiros internacionais coincidia com os interesses estadunidenses, afinal, estes estavam profundamente vinculados a tais instituições e, mesmo que indiretamente, seriam beneficiados com a aproximação dos países do Terceiro Mundo.

Dessa forma, em 1990, amparadas pelo governo dos Estados Unidos, as principais nações latino-americanas se reuniram no Consenso de Washington. Durante a reunião, os estadunidenses ratificaram a posição já defendida pelos órgãos financeiros internacionais e, assim, afirmavam que os latinos deveriam manter uma política de austeridade econômica, elevação das taxas de juros, privatizações de empresas estatais, incentivo à economia de mercado e abertura ou desregulamentação da economia.

Tarifas alfandegárias médias nos países desenvolvidos (%)



O gráfico demonstra como, gradativamente, o neoliberalismo ganhou força durante o século XX, fazendo com que as tarifas alfandegárias fossem reduzidas.

A partir de então, várias medidas neoliberais passaram a ser seguidas à risca por grande parte dos governos latino-americanos, que vinculavam a sua proximidade aos Estados Unidos à prosperidade econômica. No Brasil, apesar de o introdutor das práticas neoliberais ter sido Fernando Collor de Mello, quem de fato consolidou essa ideologia na economia nacional foi Fernando Henrique Cardoso. Já na Argentina, o presidente Carlos Menem foi o grande mentor das práticas econômicas que vincularam o seu país, de forma mais intensa, ao mercado internacional.

CRISES RECENTES DO CAPITALISMO MUNDIAL



A Nova Ordem Mundial instaurada registrou um grande avanço do capitalismo, assim como uma intensificação do processo de globalização econômica e cultural. Apesar dos avanços inegáveis registrados, esse processo, que se acentuou principalmente nas décadas anteriores a 1990, mostrou que uma integração tão intensa – principalmente no âmbito econômico – pode trazer problemas globais. Assim, a última década do século XX foi marcada por crises no capitalismo mundial, afinal, dada a dependência dos países do Terceiro Mundo junto às potências capitalistas, quando estas registraram instabilidades econômicas, imediatamente, uma onda de incertezas e de falências acometeu grande parte dos países capitalistas de todo o planeta.

Crise mexicana (1994) – “efeito tequila”

A primeira grande crise do capitalismo da década de 1990 aconteceu no México, logo após a sua entrada no NAFTA. Aparentemente, ao abrir a sua economia para o mercado internacional, o México teria uma possibilidade maior de crescimento econômico. Porém, com o passar do tempo, viu-se que a abertura indiscriminada às importações gerou um grande *deficit* na balança comercial mexicana, a fuga de investimentos, a desvalorização da moeda e a dependência econômica. Assim, coube aos Estados Unidos a concessão de recursos que viessem a ajudar o México a sanar a sua crise, já que uma reação em cadeia fez cair a cotação dos títulos de outros países emergentes, o que ameaçava toda a ordem capitalista mundial.

Crise asiática (1997-1998)

Os chamados Tigres Asiáticos – Coreia do Sul, Taiwan (Formosa), Malásia, Tailândia, Indonésia, Hong Kong, entre outros – compõem um grupo de nações que se desenvolveu, a partir da década de 1970, graças a investimentos externos, principalmente japoneses. O modelo adotado pelas indústrias desses países consistia na produção de bens de consumo voltada para a exportação, mediante uma legislação fiscal liberal e do baixo custo da mão de obra, fatores que atraíram ainda mais a entrada de capital externo naquela região.

Apesar do rápido crescimento econômico registrado pelos Tigres Asiáticos, a dependência destes em relação ao capital externo passou a ser vital para a manutenção da prosperidade econômica asiática. Assim, no final da década de 1990, quando houve uma recessão japonesa, esta se alastrou para os paraísos capitalistas asiáticos, levando à desvalorização da moeda desses países em relação ao dólar e, logo, à recessão econômica.

Diante da crise instalada, o FMI socorreu os Tigres Asiáticos, uma vez que o colapso havia provocado reflexos negativos em outras economias emergentes, como as da Rússia e do Brasil, por exemplo. Vale ressaltar que, a curto prazo, os empréstimos contraídos junto ao Fundo Monetário e as políticas fiscais foram efetivos para que os Tigres Asiáticos pudessem se recuperar, mas, ainda assim, a crise asiática evidenciou, mais uma vez, a interdependência da economia mundial e a sua fragilidade aos ataques especulativos, principalmente nos países emergentes.

Crise russa (1998)

Boris Yeltsin, presidente russo, já vinha enfrentando problemas econômicos desde o desmantelamento da URSS e, por isso, tomou a atitude extrema de decretar a moratória, ou seja, suspender o pagamento da dívida externa russa, que, à época, girava em torno de 40 bilhões de dólares. Além disso, o presidente anunciou o adiamento do pagamento de títulos, fomentando a fuga de capitais dos investidores externos. A crise foi sentida profundamente pela população russa devido ao atraso no pagamento do numeroso funcionalismo público e das Forças Armadas, o que resultou em problemas sociais, como a intensificação da miséria.

Para contornar a crise, o governo russo aumentou o preço do petróleo e desvalorizou a sua moeda, o rublo, com o objetivo de reaquecer as exportações do país. Mesmo com essas ações, a salvação para o país veio mediante empréstimos dos organismos financeiros internacionais.

Crise brasileira (1999)

Os efeitos colaterais da crise das bolsas asiáticas e da economia russa atingiram a economia brasileira. O aumento da inflação e a explosão das dívidas públicas interna e externa determinaram uma reação dos investidores estrangeiros, que acabaram retirando boa parte do seu capital do Brasil e aplicando em mercados mais seguros, como o europeu e o estadunidense.

O governo brasileiro, à época comandado por Fernando Henrique Cardoso, aumentou a taxa básica de juros (Selic), visando a oferecer maior rentabilidade para os investidores estrangeiros. Essa estratégia acabou resultando, na prática, em um grande surto inflacionário, que, além de tornar os produtos mais caros para o consumidor final, afugentou ainda mais os investidores e fez o real atingir as piores cotações desde a sua implantação.



Uindomar Cruz/ABR / Creative Commons

Fernando Henrique Cardoso.

Devido à desvalorização do real, as exportações das indústrias brasileiras aumentaram. Se, por um lado, as exportações foram a base para a recuperação econômica brasileira, por outro, elas se mostraram altamente prejudiciais à Argentina, que elevou suas tarifas aduaneiras para os produtos que viessem do Brasil. A atitude protecionista acabou afetando as relações diplomáticas entre os dois países.

Quanto à solução para a crise brasileira, foi necessária mais uma intervenção do FMI, que concedeu o empréstimo de 120 bilhões de dólares – um dos maiores da história da instituição – mediante uma série de condições que previam um maior rigor orçamentário da economia brasileira a partir de então.

Crise argentina (2000-2001)

Durante a crise brasileira de 1999, a Argentina adotou uma política cambial perigosa, pois atrelou o valor do peso argentino ao do dólar. Dessa forma, o governo argentino foi obrigado a manter um grande volume de dólares na poupança interna do país, criando um padrão de indexação parecido com a antiga URV brasileira, ou seja, para cada peso emitido pelo Tesouro, deveria haver um dólar correspondente.

Contudo, boa parte dos dólares investidos na poupança interna provinha de investidores estrangeiros que retiraram seus capitais das chamadas economias de risco (entre elas, a Argentina) após as crises da década de 1990.

Para promover a entrada de dólares no mercado interno, o governo argentino elevou as taxas de juros, o que, em vez de corrigir o desequilíbrio, levou a uma rápida expansão das dívidas interna e externa. O governo optou por confiscar os fundos de poupança e os depósitos de contas bancárias da sua população, além de diminuir drasticamente os gastos sociais, estratégias que causaram grande revolta popular. A Argentina não contou com uma intervenção por parte do FMI para superação da crise, pois a economia do país passou a ser considerada uma das mais arriscadas do mundo. Outra leitura histórica alega que a negligência desse órgão fazia parte de um plano dos Estados Unidos, que desejavam manter a Argentina e o Mercosul em crise para viabilizar o projeto da união das Américas, a ALCA.

Crise da bolha imobiliária (2008-2009)

A crise econômica mais recente ocorreu em 2008, nos Estados Unidos, que, no século passado, eram vistos como uma das economias mais seguras do mundo. A crise estadunidense se iniciou em virtude dos baixos índices de juros praticados no país, afinal, a aquisição de crédito fácil estimulava a compra indiscriminada de diversos bens, entre eles, os imóveis. Enquanto se manteve vigoroso, esse mercado sustentava diversos outros setores da economia, como a construção civil e as instituições financeiras, além de ostentar uma prosperidade econômica que favorecia o consumo interno e movimentava a economia do país.

Por trás do otimismo estadunidense, no entanto, o *deficit* nas contas públicas, decorrente das suas intervenções internacionais, aliado ao risco de aumento da inflação, fez com que o governo elevasse as taxas de juros. Dessa forma, muitos daqueles que haviam comprado imóveis de forma financiada não conseguiram saldar seus compromissos, e, por isso, as hipotecas foram executadas. Após os imóveis retornarem para os bancos que haviam lhes financiado, estes eram colocados novamente à venda no mercado imobiliário, o que levava a um aumento da oferta e, conseqüentemente, à queda do preço desses imóveis.

Com a crise do setor imobiliário, aliada à inadimplência, as áreas que dependiam da prosperidade desse setor foram comprometidas. Mesmo os bancos que não estavam ligados a esse setor econômico perderam investimentos por falta de confiança, o que os levou a diminuir as operações de empréstimos no geral. Assim, as indústrias do país, que passaram a ter dificuldades para a aquisição de crédito, iniciaram um processo de demissão dos funcionários, o que reduziu o mercado interno estadunidense e fomentou ainda mais a crise. Em poucos dias, portanto, o colapso, que inicialmente se restringia ao setor imobiliário dos Estados Unidos, atingiu outros setores e se alastrou por vários países ao redor do planeta.

A ruína de grandes corporações e a falência de renomados empresários contribuíram para agravar ainda mais a crise, situação que levou os governos dos países atingidos a elaborarem complexos planos econômicos para reverter esse quadro e recuperar suas economias. Foi somente com o auxílio estatal que as instituições produtivas e financeiras conseguiram se reestruturar. Assim, por meio de grandes liberações de verbas públicas, esses governos compraram as instituições financeiras privadas que estavam em dificuldade ou concederam estímulos fiscais visando ao desenvolvimento produtivo e ao consumo.

Apesar de terem registrado uma ligeira recuperação nos últimos anos, é importante ressaltar que, ainda hoje, os países atingidos pela crise enfrentam certas dificuldades econômicas, já que, desconfiados, os investidores têm adotado uma postura mais conservadora.

A REAÇÃO DA ESQUERDA LATINO-AMERICANA



Passadas mais de duas décadas dos primórdios neoliberais chilenos, os principais economistas da década de 1990 perceberam que aquela ideologia não havia provocado o crescimento econômico esperado pelos países do Terceiro Mundo. Longe de representar a salvação para os endividados, a abertura de mercado e o avanço do desenvolvimento tecnológico haviam intensificado ainda mais a dependência desses países em relação às potências econômicas, como os Estados Unidos, além de aumentarem as desigualdades sociais dessas regiões.

Diante dos problemas gerados pela intensificação da globalização econômica, dois fóruns internacionais foram instituídos: um em Davos, na Suíça, e outro em Porto Alegre, no Brasil. O primeiro foi o Fórum Econômico Mundial, formado por empresários, ministros da economia, presidentes de Bancos Centrais, diretores do FMI, do BIRD e de outros organismos internacionais. O objetivo era discutir tecnicamente as políticas econômicas adotadas no mundo, para que seus impactos pudessem ser menores em áreas como o meio ambiente e a saúde. Já a reunião realizada em Porto Alegre deu origem ao Fórum Social Mundial, iniciado em janeiro de 2000. Esse fórum foi promovido por diversas entidades de esquerda, como sindicatos, movimentos estudantis e ONGs, e teve como objetivo protestar contra a globalização e os organismos financeiros internacionais.

É importante ressaltar que, apesar de terem sido instituídos para solucionar uma causa imediata, os dois fóruns acabaram se tornando eventos periódicos, sendo realizados ainda hoje. Mas, a despeito da semelhança inicial, esses fóruns ganharam sentidos diferentes. Devido ao seu caráter formal, o Fórum Econômico Mundial acabou sendo associado à direita e, por isso, tornou-se um sinônimo do capitalismo e das políticas globalizante e neoliberal. Já o Fórum Social Mundial, tradicionalmente marcado pelos debates que se voltam à causa popular, passou a ser visto como uma grande manifestação da esquerda.

Ainda nesse contexto conturbado das reformas neoliberais, uma grande camada de excluídos que compunham a população dos países do Terceiro Mundo passou a clamar por reformas que amenizassem, principalmente, a desigualdade social existente em seus países. Esse movimento foi marcante na América Latina, onde, em diversos países, os partidos de esquerda, ou mesmo de centro-esquerda, apropriaram-se das falhas do neoliberalismo para que pudessem alavancar suas campanhas e, assim, eleger os novos presidentes da região.

As vitórias de Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil, do casal Kirchner, na Argentina, de Rafael Correa, no Equador, de Evo Morales, na Bolívia, de Hugo Chávez, na Venezuela, e o retorno de Daniel Ortega, na Nicarágua, podem ser relacionados a esse fenômeno da reação das esquerdas latino-americanas. Mesmo que alguns desses nomes possam ser ligados a uma esquerda moderada, estes souberam canalizar a insatisfação da população latino-americana para, após eleitos, realizarem reformas de cunho social e, por vezes, nacionalistas.



Ricardo Stuckert/PR/Abbr / Creative Commons

Evo Morales, presidente da Bolívia, Hugo Chávez, ex-presidente da Venezuela, e Lula, ex-presidente do Brasil.

Diante da ascensão da esquerda latino-americana, pode-se perceber que as reformas neoliberais foram contidas, afinal, os novos líderes dessas nações passaram a adotar uma postura menos favorável à submissão internacional. Assim, em vez de considerarem a proximidade dos Estados Unidos um fator positivo – como outrora valorizavam os neoliberais –, os novos governos passaram a prezar a manutenção da soberania nacional.

Cuba e a Nova Ordem Mundial

Com o colapso do socialismo real, e conseqüentemente o fim da ajuda da URSS, Cuba viveu uma crise econômica. Após o afastamento de Fidel Castro por motivos de saúde em 2008, o regime cubano promoveu uma lenta abertura econômica no campo político, sob o comando de Raul Castro – irmão de Fidel. Uma das principais fontes de renda do país é o turismo, que tem se aberto para investimentos externos, principalmente de empresários da União Europeia.

A continuidade da crise econômica cubana levou o governante Raul Castro a aprofundar as reformas político-econômicas do país, abrindo mais espaços para a iniciativa privada. O VI Congresso do Partido Comunista Cubano, reunido em abril de 2011, aprovou um pacote de medidas que visa a reformar o Estado e a economia cubanos, diminuindo o papel do partido em ambos e dando força à livre iniciativa privada.

O congresso do PCB aprovou a progressiva liberação de empresas estatais do controle partidário, a eliminação de até 20% dos 5 milhões de servidores públicos, transferidos para o crescente setor não estatal, a concessão de maior liberdade ao mercado imobiliário e de bens de consumo duráveis e o redirecionamento dos subsídios estatais para obtenção de serviços recebidos pela população, que serão limitados à camada mais pobre e à paulatina desburocratização do Estado. O congresso do partido procurou demonstrar a possibilidade da manutenção do regime tendo como base o planejamento econômico flexibilizado, observando as tendências do mercado. As reformas de Raul Castro não abandonaram a defesa teórica do socialismo, sendo o discurso oficial cubano de reafirmação da continuidade e da irreversibilidade do socialismo. Fidel Castro permaneceu no poder até abril de 2018, quando passou a presidência para o então vice, Miguel Díaz-Canel.

CHINA: POTÊNCIA ASIÁTICA E MUNDIAL



Uma dos mais importantes personagens na reorganização mundial realizada após a Guerra Fria foi a China que, àquela época, buscou se integrar de forma efetiva à economia global. A princípio, parece estranho ligar a China às transações comerciais, já que, em 1949, o país passou por uma revolução socialista. Para que essa mudança possa ficar clara, é importante resgatar a década de 1970, quando, após a morte de Mao Tsé-Tung, Deng Xiaoping assumiu o controle do país e iniciou um processo de abertura econômica. Buscando uma melhor estruturação da economia chinesa, o novo líder criou as ZEEs (Zonas Econômicas Especiais), cidades costeiras que, por apresentarem mão de obra barata, boa infraestrutura e isenção de impostos, eram muito atraentes aos investimentos externos.



Schumacher, Karl H. / Domínio Público

Deng Xiaoping e Jimmy Carter, líderes políticos da China e dos Estados Unidos no contexto da década de 1970.

Apesar do avanço do capitalismo na China, este não trouxe a solução para grande parte dos problemas sociais que tradicionalmente acometem esse país superpopuloso. Mais de 60% da população chinesa vive, ainda hoje, na zona rural, sendo alarmantes os níveis de desigualdade social.

Além dos problemas sociais de origem econômica, na esfera política, a China ainda sustenta uma postura socialista, que se evidencia no controle rigoroso dos meios de comunicação (os computadores chineses possuem um filtro que impede o acesso a *sites* proibidos pelo governo) e numa pesada ditadura no país mantida pelo Partido Comunista Chinês (PCC).

Devido à configuração de um país que alia a economia capitalista às características políticas do socialismo, o regime adotado pela China desde a década de 1970 foi denominado, posteriormente, de socialismo de mercado.

A dúbia postura da China, apesar de atender à demanda comercial externa, não agradava parte da sua população, que, diante da Queda do Muro de Berlim e do iminente colapso da URSS, percebeu o momento exato para protestar contra o regime político autoritário do país. Assim, em 1989, estudantes e trabalhadores caminharam até o centro da capital chinesa clamando pela abertura política, no episódio conhecido como Primavera de Pequim. Mantendo sua postura intransigente, o governo de Xiaoping não hesitou e reagiu violentamente, fazendo milhares de pessoas prisioneiras durante a ação das tropas chinesas conhecida como Massacre da Praça da Paz Celestial. Contido o levante, muitos dos manifestantes foram exilados e outros (entre 200 e 2 000 pessoas, dependendo da fonte) foram mortos.

Mesmo tendo sido condenada pela opinião pública internacional, a repressão por parte de Deng Xiaoping possibilitou à China dar continuidade à sua política de abertura econômica. Dessa forma, em 1997, Hong Kong, que estava sob o domínio da Inglaterra, voltou a ser controlada pelos chineses. Em 1999, foi a vez de Macau, até então ligada aos portugueses, vincular-se à China. Em ambos os casos, as aquisições foram muito importantes para as pretensões chinesas, já que, em virtude dos laços que haviam mantido com os europeus, tanto Hong Kong quanto Macau tinham uma boa infraestrutura capitalista.



Diliff / Creative Commons

Paisagem urbana de Hong Kong.

Diante do grande avanço econômico registrado nas últimas décadas do século XX, em dezembro de 2001, a China passou, oficialmente, a fazer parte da OMC (Organização Mundial do Comércio), situação que, além de viabilizar ainda mais as trocas comerciais chinesas, tornou o país mais atrativo aos investidores estrangeiros. Ainda assim, desde que passou a fazer parte da OMC, a China é constantemente acusada de violar acordos internacionais que regulam a economia de mercado. De acordo com tais acusações, para tornar seus produtos mais baratos, os chineses lançam mão de trabalho semiescravo, além de negligenciarem a situação do meio ambiente, o qual vem sendo fortemente impactado por suas indústrias.

Mesmo diante dessas acusações, somadas ao comércio protecionista e subvencionado praticado pela China, a OMC insiste em se omitir e, assim, opta por não punir os chineses. A postura cautelosa por parte da organização se justifica por esta abrigar vários países interessados no potencial de compra da numerosa classe média chinesa, situação que faz com que uma possível expulsão da China da OMC seja extremamente desvantajosa.

No âmbito político, a China, atualmente, enfrenta alguns impasses diplomáticos que ameaçam a estabilidade de toda a Ásia Oriental. Além do conflito dos chineses com Taiwan – que desde a Revolução Chinesa é um inimigo declarado do país –, estes não vêm se entendendo com o Japão, que é acusado pelo governo de Pequim de publicar livros didáticos de História que omitem a dominação japonesa sobre o país. Ora, é inegável que, durante a Segunda Guerra Mundial, o Japão subjugou e invadiu áreas do território chinês, o que fez com que sua população se sentisse humilhada e explorada. Assim, em razão de os livros japoneses não mencionarem aos seus alunos as práticas consideradas abusivas, a China se viu no direito de levar a situação à mídia internacional. No entanto, mesmo após o governo japonês ter revisto as publicações e pedido desculpas formais à China, as tensões entre os dois países continuam latentes.

Outro importante embate diplomático envolve a questão do Tibete, região invadida pela China em 1950. Sob o discurso revolucionário e socialista, os chineses alegam que promoveram enormes melhorias socioeconômicas na província. Já o povo tibetano lutou pela autonomia da região, sendo liderado por Dalai Lama, chefe político e espiritual do Tibete, que, por ser perseguido pelos chineses, vive exilado na Índia. Recentemente, Dalai Lama anunciou seu desligamento da política tibetana, que deverá ser guiada nos moldes da democracia. Ainda assim, a luta emancipacionista dos tibetanos persiste.

Até 2008, por exemplo, quando ocorreram os Jogos Olímpicos em Pequim, o governo chinês conseguia manter a sua postura ditatorial e, por meio da repressão e da censura, lançava mão da violência contra os tibetanos, que não conseguiam se expressar. Quando toda a mídia internacional estava preparada para a cobertura das Olimpíadas, no entanto, os tibetanos realizaram uma grande manifestação no centro da capital chinesa, rompendo com a censura imposta pela China. Durante o evento, registrado pelas câmeras de todo o mundo, diversas manifestações se espalharam pelo planeta, reacendendo a causa da independência do Tibete. Mesmo pressionado pela opinião pública internacional, o governo chinês, ainda hoje, insiste em manter o seu domínio sobre a região, refutando qualquer concessão de liberdade aos tibetanos.

Em meio à sua conturbada história recente, a China – que em 2011 registrou um crescimento econômico superior a 10% e se tornou a segunda economia do planeta – tem hoje o desafio de manter a sua sustentabilidade, afinal, o crescimento econômico acarretou a elevação da desigualdade social e do gasto energético do país. Acredita-se que, se a China mantiver sua taxa de crescimento, em breve, ela não terá mais recursos energéticos e naturais próprios para continuar a sua produção. Um outro problema envolve a temática ambiental, pois, diante da elevada demanda repassada às indústrias chinesas, houve uma considerável intensificação da emissão de CO₂ no ar e da poluição dos rios.

Por fim, é importante ressaltar que o crescimento econômico chinês foi desacelerado em virtude da crise econômica mundial deflagrada em 2008 nos Estados Unidos – haja vista o crescimento de 14,2% registrado em 2007. Resta saber agora se o poder de recuperação do país fará com que ele restabeleça os seus índices de crescimento e, ainda, se a China conseguirá conciliar o crescimento com o desenvolvimento social, pois só assim poderá se consolidar como uma potência no século XXI.

COREIA DO NORTE: FOCO DE TENSÃO



Nos últimos anos da Guerra Fria, durante as décadas de 1980 e 1990, o socialismo se mostrou falível, havendo, na maior parte dos países em que esse sistema vigorava, o início de um processo que levaria à abertura econômica. Diante da amenização dos embates ideológicos que marcaram a segunda metade do século XX, os Estados Unidos e a URSS, que haviam sido as maiores potências do período, comprometeram-se a reduzir seu arsenal nuclear.

Inicialmente, as nações alinhadas a ambos os blocos seguiram a posição adotada pelas superpotências. Ainda assim, em janeiro de 2002, a Coreia do Norte, país socialista, comunicou a sua retirada do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, que já vinha sendo negociado entre as principais nações mundiais desde a década de 1960. Após assumir esse posicionamento intransigente, o governo norte-coreano expulsou os inspetores internacionais do país e reafirmou a sua predileção pelo sistema socialista.

A despeito das pressões que passou a sofrer por parte dos governos e da opinião pública internacional, a Coreia do Norte, que em 2007 vivia uma grave crise econômica, anunciou o início de um programa nuclear voltado para fins militares. Dessa forma, o país passou a fazer testes com mísseis de longo alcance, utilizando, para esse propósito, o espaço aéreo e marítimo de alguns dos seus vizinhos, como o Japão e a Coreia do Sul.

Tal postura pode ser interpretada de duas formas: inicialmente, os testes realizados poderiam representar a possibilidade de uma barganha econômica junto aos Estados Unidos, já que estes são tradicionais aliados dos japoneses e dos sul-coreanos; por outro lado, a construção de um arsenal nuclear poderia acenar também para uma tentativa forçada, por parte dos nortistas, de reunificação das Coreias, situação que desagrada totalmente o governo de Seul.



Kremlin.ru / Presidential Press and Information Office / Creative Commons

Encontro entre Kim Jong-il e Vladimir Putin ocorrido em 2001, momento em que lideravam a Coreia do Norte e a Rússia, respectivamente.

Especulações sobre o programa nuclear norte-coreano à parte, é certo que este acabou gerando um foco de tensão no continente asiático. Os Estados Unidos, que já haviam declarado o país como um dos membros do Eixo do Mal, passaram a exigir o encerramento do programa, chegando a ameaçar os norte-coreanos quanto a uma possível intervenção militar no país. Outro interessado na região é a China, que, ao mesmo tempo que não deseja o desenvolvimento do programa nuclear norte-coreano, também não concorda com a intervenção militar estadunidense no país, uma vez que a região é uma área de influência chinesa.

A saída encontrada para amenizar as tensões na região foi abrir uma rodada de negociações, que, diante da intransigência dos envolvidos, tem se mostrado complicada. Diante da promessa da concessão de empréstimos ao governo norte-coreano, este se comprometeu a cessar o seu programa nuclear. Contudo, o programa nuclear norte-coreano continua ativo como forma de intimidação a potências rivais, como os Estados Unidos, o que gerou uma crise diplomática entre os dois países em 2017. Em meio a tensões junto à comunidade internacional e a manutenção do regime ditatorial, a Coreia do Norte vem demonstrando, desde o final de 2017, alguns esforços com relação à desnuclearização. A ampliação do diálogo com a Coreia do Sul e a China são exemplos desse empenho norte-coreano.

11 DE SETEMBRO E SEUS REFLEXOS



No dia 11 de setembro de 2001, o mundo ficou espantado quando a maior potência mundial foi atacada em seu próprio território. Dois dos maiores símbolos dos Estados Unidos, o Pentágono (centro de defesa militar do país) e o World Trade Center (centro econômico de Nova Iorque), foram alvejados simultaneamente por meio da explosão de grandes aviões que colidiram com esses prédios. Os atentados, que foram assumidos pela organização terrorista Al-Qaeda, liderada por Osama bin Laden, deixaram a população estadunidense em pânico e levaram o presidente George W. Bush a declarar que esses ataques representavam um ato de guerra contra os Estados Unidos.

A partir de então, o governo estadunidense deu início à execução da chamada Doutrina Bush, um conjunto de princípios e métodos que tinha como objetivo consolidar a hegemonia dos Estados Unidos mundialmente. Nas entrelinhas da ação adotada, ficava claro que, se necessário, os Estados Unidos atacariam preventivamente os países ou grupos terroristas antes que estes viessem a ameaçar a ordem e os interesses estadunidenses.



PH2 Jim Watson / Domínio Público

Escombros gerados pelos ataques ao World Trade Center, em 11 de setembro de 2001.

Se, inicialmente, os atentados representaram a fragilidade desse império, posteriormente, o que se viu foi uma ação de caráter expansionista justificada por uma suposta "Guerra ao Terror". Nesse primeiro momento, a comunidade internacional, representada na figura da ONU, apoiou as ações comandadas pelos Estados Unidos. Assim, já em 2001, o governo estadunidense, alegando que o governo do Afeganistão (Talibã) apoiava bin Laden, atacou este país. Após a invasão bem-sucedida, a teocracia de orientação islâmica, que até então vigorava entre os afegãos, foi destituída, e os EUA iniciaram, a partir de então, um longo processo visando à implantação de uma democracia no país.

Dois anos após a invasão do Afeganistão, os Estados Unidos comandaram uma nova ação militar no Oriente Médio, dessa vez, no Iraque. Antes mesmo da atitude extrema, o governo estadunidense já havia solicitado à ONU que adotasse uma postura mais rígida naquele país, já que o regime comandado por Saddam Hussein supostamente apoiaria o terrorismo internacional e possuiria armas de destruição em massa. Mesmo diante da recusa de alguns membros da instituição, os Estados Unidos se prontificaram a impor, mediante seus próprios esforços, algumas medidas em retaliação ao governo iraquiano. Assim, em 2003, após um efetivo ataque militar, os Estados Unidos depuseram o regime comandado por Saddam Hussein, que foi executado três anos mais tarde.

É interessante perceber que, em ambos os casos, mesmo não havendo a comprovação da existência de armas de destruição em massa ou provas que revelem a ligação do regime dos países invadidos com as organizações terroristas, as forças militares dos Estados Unidos continuam atuando na região. Nota-se também que a ocupação estadunidense não é bem vista pela maior parte da população local, que, por sua vez, comanda um grande movimento de resistência. Por meio de ataques que são registrados diariamente nesses países, muitos soldados estadunidenses morrem, além de milhares de civis, embora, oficialmente, a guerra tenha cessado. Esses atentados revelam, portanto, a desordem estabelecida nos países orientais ocupados, além de demonstrar as dificuldades da maior potência do mundo em cumprir seus objetivos nessas regiões.

É importante ressaltar, ainda, que, apesar da Guerra ao Terror, o terrorismo internacional não se intimida, muito pelo contrário, ele tem se tornado cada vez mais ousado e intensificado suas ações. No dia 11 de março de 2004, por exemplo, um ataque terrorista atingiu a Espanha, que à época, era aliada dos Estados Unidos em sua empreitada militarista. Mais de 100 quilos de explosivos foram colocados em trens de passageiros e provocaram a morte de mais de 200 pessoas, além de deixar 1 400 feridos. Tendo chocado a população espanhola, esse atentado mostrou ao mundo que nenhum país está livre do terrorismo internacional e, também, as dificuldades de se enfrentar esse tipo de ataque. As repercussões dos atentados na Espanha foram tantas que o primeiro-ministro daquele país perdeu as eleições, mesmo sendo o favorito indicado pelas pesquisas eleitorais. A rejeição ocorreu porque, faltando apenas dois dias para as eleições, a mídia espanhola ligou os ataques, de autoria da Al-Qaeda, ao apoio do primeiro-ministro às ações dos Estados Unidos. Assim, buscando desvincular a Espanha da luta contra o terror, a população elegeu o candidato da oposição.

Após os atentados ocorridos e todas as suas repercussões, um outro ponto importante entrou na pauta de discussões sobre a política internacional: o papel da ONU como mediadora das nações mundiais. As Nações Unidas não autorizaram a ação militar estadunidense, e, mesmo assim, o governo de Washington se infiltrou no Oriente Médio. Essa situação indicou o enfraquecimento desse órgão internacional, uma vez que sua decisão deveria ser respeitada por toda e qualquer nação. Uma outra possível leitura histórica indica que a ONU tenha, pelo contrário, mostrado sinais de um fortalecimento tão grande que foi capaz de se opor a um pedido da mais poderosa nação mundial. Qualquer que seja a conclusão, vale lembrar que uma ONU frágil só favorece o risco de confrontos cada vez maiores entre as nações. Torna-se necessário, portanto, repensar o papel desse órgão no contexto mundial, pois somente uma instituição supranacional forte e soberana poderá evitar os desmandos de qualquer potência que se julgue hegemônica.

GOVERNO DE BARACK OBAMA



O desgaste do Governo Bush com a questão do Oriente Médio e com denúncias de violação dos Direitos Humanos em Guantánamo, além da crise econômica, favoreceu o crescimento da campanha do Partido Democrata às eleições em 2008. Dessa forma, Barack Obama conseguiu se tornar o primeiro presidente negro eleito nos Estados Unidos, após uma acirrada disputa com John McCain, que, sendo candidato do Partido Republicano, tinha o apoio de George W. Bush.

Em meio a muitas expectativas, Obama assumiu a Presidência no início de 2009 com a missão de conter a crise econômica instalada em seu país, discutir a possível retirada das tropas estadunidenses que lutam no Oriente Médio, mediar as questões ambientais e combater a ameaça que representa o suposto desenvolvimento de programas nucleares naquela região.

Após dois anos de mandato, as principais expectativas do governo, à exceção da reforma no sistema de saúde, ainda não haviam sido atendidas, e, apesar do discurso em tom mais ameno que seu antecessor, os resultados da política externa dos Estados Unidos durante o primeiro mandato de Obama ainda deixaram a desejar. No que se refere a Cuba, por exemplo, o presidente não conseguiu convencer o Legislativo do seu país a desativar por completo a prisão que atualmente funciona na base militar de Guantánamo. É importante destacar que os partidários de Bush que permanecem com cargos de deputados e senadores insistem em vetar qualquer proposta pacificadora elaborada pela Presidência.

Em seu segundo mandato, no entanto, houve um importante avanço no diálogo com o governo cubano, sinalizando uma reaproximação entre os dois países. Em 2015, os Estados Unidos retiraram Cuba da lista de Estados patrocinadores do terrorismo. Nesse mesmo ano, a embaixada cubana em Washington foi reaberta e, em 2016, Obama fez uma visita oficial à ilha durante a reabertura da embaixada estadunidense em Havana.



U.S. Navy / Domínio Público

Barack Obama, presidente dos Estados Unidos.

Ainda em âmbito internacional, em 2010, os Estados Unidos conseguiram aprovar junto à ONU um pesado embargo ao Irã, apesar da oposição de alguns países – como o Brasil –, que acreditam que esse foi um retrocesso nas negociações de paz. A postura intransigente dos estadunidenses em relação aos iranianos é atribuída ao programa nuclear que supostamente o Irã viria conduzindo. Os Estados Unidos alegam que o manuseio de recursos nucleares por países em desenvolvimento é um risco, já que estes resistem às inspeções realizadas por observadores da ONU e, assim, poderiam montar seu próprio arsenal nuclear.

Em outra ação impositiva, os Estados Unidos participaram, em março de 2011, de uma ofensiva contra o governo do ditador Muamar Kadhafi, presidente da Líbia desde 1969. Os ataques se iniciaram sob alegações de que o governo líbio vinha massacrando os civis que se manifestavam contra o regime de Kadhafi. Ainda assim, pesa contra os Estados Unidos o fato de estes estarem, possivelmente, interessados no petróleo líbio ou mesmo na deposição de um regime abertamente antiamericano.

O não atendimento de muitas das expectativas geradas em torno de sua posse fez com que Obama tivesse uma considerável perda de popularidade. De fato, agradar a liberais e conservadores mediante ações políticas não é uma situação fácil para aquele que ocupa a Presidência dos Estados Unidos. Em relação à questão do Oriente Médio e da África, isso fica ainda mais claro, afinal, apesar de boa parte da população estadunidense reprovar a manutenção de tropas nessas regiões, a ala conservadora do Legislativo dos Estados Unidos mantém sua postura firme. Nesse sentido, embora tenha ocorrido a retirada das tropas estadunidenses do Iraque no fim de 2010, o bloco conservador insiste em patrocinar a permanência do Exército no Afeganistão e, mais recentemente, na Líbia.

Em uma ação que, segundo especulações, possa ter sido direcionada, Obama recebeu o Prêmio Nobel da Paz. Muitos acreditam que a premiação visava a estimular uma postura mais negociadora do país, no que se refere à política externa, e não a premiar, de fato, os feitos de seu mandato.

Em um movimento que mostra a disposição de Barack Obama em manter uma postura firme contra o terrorismo internacional, o presidente anunciou em cadeia nacional a morte de Osama bin Laden, líder da rede terrorista Al-Qaeda. O fundamentalista islâmico foi assassinado por tropas de elite estadunidenses em ação dentro das fronteiras do Paquistão, pois bin Laden vivia na cidade de Abbottabad, próximo a Islamabad, capital paquistanesa.

A morte de Osama bin Laden foi festejada em diversas cidades estadunidenses, e a popularidade do presidente Obama subiu consideravelmente, dando fôlego à sua campanha pela reeleição no pleito de 2012. No entanto, muitos analistas e defensores dos direitos Humanos criticaram as ações estadunidenses de busca e assassinato de Osama bin Laden dentro do Paquistão. Mesmo assim, Obama conseguiu ser reeleito, comandando o país por mais quatro anos.

Reeleição de Barack Obama

O presidente democrata Barack Obama foi reeleito para a Presidência dos Estados Unidos em 2012, vencendo o republicano Mitt Romney. Os assuntos mais recorrentes durante a sua campanha foram a economia e a política de imigração, temas de interesse da sociedade estadunidense. Em um discurso após a apuração das eleições, com tom de esperança, Obama afirmou que o “melhor ainda está por vir”. Assim, em janeiro de 2013, Obama tomou posse, garantindo mais quatro anos à frente da Casa Branca e com grandes desafios a serem vencidos.

O final do segundo mandato de Obama foi marcado pela polêmica disputa eleitoral pela Presidência entre a democrata Hillary Clinton e o republicano Donald Trump. A vitória de Trump causou surpresa entre as lideranças mundiais, além de apreensão de alguns pelos rumos das políticas estadunidenses em seu mandato, pois consideram que o republicano tem propostas controversas em relação à política externa, imigração e programas sociais.

O MERCOSUL: RESPOSTA PERIFÉRICA À GLOBALIZAÇÃO

O retorno da democracia na Argentina e no Brasil, com os presidentes Raúl Alfonsín e José Sarney, se dá, portanto, numa conjuntura adversa, do ponto de vista econômico e diplomático. A crise da dívida faz com que os países latino-americanos sejam extremamente vulneráveis às pressões do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, num quadro de graves dificuldades econômicas, enquanto o conflito centro-americano permite ao Governo Reagan trazer a Guerra Fria para o âmbito hemisférico, o que lhe possibilita também utilizar instrumentos diplomáticos e militares para exercer uma pressão suplementar sobre a América Latina. Nesse contexto, os dois países aderem ao Grupo de Apoio à Contadora e iniciam um acercamento sistemático e institucionalizado.

Em 1985, por meio da Declaração de Iguazu, foi estabelecida uma comissão para estudar a integração entre os dois países e, em 1986, foi assinada a Ata para Integração e Cooperação Econômica, que previa a intensificação e diversificação das trocas comerciais. Fruto deste esforço, em 1988, foi firmado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento Brasil-Argentina, que previa o estabelecimento de um mercado comum entre os dois países, num prazo de dez anos. O que estava por trás dessa cooperação, a par dos fatores já apontados, é a marginalização crescente da América Latina no sistema mundial, a tentativa de formular respostas diplomáticas comuns aos desafios internacionais, a busca de complementaridade comercial, a criação de fluxos de desvio de comércio e um esforço conjunto no campo tecnológico e de projetos específicos.

O final da década de 1980 proporcionou a aceleração do processo de globalização, da revolução científico-tecnológica, da competição econômico-tecnológica entre os países desenvolvidos e da formação de blocos econômicos. Com isso, a já difícil situação internacional da América Latina agrava-se dramaticamente e, como consequência, a diplomacia brasileira buscou um novo modelo de inserção internacional. Durante o Governo Collor (1990-1992), houve, inicialmente, uma convergência com as propostas estadunidenses para o estabelecimento de uma Nova Ordem Mundial, que, no caso da América Latina, era expressa pelo Washington Consensus. Como em outras vezes na história diplomática do país, a análise feita pelo novo governo neoliberal brasileiro estava equivocada ao acreditar que, quanto mais fosse oferecido aos Estados Unidos, mais seria recebido em troca. Essa ideia estava baseada na velha concepção de uma aliança privilegiada com a Casa Branca e também de que os EUA haviam vencido a Guerra Fria, e não na emergência de uma ordem mundial pós-hegemônica, como estava acontecendo.

Em 1990, o presidente Bush lançou a Iniciativa para as Américas, aventando a criação de uma área de livre comércio do Alasca à Terra do Fogo. Tratava-se de uma estratégia destinada a reagir à construção da União Europeia e à ascensão da Ásia Oriental, como forma de permitir a Washington reafirmar sua hegemonia mundial no pós-Guerra Fria. Para enfrentar esses desafios, os EUA precisavam articular um espaço econômico exclusivo e incrementar suas exportações, como um dos mecanismos necessários para reciclar sua base produtiva e tecnológica e gerar formas menos custosas de manter sua hegemonia mundial. Tal processo já se havia iniciado com a integração da América do Norte: em 1988, foram firmados acordos de cooperação entre os EUA e o Canadá, e, em 1990, iniciaram-se as discussões com o México. Essas iniciativas culminariam, em 1º de janeiro de 1994, com a implantação do Tratado de Livre Comércio da América do Norte – NAFTA. A estratégia estadunidense, definida por Alfredo Valladão como “a estratégia da lagosta”, necessita da América Latina como ponto de apoio para a recuperação de sua economia no plano global, uma vez que a UE é bastante protecionista, a Ásia é mais competitiva, a África, o Oriente Médio e o antigo campo soviético encontram-se fortemente debilitados economicamente.

A resposta brasileira a esses novos desafios e aos efeitos negativos decorrentes da inserção mundial de cunho neoliberal implantada pelo Governo Collor proveio da atuação compensadora do Itamaraty (o Ministério das Relações Exteriores brasileiro) e materializou-se com a aceleração e ampliação da integração Brasil-Argentina. Em março de 1991, foi assinado o Tratado de Assunção, que criava o Mercado Comum do Sul (Mercosul), reunindo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

VIZENTINI, P. F. *Dez anos que abalaram o século XX*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002. [Fragmento].

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



- 01.** (UFV-MG) Sobre as transformações políticas do Leste Europeu, da URSS e do mundo socialista, a partir da década de 1980, é incorreto afirmar que
- na Polônia, o descontentamento com o caráter centralizador da URSS expressou-se no Sindicato Solidariedade e na eleição presidencial do líder sindical Lech Walesa.
 - em 1989, ocorreu a queda do Muro de Berlim e a posterior unificação da Alemanha Ocidental e da Oriental.
 - a Iugoslávia tornou-se a região politicamente mais estável do Leste Europeu após a separação da URSS, pois superou os conflitos étnicos locais.
 - repúblicas independentes surgiram a partir do desmembramento da URSS, como a Estônia, a Lituânia e a Letônia.
- 02.** (UERJ) O ex-presidente do Banco Central americano disse ontem que “um *tsunami* do crédito que ocorre uma vez por século” trouxe os mercados financeiros. Em audiência na Câmara dos Representantes dos EUA, frisou que as instituições não protegeram os investidores e aplicações tão bem como ele previa.
- O GLOBO, 24 out. 2008 (Adaptação).
- A crise financeira que se intensificou no mundo a partir do mês de outubro de 2008 colocou em xeque as políticas neoliberais, adotadas por muitos países a partir da década de 1980.
- A principal crítica ao neoliberalismo, como causador dessa crise, está relacionada com
- a diminuição das garantias trabalhistas.
 - a estímulo à competição entre as empresas.
 - o reforço da livre circulação de mercadorias.
 - a redução da regulação estatal da economia.
- 03.** (Ibmc) Sobre o fim dos regimes socialistas no Leste Europeu, ocorrido no final do século XX, assinale a afirmativa incorreta.
- As duas Alemanhas reunificaram-se em 1990, após a queda simbólica do Muro de Berlim, em 1989.
 - Em 1993, a antiga Tchecoslováquia dividiu-se em duas repúblicas independentes: a República Tcheca e a Eslováquia.
 - No caso polonês, participação decisiva para a crise do socialismo teve o Sindicato Solidariedade, sob a liderança de Lech Walesa, que mais adiante terminou sendo eleito presidente do país.
 - Na Romênia, o ditador Nicolae Ceausescu terminou sendo fuzilado, juntamente com a esposa dele, na noite de Natal de 1989.
 - A Iugoslávia terminou originando seis repúblicas independentes em um processo extremamente pacífico, como no caso da Tchecoslováquia.

- 04.** (UPE) Foi a política megalomaniaca dos Estados Unidos, a partir do Onze de Setembro, que destruiu, quase por completo, as bases políticas e ideológicas da sua influência hegemônica anterior e deixou o país com poucos elementos, além de um poder militar francamente atemorizante, que pudessem reforçar a herança da era da Guerra Fria.

HOBBSAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 51.

Sob o ponto de vista da política externa dos Estados Unidos, com o episódio de 11 de setembro, conclui-se que

- A) os Estados Unidos recuperaram sua hegemonia política, quando conseguiram matar o temido Osama Bin Laden.
- B) a força militar dos Estados Unidos dá relevo à economia do país.
- C) os exércitos terroristas são ameaçadores, porque pertencem a quartéis de Estados tiranos.
- D) a externalidade do terrorismo que ameaça a vida é tão imaginária quanto a internalidade do capital que a sustenta.
- E) a “religionização” da política, dos ressentimentos sociais e das batalhas por identidade e por reconhecimento é uma tendência exclusiva dos Estados Unidos.

- 05.** (FJP-MG) Analise as seguintes afirmativas sobre o fenômeno da Globalização e assinale a alternativa incorreta.

- A) Carece de uma teoria pronta e acabada, em razão da crescente diversidade entre os países que participam do jogo global, tornando qualquer análise comparativa inócua já que as interpretações sobre a Globalização revestem-se de conotações políticas e ideológicas.
- B) Diferencia-se das fases passadas da internacionalização pelo fato de que praticamente todos os países do mundo estão nele inseridos, buscando se sintonizar com as correntes de comércio e de capitais da economia internacional.
- C) Surge a partir da ampliação do espaço de conexão entre os fluxos financeiros, de investimentos, comércio, ideologias, informações e de valores políticos e morais, que vão além da mera caracterização de uma simples internacionalização de mercados.
- D) Vem acompanhado de uma nova ideologia política que preconiza a abertura de mercado, de corte de impostos e estímulo à privatização adotada especialmente pelas economias asiáticas a partir da década de 1990.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



- 01.** (FUVEST-SP)



A fotografia anterior, tirada em Pequim, China, em 1989, pode ser identificada, corretamente, como

- A) reveladora do sucateamento do Exército chinês, sinal mais visível da crise econômica que então se abateu sobre aquela potência comunista.
- B) emblema do conflito cultural entre Ocidente e Oriente, que resultou na recuperação de valores religiosos ancestrais na China.
- C) demonstração da incapacidade do Partido Comunista Chinês de impor sua política pela força, já que o levante daquele ano derrubou o regime.
- D) montagem jornalística, logo desmascarada pela revelação de que o homem que nela aparece é chinês, enquanto os tanques são soviéticos.
- E) símbolo do confronto entre liberdade de expressão e autoritarismo político, ainda hoje marcante naquele país.

- 02.** (Mackenzie-SP)

“Não há sociedade, só indivíduos”.

Margaret Thatcher, ex-primeira-ministra britânica.

Primeira mulher a ocupar o cargo de primeiro-ministro na história da Inglaterra, de 1979 a 1990, Thatcher recebeu do então presidente norte-americano, Ronald Reagan, o título de “o homem forte do Reino Unido”. Indicada pelo Partido Conservador, suas decisões firmes marcaram a adoção de uma política neoliberal e o fim do modelo, então praticado, conhecido como Welfare State. Com relação a esse novo modelo de governo, assinale a alternativa correta.

- A) Privatização de empresas estatais, em que produtos e serviços considerados estratégicos para a soberania nacional são submetidos à lógica do mercado internacional, permitindo um aumento dos gastos públicos em saúde e educação.
- B) Retomada de uma política econômica sustentada por economistas, como Haydek e Friedman, defendendo a absoluta liberdade econômica, mas com preocupações voltadas para a distribuição da riqueza nacional.
- C) Possibilidade de que países em desenvolvimento melhorassem seus quadros sociais, com o aumento de empregos para a classe trabalhadora, graças à atuação de empresas transnacionais em diversos setores.

- D) Corte de gastos no setor social, aumento do desemprego, endurecimento nas negociações com os sindicatos, elevação das taxas de juros e fim da intervenção estatal, dando total liberdade aos setores financeiro e econômico.
- E) Nova diretriz de governo adotada por Thatcher, na Inglaterra, não foi implementada pelos líderes de outras nações, que criticavam as desigualdades sociais geradas pela adoção desse modelo econômico.

03. (UERJ)



Disponível em: <www.economist.com> (Adaptação).

A imagem anterior, publicada na capa da revista americana *The Economist*, em março de 2009, apresenta, de forma caricaturada, a visão de mundo da atual elite chinesa.

De acordo com essa perspectiva, a China face ao restante do mundo poderia ser percebida como

- A) pátria do isolacionismo, em divergência com os problemas comerciais da União Europeia e com a integração política na África.
- B) território da democracia, em desacordo com as ambiguidades políticas das nações desenvolvidas e com o autoritarismo do antigo terceiro mundo.
- C) nação urbanizada, em contraposição à decadência parcial do setor imobiliário americano e à ruralização dos países africanos e latino-americanos.
- D) potência emergente, em contraste com o relativo declínio das demais potências econômicas e com a insignificância dos países subdesenvolvidos.

04.

(UNIME-BA-2018) Nenhuma nação no planeta passou por transformações socioeconômicas tão agudas na história recente quanto a China. Dona do segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) do planeta, atrás apenas dos Estados Unidos (EUA), e maior exportador mundial, a China deixou de ser uma nação pobre e agrária para se transformar em um dos maiores motores da economia mundial.

NENHUMA [...] 2017. p. 54.

A pujança econômica da China, nos dias atuais, decorreu de um longo processo histórico, que se caracterizou pela

- A) inexistência de ações dos países imperialistas europeus, no século XIX, na China, interessados no processo de dominação e colonização do continente africano.
- B) Revolução Meiji, que modernizou a economia chinesa, transformando as propriedades rurais feudais em grandes áreas de produção capitalista, associada à manutenção das tradições culturais.
- C) aliança sino-japonesa, na Segunda Guerra Mundial, que possibilitou maciços investimentos japoneses na China em troca da participação chinesa contra os invasores franco-britânicos.
- D) Revolução Cultural, que democratizou as instituições políticas chinesas, concedendo maior autonomia e poder de decisão aos comitês de fábricas, possibilitando a modernização da produção industrial.
- E) abertura da economia chinesa ao capital estrangeiro, após a morte de Mao Tsé-tung, contribuindo para o rápido crescimento econômico, associado à manutenção do monolitismo político.

- 05.** (UEL-PR-2017) Leia o trecho do discurso de George Bush, a seguir, após os ataques às “Torres Gêmeas”, em 11 de setembro de 2001.

Não esquecerei a ferida causada a este país ou aqueles que a infligiram. Não recuarei, não repousarei, não vacilarei na manutenção dessa batalha pela liberdade e segurança do povo dos Estados Unidos. O curso do conflito ainda não é conhecido, mas seu desfecho é certo. Liberdade e medo, justiça e crueldade sempre estiveram em guerra, e sabemos que Deus não é neutro entre eles.

Disponível em: <<https://noticias.terra.com.br/mundo/estados-unidos/confira-na-integra-o-discurso-de-bush-apos-os-ataques-de-119,50fb27721cfea310VgnCLD200000bbccceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

Com base nesse trecho e nos conhecimentos a respeito da história contemporânea, cite e analise uma das decisões tomadas pelo governo norte-americano em decorrência dos atentados às torres do World Trade Center, em 11 de setembro de 2001.

- 06.** (PUC Rio-2017) Todos os anos, no Dia da Europa, comemorado a 9 de maio, festeja-se a paz e a unidade do continente europeu. Esta data assinala o aniversário da histórica Declaração Schuman. Num discurso proferido em Paris, em 1950, Robert Schuman, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros francês, expôs a sua visão de uma nova forma de cooperação política na Europa, que tornaria impensável a eclosão de uma guerra entre países Europeus.

Disponível em: <http://europa.eu/index_pt.htm>.

Sobre a formação da União Europeia (UE), analise as seguintes afirmativas:

- I. A construção da UE foi iniciada após a Segunda Guerra Mundial com a intenção de incentivar a cooperação econômica, do que resultou a criação da Comunidade Econômica Europeia (CEE).
- II. A UE regula, através de um governo comum, a política externa, a política econômica e a política interna dos países membros, além de garantir a segurança coletiva através de uma força militar própria.
- III. Todos os membros da UE devem obedecer aos termos assinados no Tratado de Lisboa de 2009, que visa a construir uma homogeneidade continental em termos ideológicos, políticos e religiosos.
- IV. O mercado único é o principal motor da UE, permitindo a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais.

Está correto somente o que se afirma em

- | | |
|--------------|------------|
| A) II e III. | D) I e II. |
| B) I e III. | E) I e IV. |
| C) II e IV. | |

- 07.** (EBMSP-2018) O processo de globalização desencadeou vários problemas socioeconômicos em diversas partes do Globo, inclusive nos países desenvolvidos. Esse fenômeno originou os movimentos antiglobalização, formados por distintas organizações da sociedade civil como Organizações Não Governamentais, ONGs, sindicatos, movimentos ambientalistas, grupos indígenas, entre outros.

Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br>>.

Acesso em: abr. 2018.

Nas discussões históricas sobre globalização e antiglobalização, é possível afirmar:

- A) A globalização promovida pela expansão marítima europeia do século XV teve como principais opositores os membros do clero católico, preocupados com a difusão dos costumes de povos pagãos alcançados pelos navegadores europeus.
- B) A Companhia Holandesa das Índias Ocidentais promoveu a expansão mundial do mercado do açúcar nos séculos XV e XVI, monopolizando a produção e distribuição do produto na Europa, na América e na Ásia, podendo ser comparada às atuais empresas transnacionais.
- C) As ONGs são financiadas por grandes empresas nacionalistas dos diversos países desenvolvidos, como forma de barrar o avanço das multinacionais e deter a concorrência que essas empresas impõem ao mercado internacional.
- D) As empresas transnacionais são acusadas, pelos opositores da globalização, de concentrarem tanto poder que estão conduzindo o mundo de acordo com seus interesses econômicos, o que intensifica as disparidades socioeconômicas entre países e cidadãos.
- E) A força da campanha antiglobalização no Brasil tem contribuído para a retração do mercado digital, causando grande prejuízo nas exportações brasileiras de produtos agropecuários para os grandes mercados da Rússia e China.



- 08.** (Mackenzie-SP) Atacar não significa apenas assaltar cidades muradas ou golpear um exército em ordem de batalha, deve também incluir o ato de assaltar o inimigo no seu equilíbrio mental.

TZU-PING-FA, Sun. *A arte da guerra*. séc. IV a.C.

Terrorismo: 1. Modo de coagir, ameaçar ou influenciar outras pessoas, ou de impor-lhes a vontade pelo uso sistemático do terror; 2. Forma de ação política que combate o poder estabelecido mediante o emprego da violência.

NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO DA LÍNGUA PORTUGUESA.

A respeito do atentado terrorista, ocorrido em 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, e as consequências desse episódio para as relações geopolíticas internacionais no século XXI, é correto afirmar que

- A) foi mais uma ação liderada pelos grupos extremistas Hamas e do Hezbollah, contra a política norte-americana no Oriente Médio, utilizando, para tais ações suicidas, somente jovens de baixa renda e de pouca instrução, que acreditavam que tais atos lhes garantiriam o direito de ingressar no paraíso celestial.
- B) a resposta americana ao ataque de 11 de setembro foi a perseguição sistemática ao milionário saudita Osama Bin Laden, que, em transmissões realizadas pela mídia na época, assumiu publicamente a autoria do atentado, provocando o aumento do sentimento xenofobista do povo norte-americano aos imigrantes de origem árabe residentes no país.
- C) formou-se uma coalização internacional contando, principalmente, com o apoio da Inglaterra junto aos Estados Unidos, a fim de combater os focos terroristas no Oriente Médio, dando início à Guerra do Golfo e a um esforço, perante as agências internacionais de notícia, de combater o islamismo fundamentalista.
- D) o ataque sofrido pelos EUA em 2001 tem relação direta com a atuação política norte-americana no Oriente Médio, que sempre visou atender aos interesses econômicos americanos na região, e resultou no aumento da insegurança junto à sociedade americana, jamais atacada anteriormente em seu próprio território.
- E) a partir desse episódio, os EUA cortaram relações diplomáticas com o Paquistão, pois houve relutância, por parte da liderança religiosa paquistanesa, em indicar o local exato do esconderijo de Bin Laden, o que possibilitaria a sua prisão imediatamente após o atentado de 11 de setembro.

SEÇÃO ENEM

- 01.** (Enem) A bandeira da Europa não é apenas o símbolo da União Europeia, mas também da unidade e da identidade da Europa em sentido mais lato. O círculo de estrelas douradas representa a solidariedade e a harmonia entre os povos da Europa.

Disponível em: <http://europa.eu/index_pt.htm>. Acesso em: 29 abr. 2010 (Adaptação).

A que se pode atribuir a contradição intrínseca entre o que propõe a bandeira da Europa e o cotidiano vivenciado pelas nações integrantes da União Europeia?

- A) Ao contexto da década de 1930, no qual a bandeira foi forjada e em que se pretendia a fraternidade entre os povos traumatizados pela Primeira Guerra Mundial.

- B) Ao fato de que o ideal de equilíbrio implícito na bandeira nem sempre se coaduna com os conflitos e rivalidades regionais tradicionais.
- C) Ao fato de que Alemanha e Itália ainda são vistas com desconfiança por Inglaterra e França mesmo após décadas do final da Segunda Guerra Mundial.
- D) Ao fato de que a bandeira foi concebida por portugueses e espanhóis, que possuem uma convivência mais harmônica do que as demais nações europeias.
- E) Ao fato de que a bandeira representa as aspirações religiosas dos países de vocação católica, contrapondo-se ao cotidiano das nações protestantes.

- 02.** (Enem) No dia 7 de outubro de 2001, Estados Unidos e Grã-Bretanha declararam guerra ao regime Talibã, no Afeganistão. Leia trechos das declarações do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, e de Osama Bin Laden, líder muçulmano, nessa ocasião:

George Bush:

Um comandante-chefe envia os filhos e filhas dos Estados Unidos à batalha em território estrangeiro somente depois de tomar o maior cuidado e depois de rezar muito. Pedimos-lhes que estejam preparados para o sacrifício das próprias vidas. A partir de 11 de setembro, uma geração inteira de jovens americanos teve uma nova percepção do valor da liberdade, do seu preço, do seu dever e do seu sacrifício. Que Deus continue a abençoar os Estados Unidos.

Osama Bin Laden:

Deus abençoou um grupo de vanguarda de muçulmanos, a linha de frente do islã, para destruir os Estados Unidos. Um milhão de crianças foram mortas no Iraque, e para eles isso não é uma questão clara. Mas quando pouco mais de dez foram mortos em Nairóbi e Dar-es-Salaam, o Afeganistão e o Iraque foram bombardeados e a hipocrisia ficou atrás da cabeça dos infiéis internacionais. Digo a eles que esses acontecimentos dividiram o mundo em dois campos, o campo dos fiéis e o campo dos infiéis. Que Deus nos proteja deles.

O ESTADO DE S. PAULO, 08 out. 2001 (Adaptação).

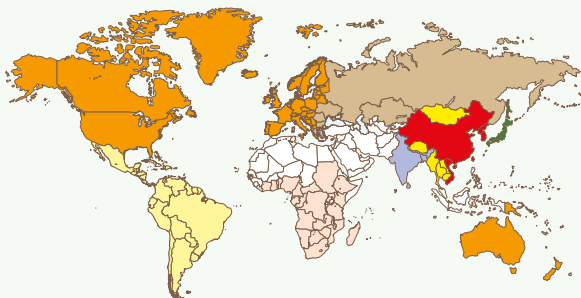
Pode-se afirmar que

- A) a justificativa das ações militares encontra sentido apenas nos argumentos de George W. Bush.
- B) a justificativa das ações militares encontra sentido apenas nos argumentos de Osama Bin Laden.
- C) ambos apoiam-se num discurso de fundo religioso para justificar o sacrifício e reivindicar a justiça.
- D) ambos tentam associar a noção de justiça a valores de ordem política, dissociando-a de princípios religiosos.
- E) ambos tentam separar a noção de justiça das justificativas de ordem religiosa, fundamentando-a numa estratégia militar.

03. (Enem) Segundo Samuel Huntington (autor do livro *O choque das civilizações e a recomposição da ordem mundial*), o mundo está dividido em nove "civilizações", conforme o mapa adiante.

Na opinião do autor, o ideal seria que cada civilização principal tivesse pelo menos um assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O mundo das civilizações Pós-1990



- Ocidental
- Africana
- Islâmica
- Sínic
- Hindu
- Ortodoxa
- Japonesa
- Latino-Americano
- Budista

Sabendo-se que apenas EUA, China, Rússia, França e Inglaterra são membros permanentes do Conselho de Segurança, e analisando o mapa anterior, pode-se concluir que

- A) atualmente apenas três civilizações possuem membros permanentes no Conselho de Segurança.
- B) o poder no Conselho de Segurança está concentrado em torno de apenas dois terços das civilizações citadas pelo autor.
- C) o poder no Conselho de Segurança está desequilibrado, porque seus membros pertencem apenas à civilização Ocidental.
- D) existe uma concentração de poder, já que apenas um continente está representado no Conselho de Segurança.
- E) o poder está diluído entre as civilizações, de forma que apenas a África não possui representante no Conselho de Segurança.

04. (Enem) Você está fazendo uma pesquisa sobre a Globalização e lê a seguinte passagem, em um livro:

A sociedade global

As pessoas se alimentam, se vestem, moram, se comunicam, se divertem, por meio de bens e serviços mundiais, utilizando mercadorias produzidas pelo capitalismo mundial, globalizado. Suponhamos que você vá com seus amigos comer Big Mac e tomar Coca-Cola no Mc Donald's. Em seguida, assiste a um filme de Steven Spielberg e volta para casa num ônibus de marca Mercedes.

Após chegar em casa, liga seu aparelho de TV Philips para ver o videoclipe de Michael Jackson e, em seguida, deve ouvir um CD do grupo Simply Red, gravado pela BMG Ariola Discos em seu equipamento AIWA. Veja quantas empresas transnacionais estiveram presentes nesse seu curto programa de algumas horas.

PRAXEDES et al. *O Mercosul*. São Paulo: Ática, 1997 (Adaptação).

Com base no texto e em seus conhecimentos de Geografia e História, marque a resposta correta.

- A) O capitalismo globalizado está eliminando as particularidades culturais dos povos da Terra.
- B) A cultura, transmitida por empresas transnacionais, tornou-se um fenômeno criador das novas nações.
- C) A globalização do capitalismo neutralizou o surgimento de movimentos nacionalistas de forte cunho cultural e divisionista.
- D) O capitalismo globalizado atinge apenas a Europa e a América do Norte.
- E) Empresas transnacionais pertencem a países de uma mesma cultura.

GABARITO

Meu aproveitamento

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

- 01. C
- 02. D
- 03. E
- 04. D
- 05. D

Propostos

Acertei _____ Errei _____

- 01. E
- 02. D
- 03. D
- 04. E
- 05. Uma das decisões tomadas pelo governo estadunidense em decorrência dos atentados às torres do World Trade Center foi a adoção de medidas de segurança, como a Doutrina Bush, que estabelecia que os países que não se alinhassem aos feitos estadunidenses estariam diretamente associados ao terrorismo.
- 06. E
- 07. D
- 08. D

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

- 01. B 02. C 03. A 04. A



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Período Liberal-Democrático: Prosperidade e Conflitos no Palco Político

GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHKEK (1956-1961)



Dentro de um quadro político conflituoso que se estendeu desde o período pós-1945, o governo de Juscelino Kubitschek mostrou-se estável, sendo cumpridas, durante seu mandato, a Constituição e as normas democráticas, apesar da oposição da UDN e de alguns esforços golpistas de setores das Forças Armadas, em especial da Aeronáutica. Essa estabilidade se explica pelo ambiente de crescimento econômico, acrescido de uma forte sustentação política no Congresso, por meio da aliança PTB / PSD. O papel pacificador exercido pelo ministro da Guerra, o general Henrique Teixeira Lott, também contribuiu para a harmonia do cenário político e para a manutenção da legalidade constitucional.

Defensor de um projeto de desenvolvimento do Brasil em diversos setores, o novo presidente, eleito pela coligação PTB / PSD, atraiu o voto da população brasileira por meio do lema "Avançar 50 anos em 5". O audacioso intento foi chamado de **Plano de Metas** e abrangeria os setores de energia, transporte, alimentação, indústrias de base e educação.

O Plano de Metas tinha como objetivo principal acelerar a acumulação de recursos financeiros no país, aumentando a produtividade dos investimentos já existentes e aplicando novos recursos em atividades produtoras, o que poderia elevar a economia brasileira a um novo patamar de desenvolvimento tecnológico. A industrialização, acelerada por incentivos públicos e privados, criaria oportunidades de emprego e elevaria o nível de vida da população. Longe de alcançar todos os objetivos, o projeto do novo presidente destacou-se apenas nos setores de transporte, energia e indústria, tendo os setores sociais ocupado posição periférica.

O Governo Juscelino priorizou a ampliação da malha rodoviária brasileira, que chegou a alcançar um índice de crescimento de 138%, quando comparados os anos entre 1957 e 1961.

Grandes estradas ligando os estados brasileiros foram abertas, como a Rodovia Belém-Brasília, com uma extensão de 20 mil quilômetros. A abertura de rodovias veio acompanhada da atração de empresas estrangeiras automobilísticas para o Brasil, as quais instalaram suas multinacionais e ampliaram o desejo de consumo da classe média, utilizando-se de uma permanente campanha publicitária que associava a melhora do padrão de vida ao automóvel. A opção pela rodovia teve graves consequências, as quais foram sentidas por décadas, como a dependência do petróleo, o descaso e o sucateamento da malha ferroviária e o alto custo de manutenção das estradas. Além da indústria automobilística, outras empresas foram estimuladas a se instalar no Brasil durante esse período, como é o caso das empresas farmacêuticas, petroquímicas e eletroeletrônicas. Fruto dessa expansão, o setor secundário apresentou um crescimento de 80% durante o mandato de Juscelino.



Linha de montagem da Volkswagen no ABC Paulista em 1958. A indústria automobilística internacional adentrava a economia brasileira e simbolizava o modelo de desenvolvimento proposto por JK.

O pretensioso crescimento econômico proposto pelo governo ocorreu por meio de um modelo que fugia às determinações nacionalistas de Vargas, sendo orientado por um plano de desenvolvimento gerado com base na utilização de recursos estrangeiros, seja por meio do envio direto de capital para investimento, seja por meio da entrada de multinacionais no país. É possível afirmar que, no Governo JK, o Estado assumiu a responsabilidade pelo investimento de capital nos setores da indústria de base, ao mesmo tempo que criou condições para o avanço do capital internacional na indústria de bens de consumo. Chamado de **nacional-desenvolvimentismo**, o modelo de Juscelino garantiu o crescimento do país a um elevado custo de dependência e dívida externas, o que repercutiu negativamente na macroeconomia em médio e longo prazos.

O presidente construiu sua imagem refletindo um estilo arrojado, moderno e empreendedor, buscando contrapor-se ao padrão político vigente até então. A sociedade urbana brasileira, especialmente a classe média, mostrou-se motivada a transformar-se em uma sociedade de consumo de bens duráveis, a exemplo dos automóveis e da televisão. A materialização de um novo estilo de vida, cada vez mais próximo do modelo estadunidense – identificado no termo *American way of life* –, agradava à classe média, amplamente beneficiada pelo governo de Juscelino. Ficava evidente, porém, que o modelo implantado era excludente, uma vez que priorizava limitada parcela da sociedade brasileira e gerava concentração de renda, já que, no final desse governo, 1% da população detinha 30% da renda, enquanto os 50% mais pobres possuíam apenas 15%. O Brasil ainda era de poucos.

Simbolizando a opulência projetada para sua administração, Juscelino empenhou-se em integrar o Brasil por meio da transferência da capital para o centro do país – ideia antiga que foi pauta de várias discussões políticas no decorrer da história brasileira –, construindo a cidade de Brasília. Essa mudança foi um marco no processo de interiorização territorial do país e representou uma consequente melhora na distribuição demográfica. Além disso, transferir a capital nacional da área litorânea para o interior significava resguardá-la de um conflito militar ou mesmo de uma revolta popular.

O desenvolvimento regional também se concretizou com a criação da Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), que apresentou pouco sucesso, principalmente pelo excessivo desvio de verbas governamentais e pela ausência de efetivos mecanismos de integração social.

O desenvolvimento industrial do Brasil se fez em um cenário de abandono do campo, semelhante ao ocorrido nos governos anteriores. A consequência direta desse processo foi a intensificação do êxodo rural, o que colaborou para a ampliação de um quadro de miséria nas cidades que atingiria seu auge no final dos anos 1970. A desigualdade campo-cidade se mostrava mais nítida na região Nordeste. As inúmeras secas, a concentração fundiária, a extrema miséria da população e o descaso governamental intensificaram o esforço do campesinato por acesso à terra e a melhores condições de vida.

A fundação das Ligas Camponesas em Vitória de Santo Antão, Pernambuco, em 1955, representou o momento determinante para a luta no campo. Conduzidas pelo advogado Francisco Julião, as Ligas buscavam a desapropriação das terras do engenho Galileia, onde viviam 140 famílias de foreiros. A luta judicial foi encerrada com a conquista das terras pelos camponeses em 1959, incentivando, em todo o país, a propagação de outros núcleos das Ligas. A resistência de setores conservadores a esse movimento foi responsável pela ampliação do conflito no campo. É importante ressaltar que o Brasil permanecia carente de uma legislação trabalhista que mediasse as relações entre o capital e o trabalho no campo.



Arquivo Público do Distrito Federal / Creative Commons

Brasília, construção dos edifícios ministeriais. A nova capital, inaugurada em 21 de abril de 1960, impulsionava a interiorização brasileira e diminuía a capacidade de pressão popular sobre o governo nacional.

No final do mandato do presidente JK, a economia brasileira já sentia os reflexos negativos de sua política econômica. A inflação, fruto de uma elevada emissão de moeda no momento de retração dos empréstimos internacionais e do gigantesco crescimento da dívida externa – que atingiu em 1961 a cifra de US\$ 3,1 bilhões –, acabou por mostrar a fragilidade da opção tomada pelo presidente. A ruptura das negociações com o FMI no final do mandato foi o desfecho do cenário de crise herdado pelo novo presidente eleito em outubro de 1960.

A década de 1950, encerrada com o Governo JK, foi marcada por novas experiências culturais que refletiram a expansão da perspectiva liberal burguesa da classe média brasileira. A novidade tecnológica ficava a cargo da televisão, introduzida no Brasil em 1950. Praticamente um objeto de luxo nas casas do Sudeste, a TV foi lentamente ocupando o espaço nos lares, entretendo as famílias por meio de programas ao vivo nos horários noturnos. A introdução do *videotape* no final da década de 1950 possibilitou a sofisticação dos programas, que iriam atingir em cheio a população por meio das telenovelas nos anos 1960 e 1970. Ao mesmo tempo que a TV avançava no país, a bossa-nova dava seus primeiros passos com João Gilberto e Tom Jobim, refletindo a modernização urbana por meio do seu ritmo lento e com clara influência do *jazz*, distante das raízes musicais brasileiras e, ao mesmo tempo, correspondendo às novas perspectivas da classe média.

Brasil: Plano de Metas – Previsão e resultados

	Previsão	Realizado	%
Energia elétrica (1 000 kW)	2 000	1 650	82
Carvão (1 000 t)	1 000	230	23
Petróleo – produção (1 000 barris/dia)	96	75	76
Petróleo – refino (1 000 barris/dia)	200	52	26
Ferrovias (1 000 km)	3	1	32
Rodovias – construção	13	17	138
Rodovias – pavimentação	5	-	-
Aço (1 000 t)	1 100	620	60
Cimento (1 000 t)	1 400	870	62
Carros / Caminhões	170	133	78
Nacionalização (carros) (%)	90	75	-
Nacionalização (caminhões) (%)	95	74	-

BANCO DO BRASIL. *Relatório e Anuário Estatístico*. Vários anos. Compilado de Abreu. 1990.

GOVERNO JÂNIO QUADROS (1961) 

Garantindo uma expressiva vitória, o novo presidente, Jânio Quadros, pautou seu projeto eleitoral no combate à corrupção – utilizava a vassoura como símbolo, que varreria esse mal do país – e em sua imagem carismática, capaz de atrair a atenção e o voto do eleitorado. Presidente eleito por meio de uma aliança com vários partidos, entre eles a UDN, Jânio mostrou-se um político habilidoso, que foi capaz de construir uma trajetória meteórica no estado de São Paulo.



O símbolo da campanha eleitoral de Jânio Quadros foi a vassoura contra a corrupção. O discurso moralista de Quadros encontrou eco na sociedade.

Sua carreira, porém, não seria suficiente para garantir uma administração tranquila na Presidência. As negativas consequências advindas da economia pós-JK careciam de um projeto econômico ortodoxo, recessivo e pautado no controle dos gastos públicos e na redução da capacidade de compra do cidadão por meio da suspensão do aumento de salários, visando a reduzir a inflação e a circulação monetária.

A opção por uma política externa independente também foi responsável pelo aumento da pressão sobre o presidente, principalmente após condecorar o guerrilheiro argentino Ernesto Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul – a mais alta condecoração brasileira atribuída a personalidades estrangeiras. Em um cenário de polarização mundial com a Guerra Fria, Jânio flertava com uma política externa de não alinhamento, que contradizia a posição liberal de sua base política, pró-EUA.

Na tentativa de desviar a atenção da sociedade dos grandes temas do país, o presidente apresentava projetos de menor importância, como a proibição do biquíni, do jogo do bicho e da briga de galo. Em poucos meses, os aliados já haviam se afastado de Jânio Quadros, que se mostrava incapaz de manter uma postura ideologicamente coerente, gerando até o distanciamento da UDN. Em 25 de agosto de 1961, surpreendendo novamente toda a nação, o presidente enviou um comunicado ao Congresso informando sua renúncia ao cargo. A jogada política de Jânio era orientada pela ideia de que seu pedido seria negado pelo Congresso, visto que uma parcela da elite brasileira e os setores militares não desejavam a posse do vice-presidente, João Goulart, herdeiro político de Getúlio Vargas, que, naquele momento, estava em visita à China comunista. Para o malgrado da carreira de Jânio, o Congresso Nacional aceitou a sua renúncia e empossou, provisoriamente, Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara, como novo chefe do Executivo. O populismo já dava sinais de seu esgotamento.

RENÚNCIA DE JÂNIO QUADROS

BRASÍLIA, 25 – O presidente Jânio Quadros renunciou hoje ao cargo de presidente da República.

Às 15 horas, o jornalista Castelo Branco reuniu em sua sala os jornalistas credenciados no Palácio e fez o seguinte relato:

O presidente Jânio Quadros renunciou esta manhã à Presidência da República, embarcando para São Paulo por volta das 11 horas. O documento de renúncia está sendo entregue neste momento ao Congresso Nacional pelo ministro da Justiça.

O presidente chegou ao Palácio hoje, como de hábito, às 6h30min e, depois de rápidos despachos com o chefe da Casa Militar, conversou pelo telefone com o chefe da Casa Civil. Nesses primeiros contatos, o presidente revelou a decisão de renunciar ao governo, informando que, após a solenidade do Dia do Soldado, redigiria o documento indispensável. Terminadas as comemorações no Ministério da Guerra, o presidente voltou ao Palácio, chamando imediatamente a seu gabinete o Gen. Pedro Geraldo e os Srs. Quintanilha Ribeiro, José Aparecido de Oliveira e Pedroso Horta. Aos quatro disse o Sr. Jânio Quadros:

– Chamei-os para dizer-lhes que renunciarei agora à Presidência. Não sei exercê-la. Já que o insucesso não teve a coragem da renúncia, é mister que o êxito a tenha. Não exercerei a Presidência com a autoridade rebaixada perante o mundo, nem ficarei no governo discutindo a confiança no respeito, na dignidade indispensável ao primeiro mandatário. Não se trata de acusação qualquer. Trata-se de denúncia de quem tem como solenes e graves os deveres do mandato majoritário. Não nasci presidente da República. Nasci, sim, com a minha consciência. E a esta devo atender e respeitar. Ela me diz que a melhor fórmula que tenho agora para servir ao povo e à pátria é a renúncia.

FOLHA DE S.PAULO, sexta-feira, 25 ago. 1961.
[Fragmento]

A alternativa para o entrave político foi a criação de um **Estado de compromisso**. O Congresso aprovou, em 02 de setembro de 1961, uma emenda constitucional que instituiu o parlamentarismo no Brasil, visto que a limitação do poder do novo presidente por meio de um primeiro-ministro iria agradar aos grupos conservadores ou, ao menos, conter os anseios dos setores golpistas que não estavam dispostos a ter um presidente nacionalista e trabalhista no comando da nação.



Autor desconhecido / Creative Commons

Presidente João Goulart. Seu governo expôs a divisão presente na sociedade brasileira no início dos anos 1960.

O novo sistema vigorou entre setembro de 1961 e janeiro de 1963, sendo rechaçado pela sociedade em um plebiscito que garantiu o retorno do presidencialismo com 74% dos votos. João Goulart passou, então, a ter os poderes institucionais do Executivo. Tal situação reacendeu a crise de 1961, e formou-se um cenário de polarização política no Brasil. Além do apoio partidário do PTB, o presidente mantinha proximidade com as Ligas Camponesas. O governo já havia demonstrado preocupação com a questão camponesa, com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, que garantia os direitos do trabalhador no campo. Da mesma forma, Goulart causava desconforto aos setores conservadores brasileiros devido à intensificação de uma política externa independente, que teve como episódio de maior relevância o reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética. Paralelamente, a União Nacional dos Estudantes (UNE), fundada em 1937, realizava, com centrais sindicais, manifestações favoráveis às ações do governo e à garantia da ordem democrática.

Entretanto, várias associações se colocavam radicalmente contra o presidente. Além da oposição explícita da UDN, partido disposto a aderir a qualquer solução golpista, como havia demonstrado nos governos Vargas e JK, e de uma parcela do PSD, havia as articulações golpistas e conspiratórias da Escola Superior de Guerra (ESG), chefiada pelo general Castelo Branco. Grupos patronais e instituições organizavam-se contra João Goulart. Entre eles, pode-se destacar o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Tradição Família e Propriedade (TFP).

GOVERNO JOÃO GOULART (1961-1964)



A gigantesca divisão de opiniões acerca do vice-presidente e de sua ausência do país criou um complexo ambiente político. Alguns setores da sociedade, centralizados em torno dos ministros militares, não aceitavam João Goulart na Presidência por associá-lo a grupos de esquerda. Porém, o projeto para impedir sua posse foi interrompido pelos defensores da **campanha legalista**, ou seja, manteve-se a ordem democrática. Entre os participantes desse grupo, figuravam o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, cunhado do vice-presidente, e o já destacado general Lott, que chegou a ser detido nos primeiros dias após a renúncia de Jânio pelas forças contrárias à ordem. A campanha legalista só foi vitoriosa graças ao apoio do general Machado Lopes, comandante do III Exército – sediado no Rio Grande do Sul – que detinha o controle de um considerável contingente das Forças Armadas, e à mobilização de diversos setores sociais pelo respeito às determinações constitucionais.

O cerco era completado pela simpatia estadunidense por uma possível solução golpista que pudesse colocar fim aos supostos movimentos socialistas existentes no governo.

O presidente João Goulart, pressionado pelos grupos citados, optou por uma gradativa guinada populista que garantisse o apoio de parcela da sociedade. O projeto das **reformas de base**, que abrangia as reformas agrária, tributária, financeira e administrativa, foi seu novo instrumento político a partir de junho de 1963. A nova proposta seria um complemento ao Plano Trienal – conduzido por Celso Furtado, ministro do Planejamento – e visava a reduzir a inflação, herança do Governo JK. Na busca da adesão popular para as reformas de base, em um cenário caracterizado pelo forte antagonismo de posições acerca do governo de Jango, o presidente convocou um comício na Central do Brasil para o dia 13 de março, sendo recebido por mais de 150 mil pessoas. Em uma clara reação, grupos católicos tradicionais convocaram a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que reuniu centenas de milhares de pessoas em várias capitais do país, tendo a presença maciça da classe média. O golpe, portanto, teve respaldo de uma parte da sociedade e, por esse motivo, alguns historiadores preferem utilizar o termo golpe civil-militar, evidenciando esse apoio.



Marcha da Família com Deus pela Liberdade em frente à catedral da Sé, em São Paulo. Sob um discurso religioso, moralista e anticomunista, os setores opositores a Goulart construíram seu posicionamento político.

O argumento para o golpe partiu de uma desobediência à disciplina militar dos marinheiros no Rio de Janeiro entre 26 e 28 de março de 1964. Justificando a necessidade de se garantir a ordem institucional e a disciplina, o golpe militar teve início na cidade de Juiz de Fora, no dia 31 de março de 1964, sob o comando do general Olímpio de Mourão Filho, contando com o apoio dos governadores Magalhães Pinto, de Minas Gerais, Carlos Lacerda, do Rio de Janeiro, e Ademar de Barros, de São Paulo. Isolado e indisposto a convocar as massas para a luta armada, o presidente João Goulart exilou-se no Uruguai, e o poder foi entregue provisoriamente a Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara. O modelo populista brasileiro chegava ao fim com um golpe que garantiria aos militares o controle do país por mais de duas décadas.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

- 01.** (FGV) A eleição de Jânio Quadros, em 1960, significou certa alteração de rumos da política brasileira com relação ao período iniciado em 1945. Tal alteração baseou-se
- A) no apoio que os comunistas emprestaram à candidatura de Jânio em troca da legalização do PCB, que ocorreria em 1961.
 - B) na primeira vitória das forças trabalhistas em pleitos nacionais e no fortalecimento de novas lideranças sindicais.
 - C) no rompimento da hegemonia paulista e no descontentamento militar provocado pelas propostas eleitorais janistas.
 - D) na vitória de uma candidatura da UDN, que interrompeu a série de vitórias do PSD e do PTB, em arranjo político orquestrado por Getúlio Vargas.
 - E) na inauguração de um novo estilo político baseado na valorização das estruturas partidárias e na definição clara de propostas políticas programáticas.

- 02.** (UERJ) Deste Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu país e antevejo esta alvorada com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino.

KUBITSCHKE, Juscelino. 02 out. 1956. *O Globo*, 21 abr. 2010.

A realização mais conhecida do governo de Juscelino Kubitschek foi a construção de Brasília. No entanto, essa obra contemplava objetivos mais abrangentes desse governante.

Dentre esses objetivos, destaca-se o de promover a integração nacional por meio da seguinte ação:

- A) Modernização do setor terciário.
- B) Ampliação da infraestrutura de transportes.
- C) Interligação das redes de telecomunicações.
- D) Exploração das regiões Nordeste e Centro-Oeste.

- 03.** (Fatec-SP) Considere os dados da tabela a seguir:

Movimento de capitais estrangeiros diretos no Brasil (em milhões de dólares)

Períodos	Entrada	Lucros remetidos para o exterior	Saldo
1947-1953	97	327	(230)
1954-1961	721	269	(452)

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

O significativo aumento na entrada de capitais estrangeiros, entre 1954 e 1961, pode ser explicado

- A) pela política desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek.
- B) pela criação da Petrobras e da Companhia Vale do Rio Doce.
- C) pela política nacionalista de Getúlio Vargas durante o Estado Novo.
- D) pela queda dos preços internacionais do café durante a Depressão.
- E) pelo crescimento acelerado da indústria durante o Milagre Brasileiro.

- 04.** (Ibmecc) Em um de seus discursos, o presidente Juscelino Kubitschek afirmou: "O puro, o nobre e inteligente nacionalismo não se confunde com xenofobia. Da mesma maneira que a independência política de uma nação não significa animosidade contra os estrangeiros, nem a recusa aos intercâmbios econômicos ou relações financeiras com os países mais ricos ou mais favorecidos em valores econômicos".

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 158.

Tomando por base o texto anterior, é correto afirmar:

- A) A execução das reformas de base que seriam propostas por JK necessitaria de pesados investimentos estrangeiros em áreas como a siderurgia.
- B) O desenvolvimentismo defendido por Juscelino foi marcado pelas vantagens concedidas aos investidores estrangeiros.
- C) Apesar de uma postura extremamente flexível em relação ao capital externo, JK colocou em prática uma política de desenvolvimento com base em investimentos exclusivamente brasileiros.
- D) O chamado Plano de Metas tinha como prioridade absoluta o desenvolvimento agrário, tornando desnecessários maiores investimentos do exterior.
- E) No que diz respeito aos investimentos externos, JK tinha uma visão extremamente semelhante à de Getúlio Vargas, pioneiro na aceitação de parcerias com o capitalismo internacional.

- 05.** (PUC RS) Em 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros renunciou ao seu cargo de presidente da República, alegando pressão de "forças terríveis", sem revelar seus verdadeiros motivos. Um movimento popular foi desencadeado em seguida, comandado por Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, para garantir a obediência à Constituição e a nomeação do vice-presidente da República, João Goulart, que estava em viagem diplomática à República Popular da China.

Quem assumiu o poder, após a Campanha da Legalidade?

- A) Jânio Quadros, que retoma seu cargo de presidente, aclamado pelo povo.
- B) Leonel Brizola, que ganha amplo poder popular, após a Campanha.
- C) "Jango", que passa à condição de chefe de Estado em um regime parlamentarista.
- D) Humberto Castelo Branco, que foi chamado a assumir, levando os militares ao poder.
- E) Ulisses Guimarães, que assume, de forma interina, até a eleição seguinte.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



- 01.** (UERJ-2017) Antecipando-nos à derrocada das forças subversivas, acionadas por dispositivos governamentais, que visavam à destruição do primado da democracia e à implantação de um regime totalitário, tivemos a lucidez e o patriotismo de alertar os poderes constituídos da República para a defesa da ordem jurídica e da Constituição, tão seriamente ameaçadas. Podemos hoje, erradicado o mal das conjuras comuno-sindicalistas, proclamar que a sobrevivência da Nação Brasileira se processou sob a égide intocável do Estado de Direito.

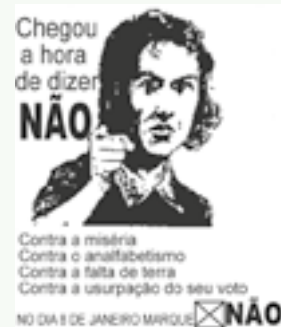
ATA da Reunião Ordinária do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, 07 abr. 1964 (Adaptação).

O apoio da Ordem dos Advogados do Brasil à deposição do presidente João Goulart (1961-1964), como indicado no texto, insere-se no contexto de intensas polarizações de opiniões entre partidos e associações.

Essas polarizações expressavam posicionamentos distintos acerca da seguinte proposta do governo João Goulart:

- A) implementação das reformas de base.
- B) política de desvalorização monetária.
- C) cerceamento da liberdade de imprensa.
- D) controle orçamentário dos poderes estaduais.
- E) o pleno desenvolvimento da política, devido à liberdade da imprensa, mas sem a consolidação cultural do país no plano externo.

- 02.** (UFMG) Observe este cartaz, que, em 1963, foi estampado por todo o Brasil:



Esse cartaz fez parte de uma campanha

- A) contra a alteração da Carta Constitucional brasileira pretendida por Jânio Quadros, visando a concretizar sua política externa independente, que propunha a aproximação do Brasil com os países socialistas.
- B) contrária à adoção do parlamentarismo defendido por João Goulart, vice-presidente de Jânio Quadros, regime que desagradava aos setores conservadores da política e da sociedade brasileiras.

- C) favorável à volta do presidencialismo, previsto na Constituição, o que colocaria um ponto final no mecanismo utilizado para viabilizar a posse de João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros.
- D) a favor das mudanças constitucionais que possibilitariam a reeleição de João Goulart e a eleição de Leonel Brizola, bem como a concretização de uma república sindicalista no Brasil, a partir da aprovação das reformas de base.

03. (UNEB-BA-2017) Para diversos setores da sociedade, um dos principais responsáveis pelas desigualdades sociais no Brasil é a concentração de terras nas mãos de poucos indivíduos. Os números fortalecem ainda mais essa tese: segundo o Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas 1% das propriedades agrárias é considerada grande, com mais de mil hectares. No entanto, essas poucas propriedades somam 45,1% de toda a área, ou seja, poucas pessoas são donas de enormes extensões territoriais. Mas por que o Brasil possui essa característica agrária tão perniciosa e desumana? A resposta está ligada à forma como a elite brasileira vem conduzindo a política agrária no país nos últimos 500 anos.

DIMENSTEIN; GIANANTI. 2017. p. 84.

A concentração de renda, no Brasil, contribuiu para a eclosão de diversos movimentos sociais e de lutas políticas, identificando-se a defesa pela implantação da reforma agrária

- A) na Inconfidência Mineira.
- B) na Revolução Farroupilha.
- C) no Plano de Metas.
- D) na Intentona Integralista.
- E) nas Reformas de Base.

04. (UERN-2015) Nos discursos da presidente Dilma Rousseff, eleita para um segundo mandato a partir de 2015, já foi mencionada a possibilidade de se fazer plebiscito visando reformas políticas para o Brasil. Em outros momentos da nossa história, foram realizados plebiscitos. Em 1963, em pleno período Liberal Democrático, um plebiscito decidiu

- A) pela exoneração do cargo do então presidente Jânio Quadros, dando lugar a seu vice, João Goulart.
- B) pela volta ao sistema presidencialista, substituindo o parlamentarismo vigente naquele momento peculiar do Brasil.
- C) por instalar a Ditadura Militar que duraria mais de 21 anos no país, mudando radicalmente os rumos da política nacional.
- D) pela instauração de CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito), visando trazer mais transparência ao processo eleitoral.

05. (FEPECS-DF)

Bossa-nova mesmo é ser presidente
 Desta terra descoberta por Cabral
 Para tanto basta ser, tão simplesmente,
 Simpático, risonho, original.

CHAVES, Juca. *Presidente Bossa Nova*.

O Governo JK (1956-1960) ficou marcado pelo forte desenvolvimento econômico do país através do Plano de Metas que, entre outras realizações, permitiu a construção da nova capital, Brasília, inaugurada no dia 21 de abril de 1960. O presidente JK, conhecido como "presidente Bossa-nova", gerou uma euforia interna durante seu governo, permitindo que esse período fosse identificado como os "Anos Dourados" do Brasil. Uma característica de destaque dos "Anos Dourados" de JK foi

- A) o avanço somente na área econômica, deixando o país ainda preso a práticas políticas autoritárias.
- B) o desenvolvimento da política nacional com o livre exercício democrático, porém, sem a consolidação econômica do país.
- C) o pleno desenvolvimento da economia, triunfos esportivos, reconhecimento cultural e a estabilidade política do país.
- D) a aceleração da economia, mas sem o avanço das áreas de cultura e esportes em função de baixos investimentos.
- E) o pleno desenvolvimento da política, devido à liberdade da imprensa, mas sem a consolidação cultural do país no plano externo.

06. (UECE-2017) Descrevendo as transformações ocorridas no Brasil durante a década de 1950, Mônica Kornis diz o seguinte:

Se o otimismo e a esperança implicaram profundas alterações na vida da população em todo o mundo, permitindo, não a todos, mas a uma parcela-os setores médios dos centros urbanos – consumir novos e mais produtos, por outro lado, a vontade do novo trazia embutido, em várias áreas da cultura, o desejo de transformar a realidade de um país subdesenvolvido, de retirá-lo do atraso, de construir uma nação realmente independente.

KORNIS, Mônica A. *O Brasil de JK: Sociedade e Cultura nos anos 1950*. on-line. CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Sociedade/Anos1950>>.

Sobre esse período da história brasileira, é correto afirmar que

- A) foi marcado pelo nacionalismo e isolacionismo promovido pelo Presidente Juscelino Kubitschek que nacionalizou as multinacionais aqui existentes.
- B) apesar do desenvolvimento das emissoras de TV (Tupi-SP, 1950; Tupi-RJ, 1951; Record, 1953 e TV Rio, 1955), o consumismo das camadas médias urbanas não se desenvolveu.
- C) a modernização ocorrida no espaço urbano não se reproduziu no ambiente rural onde permaneceram as velhas relações de poder, mesmo com o aumento da mobilização dos movimentos sociais do campo.
- D) apoiando as Ligas Camponesas, Juscelino Kubitschek realizou um amplo programa de Reforma Agrária aproximando as condições de vida do Campo e da Cidade.

07. (FGV-2016) [...] eu comecei a defender a tese que me valeu o título de golpista e até de fascista. Comecei a defender a tese de que a eleição de outubro de 55 – a sucessão de Café Filho – não poderia ser realizada com a lei eleitoral em vigor, toda cheia de defeitos [...]

LACERDA, Carlos apud FILHO, José Dantas; DORATIOTO, Francisco F. M. *A República bossa-nova – A democracia populista (1954-1964)*.

Entre os “defeitos” da lei eleitoral em vigor entre 1946 e 1964, é correto apontar

- A) a proibição de coligações eleitorais para os cargos majoritários, que tornou comum as traições partidárias, nas quais um candidato ao executivo apoiava um candidato a parlamentar de outro partido.
- B) a realização de eleições gerais a cada quatro anos, em todos os níveis, que potencializava a importância da eleição presidencial e retirava a atenção dos pleitos estaduais e das casas legislativas.
- C) as cláusulas de barreira para as agremiações partidárias, que inviabilizavam a formação de partidos efetivamente nacionais, o que impediu o crescimento dos principais partidos, a UDN e o PSD.
- D) as inesgotáveis polêmicas que marcavam as eleições presidenciais, pois a prática do segundo turno era considerada inconstitucional pelos partidos mais progressistas, especialmente o PTB.
- E) a votação em separado dos candidatos à Presidência e à Vice-Presidência, que não precisavam ser da mesma coligação partidária, o que poderia ocasionar a escolha popular de candidatos com projetos políticos bem diversos.

08. (UEFS-BA-2018) Os bens de consumo manufaturados, responsáveis por mais de 10% do valor total das importações em 1938-39, recuaram para 3% em 1960. No mesmo período, porém, combustíveis e bens de capital, que correspondiam juntos a 43% dos produtos importados, elevaram suas participações para 53,8%.

LOUREIRO, Felipe Pereira. *Empresários e grupos de interesse*. 2017 (Adaptação).

Com base no excerto, a economia brasileira, no período de 1938 a 1960,

- A) foi pouco abalada pelos efeitos da crise econômica dos anos trinta e tornou-se autossuficiente na extração de petróleo.
- B) demonstrou capacidade de crescimento industrial sem contar com estímulos e programas econômicos governamentais.
- C) passou por um processo de substituição de importações e de desenvolvimento da indústria automobilística.
- D) aumentou a produtividade industrial com a ampliação do mercado consumidor devido à divisão dos grandes latifúndios entre os camponeses.
- E) cresceu em um quadro econômico de proteção à indústria nacional e de restrições à entrada de capitais estrangeiros no país.

09. (UECE-2018) O modelo Nacional-desenvolvimentista, surgido no governo de Getúlio Vargas, fortaleceu-se no período em que Juscelino Kubistchek governou o país e se estendeu aos governos seguintes. Essa ideologia que teve no ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) sua principal escola formuladora e difusora, da qual participaram nomes como Hélio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré, também contou com a colaboração de influentes personagens da cultura nacional, como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Heitor Villa Lobos, Celso Furtado, dentre outros.

Entre as contribuições, para o Brasil, da ideologia Nacional-desenvolvimentista difundida pelo ISEB encontra-se

- A) a privatização de empresas públicas e de economia mista que davam prejuízos ao Estado brasileiro, tais como o Banco do Brasil e a Petrobras.
- B) o desenvolvimento de políticas de inserção e assistência social, com a criação de programas como o Fome Zero, o Bolsa Família e o ProUni.
- C) a criação do órgão de planejamento e desenvolvimento regional para o Nordeste, a SUDENE, que devia combater a disparidade regional no país.
- D) o encerramento de programas que oneravam o Estado como a Eletrobrás Eletronuclear e a Agência Espacial Brasileira (AEB).

10. (UFJF-MG-2017) Observe a charge a seguir:



Disponível em: <http://almanaquedec50.blogspot.com/2007/08/1956_17.html>. Acesso em: 18 out. 2016.

De acordo com a charge e com seus conhecimentos, é correto afirmar que:

- A) o governo de Juscelino Kubitschek representou uma ruptura, investindo num plano de metas que atingiu setores de transporte, indústria de base, educação, energia e alimentação, mas manteve as desigualdades sociais.
- B) a fundação da cidade de Brasília e o investimento nos meios de transporte foram propagandas importantes para o governo de Juscelino, atingindo toda população brasileira que se beneficiou com as melhorias econômicas.
- C) o lema “50 anos em 5” estava diretamente voltado para o crescimento econômico do Brasil na década de 1950, acolhendo as reclamações da população, de maneira que ao final dos 5 anos não haviam mais insatisfeitos e pessimistas.

- D) as propostas que compuseram a política dos 50 anos em 5 atacaram problemas sociais e políticos como a corrupção, diminuindo a dívida externa brasileira e gerando grande popularização do presidente.
- E) há uma crítica ao uso excessivo da propaganda política pelo governo que tinha a intenção de atacar as questões sociais e enfatizar o crescimento econômico do Brasil representado pelo avião decolando.

11. (PUC-Campinas-SP-2017) É principalmente a partir de Getúlio Vargas (1930-45 e 1950-54) que o fenômeno entendido como industrialização passa a ser uma preocupação incentivada e sistematizada pelo Estado. Num segundo momento é Juscelino Kubitschek – JK (1956-61) que retoma e acelera o processo.

Estabelecendo uma comparação entre os processos de industrialização desenvolvidos por Vargas e JK, é correto afirmar que:

- A) ambos se utilizaram do endividamento externo como fonte básica para desenvolver o processo, fortemente concentrado no eixo São Paulo-Rio de Janeiro, no período Vargas, mas desconcentrado com JK.
- B) ambos privilegiaram as indústrias de bens de consumo; no entanto, Vargas encarava as importações de produtos industriais como necessárias, fato que JK combatia com políticas protecionistas.
- C) enquanto Vargas adotou como prioridades os capitais nacionais, os estatais e as indústrias de base, JK promoveu a organização do espaço industrial à custa da internacionalização da economia.
- D) tanto Vargas como JK apoiaram-se no empresariado nacional que defendia a substituição das importações; no entanto, JK, com seu Plano de Metas, atrelou a industrialização à redução das desigualdades regionais.
- E) enquanto Vargas se utilizou de uma tripla base de capitais estatais, nacionais e internacionais, JK, refletindo o momento mundial de expansão das multinacionais, apoiou-se somente nos capitais internacionais.

12. (UERJ-2015) O professor Alcino Salazar, secretário de justiça da Guanabara, declarou a *O Globo* que a extensão do voto ao analfabeto é perigosa concessão aos inimigos do regime democrático, fundado na verdade e na pureza do princípio da representação.

O GLOBO, 21 fev. 1964 (Adaptação).

Em sua mensagem ao Congresso Nacional em 15 de março de 1964, o presidente João Goulart escreveu: “Outra discriminação inaceitável atinge milhões de cidadãos que, embora investidos de todas as responsabilidades [...] e integrados à força de trabalho, com seu contingente mais numeroso, são impedidos de votar por serem analfabetos”.

ALEIXO, J. C. B.; KRAMER, Paulo. Os analfabetos e o voto: da conquista da alistabilidade ao desafio da elegibilidade. *Senatus*, Brasília, out. 2000.

As declarações do professor Alcino Salazar e do presidente João Goulart foram feitas em um momento de polarização na sociedade brasileira, que culminou na instauração do regime autoritário em 31 de março de 1964. Ambas as declarações expressavam, naquele momento, visões antagônicas relacionadas à seguinte dimensão da cidadania:

- A) Direitos políticos
- B) Reparações étnicas
- C) Benefícios sociais
- D) Oportunidades econômicas

13. (PUCPR-2017) Leia o texto a seguir.



Presidente Juscelino Kubitschek durante a inauguração de Brasília em 21 de abril de 1960.

Disponível em: <<http://historiacsd.blogspot.com.br/2012/10/1956-1961-o-governo-jk-esse-episodio.html>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

Apesar da desconfiança de que não seria terminada, a nova capital federal foi inaugurada em 1960 por um sorridente Juscelino Kubitschek. Entregar Brasília foi uma questão de honra diante das dificuldades enfrentadas para erguer uma cidade do zero em três anos. A construção de uma nova capital era ideia antiga, mas foi levada a cabo como parte do chamado Plano de Metas, que tinha como objetivo principal

- A) alinhar a economia brasileira ao capital estrangeiro, promovendo unicamente o desenvolvimento do setor de agro exportação visando a um aumento nos negócios com o bloco capitalista liderado pelos EUA.
- B) promover o crescimento da indústria nacional, há muito estagnada, contando com empréstimos recorrentes do FMI até o fim do mandato.
- C) criar o Conselho Nacional do Café para subsidiar a produção cafeeira com recursos estatais, dessa maneira, o governo endividava-se, mas garantia o retorno lucrativo ao produtor.
- D) manter a independência econômica do país evitando a vinda de multinacionais de diversos setores, enquanto privilegiava a criação de novas indústrias estatais.
- E) modernizar a economia nacional com investimentos em diferentes setores como a aumento da geração de energia e do número de estradas.

14. (UPF-RS-2017) A renúncia do presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, levou a uma grave crise institucional em razão do veto dos ministros militares à posse do vice-presidente, João Goulart, à presidência, como previa a Constituição.

Sobre esse contexto, analise as afirmações que seguem e marque V para as alternativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A Campanha da Legalidade, desencadeada no Rio Grande do Sul pelo governador Leonel Brizola, derrotou o golpe e garantiu a posse de João Goulart em 7 de setembro de 1961, mesmo que com poderes diminuídos pela adoção do Parlamentarismo.
- () Jânio Quadros defendia a Política Externa Independente, que consistia na busca de uma terceira via para o Brasil entre os dois grandes blocos, capitalista e comunista.
- () João Goulart estava em viagem aos países do bloco socialista para verificar como implantar o comunismo no Brasil, ação que era apoiada pelo conjunto da burguesia.
- () A presidência de João Goulart (1961-64) foi marcada pelas reformas de base, que incluíam medidas nacionalistas, dentre as quais estavam a nacionalização de empresas concessionárias de serviço público, a estreita regulamentação da remessa de lucros para o exterior e a reforma agrária.

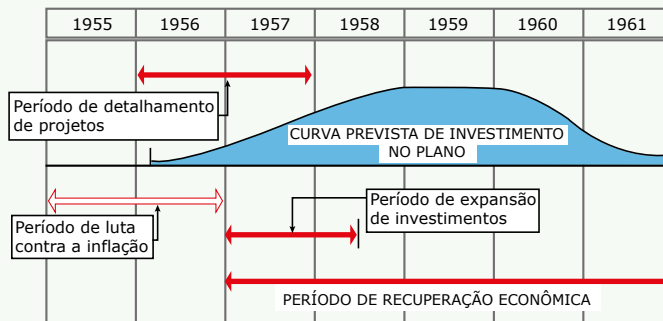
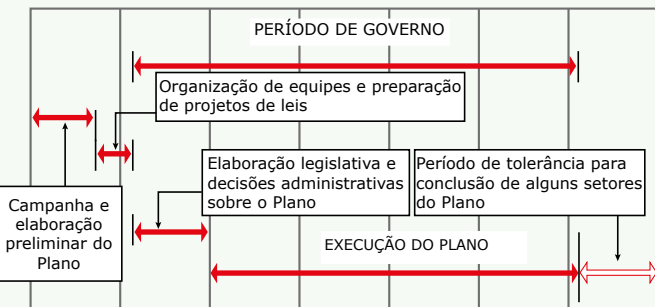
A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) V - V - V - V D) V - F - V - V
- B) F - V - F - V E) V - V - F - V
- C) F - F - F - V

15. (UERJ) A proposição de planos de trabalho para o desenvolvimento nacional tornou-se comum entre os governos brasileiros, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. No caso do período JK, o Plano de Metas apresentava de forma ambiciosa 31 objetivos a serem atingidos no espaço de cinco anos de mandato (1956-1960).

Considere as informações contidas na linha de tempo a seguir:

Previsão de "tempos" no plano de investimentos do governo Juscelino Kubitschek



A partir desses dados, identifique dois problemas que dificultaram o cumprimento dos objetivos apresentados para o ano de 1956 e duas consequências da aplicação do plano – uma social e outra econômica – no chamado "período de recuperação econômica".

SEÇÃO ENEM



01. (Enem-2018) A democracia que eles pretendem é a democracia dos privilégios, a democracia da intolerância e do ódio. A democracia que eles querem é para liquidar com a Petrobras, é a democracia dos monopólios, nacionais e internacionais, a democracia que pudesse lutar contra o povo. Ainda ontem eu afirmava que a democracia jamais poderia ser ameaçada pelo povo, quando o povo livremente vem para as praças – as praças que são do povo. Para as ruas – que são do povo.

Disponível em: <www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/discurso-de-joao-goulart-no-comicio-da-central>. Acesso em: 29 out. 2015.

Em um momento de radicalização política, a retórica no discurso do presidente João Goulart, proferido no comício da Central do Brasil, buscava justificar a necessidade de

- A) Conter a abertura econômica para conseguir a adesão das elites.
- B) Impedir a ingerência externa para garantir a conservação de direitos.
- C) Regulamentar os meios de comunicação para coibir os partidos de oposição.
- D) Aprovar os projetos reformistas para atender a mobilização de setores trabalhistas.
- E) Incrementar o processo de desestatização para diminuir a pressão da opinião pública.

02. (Enem-2017) No período anterior ao golpe militar de 1964, os documentos episcopais indicavam para os bispos que o desenvolvimento econômico, e claramente o desenvolvimento capitalista, orientando-se no sentido da justa distribuição da riqueza, resolveria o problema da miséria rural e, conseqüentemente, suprimiria a possibilidade do proselitismo e da expansão comunista entre os camponeses. Foi nesse sentido que o golpe de Estado, de 31 de março de 1964, foi acolhido pela Igreja.

MARTINS, J. S. *A política do Brasil: lúmpen e místico*. São Paulo: Contexto, 2011 (Adaptação).

Em que pesem as divergências no interior do clero após a instalação da ditadura civil-militar, o posicionamento mencionado no texto fundamentou-se no entendimento da hierarquia católica de que o(a)

- A) luta de classes é estimulada pelo livre mercado.
- B) poder oligárquico é limitado pela ação do Exército.
- C) doutrina cristã é beneficiada pelo atraso do interior.
- D) espaço político é dominado pelo interesse empresarial.
- E) manipulação ideológica é favorecida pela privação material.

03. (Enem)



Meta de Faminto

JK – Você agora tem automóvel brasileiro, para correr em estradas pavimentadas com asfalto brasileiro, com gasolina brasileira. Que mais quer?

JECA – Um prato de feijão brasileiro, seu doutô!

THÉO. In: LEMOS, R. (Org.). *Uma história do Brasil através da caricatura (1840-2001)*. Rio de Janeiro: Bom texto; Letras & Expressões, 2001.

A charge ironiza a política desenvolvimentista do Governo Juscelino Kubitschek, ao

- A) evidenciar que o incremento da malha viária diminuiu as desigualdades regionais do país.
- B) destacar que a modernização das indústrias dinamizou a produção de alimentos para o mercado interno.
- C) enfatizar que o crescimento econômico implicou aumento das contradições socioespaciais.
- D) ressaltar que o investimento no setor de bens duráveis incrementou os salários de trabalhadores.
- E) mostrar que a ocupação de regiões interioranas abriu frentes de trabalho para a população local.

04. (Enem) A consolidação do regime democrático no Brasil contra os extremismos da esquerda e da direita exige ação enérgica e permanente no sentido do aprimoramento das instituições políticas e da realização de reformas corajosas no terreno econômico, financeiro e social.

MENSAGEM programática da União Democrática Nacional (UDN) – 1957.

Os trabalhadores deverão exigir a constituição de um governo nacionalista e democrático, com participação dos trabalhadores para a realização das seguintes medidas: a) Reforma bancária progressista; b) Reforma agrária que extinga o latifúndio; c) Regulamentação da Lei de Remessas de Lucros.

MANIFESTO do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) – 1962. In: BONAVIDES, P.; AMARAL, R. *Textos políticos da história do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2002.

Nos anos 1960 eram comuns as disputas pelos significados de termos usados no debate político, como democracia e reforma. Se, para os setores aglutinados em torno da UDN, as reformas deveriam assegurar o livre mercado, para aqueles organizados no CGT, elas deveriam resultar em

- A) fim da intervenção estatal na economia
- B) crescimento do setor de bens de consumo.
- C) controle do desenvolvimento industrial.
- D) atração de investimentos estrangeiros.
- E) limitação da propriedade privada.

05. (Enem) Em meio às turbulências vividas na primeira metade dos anos 1960, tinha-se a impressão de que as tendências de esquerda estavam se fortalecendo na área cultural. O Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) encenava peças de teatro que faziam agitação e propaganda em favor da luta pelas reformas de base e satirizavam o “imperialismo” e seus “aliados internos”.

KONDER, L. *História das ideias socialistas no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

No início da década de 1960, enquanto vários setores da esquerda brasileira consideravam que o CPC da UNE era uma importante forma de conscientização das classes trabalhadoras, os setores conservadores e de direita (políticos vinculados à União Democrática Nacional – UDN –, Igreja Católica, grandes empresários, etc.) entendiam que esta organização

- A) constituía mais uma ameaça para a democracia brasileira, ao difundir a ideologia comunista.
- B) contribuía com a valorização da genuína cultura nacional, ao encenar peças de cunho popular.
- C) realizava uma tarefa que deveria ser exclusiva do Estado, ao pretender educar o povo por meio da cultura.
- D) prestava um serviço importante à sociedade brasileira, ao incentivar a participação política dos mais pobres.
- E) diminuía a força dos operários urbanos, ao substituir os sindicatos como instituição de pressão política sobre o governo.

- 06.** (Enem) Não é difícil entender o que ocorreu no Brasil nos anos imediatamente anteriores ao Golpe Militar de 1964. A diminuição da oferta de empregos e a desvalorização dos salários, provocadas pela inflação, levaram a uma intensa mobilização política popular, marcada por sucessivas ondas grevistas de várias categorias profissionais, o que aprofundou as tensões sociais. Dessa vez, as classes trabalhadoras se recusaram a pagar o pato pelas “sobras” do modelo econômico juscelinista.

MENDONÇA, S. R. *A industrialização brasileira*. São Paulo: Moderna, 2002 (Adaptação).

Segundo o texto, os conflitos sociais ocorridos no início dos anos 1960 decorreram, principalmente,

- A) da manipulação política empreendida pelo governo João Goulart.
- B) das contradições econômicas do modelo desenvolvimentista.
- C) do poder político adquirido pelos sindicatos populistas.
- D) da desmobilização das classes dominantes frente ao avanço das greves.
- E) da recusa dos sindicatos em aceitar mudanças na legislação trabalhista.
- 07.** (Enem) O ano de 1954 foi decisivo para Carlos Lacerda. Os que conviveram com ele em 1954, 1955, 1957 (um dos seus momentos intelectuais mais altos, quando o Governo Juscelino tentou cassar o seu mandato de deputado), 1961 e 1964 tinham consciência de que Carlos Lacerda, em uma batalha política ou jornalística, era um trator em ação, era um vendaval desencadeado não se sabe como, mas que era impossível parar fosse pelo método que fosse.

FERNANDES, Hélio. Carlos Lacerda, a morte antes da missão cumprida. *Tribuna da Imprensa*, 22 maio 2007 (Adaptação).

Com base nas informações do texto anterior e em aspectos relevantes da história brasileira entre 1954, quando ocorreu o suicídio de Vargas (em grande medida, devido à pressão política exercida pelo próprio Lacerda), e 1964, quando um golpe de Estado interrompe a trajetória democrática do país, conclui-se que

- A) a cassação do mandato parlamentar de Lacerda antecedeu a crise que levou Vargas à morte.
- B) Lacerda e adeptos do getulismo, aparentemente opositores, expressavam a mesma posição político ideológica.
- C) a implantação do Regime Militar, em 1964, decorreu da crise surgida com a contestação à posse de Juscelino Kubitschek como presidente da República.
- D) Carlos Lacerda atingiu o apogeu de sua carreira, tanto no jornalismo quanto na política, com a instauração do Regime Militar.
- E) Juscelino Kubitschek, na Presidência da República, sofreu vigorosa oposição de Carlos Lacerda, contra quem procurou reagir.

GABARITO

Meu aproveitamento 

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

- 01. D
- 02. B
- 03. A
- 04. B
- 05. C

Propostos

Acertei _____ Errei _____

- 01. A
- 02. C
- 03. E
- 04. B
- 05. C
- 06. C
- 07. E
- 08. C
- 09. C
- 10. A
- 11. C
- 12. A
- 13. E
- 14. E
- 15. Dois problemas que dificultaram o cumprimento do Plano de Metas foram, a oposição ferrenha da UDN e o insucesso no controle da inflação. Uma consequência social do referido Plano de Metas é o aumento das desigualdades regionais, e a consequência econômica se refere a consolidação da indústria automobilística no país.

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

- 01. D
- 02. E
- 03. C
- 04. E
- 05. A
- 06. B
- 07. E



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Regime Militar: Democracia Sitiada, Liberdades Vigeadas

Para a correta compreensão do Regime Militar brasileiro, é de fundamental importância ter em vista o cenário de seu surgimento: os intensos anos 1960. Assim, podemos pensar, como o historiador Marcelo Ridenti, que os anos 1960 foram, provavelmente, o momento da história republicana em que a convergência entre política, cultura, vida pública e privada e, especialmente, intelectualidade se apresentou de forma mais explícita. Discutiam-se propostas de revolução política, econômica e cultural sob os matizes mais diversos. Observa-se um amplo movimento de insurreição contra a ordem vigente em nome de uma nova proposta de sociedade, gerando, assim, um diálogo criativo, que emanava dos mais diferentes movimentos sociais. A tônica era a ação, tida como essencial para a realização de mudanças, sobretudo no que concerne à transformação do homem e de sua realidade, sob a influência de teóricos e de revolucionários como Karl Marx e Che Guevara.

GOVERNO CASTELO BRANCO (1964-1967)



O novo regime político brasileiro, centralizado nas ações dos militares, foi fundado por meio do Golpe de 31 de março de 1964, porém a posse da junta militar provisória só aconteceu no dia 9 de abril do mesmo ano. Decretando o chamado AI-1 (Ato Institucional n. 1), a junta buscava criar condições ideais para a reorganização do país segundo os moldes da direita nacional. Durante todo o Período Militar, os Atos Institucionais serviram como instrumentos arbitrários e contrários às normas democráticas até então vigentes, já que consistiam em uma ordem política, administrativa ou jurídica que não contava com uma aprovação do Congresso. Além de marcar eleição indireta para presidente em dois dias, o AI-1 aumentou as atribuições do Poder Executivo, que poderia cassar mandatos, suspender direitos políticos e aprovar emendas constitucionais com maioria simples no Congresso.

O presidente eleito foi o marechal Castelo Branco, líder da Escola Superior de Guerra (ESG) e simpatizante da necessidade de se restabelecer, após o reordenamento do país, de acordo com a visão golpista, o retorno à democracia. O pensamento do presidente era compartilhado por um grupo de militares classificados como “castelistas” ou “grupo da Sorbonne”, em alusão à faculdade francesa, já que eram tidos como militares intelectualizados. Na oposição, estava a Linha Dura, grupo que acreditava na condução do Executivo pelos militares, que, além de encerrarem o que consideravam o perigo de esquerda, poderiam levar o país a uma fase de desenvolvimento.



Governo do Brasil / Domínio Público

Marechal Castelo Branco, eleito indiretamente em 1964. Era o início do controle militar sobre a política brasileira.

A tomada do poder pelos militares em 1964 representou o alinhamento de diversas forças em prol da sustentação do poder político militar. Entre elas, destacam-se empresas nacionais e transnacionais, o governo estadunidense e setores das Forças Armadas ligados à Escola Superior de Guerra, responsável pela coordenação das iniciativas dos conspiradores civis e militares. A ação desses setores era corroborada, em termos ideológicos, pela Doutrina de Segurança Nacional, cuja criação data de 1949, mediante auxílio técnico estadunidense e francês.

Essa doutrina tinha como objetivo treinar, sob o mais alto nível, parte do corpo militar para atuar no que se refere à direção e ao planejamento da segurança nacional, sobretudo em face da ameaça comunista. Para tanto, erigiu-se uma aliança interamericana, alimentada por missões militares destinadas a vários países latino-americanos, que promovia a assistência militar. Trata-se, desse modo, de um desdobramento da Doutrina Monroe (1823), que se aprofunda com o contexto da Guerra Fria, passando a necessitar de um sistema de segurança não apenas estadunidense, mas distribuído por todo o continente latino-americano. Grandes setores do empresariado apoiavam tais desdobramentos, já que viam nos militares a necessária estabilidade para manter a segurança e o crescimento dos projetos econômicos por eles investidos.

Vários abusos foram cometidos durante os primeiros dias do novo regime. Além do fechamento de algumas instituições representativas, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), foram realizadas centenas de cassações de mandatos, principalmente de políticos do PTB que apoiavam o presidente deposto – João Goulart. No âmbito econômico, foi criado o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), conduzido pelos ministros liberais Roberto Campos, do Planejamento, e Otávio Gouveia de Bulhões, da Fazenda. A meta desse plano ortodoxo era acabar com a inflação a partir de uma política de restrição dos gastos públicos, controle da emissão de moeda e arrocho salarial. Apesar da diminuição do poder de compra do trabalhador, o PAEG, a partir de uma política recessiva, conseguiu reduzir a inflação de 91%, em 1964, para 24%, em 1967, criando as bases para a emergência do Milagre Econômico. Os trabalhadores também foram surpreendidos com o fim da estabilidade no emprego e com o lançamento do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), além da criação de uma nova moeda, o Cruzeiro Novo, e a fundação do BNH (Banco Nacional de Habitação), responsável por conduzir uma política pública de estímulo à compra da casa própria.

A vitória de lideranças políticas de oposição nas eleições de 1965 fez com que o governo decretasse, ainda no mesmo ano, o AI-2. O novo ato determinava eleições indiretas para a Presidência, no ano de 1967, e poderes extraordinários para o Executivo, inclusive o de fechar qualquer órgão do Legislativo. Porém, a principal mudança foi a reforma partidária, que determinou a extinção da vasta quantidade de partidos existentes no Brasil, instituindo o bipartidarismo: **ARENA** (Aliança Renovadora Nacional) e **MDB** (Movimento Democrático Brasileiro).

O primeiro partido, composto dos antigos membros da UDN e de parcela do PSD que havia apoiado o Golpe, era favorável ao regime. O ARENA defendia posição contrária à do MDB, do qual faziam parte os membros do PTB e do PSD que não haviam sido afastados da vida política pelas cassações. A restrição partidária significou mais um golpe na capacidade de debate político da sociedade brasileira. No ano de 1966, o regime deu um novo sinal de endurecimento com o AI-3, que instituiu eleições indiretas também para governadores e prefeitos das principais cidades.

Já em 1967, o AI-4 reabriu o Congresso, fechado no ano anterior, quando o afastamento de seis deputados pelo governo foi recusado. O objetivo do novo ato era a aprovação de uma nova Carta Constitucional, que abrigaria as determinações dos atos institucionais anteriores. A criação da Constituição de 1967 indica que o Regime Militar, nos primeiros anos, tentava dar uma projeção de legalidade às suas ações, evitando o confronto direto e formal com o Estado de Direito. Esse período, classificado pelo jornalista Elio Gaspari como “Ditadura Envergonhada”, desmoronou com a eleição de Costa e Silva em 1967. Membro da Linha Dura, o novo presidente fecharia o regime em menos de um ano de mandato.

GOVERNO COSTA E SILVA (1967-1969)



A posse de Costa e Silva, em março de 1967, era um sinal contrário à promessa de uma rápida intervenção e do retorno à normalidade. A reação da sociedade veio ainda no mesmo ano. Carlos Lacerda, antigo aliado dos militares, João Goulart e Juscelino Kubitschek criaram a chamada **Frente Ampla**, uma aliança de políticos de várias correntes contra o Regime Militar. Apesar da grande divulgação na imprensa, a Frente não avançou devido a conflitos de interesses e ao fechamento do regime, que aconteceu em 1968.

A oposição também partia do setor estudantil, um dos mais engajados na luta contra a Ditadura. Buscando organizar manifestações e comícios, os líderes da UNE, agora na clandestinidade, enfrentaram grande repressão governamental. Um exemplo marcante dos abusos da Ditadura contra os estudantes foi o assassinato do jovem Edson Luís, no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro.

Seu enterro e as missas que vieram nos dias seguintes foram apropriados pelos que combatiam a Ditadura, culminando na chamada Passeata dos Cem Mil – ocorrida em 26 de junho de 1968 –, que atravessou o centro da capital fluminense em protesto contra o regime, cada vez mais repressor.



José Nascimento/Folhapress

Em 1968, o emprego de violência foi sistemático na repressão às manifestações contrárias ao Regime Militar.

Os estudantes se manifestaram também no congresso clandestino da UNE, ocorrido em Ibiúna, interior de São Paulo, em outubro de 1968, o qual foi fechado por uma intervenção do Exército, responsável pela prisão de centenas de lideranças. A ação estudantil foi fortalecida ainda pelos movimentos grevistas em Osasco (SP) e Contagem (MG), onde as manifestações contra o regime se misturavam às reivindicações operárias.

Movimentos culturais

A década de 1960 foi marcada pelo surgimento de variadas experiências culturais, que refletiam os quadros políticos interno e externo. O engajamento cultural de esquerda representou um foco de resistência ao regime durante os primeiros anos da Ditadura, principalmente por meio dos festivais de música. Da mesma forma, o movimento de contracultura, que ganhava cada vez mais espaço no cenário internacional, ecoava no Brasil, gerando desconforto nos setores tradicionais.

A produção musical ainda apresentou, durante essa década, uma inovadora manifestação: o **Tropicalismo**. Influenciados pelas inovações musicais do *rock* estrangeiro, principalmente pelo uso da guitarra elétrica e, ao mesmo tempo, comprometidos com a cultura nacional, os criadores do Tropicalismo se destacaram pela capacidade de experimentar e de mesclar o moderno e o tradicional.

O nascimento do movimento ocorreu com a apresentação das músicas “Alegria, Alegria” (Caetano Veloso) e “Domingo no Parque” (Gilberto Gil) durante o III Festival de MPB da TV Record em 1967. O lançamento do disco *Tropicália ou Panis et Circenses* sintetiza as ideias do movimento, que buscava agregar recursos não musicais, como a roupa, a dança, o corpo e a estética chocante, provocando reações de resistência de vários setores da sociedade. Enquanto os grupos engajados interpretavam o Tropicalismo como um movimento alienado e distante das questões nacionais mais urgentes, os setores conservadores, defensores de uma rígida moral, horrorizavam-se com o colorido e com as apresentações estridentes de Caetano, Gil e Os Mutantes.



Arquivo Arquivo Nacional / Domínio Público

Os Mutantes, banda ícone da Tropicália, em 1969. A música brasileira era subvertida com novas experimentações.

A canção “Pra não dizer que não falei das flores”, também conhecida como “Caminhando”, de Geraldo Vandré, hino da esquerda em resistência aos anos de chumbo da Ditadura, moveu o ânimo dos jovens durante o III Festival Internacional da Canção, promovido pela TV Globo em 1968. Antes e depois do fechamento do regime, vários artistas musicaram protestos contra o governo militar, destacando-se as canções de Chico Buarque, como “Apesar de você”, um claro protesto à ordem vigente.

A produção cinematográfica também se mostrou inovadora no período. O chamado Cinema Novo, que tinha o baiano Glauber Rocha como seu principal ícone, buscava romper com os modelos cinematográficos dos grandes estúdios nacionais e internacionais, promovendo um cinema autoral, de baixo custo e comprometido com temas nacionais.

A premiada produção *Deus e o Diabo na Terra do Sol* marca a obra de Glauber Rocha e representa de maneira clara os conceitos do Cinema Novo.

As novas criações nacionais conviviam com outros movimentos culturais distantes da reflexão social e política, como o movimento da Jovem Guarda, de Roberto Carlos e Erasmo Carlos, que embalava aqueles que interpretavam a produção musical como mero instrumento de diversão.

Deve-se ressaltar que todo o ambiente de ebulição cultural do período se via constantemente cerceado pelo intenso controle governamental. Assim, muitas das potencialidades artísticas viram-se limitadas pelos mecanismos de censura da Ditadura brasileira.

Fechamento do regime

A ampla rede de manifestações diretas ou indiretas contra a ordem vigente deixou o governo acuado por pressões internas. Os favoráveis a uma política de segurança nacional que pudesse restringir os espaços democráticos encontraram, em 1968, o momento ideal para a radicalização. Faltava apenas um elemento catalisador para o endurecimento do regime, o qual acabou sendo criado no dia 12 de dezembro de 1968, quando o Congresso Nacional se negou a cassar o mandato do deputado Márcio Moreira Alves, desafeto dos militares. Chamado de Marcito, o jovem deputado do MDB havia realizado, em 2 de setembro de 1968, um virulento discurso, contrário ao militarismo no Brasil. No dia 13 de dezembro de 1968, sexta-feira, o governo militar baixava o **Ato Institucional n. 5**, o mais repressivo dos atos e que estabelecia, entre outras determinações:

- Fechamento do Congresso Nacional.
- Intervenção federal em estados e municípios.
- Fim do *habeas corpus* para crimes políticos.
- Direito do presidente de decretar estado de sítio sem autorização do Congresso, além de lhe serem garantidas as mesmas atribuições dos atos anteriores, como cassar mandatos e direitos políticos.
- Censura e controle da produção cultural.

Diferentemente dos atos anteriores, o AI-5 não apresentava limite de prazo, tendo sido encerrado apenas no final do Governo Geisel.



A primeira página do JB no dia 14 de dezembro de 1968, um sábado em que deu praia, início de uma noite de onze anos.

Divulgação

Capa do Jornal do Brasil no dia seguinte à implementação do AI-5. A partir desse momento, as liberdades individuais seriam cerceadas de forma mais intensa.

Com o AI-5, ficou clara a opção de radicalização do regime, que assumia um papel explícito de ditadura, cometendo toda a ordem de abusos e violências contra a sociedade. O projeto da Doutrina de Segurança Nacional obrigava a sociedade a pagar um preço caro e lamentável por anos de ausência de liberdade plena, seja política, seja cultural.

Após alguns meses da decretação do AI-5, Costa e Silva sofreu um derrame e foi substituído por uma junta militar que impediu a posse do vice-presidente civil, Pedro Aleixo. Essa junta organizou a transição para o próximo general que assumiria a Presidência. Assim, o controle do Executivo foi entregue a mais um militar da Linha Dura: o general Garrastazu Médici.

ELEIÇÃO INDIRETA

Constituição de 1967

Mecanismo de eleições indiretas

Art. 76 – O presidente será eleito pelo sufrágio de um Colégio Eleitoral, em sessão pública e mediante votação nominal.

§ 1º – O Colégio Eleitoral será composto dos membros do Congresso Nacional e de delegados indicados pelas Assembleias Legislativas dos estados.

§ 2º – Cada Assembleia indicará três delegados e mais um por quinhentos mil eleitores inscritos no estado, não podendo nenhuma representação ter menos de quatro delegados.

§ 3º – A composição e o funcionamento do Colégio Eleitoral serão regulados em lei complementar.

ATO INSTITUCIONAL N. 5

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e [...] CONSIDERANDO, no entanto, que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a revolução vitoriosa outorgou à nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la, [...] resolve editar o seguinte Ato Institucional.

[...]

Art. 2º – O presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo presidente da República. [...]

Art. 3º – O presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição. [...]

Art. 4º – No interesse de preservar a revolução, o presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais. [...]

Art. 10 – Fica suspensa a garantia de *habeas corpus*, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



- 01.** (CEFET-PR) No Brasil, durante o período da Ditadura Militar (1964-85), ocorreram várias manifestações artísticas inovadoras; entre elas surgiu um movimento cultural sob influência das correntes artísticas de vanguarda e da cultura pop e que misturou manifestações tradicionais da cultura brasileira a inovações estéticas radicais. Tal movimento manifestou-se principalmente na música, cujos maiores representantes foram Caetano Veloso, Torquato Neto, Gilberto Gil, Os Mutantes e Tom Zé, e ficou conhecido como
- Antropofagia.
 - Bossa-nova.
 - Jovem Guarda.
 - Tropicália.
 - Vanguarda Paulistana.

- 02.** (FUVEST-SP) No início de 1969, a situação política se modifica. A repressão endurece e leva à retração do movimento de massas. As primeiras greves, de Osasco e Contagem, têm seus dirigentes perseguidos e são suspensas. O movimento estudantil refluí. A oposição liberal está amordaçada pela censura à imprensa e pela cassação de mandatos.

CARVALHO, Apolônio de. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 202.

O testemunho, dado por um participante da resistência à Ditadura Militar brasileira, sintetiza o panorama político dos últimos anos da década de 1960, marcados

- pela adesão total dos grupos oposicionistas à luta armada e pela subordinação dos sindicatos e centrais operárias aos partidos de extrema esquerda.
- pelo bipartidarismo implantado por meio do Ato Institucional n. 2, que eliminou toda forma de oposição institucional ao Regime Militar.
- pela desmobilização do movimento estudantil, que foi bastante combativo nos anos imediatamente posteriores ao Golpe de 64, mas depois passou a defender o regime.
- pelo apoio da maioria das organizações da sociedade civil ao governo militar, empenhadas em combater a subversão e afastar, do Brasil, o perigo comunista.
- pela decretação do Ato Institucional n. 5, que limitou drasticamente a liberdade de expressão e instituiu medidas que ampliaram a repressão aos opositores do regime.

- 03.** (UECE–2018) De 1964 até o final da década de 1970, as produções e manifestações artísticas brasileiras bem como os movimentos culturais foram marcados
- por um processo crescente de censura, que objetivava o fim da liberdade de expressão artística e impunha às massas uma cultura de concordância com o regime militar.
 - pela produção livre de todo e qualquer conteúdo artístico-cultural, e pelo incentivo do Estado e dos meios de comunicação de massa para sua veiculação ao grande público.
 - pela inexistência de uma arte de contestação, uma vez que toda a comunidade da cultura e das artes estava imbuída do ideal de país apresentado pelos governos do período.
 - pelo grande incremento da cultura popular de contestação ao governo, através do apoio irrestrito dos grandes meios de comunicação de massa, como as emissoras de rádio e TV.
- 04.** (FGV) Na mesma época da bossa-nova na música, surgia o Cinema Novo. Entre 1960 e 1962, um grupo de jovens cineastas, entre eles Glauber Rocha, Arnaldo Jabor, Ruy Guerra, além do veterano Nelson Pereira dos Santos, preconizava a necessidade de um cinema ousado, em forma e conteúdo [...]

NAPOLITANO, Marcos. *Cultura brasileira: utopia e massificação (1950-1980)*. 2001.

Sobre essa ousadia “em forma e conteúdo”, é correto afirmar que o Cinema Novo

- trabalhava com paródias de superproduções do cinema europeu e usava de referências carnavalescas para representar o gosto popular pelos melodramas.
 - defendia um cinema de autor, com a utilização de um cenário natural, mostrando a realidade brasileira marcada por relações sociais conflituosas.
 - negava destaque aos problemas contemporâneos e tinha como temática a recuperação de um passado mítico brasileiro, sob uma estética futurista.
 - seguia os padrões hollywoodianos quanto à temática do progresso e recebia decisivo apoio financeiro da Ancine – Agência Nacional do Cinema.
 - reconhecia, na harmonia social e racial brasileira, o elemento básico para a compreensão da realidade econômica do país.
- 05.** (PUC-Campinas-SP–2017) [...] Renegando os princípios da democracia representativa, os ‘revolucionários’ de 1964 recorreram a um arsenal de instrumentos de exceção (atos institucionais, atos complementares, decretos-leis), graças aos quais ficaram mais de 20 anos no poder. A implantação da ditadura e da violência generalizada não ocorreu de imediato. Foi uma escalada que resultou do surgimento de uma oposição civil ao novo regime e de divergências no interior das próprias hostes golpistas. [...]

KUPPER, Agnaldo; CHENSO, Paulo A. *História crítica do Brasil*. São Paulo: FTD, 1998, p. 278.

Com base no arsenal a que o texto se refere, pode-se afirmar que, nesse período, os governos

- abriram a economia ao capital estrangeiro, reduzindo ou proibindo todo o comércio com os países socialistas.
- procuraram reduzir a atuação direta do Estado em setores estratégicos da economia, como em serviços de saúde e na indústria bélica.
- montaram uma rede de órgãos repressivos com o objetivo de manter acuados não apenas grupos sociais de esquerda, mas toda a sociedade.
- adotaram a política econômica neoliberal com o objetivo de amenizar as desigualdades sociais geradas pelo funcionamento do mercado.
- resgataram a plenitude política do cidadão ao revogar os atos de exceção do regime militar, determinar eleições diretas e restaurar o *habeas corpus*.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



- 01.** (Unesp–2016)



CAMPOS, Flavio de; CLARO, Regina. *Oficina de História*, v. 3, 2013.

Esses cartazes, divulgados durante o regime militar brasileiro, buscavam

- estimular o nacionalismo e o ufanismo, para ampliar o apoio político ao governo.
 - repudiar o passado nacional de subdesenvolvimento e incentivar o empreendedorismo dos jovens empresários.
 - contestar a oposição que, através da imprensa, afirmava que o país enfrentava uma crise financeira.
 - valorizar as conquistas obtidas no setor esportivo, apesar de o país atravessar período de alta inflacionária.
 - mostrar à população que o país se tornara a principal potência militar do planeta.
- 02.** (Unicamp-SP–2015) O historiador Daniel Aarão Reis tem defendido que o regime instaurado em 1964 não seja conhecido apenas como “ditadura militar”, mas como “ditadura civil-militar”, pois contou com a participação civil. Para exemplificar o envolvimento civil, é possível citar
- manifestações populares como a “passeata dos 100 mil”, a campanha pela anistia e as “Marchas da família com Deus e pela liberdade”.

- B) a atuação homogênea do clero brasileiro e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que temiam a instauração do comunismo no país.
- C) a participação da população nas eleições parlamentares, legitimando as decisões políticas por meio de referendos.
- D) o apoio de empresários, grupos midiáticos, políticos civis e classes médias urbanas que davam sustentação aos militares.

03. (Unesp)

[...]

O sol se reparte em crimes

Espaçonaves guerrilhas

Em cardinales bonitas

Eu vou

[...]

Em caras de presidentes

Em grandes beijos de amor

Em dentes, pernas, bandeiras

Bomba e Brigitte Bardot...

[...]

Ela nem sabe até pensei

Em cantar na televisão

O sol é tão bonito

Eu vou...

VELOSO, Caetano. Alegria, alegria. 1967.

A letra da canção de Caetano Veloso, apresentada no III Festival da Música Popular Brasileira, em 1967, faz várias alusões ao contexto da época. Entre elas, podemos citar

- A) a revalorização da família e do ensino religioso na educação dos jovens brasileiros.
- B) o processo de abertura política e o fim do longo período de governos militares.
- C) a queda do presidente João Goulart e a ameaça comunista que pairava sobre o Brasil.
- D) o crescimento da importância dos meios de comunicação de massa e as tensões políticas na América Latina.
- E) a perseguição a opositores do Regime Militar e a decretação do Ato Institucional n. 5.

04. (Fatec-SP)

Caminhando e cantando

E seguindo a canção

Somos todos iguais,

Braços dados ou não.

Nas escolas, nas ruas,

Campos, construções

Caminhando e cantando,

E seguindo a canção. [...]

VANDRÉ, Geraldo. 1968.

Os festivais da canção eram ocasiões nas quais novas vozes e novos compositores passavam a ser conhecidos pelo público. Era o momento das torcidas, dos cartazes na plateia, de poder, de alguma forma, demonstrar a insatisfação contra o Regime Militar. Porém, em 13 de dezembro de 1968, no mesmo ano em que os jovens se atreviam a cantar e aplaudir "Pra não dizer que não falei das flores", o governo militar anunciou à nação o Ato Institucional n. 5.

Por esse ato,

- A) ficavam suspensos todos os direitos civis e constitucionais e autorizava-se o presidente a decretar o recesso do Congresso Nacional.
- B) iniciava-se a abertura política no Brasil, com a liberação do pluripartidarismo e a anistia geral e irrestrita.
- C) a censura prévia foi definitivamente abolida e retornaram as eleições diretas para os governos estaduais.
- D) foram convocados deputados e senadores para a elaboração de uma nova Constituição, a vigorar no ano seguinte.
- E) tornou-se indireta a eleição para os governos estaduais e para os prefeitos de capitais consideradas de segurança nacional.

05.


(UDESC-2016) A Marcha da Família com Deus pela Liberdade:

Movimento surgido em março de 1964 e que consistiu em uma série de manifestações, ou "marchas", organizadas principalmente por setores do clero e por entidades femininas em resposta ao comício realizado no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, durante o qual o presidente João Goulart anunciou seu programa de reformas de base.

Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A_marcha_da_familia_com_Deus>. Acesso em: 12 ago. 2015 (Adaptação).

Assinale a alternativa correta sobre a Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

- A) Mostrou o protagonismo do movimento feminista e da contracultura, em especial a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), a União Cívica Feminina e a Fraterna Amizade Urbana e Rural.
- B) Congregou segmentos das classes populares, em especial sem tetos e operários da indústria, em parceria com a Federação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).
- C) Tinha como meta propagar a ideia de liberdade religiosa e de liberdade sexual.
- D) Contou com a aliança, de setores de esquerda da igreja católica e da juventude estudantil de classe média, contra o conservadorismo da sociedade Brasileira.
- E) Era favorável à deposição do presidente eleito João Goulart e teve papel importante no Golpe Militar de 1964.

- 06.** (UFPR–2017) Considere o fragmento a seguir:
-  Como resultados dessas políticas de Estado, foi possível estimar ao menos 8 350 indígenas mortos no período de investigação da CNV, em decorrência da ação direta de agentes governamentais ou da sua omissão. Essa cifra inclui apenas aqueles casos aqui estudados em relação aos quais foi possível desenhar uma estimativa. O número real de indígenas mortos no período deve ser exponencialmente maior, uma vez que apenas uma parcela muito restrita dos povos indígenas afetados foi analisada e que há casos em que a quantidade de mortos é alta o bastante para desencorajar estimativas.

RELATÓRIO, Comissão Nacional da Verdade. *Violação dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas*. Texto 5. 2014. v. 2, p. 205.

Sobre a questão indígena na Ditadura Militar, assinale a alternativa correta.

- A) Projetos como a construção das hidrelétricas de Itaipu e de Tucuruí, no rio Tocantins, impulsionaram o desenvolvimento econômico de várias comunidades indígenas, graças aos projetos executados pela FUNAI.
- B) Apesar das mortes contabilizadas no relatório da CNV, após o Golpe Civil-Militar, os indígenas passaram a ser valorizados no novo período econômico que se iniciou no Brasil.
- C) No período da Ditadura Militar, foi criada a Guarda Nacional Indígena, uma milícia armada integrada exclusivamente por responsáveis pelo policiamento nas áreas indígenas para manutenção de sua cultura.
- D) Com o Golpe Civil-Militar, devido às construções de grandes obras, a mão de obra indígena começou a ser parcialmente valorizada pelo governo Figueiredo, que percebeu a aptidão dos indígenas para a manufatura.
- E) Após o Golpe Civil-Militar, um novo período econômico se iniciou no Brasil, com construções de grandes obras nas quais os indígenas passaram a ser tratados como obstáculos para o desenvolvimento nacional.

- 07.** (Unicamp-SP) No dia 14 de dezembro de 1968, os leitores mais atentos do *Jornal do Brasil* puderam perceber que o jornal apresentava mudanças. Apesar do Sol de dezembro, por exemplo, a previsão meteorológica anunciava no alto da primeira página, à esquerda: “Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos”. Pela primeira vez, no lugar dos editoriais, eram publicadas fotos: na maior, um lutador de judô, gigante, dominando um garoto. O título da foto: “Força hercúlea”.

VENTURA, Zuenir. 1968: o ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p. 288-289 (Adaptação).

- A) Por que o *Jornal do Brasil* apresentava alterações no dia seguinte à edição do Ato Institucional n. 5 (AI-5), de 13/12/1968?
- B) Que relação o jornal quis estabelecer entre o contexto político e a foto do lutador e o garoto?

- 08.** (PUCPR–2016) De acordo com Boris Fausto (1999, p. 484) e sobre o período da Ditadura Militar no Brasil, “O governo Médici não se limitou à repressão. Distinguiu claramente entre um setor significativo, mas minoritário na sociedade, adversário do regime, e a massa da população que vivia um dia a dia de alguma esperança nesses anos de prosperidade econômica. A repressão acabou com o primeiro setor, enquanto a propaganda encarregou-se de, pelo menos, neutralizar o segundo. Para alcançar este último objetivo, o governo contou com o grande avanço das telecomunicações no país, após 1964”. Sobre esse avanço e sobre o Governo Médici, marque a alternativa correta.

- A) No Governo Médici foi criada a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP); na época, o Brasil conheceu expressões como “Ninguém segura este país” e a marchinha “Pra frente Brasil”.
- B) No Governo Médici – ocorrido de 1968 a 1976 –, o Brasil passou pelo chamado Milagre Econômico, que combinou um extraordinário crescimento econômico com taxas bastante altas de inflação.
- C) Houve maior facilidade de crédito e, em 1970, a porcentagem de residências urbanas que possuía televisão chegava a 40%. Ainda neste período e com o apoio do governo, a Rede Globo sofreu uma grande expansão, tornou-se uma rede nacional e, também, porta-voz do governo militar.
- D) Sobre a propaganda no Governo Médici, podemos afirmar que o fato de o Brasil ter perdido a Copa do Mundo de 1970 para a Itália, no México, forçou a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) a investir mais pesadamente nas mensagens ideológicas pró-governo.
- E) O governo de Emílio Garrastazu Médici ocorreu após o governo do presidente militar Castelo Branco e ambos eram considerados governos moderados.

- 09.** (UFJF-MG–2017) Leia os trechos a seguir e, em seguida, responda ao que se pede:

Trecho do discurso de posse do Marechal Humberto Castelo Branco, em 1964

Defenderei e cumprirei com honra e lealdade a Constituição do Brasil, inclusive o Ato Institucional que a integra. Cumprirei e defenderei ambos com determinação, pois serei escravo das leis do país e permanecerei em vigília para que todos as observem com exatidão e zelo. Meu governo será o das leis, o das tradições e princípios morais e políticos que refletem a alma brasileira. O que vale dizer que será um governo firmemente voltado para o futuro, tanto é certo que um constante sentimento de progresso e aperfeiçoamento constitui a marca e também o sentido de nossa história política e social.

Disponível em: <<http://www.bradoretumbante.org.br/historia/generais-no-poder/as-promessas>>. Acesso em: 13 out. 2016.

Trecho do discurso de posse do General Emílio Garrastazu Médici, em 1969

Homem da fronteira, creio em um mundo sem fronteira entre os homens. Sinto por dentro aquele patriotismo aceso dos fronteiriços, que estende ponte aos vizinhos, mas não aceita injúrias nem desdêns e não se dobra na afirmação do interesse nacional.

Creio em um mundo sem fronteiras entre países e homens ricos e pobres. E sinto que poderemos ter um mundo sem fronteiras ideológicas, onde cada povo respeite a forma de outros povos viverem, onde os avanços científicos fiquem na mão de todo homem, na mão de todas as nações, abrindo-se à humanidade a opção de uma sociedade aberta. Fronteiriço, não sei, não vejo, não sinto, não aceito outra posição do Brasil no mundo que não seja a posição de altivez.

Disponível em: <<http://www.alertatotal.net/2015/12/discurso-de-posse-de-emilio-garrastazu.html>>. Acesso em: 13 out. 2016.

De acordo com os dois trechos, é correto afirmar que:

- os dois presidentes assumiram os mesmos compromissos políticos de respeitarem a constituição democrática do Brasil, falando em nome do povo que os elegeram garantindo conduzir o país a um futuro de progresso.
- há uma descontinuidade entre o primeiro discurso e o segundo, uma vez que Castelo Branco promete exercer um governo firme característico da ditadura que se inicia, mas que se modifica com Emílio Médici que investe na abertura política.
- são parte de um processo mais longo de endurecimento político dos governos militares, reforçando a necessidade de firmeza no confronto com as diferenças, numa intenção de defesa do projeto militar pelo crescimento do país.
- eleitos de forma indireta, tanto Castelo Branco quanto Médici buscaram conquistar o apoio popular prometendo governar com as leis, respeito aos direitos civis e moralizar o país, diminuindo a distância entre ricos e pobres.
- a manutenção dos governos militares dependia da posição de ataque às diferenças econômicas e políticas entre o Brasil e os outros países, defendendo que o modelo do Brasil deveria ser expandido para todo mundo.

SEÇÃO ENEM

- 01.** (Enem–2017) Falavam em fuzilamentos, em gente que era embarcada nos aviões militares e atirada em alto-mar. Havia muita confusão. Sempre que há mudança violenta de poder, a regra dos entendidos é sumir, evaporar-se, não se expor, nos primeiros momentos da rebordosa, um sargento qualquer pode decidir sobre um fuzilamento. Depois as coisas se organizam, até mesmo a violência é estruturada, até mesmo o arbítrio. Mas quem, no meio tempo, foi fuzilado, fuzilado fica.

CONY, C. H. *Quase memória*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

A narrativa refere-se ao seguinte aspecto da segurança nacional durante a Ditadura Militar:

- Institucionalização da repressão como política estatal.
- Normatização da censura como mecanismo de controle.
- Legitimação da propaganda como estratégia psicossocial.
- Validação do conformismo como salvaguarda do consenso.
- Ordenação do bipartidarismo como prerrogativa institucional.

- 02.** (Enem)

Texto I

O presidente do jornal de maior circulação do país destacava também os avanços econômicos obtidos naqueles vinte anos, mas, ao justificar sua adesão aos militares em 1964, deixava clara sua crença de que a intervenção fora imprescindível para a manutenção da democracia.

Disponível em: <<http://oglobo.globo.com>>. Acesso em: 01 set. 2013 (Adaptação).

Texto II

Nada pode ser colocado em compensação à perda das liberdades individuais. Não existe nada de bom quando se aceita uma solução autoritária.

FICO, C. *A educação e o golpe de 1964*. Disponível em: <www.brasilrecente.com>. Acesso em: 04 abr. 2014 (Adaptação).

Embora enfatizem a defesa da democracia, as visões do movimento político-militar de 1964 divergem ao focarem, respectivamente:

- Razões de Estado – Soberania popular
- Ordenação da Nação – Prerrogativas religiosas
- Imposição das Forças Armadas – Deveres sociais
- Normatização do Poder Judiciário – Regras morais
- Contestação do sistema de governo – Tradições culturais

- 03.** (Enem)

PSD - PTB - UDN
PSP - PDC - MTR
PTN - PST - PSB
PRP - PR - PL - PRT

Finados

FORTUNA. *Correio da Manhã*, ano 65, n. 22 264, 02 nov. 1965.

A imagem foi publicada no jornal *Correio da Manhã*, no Dia de Finados de 1965. Sua relação com os direitos políticos existentes no período revela a

- extinção dos partidos nanicos.
- retomada dos partidos estaduais.
- adoção do bipartidarismo regulado.
- superação do fisiologismo tradicional.
- valorização de representação parlamentar.

- 04.** (Enem)

Grupo escolar

Sonhei com um general de ombros largos que fedia e que no sonho me apontava a poesia enquanto um pássaro pensava suas penas e já sem resistência resistia.

O general acordou e eu que sonhava
face a face deslizei à dura via
vi seus olhos que tremiam, ombros largos,
vi seu queixo modelado a esquadria
vi que o tempo galopando evaporava
(deu para ver qual a sua dinastia)
mas em tempo fixei no firmamento
esta imagem que rebenta em ponta fria:
poesia, esta química perversa,
este arco que desvela e me repõe
nestes tempos de alquimia.

BRITO, A. C. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). *26 Poetas Hoje*: antologia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 1998.

O poema de Antônio Carlos Brito está historicamente inserido no período da Ditadura Militar no Brasil. A forma encontrada pelo eu lírico para expressar poeticamente esse momento demonstra que

- A) a ênfase na força dos militares não é afetada por aspectos negativos, como o mau cheiro atribuído ao general.
- B) a descrição quase geométrica da aparência física do general expõe a rigidez e a racionalidade do governo.
- C) a constituição de dinastias ao longo da história parece não fazer diferença no presente em que o tempo evapora.
- D) a possibilidade de resistir está dada na renovação e transformação proposta pela poesia, química que desvela e repõe.
- E) a resistência não seria possível, uma vez que as vítimas, representadas pelos pássaros, pensavam apenas nas próprias penas.

- 05.** (Enem) Eu não tenho, hoje em dia, muito orgulho do Tropicalismo. Foi, sem dúvida, um modo de arrombar a festa, mas arrombar a festa no Brasil é fácil. O Brasil é uma pequena sociedade colonial, muito mesquinha, muito fraca.

VELOSO, C. In: GONÇALVES, M. A.; HOLLANDA, H. B.; *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1995 (Adaptação).

O Movimento Tropicalista, consagrador de diversos músicos brasileiros, está relacionado historicamente

- A) à expansão de novas tecnologias de informação, entre as quais a Internet, o que facilitou imensamente a sua divulgação mundo afora.
- B) ao advento da indústria cultural em associação com um conjunto de reivindicações estéticas e políticas durante os anos 1960.
- C) à parceria com a Jovem Guarda, também considerada um movimento nacionalista e de crítica política ao Regime Militar brasileiro.
- D) ao crescimento do movimento estudantil nos anos 1970, do qual os tropicalistas foram aliados na crítica ao tradicionalismo dos costumes da sociedade brasileira.
- E) à identificação estética com a bossa-nova, pois ambos os movimentos tinham raízes na incorporação de ritmos estadunidenses, como o *blues*.

- 06.** (Enem–2010)

Ato Institucional n. 5 de 13 de dezembro de 1968

Art. 10 – Fica suspensa a garantia de *habeas corpus*, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

Art. 11 – Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos.

Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 29 jul. 2010.

O Ato Institucional n. 5 é considerado por muitos autores um “golpe dentro do Golpe”. Nos artigos do AI-5 selecionados, o governo militar procurou limitar a atuação do Poder Judiciário, porque isso significava

- A) a substituição da Constituição de 1967.
- B) o início do processo de distensão política.
- C) a garantia legal para o autoritarismo dos juízes.
- D) a ampliação dos poderes nas mãos do Executivo.
- E) a revogação dos instrumentos jurídicos implantados durante o Golpe de 1964.

GABARITO

Meu aproveitamento 

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

- 01. D
- 02. E
- 03. A
- 04. B
- 05. C

Propostos

Acertei _____ Errei _____

- 01. A
- 02. D
- 03. D
- 04. A
- 05. E
- 06. E
- 07.
- A) O jornal se utilizou de ironia para denunciar a censura imposta pelo AI-5 publicado um dia antes 13/12/68.
- B) A relação existente é a de representar o lutador de judô como a Ditadura Militar e o garotinho representando a sociedade civil.
- 08. C
- 09. C

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

- 01. A
- 02. A
- 03. C
- 04. D
- 05. B
- 06. D



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Regime Militar: a Luta pela Conquista de Direitos

GOVERNO MÉDICI (1969-1974)



Utilizando os poderes obtidos por meio do AI-5, o Governo Médici assumiu a face mais implacável da Ditadura. Visando a combater os setores de esquerda, que agora se organizavam em guerrilhas contra o regime, os militares criaram uma extensa rede de repressão. No tocante à investigação, o chamado SNI (Serviço Nacional de Informações) garantia o controle da vida de todos os suspeitos de estarem vinculados à luta de esquerda. Contava, nessa função, com o apoio do CIE (Centro de Informações do Exército), do CISA (Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica) e do CENIMAR (Centro de Informações da Marinha). Como órgãos de repressão, o chamado CODI (Comando de Operações de Defesa Interna) controlava os DOIs (Destacamentos de Operações Internas), sendo comum a prática de interrogatórios e torturas dentro dos quartéis do Exército pelos participantes desses órgãos, bem como os assassinatos. Outro instrumento do governo era a chamada Oban (Operação Bandeirantes), responsável por promover associações que vinculavam Exército e Polícia Civil, sendo esta a controladora do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), espaço conhecido por abrigar torturadores da Ditadura Militar.



Divulgação

Panfleto governamental divulgado durante o período de insurgência da esquerda armada. Observa-se, na imagem, a estratégia militar de amedrontar a população.

Por trás dessas siglas, havia um poder paralelo de combate às guerrilhas, que se organizavam à medida que o regime fechava suas portas. No campo, o país viu surgir três focos de guerrilha: Serra do Caparaó, em Minas Gerais, Vale do Ribeira, em São Paulo, e a conhecida Guerrilha do Araguaia, no Pará. Em poucos anos, os três movimentos foram sufocados com a prisão e a morte de inúmeros guerrilheiros que lutavam pela concretização de um projeto revolucionário socialista, pautado em um processo campo-cidade, semelhante àqueles ocorridos em Cuba e China.

O relativo sucesso da guerrilha no país ocorreu nos núcleos urbanos, mediante ações audaciosas, como sequestros de embaixadores e assaltos a bancos, que visavam a obter a liberdade de guerrilheiros detidos nas prisões dos quartéis e delegacias. A restrita solicitação de libertar companheiros era um indicativo das limitações dessa guerrilha, assim como a fragilidade gerada pela fragmentação político-ideológica dos grupos revolucionários, o que também colaborou para que a guerrilha fosse combatida e eliminada pela máquina repressora dos militares.

Confronto
144 pessoas desapareceram em consequência da repressão política.
1 843 são os casos de tortura relatados à Arquidiocese de São Paulo.
240 pessoas, no mínimo, foram mortas pelo Regime Militar.
98 pessoas foram mortas pelos grupos de esquerda.
238 políticos foram cassados em 1964.
452 sindicatos sofreram expurgos em 1964.
50 000 pessoas teriam sido detidas nos primeiros meses após o Golpe de 1964.
2 828 pessoas foram condenadas à prisão pela Justiça Militar.

Dados da repressão no Regime Militar.

Traços econômicos: o Milagre Brasileiro

Após o arrocho dos primeiros anos do Governo Castelo Branco, a economia brasileira apresentou uma substancial expansão no Governo Médici. Esse período passou a ser chamado de Milagre Brasileiro, pois nele a economia brasileira apresentou um elevado índice de crescimento anual, que atingiu uma média de 11% ao ano entre 1968 e 1973. Além da ampliação das multinacionais e do investimento público em grandes obras, o Milagre, gerado pelo chamado PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), esteve associado ao fácil fluxo de capital internacional naquele período, o que possibilitou ao Brasil acompanhar a onda de desenvolvimento internacional. Várias obras faraônicas construídas pelo governo, como a ponte Rio-Niterói e a Rodovia Transamazônica, buscavam justificar a manutenção de um governo ditatorial.

Os militares aproveitaram o amparo obtido pelos números da economia para promover uma excessiva propaganda do regime, veiculando *slogans* ufanistas como “Ninguém mais segura este país” ou “Brasil, ame-o ou deixe-o”. O regime apropriou-se até da conquista da Copa do Mundo de 1970 como representação do sucesso nacional. A vitória no Mundial seria a evidência da eficácia militar em um país vitorioso na economia e no esporte.



Propaganda ufanista, típica do Regime Militar, com o objetivo de induzir a população a uma sensação de otimismo em relação ao país, que experimentava a conquista do tricampeonato mundial e o chamado Milagre Econômico.

As restrições ao Milagre Brasileiro ficaram por conta das dívidas contraídas pelo Estado naquele período, além da excessiva concentração de renda, que construiu um universo de achatamento salarial para a população pobre e um aumento do poder de consumo da classe média, agora silenciada pela melhora na qualidade de vida.



Construção da Ponte Rio-Niterói, uma das obras faraônicas do Regime Militar.

Economicamente, a fraqueza do PND estava na sua dependência do capital externo, que o deixava, portanto, refém das instabilidades internacionais, como a crise do petróleo de 1973, uma das causas da redução do crescimento econômico que culminou na chamada “década perdida” – os anos 1980.

A sucessão presidencial seguiu os traços dos governos anteriores, sendo eleito Ernesto Geisel para o próximo mandato, iniciado em março de 1974.

Igreja e Ditadura

Ao longo do regime ditatorial, a Igreja atuou de diferentes formas. No que se refere às questões sociais, a ação católica mostrou-se marcada pela lentidão. Inicialmente, apenas alguns membros da Igreja Católica se interessavam pelas questões relativas à realidade brasileira, em oposição à maioria católica, caracterizada por um viés conservador, que se sentia ameaçada pela efervescência dos movimentos populares e pela suposta ligação que estes teriam com o movimento socialista internacional, conferindo, assim, sustentação ao Regime Militar.

A eleição do papa João XXIII em 1958 e a convocação do **Concílio do Vaticano II** foram fatores fundamentais para a postura da Igreja. Esse concílio defendia a renovação católica com relação à justiça social e aos Direitos Humanos, renovação esta que alcançou o Brasil progressivamente, sendo incorporada por parcelas do clero no que viria a ser chamada doutrinariamente de **Teologia da Libertação**. Assim, essa tendência refletiu na oposição de certos setores da Igreja ao autoritarismo vigente, fortalecendo os segmentos da hierarquia católica pautados pela perspectiva progressista e voltados para o engajamento social. Esse quadro favoreceu a construção de pastorais populares, nas quais se discutia não só a religião, mas também a política, transformando-as em espaços de ações de resistência ao contexto ditatorial. Vale destacar um considerável envolvimento de membros do clero em guerrilhas ou outras formas de protestos, o que os tornou vítimas de torturas e de prisões impostas pelos militares. Essas atuações colaboravam, portanto, para erigir e reivindicar mudanças sociais e restabelecer os direitos políticos no Brasil.

GOVERNO GEISEL (1974-1979)



Entre o fim da década de 1970 e a década de 1980, as ditaduras latino-americanas conviveram com um intenso movimento de redemocratização. No plano externo, colaborava para esse quadro a perda de prestígio estadunidense devido a escândalos políticos internos e à derrota na Guerra do Vietnã. Os Estados Unidos agora se baseavam em uma nova estratégia, que não a ação militar, para recuperar seu prestígio e fazer frente à União Soviética: a associação da política estadunidense à luta em prol dos Direitos Humanos. Por conta disso, não bastava apenas criticar o quadro de violência aos Direitos Humanos na União Soviética, mas também aquele presente nos aliados latino-americanos. Esse posicionamento foi claramente observado durante o governo democrata de Jimmy Carter. O longo apoio estadunidense às ditaduras latino-americanas tornava-se cada vez menos incondicional.



Fitz-Patrick, Bill / Domínio Público

Ernesto Geisel (ao centro) janta com Jimmy Carter e sua esposa, Rosalynn Carter, durante visita do presidente estadunidense ao Brasil, em 1978.

O modelo de eficiência econômica da Ditadura brasileira, processo semelhante aos que ocorreram nas ditaduras argentina e uruguaia, demonstrava sinais de esgotamento no que se refere à manutenção do crescimento autossustentado. Tal fator, em conjunto com o cenário de retração econômica mundial, em especial após a crise do petróleo em 1973, interferiu nas exportações, tornando países como o Brasil incapazes de arcar com as dívidas contraídas internacionalmente e levando a um quadro de progressivo colapso econômico.

Os grupos sociais, bem organizados na crítica ao regime por sindicatos, Igreja, imprensa, artistas e universidades, acabaram por estimular uma postura mais ativa do partido de oposição, MDB, com relação ao projeto de abertura política do país.

A chegada de Geisel ao poder representou um novo rumo da política militar no controle do Poder Executivo. Sintonizado com um projeto de abertura "lenta, gradual e segura" do regime, o novo presidente enfrentou a difícil tarefa de iniciar o processo de retorno da ordem democrática sem a radicalização dos grupos reacionários da Linha Dura militar e, paralelamente, conter os anseios por transformações econômicas e sociais dos grupos esquerdistas. Com um enorme leque de ações, que ia de uma atitude moderada até o fechamento do Congresso, Geisel conseguiu evitar que o fim da Ditadura fosse transformado em um plano de punição aos militares que comandavam o país.

Entre as ações de Geisel para a abertura do regime, podem-se destacar o fim da censura, em 1975, e o cancelamento do AI-5, no final de seu governo. A maior oposição à abertura partia dos militares da Linha Dura, ameaçados de perder as prerrogativas que um regime de exceção autorizava. Abusos ainda eram cometidos nos quartéis; exemplo disso é o caso do jornalista Vladimir Herzog, assassinado nas instalações do DOI-CODI de São Paulo. Convocado para explicar as suas possíveis ligações com o PCB (Partido Comunista Brasileiro), então na ilegalidade, o diretor de jornalismo da Rede Cultura foi vítima de sucessivas torturas que provocaram a sua morte. Os militares, para encobrir o crime, forjaram uma cena de suicídio, apresentando Vladimir Herzog enforcado por um cinto em uma das dependências do quartel. A repercussão nacional e internacional foi intensa, havendo até mobilização de setores mais conservadores, como a Igreja Católica. Os abusos foram repetidos com o assassinato do operário Manoel Fiel Filho, em janeiro de 1976, crime que levou o presidente Geisel a demitir o general Ednardo D'Ávila Melo, comandante do II Exército. As ações da Linha Dura chegaram até a ameaçar o mandato presidencial de Geisel devido à tentativa de golpe realizada pelo general Sylvio Frota, em 1977, reprimida pela reação do governo.



Acervo Iconographia

Vladimir Herzog, jornalista que fazia oposição à ditadura, foi preso, torturado e morto por militares - de acordo com eles, Herzog faleceu por suicídio. Esse fato ocorreu em pleno período de abertura do regime.

A preocupação em garantir as bases para uma abertura gradual forçou Geisel a lançar, em 1977, de forma autoritária, o Pacote de Abril, responsável por mudanças na distribuição das cadeiras do Congresso Nacional com o objetivo de ampliar a presença do partido ARENA. O Pacote determinou a criação dos chamados senadores biônicos, nomeados diretamente pelo presidente, além do aumento do número de cadeiras preenchidas por deputados do Nordeste, área conhecida como reduto favorável ao partido de sustentação do governo, o ARENA. O mandato do presidente também foi estendido para seis anos. O Pacote de Abril veio acompanhado da Lei Falcão, que limitava o horário eleitoral apenas à apresentação do candidato com seu respectivo número e com um reduzido currículo, impedindo discursos exaltados dos candidatos do MDB contra o governo, assim como o debate político de questões referentes à vida nacional.

Na economia, o Governo Geisel lançou o **II PND** (Plano Nacional de Desenvolvimento), que buscava criar alternativas para o setor energético, no contexto adverso da crise do petróleo. O projeto Proálcool e o investimento nas usinas nucleares foram os destaques nesse campo. Apesar de não manter os mesmos níveis de crescimento do período do milagre brasileiro, a economia nacional ainda mostrou um crescimento substancial durante os anos do Governo Geisel.

Na sucessão presidencial, o candidato do governo foi novamente referenciado pelo Congresso nas eleições indiretas, com a vitória de João Figueiredo. Iniciava-se o último ciclo dos militares no poder do país.

GOVERNO FIGUEIREDO (1979-1985)

Antigo coordenador do SNI, o novo presidente da República manteve a política de distensão projetada por Geisel. A Lei da Anistia, aprovada pelo Congresso em 1979, foi um dos marcos desse processo, garantindo o perdão para os responsáveis por crimes políticos no país. Essa lei, apesar de enquadrada no universo da abertura política, apresentava algumas limitações, pois estendia o perdão a setores das forças militares que cometeram abusos durante a Ditadura, como torturas e assassinatos, e excluía determinados crimes de resistência política da lista de anistiados. No decorrer das décadas de 1980 e 1990, a Lei da Anistia foi sendo ampliada pelos governos democraticamente eleitos. Houve, por exemplo, a criação da Lei 9 140, decretada em 1995 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, em que o Estado assumia a culpa por algumas ações abusivas ocorridas durante o Regime Militar, garantindo, portanto, o pagamento de indenização às famílias de combatentes mortos pela Ditadura.



Manifestação pela anistia política na arquibancada do Estádio do Morumbi, em 1979.

Em 1979, o governo iniciou uma mudança na estrutura partidária do país, encerrando o sistema bipartidário e permitindo a formação de novos partidos. A medida pretendia enfraquecer o MDB, visto que as divergências internas do partido levaram à formação de várias siglas, que perderam a referência comum de luta. Do desmembramento do MDB surgiram vários partidos de oposição. O PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) foi o que mais atraiu as lideranças do antigo MDB, como o deputado Ulysses Guimarães. O PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e o PDT (Partido Democrático Trabalhista) buscavam manter a bandeira trabalhista e populista dos tempos de Vargas. O PT (Partido dos Trabalhadores) foi fundado em fevereiro de 1980 por lideranças sindicais ligadas à luta operária no ABC Paulista, como Luiz Inácio Lula da Silva. Ainda existia o PP (Partido Popular), fundado pelo senador Tancredo Neves, que, posteriormente, migraria para o PMDB. O ARENA permaneceu mais coeso ao formar o PDS (Partido Democrático Social).

O presidente Figueiredo ainda enfrentou a resistência da Linha Dura, promovida principalmente por meio de atentados, como o ocorrido no Riocentro, em 1981, durante um *show* comemorativo do Dia do Trabalho. O vínculo dos militares com o episódio ficou explícito com a explosão de uma bomba dentro de um automóvel parado nas imediações do centro de convenções, no qual estavam dois membros das Forças Armadas, provavelmente preparando o artefato para a ação terrorista. A ausência de uma ampla investigação do episódio levou à renúncia do chefe de gabinete do presidente, o general Golbery do Couto e Silva, importante articulador da abertura do regime desde o mandato do presidente Geisel, que se mostrou inconformado com a postura passiva das Forças Armadas e do governo diante dos abusos da Linha Dura.

Em 1982, foram realizadas eleições diretas para governador no país, após 17 anos, sendo que a oposição foi vitoriosa em vários estados. No mesmo pleito, foram eleitos prefeitos, senadores e deputados. O caminho para a abertura levou ao entusiasmo os deputados de oposição no Congresso, que iniciaram uma luta para a realização de eleições diretas para a Presidência da República. Era a chamada campanha "Diretas Já!". Durante o ano de 1984, o Brasil assistiu a vários comícios coordenados pelas lideranças dos partidos de esquerda, reunindo milhares de pessoas que desejavam a aprovação da Emenda Constitucional Dante de Oliveira, que garantiria, mediante sua aprovação no Congresso, as eleições diretas para o principal cargo do Executivo. Apesar de toda a mobilização da sociedade, a emenda foi rejeitada em 25 de abril de 1984 devido à atuação do PDS, que inviabilizou a vitória da oposição.



Arquivo da Agência Brasil / Creative Commons

Movimento em defesa das "Diretas Já!". A imagem ressalta a capacidade mobilizatória do movimento e os anseios democráticos que ganhavam cada vez mais força no país.

CONHEÇA A HISTÓRIA DO MOVIMENTO PELA ANISTIA NO BRASIL

A palavra "anistia" ganharia espaço inesperado no ano de 1976: no velório de João Goulart em sua cidade Natal, São Borja (RS). Apesar de todos os cuidados tomados pelos militares com a possível repercussão política da morte do presidente deposto – que temiam uma comoção popular como acontecera no enterro de Juscelino Kubitschek – a filha de Jango, Denise Goulart, colocou uma faixa com a inscrição "anistia" em letras vermelhas no caixão do pai e a palavra estampou a capa do Jornal do Brasil no dia seguinte, conforme registrou o jornalista Elio Gaspari em seu livro *A Ditadura Encurralada*.

Em 1977, ano marcado pela volta das manifestações estudantis, o movimento pela anistia ganha expressão nacional com a organização dos Comitês Brasileiros pela Anistia e a adesão de diferentes organizações à causa, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A causa ganha a adesão dos sindicatos que desafiavam o regime com greves que reuniam milhares de trabalhadores na região do ABC paulista no final de 1978. Em 1979, com o projeto da Lei de Anistia apresentado pelo presidente ao Congresso e a atuação do senador Teotônio Vilela, os presos políticos iniciam uma greve de fome nacional em todos os presídios que duraria um mês (22 de julho a 22 de agosto), e coincide com a votação no Congresso. No dia 28 de agosto de 1979, deputados e senadores votam e aprovam a proposta da Ditadura Militar.

GUIBU, Fábio; ROCHA, Graciliano. Conheça a História do movimento pela anistia no Brasil. *EBC*, 28 ago. 2018. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/08/conheca-a-historia-do-movimento-pela-anistia>>. Acesso em: 25 maio 2018. [Fragmento]

LEI N. 6 683 – DE 28 DE AGOSTO DE 1979 – LEI DA ANISTIA

Concede anistia e dá outras providências.

O presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos servidores dos poderes Legislativo e Judiciário, aos militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares (vetado).

§ 1º - Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.

§ 2º - Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal.

§ 3º - Terá direito à reversão ao Serviço Público a esposa do militar demitido por Ato Institucional, que foi obrigada a pedir exoneração do respectivo cargo, para poder habilitar-se ao montepio militar, obedecidas as exigências do art. 3º.

[...]

BRASIL. *Lei n. 6 683, de 28 de agosto de 1979 – Lei da Anistia. Concede anistia e dá outras providências.* Brasília, 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm>. Acesso em: 27 maio 2015.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



- 01.** (UFMG) Considerando-se os fatores que contribuíram para a longevidade do Regime Militar no Brasil, é correto afirmar que foi de grande relevância
- a combinação entre a ordem constitucional, amparada pela Constituição de 1967, e a arbitrariedade, expressa em sucessivos Atos Institucionais.
 - a manutenção de um sistema político representativo, com eleições indiretas em todos os níveis, exceto para a Presidência da República.
 - o desenvolvimento econômico-social do país, acompanhado de um constante crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).
 - o rodízio de lideranças políticas entre as Forças Armadas, por meio de eleições indiretas no âmbito do Comando Supremo da Revolução.

- 02.** (PUC-SP) Os anos 70, que se iniciaram em 1969, foram terríveis. Todo mundo parecia apoiar a ditadura. Os brasileiros começaram a década torcendo pelo Brasil na Copa, 90 milhões em ação, unidos em torno da excelente seleção, que levou o tricampeonato. A vitória deu grande prestígio a Emílio Garrastazu Médici, o militar de plantão no governo. O plano econômico, apelidado de "milagre brasileiro", além de enriquecer ainda mais a burguesia, propiciou a expansão da classe média e elevou os padrões de consumo de muitas famílias: eletrodomésticos, um carro, o segundo carro, financiamentos da casa própria pelo Banco Nacional da Habitação, o BNH. Mas, principalmente, o começo dos anos 70 marca o início da era da televisão no Brasil.

KEHL, Maria Rita. As duas décadas dos anos 70. In: *Anos 70: trajetórias*. São Paulo: Iluminuras, 2006. p. 32 (Adaptação).

O texto faz um balanço da década de 1970 no Brasil e destaca, entre outros aspectos, o

- aumento da carestia, o avanço do populismo e a explosão no consumo de bens de primeira necessidade.
 - surgimento da indústria automobilística, a vitória eleitoral dos militares e a forte repressão à oposição institucional.
 - aumento da prática de esportes, a militarização do cotidiano e o declínio do Regime Militar.
 - surgimento do sonho da casa própria, a superação da hiperinflação e a plena democratização do país.
 - aumento das desigualdades sociais, o avanço da cultura de massa e o autoritarismo político.
- 03.** (Unicamp-SP) O movimento pelas "Diretas Já!" provocou uma das maiores mobilizações populares na história recente do Brasil, tendo contado com a cobertura nos principais jornais do país.

Assinale a alternativa correta.

- O movimento pelas "Diretas Já!", baseado na emenda constitucional proposta pelo deputado Dante de Oliveira, exigia a antecipação das eleições gerais para deputados, senadores, governadores e prefeitos.
 - O fato de que os protestos populares pelas "Diretas Já!" pudessem ser veiculados nas páginas dos jornais indica que o governo vigente, ao evitar censurar a imprensa, mostrava-se favorável às eleições diretas para presidente.
 - O movimento pelas "Diretas Já!" exigia que as eleições presidenciais de 1985 ocorressem não de forma indireta, via Colégio Eleitoral, mas de forma direta por meio do voto popular.
 - As manifestações populares pelas "Diretas Já!" consistiram nas primeiras marchas e protestos civis no espaço público desde a instituição do AI-5, em dezembro de 1968.
- 04.** (UFTM-MG) O refrão "Um, dois, três, quatro, cinco, mil, queremos eleger o presidente do Brasil!" foi entoado nos vários comícios do movimento "Diretas Já!", iniciado em fins de 1983 e que tomou conta das ruas do país em 1984.

Sobre esse movimento, é correto afirmar que

- resultou na eleição do presidente Fernando Collor de Mello, que não chegou a terminar o seu mandato.
- preocupou os militares, que tentaram acalmar os ânimos por meio da lei que anistiou os presos políticos.
- renovou o cenário político nacional, pois foi a causa do surgimento de novos partidos e lideranças políticas.
- contou com o apoio do Presidente Figueiredo, que autorizou a realização dos comícios e retirou o exército das ruas.
- terminou por não atingir seus objetivos, pois não se obtiveram os votos necessários para alterar a Constituição, então em vigor.

- 05.** (CEFET-MG-2016)



Charge de Anibal Bendati publicada originalmente no Jornal *Kronika* na década de 1980. Disponível em: <<http://grafar.blogspot.br/2009/08/tributo-anibal-bendati-1931-2009.html>>. Acesso em: 23 set. 2015.

A charge representa um contexto marcado pelo(a)

- A) intensificação da repressão após a criação do Ato Institucional nº 5.
- B) avanço das lutas pela redemocratização do Brasil no final do Regime Militar.
- C) crescimento do apoio ao regime presidencialista durante o governo João Goulart.
- D) ampliação da oposição ao presidente Collor ao longo do seu processo de *impeachment*.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



01. (CEFET-MG-2017) Analise a charge.



Disponível em: <<http://latuffcartoons.files.wordpress.com/2012/06/>>. Acesso em: 16 set. 2016.

A charge do cartunista faz referência à Lei da Anistia, em vigência desde 1979, ao

- A) criticar os privilégios de aposentadoria do Alto Comando Militar brasileiro.
- B) condenar a violência praticada pelo Exército no combate ao tráfico de drogas.
- C) denunciar a impunidade dos militares pelo desrespeito aos Direitos Humanos.
- D) repreender as Forças Armadas pela negligência da defesa das fronteiras nacionais.

02. (FGV) Leia a notícia.



O projeto de lei que cria a Comissão da Verdade foi aprovado hoje (26) no Senado, com apoio unânime dos senadores. Com a presença da ministra de Direitos Humanos, Maria do Rosário, e de parentes de vítimas da Ditadura Militar, o parecer favorável ao projeto foi lido pelo relator [...].

JUNGMANN, Mariana. *Senado aprova criação da Comissão da Verdade para apurar crimes do Estado entre 1946 e 1988*. Disponível em: <agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 26 out. 2011.

Em geral, foram vítimas da Ditadura Militar (1964-1985) as pessoas que resistiram ao regime de exceção. Entre as formas de resistência, podem ser apontadas

- A) a programação das principais redes de rádio e de televisão e a ação dos governos dos estados nordestinos nas mãos do MDB.
- B) as greves operárias organizadas pelos sindicatos paulistas no início da década de 1970 e as posições progressistas da Escola Superior de Guerra.
- C) a ação das principais entidades empresariais – como a FIESP – e a missão pastoral dos religiosos neopentecostais.
- D) a oposição parlamentar do MDB e a atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), vinculadas à Igreja Católica.
- E) a posição do bloco nacionalista da ARENA e a luta armada comandada pelo Partido Comunista Brasileiro.

Nos gráficos, estão indicadas mudanças que afetaram a sociedade brasileira em um período que inclui os Governos Militares (1964-1985) e o restabelecimento do regime democrático de 1985 aos dias de hoje.

Analisando o primeiro e o segundo gráficos, conclui-se que os Governos Militares favoreceram, respectivamente, a ocorrência de

- A) redução da pobreza e estabilização do *deficit* público.
- B) diminuição do poder aquisitivo e incremento da dívida externa.
- C) crescimento da riqueza nacional e elevação da concentração de renda.
- D) expansão do desenvolvimento econômico e elevação da remuneração salarial.

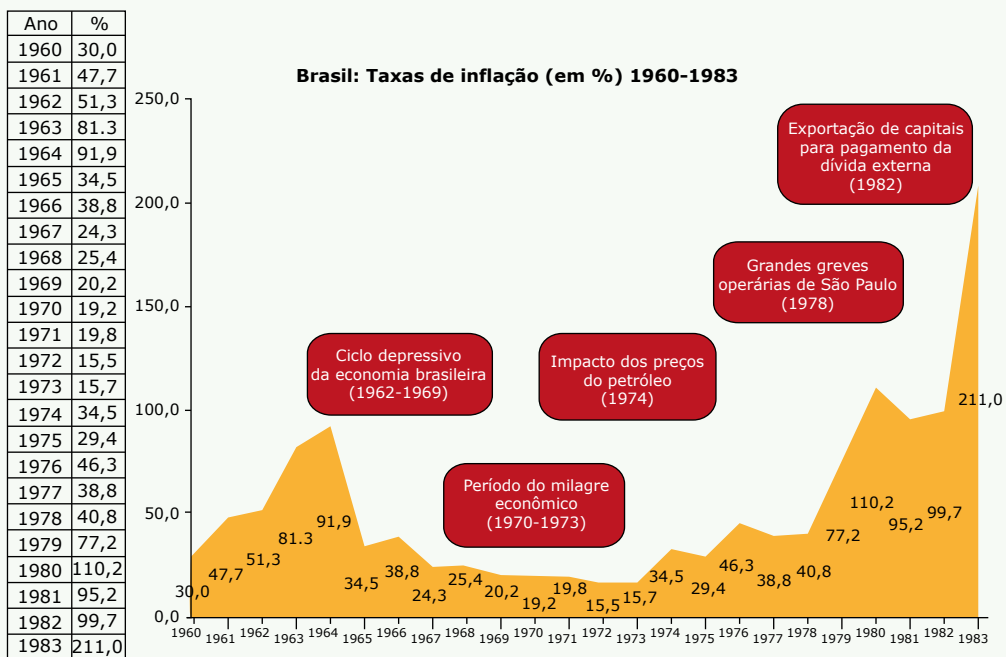
- 06.** (UFC-CE) É preciso dizer que o que ocorreu comigo não é exceção, é regra. Raros os presos políticos brasileiros que não sofreram torturas. Muitos, como Schael Schreiber e Virgílio Gomes da Silva, morreram na sala de torturas. Outros ficaram surdos, estéreis ou com outros defeitos físicos.

FREI BETO. *Batismo de sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella*. 14. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

A partir desse trecho do depoimento de frei Tito de Alencar, escrito na prisão, em 1970, assinale a alternativa correta sobre a situação dos direitos humanos no decorrer da Ditadura instalada no Brasil em 1964.

- A) Os governos estabelecidos depois de 1964 conseguiram provar que os que morreram na prisão já estavam doentes e não aceitavam o tratamento médico oferecido.
- B) A tortura realizada nas delegacias de polícia era uma exceção, na medida em que havia a publicação de reportagens na imprensa com o objetivo de defender os direitos humanos.
- C) A tortura de presos começou a ser utilizada no Brasil a partir de 1972 e foi abolida com o movimento em torno da Anistia em 1979, em sintonia com os movimentos pelos direitos humanos.
- D) A coerção em torno dos meios de comunicação e a tortura em presos políticos eram meios utilizados pelo regime de 1964 para reprimir movimentos e opiniões divergentes da ideologia oficial.
- E) A repressão aos meios de comunicação se realizou a partir do governo do presidente Médici, momento em que se inaugura a prática da tortura para obter depoimentos de subversivos.

- 07.** (UEMG)



LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

Considerando os dados apresentados na ilustração anterior e seus conhecimentos sobre o período da história do Brasil abordado, é correto afirmar que

- A) o período do governo de João Goulart foi marcado por uma queda sensível das taxas de inflação, em função da estabilidade política e econômica do país, conseguida com a instauração do Parlamentarismo e do Plano Trienal.
- B) com a instalação do Regime Militar no Brasil, observou-se uma queda vertiginosa da inflação em relação ao final do período populista, e isso foi possível graças ao abandono do liberalismo econômico e ao consequente aumento da presença do Estado na economia do país.
- C) o período em que são observadas as mais baixas taxas de inflação do país, conforme mostra a tabela, ocorreu durante o chamado milagre econômico, que se baseou em uma política de controle da remessa de lucros, aliada a um grande programa de obras públicas financiadas com capital nacional.
- D) o retorno do crescimento da inflação, a partir de 1974, está ligado à alta dos preços do petróleo, já que a industrialização brasileira começou a ficar estrangulada, pois uma parte significativa do crescimento econômico estava ligada às montadoras de veículos ou era abastecida por derivados do petróleo.

- 08.** (UERJ) A vontade de mudar o nome do antigo Colégio Estadual Presidente Emílio Garrastazu Médici, em Salvador, não aconteceu por conta da efeméride dos 50 anos do golpe militar. Segundo a diretora Aldair Almeida Dantas, essa era uma insatisfação antiga da comunidade. “A novidade foi a convergência de intenções e a coincidência com esse período de resgate histórico”, disse a diretora do, agora, Colégio Estadual do Stiep Carlos Marighella. Um colegiado escolar, formado pelos funcionários, professores, pais de alunos e pela comunidade, entendeu que o lançamento de muitos candidatos ao novo nome criaria confusão. Por isso surgiu a ideia de encontrar apenas dois que fossem baianos e representassem o combate ao regime militar. Os nomes do guerrilheiro Carlos Marighella e do geógrafo Milton Santos foram os escolhidos. “Ambos são da Bahia. Cada um tentou lutar contra a imposição do regime”, analisa Aldair.

Disponível em: <educacao.uol.com.br>.

Acesso em: 15 abr. 2014 (Adaptação).

A escolha de nomes de logradouros e de edificações pode representar uma homenagem em determinada época, assim como a mudança desses nomes pode indicar transformações históricas, simbolizando novas demandas da sociedade.

A situação apresentada na reportagem exemplifica, para a sociedade brasileira atual, um contexto político associado à(ao)

- A) crítica da opinião pública às heranças autoritárias.
- B) revalorização da memória dos governos ditatoriais.
- C) reforço da gestão democrática de empresas estatais.
- D) renovação de critérios de escolha de heróis nacionais.

09. (FMP-RJ-2016)

Lei de Anistia (1979)

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.

[...]

§ 2º – Excetua-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal.

BRASIL. Lei nº 6 683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. Brasília, DF, 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm>. Acesso em: 14 abr. 2015.

A Lei de Anistia foi promulgada pelo governo federal, em 1979, após uma campanha nacional que aglutinou diversos grupos sociais e instituições da sociedade civil organizada em torno da bandeira da Anistia “Ampla, Geral e Irrestrita”.

No entanto, a interpretação dos trechos da lei reproduzidos anteriormente, em consonância com o entendimento do Judiciário, evidencia que a anistia foi restrita, entre outros motivos, porque

- A) relevou os crimes de membros da linha dura, mas manteve a possibilidade de suspender direitos políticos de opositores do regime entre 1979 e 1985.
- B) acobertou os grupos de extermínio formados durante a ditadura, mas privou de indulto os trabalhadores que participaram de greves antes de 1979.
- C) perdoou aos torturadores, mas excluiu alguns guerrilheiros torturados e condenados por assaltar bancos.
- D) absolveu os agentes da repressão condenados por “terrorismo de Estado”, mas descartou a concessão de anistia a terroristas de esquerda.
- E) beneficiou os comunistas, mas ignorou a situação dos presos políticos condenados durante os turbulentos anos do governo Goulart.

10. (FEPECS-DF) Observe o demonstrativo sobre a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) – 1964 / 1973:

1964	2,9%
1965	2,7%
1966	3,8%
1967	4,8%
1968	11,2%
1969	10%
1970	8,8%
1971	13,3%
1972	11,7%
1973	14%

ALVES, Maria Helena M. *Estado e oposição no Brasil* (1964-1984). 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 145.

Analisando-se os dados da tabela anterior, pode-se evidenciar o grande crescimento do PIB brasileiro após o início do Regime Militar a partir de 1964. Esse processo gerou o chamado milagre econômico brasileiro. A partir da relação direta entre o milagre econômico e a conjuntura internacional do período, pode-se afirmar que a economia brasileira entre 1968 e 1971 se caracterizou:

- pelo nacionalismo do Regime Militar, que impedia a participação do capital estrangeiro no Brasil através do fechamento do nosso mercado aos interesses econômicos estadunidenses.
- pelo forte fluxo de capital estrangeiro no Brasil através de empresas estrangeiras e de empréstimos feitos pelos EUA ao governo brasileiro devido ao clima de Guerra Fria.
- pela presença exclusiva do capital estrangeiro através da política liberal do governo militar que reduzia impostos e liberava créditos com juros baixos.
- pela parceria do capital estrangeiro com o capital privado nacional através da ajuda financeira dos EUA para evitar o avanço comunista no Brasil.
- pela exclusiva participação do capital privado nacional a partir do incentivo fiscal do governo militar brasileiro, que recebia ajuda dos EUA em função da Guerra Fria.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2018)

São Paulo, 10 de janeiro de 1979.

Exmo, Sr. Presidente Ernesto Geisel.

Considerando as instruções dadas por V. S. de que sejam negados os passaportes aos senhores Francisco Julião, Miguel Arraes, Leonel Brizola, Luis Prestes, Paulo Schilling, Gregório Bezerra, Márcio Moreira Alves e Paulo Freire.

Considerando que, desde que nasci, me identifico plenamente com a pele, a cor dos cabelos, a cultura, o sorriso, as aspirações, a história e o sangue destes oito senhores.

Considerando tudo isto, por imperativo de minha consciência, venho por meio desta devolver o passaporte que, negado a eles, me foi concedido pelos órgãos competentes do seu governo.

CARTA do cartunista Henrique de Souza Filho, conhecido como Henfil. In: HENFIL. *Cartas da mãe*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981 (Adaptação).

No referido contexto histórico, a manifestação do cartunista Henfil expressava uma crítica ao(à)

- Censura moral das produções culturais.
- Limite do processo de distensão política.
- Interferência militar de países estrangeiros.
- Representação social das agremiações partidárias.
- Impedimento de eleição das assembleias estaduais.

02. (Enem) A Comissão Nacional da Verdade (CNV) reuniu representantes de comissões estaduais e de várias instituições para apresentar um balanço dos trabalhos feitos e assinar termos de cooperação com quatro organizações. O coordenador da CNV estima que, até o momento, a comissão examinou, “por baixo”, cerca de 30 milhões de páginas de documentos e fez centenas de entrevistas.

Disponível em: <www.jb.com.br>. Acesso em: 02 mar. 2013 (Adaptação).

A notícia descreve uma iniciativa do Estado que resultou da ação de diversos movimentos sociais no Brasil diante de eventos ocorridos entre 1964 e 1988. O objetivo dessa iniciativa é

- anular a anistia concedida aos chefes militares.
- rever as condenações judiciais aos presos políticos.
- perdoar os crimes atribuídos aos militantes esquerdistas.
- comprovar o apoio da sociedade aos golpistas anticomunistas.
- esclarecer as circunstâncias de violações aos direitos humanos.

03. (Enem)

A gente não sabemos escolher presidente
 A gente não sabemos tomar conta da gente
 A gente não sabemos nem escovar os dentes
 Tem gringo pensando que nós é indigente
 Inútil
 A gente somos inútil

MOREIRA, R. Inútil. 1983. [Fragmento]

O fragmento integra a letra de uma canção gravada em momento de intensa mobilização política. A canção foi censurada por estar associada

- A) ao *rock* nacional, que sofreu limitações desde o início da Ditadura Militar.
 B) a uma crítica ao regime ditatorial que, mesmo em sua fase final, impedia a escolha popular do presidente.
 C) à falta de conteúdo relevante, pois o Estado buscava, naquele contexto, a conscientização da sociedade por meio da música.
 D) à dominação cultural dos Estados Unidos da América sobre a sociedade brasileira, que o Regime Militar pretendia esconder.
 E) à alusão à baixa escolaridade e à falta de consciência política do povo brasileiro.

GABARITO**Aprendizagem**

- 01. A
- 02. E
- 03. C
- 04. E
- 05. B

Propostos

- 01. C
- 02. D
- 03. C
- 04. C
- 05. C
- 06. D
- 07. D
- 08. A
- 09. C
- 10. B

Seção Enem

- 01. B
- 02. E
- 03. B

Meu aproveitamento 

Acertei _____ Errei _____

Acertei _____ Errei _____

Acertei _____ Errei _____



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Nova República

TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA

Apesar de derrotada, a campanha “Diretas Já!” possibilitou uma articulação da oposição com o governo para as eleições indiretas que decidiriam o novo presidente do país. O PMDB lançou uma das lideranças, Tancredo Neves, governador de Minas Gerais, que obteve destaque na luta pelas Diretas. A sua vitória foi facilitada pela dissidência surgida dentro do PDS, quando o partido lançou Paulo Maluf como candidato à Presidência. Algumas lideranças do partido não aceitavam a candidatura de Maluf e formaram a Frente Liberal, posteriormente PFL, que decidiu apoiar Tancredo Neves mediante participação na chapa que disputaria a Presidência. Assim, o senador José Sarney, antigo membro do PDS, assumiu a condição de vice de Tancredo. A aliança política garantiu a fácil vitória da oposição no dia 15 de janeiro de 1985, quando Tancredo Neves foi eleito presidente.

O processo eleitoral se destacou pela ausência de um candidato militar, ao contrário do que ocorria no período ditatorial. Os militares, de maneira silenciosa, retornavam aos quartéis, em um cenário de crise econômica, que transformaria a década de 1980 na chamada “década perdida”. Essa expressão busca designar as mazelas econômicas vividas na América Latina, que foram superadas apenas no início dos anos 1990. Inclui-se na lista dos problemas econômicos a gigantesca dívida externa, o elevado índice inflacionário, o baixo crescimento econômico, quando comparado com a década de 1970, e a incapacidade do setor público de encontrar alternativas para a solução das dificuldades apresentadas.

A transição para a democracia apresentou, ainda, mais um capítulo dramático: o candidato vitorioso foi internado com graves problemas de saúde na véspera da posse, assumindo a Presidência o vice José Sarney. Tancredo Neves passou por várias cirurgias nos 38 dias de internação, vindo a falecer em 21 de abril de 1985.

GOVERNO JOSÉ SARNEY (1985-1990)

O primeiro ano do governo de Sarney foi dificultado pelo cenário político de transição, após décadas de autoritarismo militar, somado ao difícil e demorado desfecho dos problemas de saúde vividos pelo então presidente Tancredo Neves. A situação econômica se agravava com o descontrole financeiro, a gigantesca inflação e o enorme *deficit* público.

A tentativa de solução veio no dia 1º de março de 1986, com o **Plano Cruzado**, nome originado da nova moeda que o país teria a partir daquele instante. Iniciava-se o período dos planos econômicos no Brasil. O projeto do ministro Dílson Funaro consistia em combater a inflação artificialmente por meio do tabelamento dos preços dos produtos. O objetivo era reduzir a inflação sem gerar recessão econômica. O Plano Cruzado também estabeleceu o congelamento de salários e a criação do gatilho salarial, ou seja, a elevação automática do salário quando a inflação atingisse 20%. Dentro de uma classificação econômica, as propostas do ministro Dílson Funaro se enquadravam em um tipo de Plano Heterodoxo, ou seja, distantes das medidas tradicionais de combate à inflação, como a redução dos gastos públicos e o combate ao consumo por meio da elevação da taxa de juros (Plano Ortodoxo). Nos primeiros meses do Plano, o país viveu uma enorme euforia, já que o fluxo monetário se mantinha elevado com a emissão de moeda realizada pelo governo para o pagamento de seus compromissos ao mesmo tempo que o preço dos produtos não poderia ser elevado. Com a finalidade de garantir o sucesso econômico, o presidente convidou a sociedade a vigiar os abusos cometidos com o aumento de preços, criando uma leva de simpatizantes do Plano que passaram a ser conhecidos como os “fiscais do Sarney”. O reflexo político foi a vitória fulminante do PMDB nas eleições para governador em novembro de 1986, que conseguiu vencer em 22 dos 23 estados.



Bóton utilizado durante o período de euforia popular com o Plano Cruzado. A figura do fiscal do Sarney expressou o assentimento e a adesão de parcela da sociedade ao combate à espiral inflacionária.

Nessa época, o Plano Cruzado dava os seus primeiros sinais de fragilidade. Como o preço tabelado não correspondia à realidade econômica, começou a faltar mercadorias nos principais locais de venda, uma vez que os fornecedores não queriam vender o produto pelos preços definidos pelo governo.

Criou-se o conceito do *ágio*: para realizar uma compra, os consumidores eram obrigados a pagar uma taxa além do valor tabelado, ou seja, na prática, a inflação já havia voltado a ocorrer na economia brasileira. O governo tentou corrigir o *deficit* apresentado por meio de outros planos, como o Cruzado II, em novembro de 1986; o Plano Bresser, em junho de 1987; e o Plano Verão, em 1989, não conseguindo, porém, combater a inflação, que atingiu 1 764% no último ano do Governo Sarney. O fracasso econômico levou o presidente a decretar a moratória da dívida externa. O reflexo dessa medida foi o agravamento da crise interna, com a diminuta confiança internacional na economia brasileira e a consequente redução do fluxo de capital externo para o país.

Constituição de 1988

Um dos marcos do Governo Sarney foi a convocação de uma Assembleia Constituinte instalada em fevereiro de 1987. Após um longo debate, coordenado pelos políticos do PMDB – partido que tinha maioria na Câmara –, a Constituição foi promulgada em outubro de 1988. Conhecida como Constituição Cidadã, a nova Carta apresentou, como novidade, a inclusão de várias garantias aos brasileiros, as quais haviam sido deixadas de fora nas Cartas anteriores.

O direito de voto foi estendido aos jovens de 16 anos e aos analfabetos, sendo facultativo para os dois grupos. As prerrogativas democráticas, como eleições diretas, liberdade de expressão, pluripartidarismo, direito à greve, liberdade sindical, *habeas corpus*, estavam garantidas, além de haver uma preocupação com a assistência social por parte do Estado brasileiro. Foram realizadas críticas à Carta de 1988 devido à sua amplitude legislativa, uma vez que tal documento aspirava legislar a respeito de temas que normalmente não cabem a uma Constituição, como a política de taxa de juros definida pelo governo.



Exemplar da Constituição de 1988 – A nova Carta representou a consolidação da nova ordem democrática.

Sucessão presidencial

Conforme previsto na nova Constituição, o Brasil teria eleições diretas para presidente em 1989, a primeira em 29 anos. Concorreram ao cargo 24 candidatos.

Entre os políticos que pleitearam a Presidência, destacam-se Ulysses Guimarães, do PMDB, Mário Covas, do PSDB, Paulo Maluf, do PDS, Leonel Brizola, do PDT, Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, e Fernando Collor de Mello, do PRN. A campanha eleitoral foi acirrada e democrática. Collor e Lula foram os vitoriosos para concorrerem no segundo turno.

Collor representava um novo partido político, PRN (Partido da Reconstrução Nacional), que se sintonizava com um projeto econômico neoliberal considerado capaz de introduzir o país na chamada economia globalizada – uma proposta que se consolidava no mundo em um cenário de crise do socialismo. Prometendo defender os chamados “descamisados”, o jovem político de Alagoas vinculava sua imagem à de um político inovador e capaz de combater as mazelas brasileiras, como a fome e a corrupção. Chamado de “Caçador de Marajás”, o governador alagoano recebia apoio dos setores empresariais, principalmente dos meios de comunicação conservadores.

Já o candidato do PT, conhecido pela sua luta no movimento sindical no final da década de 1970, buscava atrair os votos dos grupos insatisfeitos com os rumos econômicos do Brasil e que desejavam uma ruptura da hegemonia da direita, que estava no controle do país nas últimas décadas. Lula contava com o apoio da massa de trabalhadores, dos setores acadêmicos e, durante o segundo turno, de praticamente toda a esquerda brasileira. A vitória de Collor foi obtida em 17 de dezembro de 1989, com 53,03% dos votos válidos contra 46,97% de Lula. A eleição de Collor foi garantida por meio do apoio de uma parcela da classe média, que temia o destino do país nas mãos de um governo de esquerda, e pela maneira agressiva como a campanha de Collor conduziu as propagandas no horário eleitoral, fazendo acusações impertinentes sobre a vida particular do candidato do PT e contando com o respaldo da mídia. A década de 1990 começou, então, com a esperança em torno de um novo governo democraticamente eleito.

GOVERNO COLLOR (1990-1992)



O novo governo assumiu o poder carregando a esperança de milhões de brasileiros na redução da acelerada inflação que corroía a economia do país. O início dessa luta veio com o chamado Plano Collor, divulgado logo depois da posse do presidente, seguindo alguns fundamentos do Plano Cruzado, porém de forma a tentar evitar os erros de 1986. O novo plano repetiu a forma de modificação da moeda, que retornou ao cruzeiro, estabeleceu o congelamento dos preços e impediu o deslocamento dos recursos de conta corrente para consumo, por meio da proibição de saques de valores acima de 50 000 cruzeiros, durante 18 meses. Para evitar a emissão de moeda, o governo tentou controlar os gastos públicos, reduzindo a máquina estatal por meio de demissões e privatizações. A facilitação nas importações garantiria o acesso a produtos que pudessem faltar na economia, caso algum setor retirasse o produto de circulação para pressionar o aumento de preços.



A capa da revista *Veja*, de 21 de março de 1990, demonstra como foi impactante para a sociedade o decreto do Plano Collor.

O Plano, elaborado sob a chefia da economista Zélia Cardoso de Mello, obteve um relativo sucesso no combate à inflação nos primeiros meses, principalmente em virtude da ausência de recursos financeiros circulantes. A esperança em solucionar os problemas econômicos do Brasil fez com que quase todos os setores da sociedade aceitassem o arrocho financeiro. As consequências foram danosas para muitas pessoas que mantinham suas reservas na caderneta de poupança e perceberam que estavam sem o dinheiro que haviam economizado. A indústria e o comércio também foram prejudicados, enfrentando uma grande recessão, já que não existia um amplo mercado por falta de recursos dos consumidores. Meses após o lançamento do Plano, começava a ficar evidente que o remédio doloroso do confisco não fazia efeito. Em janeiro de 1991, o governo lançava uma nova tentativa frustrante de combater a inflação por meio do Plano Collor II.

No âmbito internacional, o Brasil oficializou, em 26 de março de 1991, a criação do Mercosul (Mercado Comum do Sul), com a participação de Argentina, Paraguai e Uruguai. A política de globalização do governo estava associada a um enorme esforço em seguir a cartilha econômica dos organismos internacionais, em especial a do chamado Consenso de Washington, que inseria o Brasil no universo do neoliberalismo. Importações, privatizações, redução dos gastos públicos eram tratadas como regras para a modernização do país. Também, o estilo de vida do presidente – as constantes corridas matinais nas redondezas de sua residência em Brasília, sempre vestindo camisetas com dizeres otimistas e ufanistas – era associado a esse novo momento que se pretendia para o país.

Impeachment

No final de 1991, o presidente Collor recebeu várias denúncias de corrupção em seu governo. A principal acusação partiu do seu próprio irmão, Pedro Collor, que informou à revista *Veja* que o presidente permitia a existência de uma rede de influência chefiada pelo ex-tesoureiro de sua campanha, o empresário Paulo César Farias.

A denúncia tratava do chamado “Esquema PC”, que funcionava mediante favores governamentais concedidos a empresários que, por sua vez, depositavam recursos financeiros no exterior para os participantes do esquema. Voltando para o Brasil, esse dinheiro era utilizado para pagar os gastos particulares de membros do governo, de PC Farias e até da família do presidente, como uso de correntistas fictícios (contas fantasmas).

A denúncia levou à abertura de uma CPI no Congresso, que sugeriu o afastamento do presidente. A desilusão com o governo, somada aos protestos da população, principalmente dos jovens estudantes apelidados de “caras-pintadas”, favoreceu a votação pela possibilidade do *impeachment* do presidente da República, no dia 29 de setembro de 1992. Fernando Collor renunciou meses depois para evitar a cassação de seu mandato, um ato inócuo, já que o Senado não aceitou sua renúncia e o cassou em uma sessão em 29 de dezembro de 1992. Collor perdeu seus direitos políticos por oito anos e o vice-presidente, Itamar Franco, cumpriu o mandato até o final de 1994.



Repercussão na imprensa após o impeachment de Collor. Com uma base política restrita, medidas econômicas impopulares, inflação em níveis elevados e denúncias de corrupção, Collor, isolado politicamente, não conseguiu manter-se no poder.

GOVERNO ITAMAR FRANCO (1992-1994)



Muitos dos problemas econômicos do país ainda não haviam sido solucionados quando Itamar Franco assumiu a Presidência. A necessidade de combater a inflação e de gerar crescimento econômico tomou conta dos meses iniciais do governo, que contava com substancial apoio do PSDB, partido criado ainda na década de 1980 como uma dissidência do PMDB.

Esse apoio possibilitou a entrada de Fernando Henrique Cardoso, sociólogo e acadêmico, na direção do Ministério da Fazenda, criando um novo plano para combater a inflação.

O projeto passou a ser conhecido como Plano Real. Seu objetivo era reduzir a persistente inflação por meio de um novo padrão monetário que estaria atrelado ao dólar. A chamada URV (Unidade Real de Valor) transformou-se em elemento de conversão monetária estável, que, após alguns meses, foi transformado em uma nova moeda: o real. Com isso, a inflação foi automaticamente reduzida, já que a política de câmbio fixo mantinha a moeda com o preço atrelado ao dólar. Quando ocorria algum tipo de especulação que levasse ao aumento do preço da moeda estadunidense, o Banco Central vendia dólares de sua reserva para controlar o aumento súbito. Assim, a vinculação da economia a uma moeda forte reduzia a inflação.

Raio X – O Brasil de 1990 a 1994

Indicador	1990	1994
Renda mensal dos 5% mais pobres cai cerca de 50%	R\$ 26	R\$ 14
Desemprego aumenta em mais de 50%	9,6%	14,2%
Diminui porcentagem de carentes em educação básica	54,2%	46,8%
Cresce número de famílias chefiadas por mulheres	17,3%	19,6%
Cresce número de famílias com convênio médico	49,0%	52,8%
Diminui número médio de pessoas por núcleo familiar	3,9%	3,7%
Aumenta parcela de família sem filhos	21,8%	24,2%
Procura por igreja ou associação religiosa aumenta mais que 100%	16,0%	34,3%
Cai interesse por partidos e entidades políticas	23,1%	11,8%

O sucesso do plano só foi possível pelo controle dos gastos públicos, ao fluxo de capital estrangeiro, obtido pelos setores públicos e privados, e a um crescimento da economia nacional, que permitia uma boa arrecadação pelo governo brasileiro. Os aspectos negativos foram o aumento dos gastos com importações, devido ao baixo valor do dólar, gerando problemas estruturais na balança comercial brasileira, e a dependência do cenário econômico internacional, que poderia provocar a redução da vinda de recursos para a nossa economia, como ocorreu durante as crises do México e dos Tigres Asiáticos, na década de 1990. A solução encontrada nesses momentos foi a elevação da taxa de juros para atrair o capital de risco para o Brasil, o que acarretou um expressivo aumento da dívida pública do país.

O Governo Itamar Franco também foi marcado pela confirmação do presidencialismo como forma de governo, em um plebiscito ocorrido em 21 de abril de 1993, previsto na Constituição de 1988. Quanto à sucessão presidencial, o ministro Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente da República ainda no primeiro turno, como consequência do sucesso do Plano Real, derrotando a oposição liderada pelo PT, representada por Luiz Inácio Lula da Silva.

GOVERNO FERNANDO HENRIQUE (1995-2002)



Os oito anos de governo de Fernando Henrique Cardoso foram marcados pelo esforço governamental em manter o controle da inflação por meio da defesa dos fundamentos do Plano Real. A busca de uma política econômica austera que evitasse os gastos públicos além da capacidade orçamentária, fundamento básico da estabilidade monetária, levou à aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal em 2000, que passou a exigir dos governantes de todas as esferas públicas controle e transparência na gestão dos orçamentos, impondo, inclusive, a punição aos políticos que não tratassem corretamente os bens públicos.

Apesar do esforço do governo em manter o controle do Plano Real, o país teve de assistir à desvalorização da moeda em 1999, no início do segundo mandato do presidente, que visava a regular a economia aos patamares reais da moeda no cenário internacional. A desvalorização provocou um abalo inicial nas empresas que detinham dívidas em dólares, porém possibilitou um aumento gradual das exportações, já que os produtos brasileiros se tornavam mais atraentes no mercado internacional devido ao baixo preço. Ainda no aspecto econômico, o Governo Fernando Henrique foi marcado por um reajuste das instituições bancárias (PROER), que necessitavam de reorganização interna, em virtude do fim da inflação. Alguns bancos faliram e foi necessário que o governo socorresse as instituições com a injeção de recursos públicos para cobrir o prejuízo dos correntistas. Essas medidas sofreram severas críticas por socializarem o prejuízo das grandes instituições bancárias. A política de privatizações foi mantida, podendo-se destacar, nesse aspecto, a venda da companhia Vale do Rio Doce, em 1997, e do Sistema Telebras, no ano seguinte. Anos mais tarde, já no governo Lula, houve denúncias de desvio de dinheiro no que concerne às privatizações destas duas empresas. Ainda como consequência da política neoliberal aprofundada no governo do PSDB, observou-se a tentativa de flexibilização das relações de trabalho, com a criação do emprego temporário e do banco de horas.

Seguindo a cartilha neoliberal, o Governo Fernando Henrique criou diversos programas destinados ao desenvolvimento das ONGs, viabilizando o afastamento do compromisso e do papel do Estado na área social. Sob a perspectiva neoliberal, o Estado não deveria intervir em questões sociais, tendo estas sua resolução pelo próprio desenvolvimento econômico. Essa postura traz em si o perigo da perpetuação de desigualdades históricas.



Protestos contra a privatização do Sistema Telebras. Diversos setores sociais se organizaram procurando reagir à implementação do modelo neoliberal no Governo FHC.

No âmbito social, os dados assinalam uma significativa melhora em alguns indicadores, como educação infantil, acesso a saneamento básico e alimentação. Entretanto, esse cenário não indica uma ampliação da renda do trabalhador, que permaneceu achatada durante todo o Governo Fernando Henrique. O reduzido valor do salário mínimo, fruto da limitação imposta pela Previdência Social, representa, até os dias de hoje, uma das facetas da baixa renda brasileira.

O país também assistiu ao aumento dos conflitos no campo, principalmente depois da atuação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), fundado em 1984, na cidade de Cascavel, no Paraná. Alguns episódios de violência por parte das forças policiais foram denunciados, como o ocorrido em Eldorado dos Carajás, em abril de 1996, que culminou na morte de 19 trabalhadores sem-terra. O último capítulo desse episódio ocorreu em agosto de 1999, quando os oficiais envolvidos no massacre foram absolvidos.



Bandeira do MST, movimento que, com a persistência das mazelas rurais brasileiras e um maior grau de organização e ação, teve forte atuação durante os anos 1990.

A ação radical do MST, por vezes, lembra à nossa sociedade que o Brasil ainda se encontra distante do modelo de modernidade em que acredita estar inserido. A incapacidade governamental de efetuar a reforma agrária e a latente concentração fundiária nos apontam para a permanência de antigas relações de poder, ainda bastante persistentes na realidade vivenciada no campo. A questão agrária, por vezes subestimada por políticos e intelectuais, continua em pauta, e, se ainda está em voga, é porque exige discussões para levar à solução de problemas que emergem dos conflitos sociais. A dificuldade do sistema político brasileiro em solucionar a questão colabora para que o MST se manifeste, muitas vezes, por vias não democráticas.

No final do segundo governo, em meio a denúncias de compra de votos, foi garantida a aprovação de uma Emenda Constitucional que permitia a reeleição. Fernando Henrique também enfrentou uma grave crise no setor energético, fruto das reduzidas chuvas do período e de uma indefinida e ineficaz política pública / privada para o setor. A consequência foi a necessidade de um racionamento e a ameaça de cortes no fornecimento de energia ("apagão"), fato que marcou a vida dos brasileiros em 2001 e provocou um desgaste na imagem do presidente da República e de sua equipe e impôs restrições ao crescimento econômico do país no período. O temor só foi encerrado com as chuvas do verão, no início de 2002.

O transtorno gerado pela crise energética, assim como a saturação provocada por oito anos de governo, a reduzida renda do trabalhador, a ausência de uma considerável taxa de crescimento, as críticas à política neoliberal de FHC, a limitada resolução de problemas sociais e a dependência excessiva do capital externo, impediu o PSDB de eleger seu candidato, José Serra, para a Presidência da República. A vitória foi da esquerda, chefiada por Luiz Inácio Lula da Silva, eleito no segundo turno, com 61% dos votos válidos, em sua quarta tentativa de chegar à Presidência.

GOVERNO LULA (2003-2010)

O Governo Federal, conduzido pelo PT, buscou, nos primeiros meses após a posse de Lula, garantir a manutenção da estabilidade econômica por meio da elevação da taxa de juros, impedindo uma súbita elevação dos preços em um cenário de transição política. O temor especulativo quanto aos rumos a serem tomados pela nova equipe econômica levou à redução do investimento na economia, ocasionando uma ausência de crescimento do país no primeiro ano de governo (2003). A inversão desse cenário foi observada nos primeiros meses de 2004, quando os indicadores econômicos demonstraram um crescimento do PIB superior a 4%, fruto da austeridade econômica mantida pelo ministro da Fazenda, Antônio Palocci, além da limitada e gradual redução da taxa de juros e da retomada dos investimentos.

Nos primeiros meses de governo, o presidente Lula defendeu a necessidade de uma reforma na previdência, aprovada no final de 2003, que objetivava controlar os gastos públicos com aposentadorias a médio e longo prazo, visando a não comprometer o orçamento do governo.

Em fevereiro de 2004, o governo foi envolvido em um escândalo de corrupção, denunciado pela revista *Época*, que apresentou provas de cobrança de propina realizada pelo assessor do ministro José Dirceu, Waldomiro Diniz, a um empresário do jogo do bicho, no Rio de Janeiro, em 2002. O episódio abalou por alguns meses a credibilidade do governo, apenas retomada no segundo semestre, graças ao fim das denúncias, à ausência de provas do envolvimento de José Dirceu no episódio e à retomada do crescimento econômico do país.

Identificado com os setores populares, o Governo Lula, desde o seu início, implantou projetos de caráter social, dos quais dois merecem destaque: Fome Zero e Bolsa Família. Com o Fome Zero, programa que alcançou reconhecimento internacional, o Governo buscou garantir o direito básico de alimentação à população. Isso se deu por meio da ampliação do acesso direto ao alimento para as populações carentes e do fortalecimento da agricultura familiar. Vinculado ao projeto de erradicação da fome, o Bolsa Família teve como objetivo inicial conceder auxílio financeiro a famílias com renda *per capita* inferior ao salário mínimo. A melhoria da renda garantiria maior acesso à educação, à saúde e à alimentação. O impacto desses programas foi notado por meio de um relativo avanço social.

Em um país marcado pela brutal desigualdade social, iniciativas como essas geraram leituras diversas e, por vezes, antagônicas. Assim, as medidas de transferência direta de renda do governo ora são vistas por determinados setores como expressão de um populismo arraigado na política brasileira, ora são apreendidas como uma nova política governamental, na qual questões sociais ocupam um espaço privilegiado.

Os programas, como os citados, chamaram a atenção da opinião pública internacional. O então presidente Lula viajou por várias nações defendendo suas propostas de maior justiça social e alcançou relativa repercussão entre diversas personalidades em todo o planeta.

Internamente, no entanto, o país passou por uma nova crise política; mais uma, em tão poucos anos de abertura democrática. Depois de denúncias feitas por Roberto Jefferson, deputado do PTB pelo Rio de Janeiro, ficou comprovada a existência de um "propinoduto" dentro da Câmara dos Deputados. Congressistas de vários partidos foram acusados de receber do governo uma mesada (o "mensalão") para que determinadas medidas fossem aprovadas.

Foram envolvidos no escândalo, além de deputados de diferentes partidos, membros do Executivo, como José Dirceu, então chefe da Casa Civil. Funcionários do PT, como o tesoureiro Delúbio Soares, também foram incriminados por coordenar o esquema de transferência de dinheiro que envolvia, ainda, o publicitário Marcos Valério. Esse esquema teria se originado na campanha de Eduardo Azeredo (PSDB), então governador de Minas Gerais, tendo depois sido alçado a nível nacional. A CPI do Mensalão, iniciada em julho de 2005, conseguiu a cassação de alguns deputados, bem como a renúncia e o afastamento de outros envolvidos no escândalo. Em 2012, os réus do Mensalão foram julgados e grande parte deles condenada pelo STF (Superior Tribunal Federal). No entanto, a sociedade ainda espera que as sentenças sejam cumpridas.



As denúncias de corrupção ocorridas durante a maior parte do primeiro mandato de Lula, em especial o "mensalão", propiciaram um cenário de forte instabilidade política.

Apesar de abalar a confiança no Partido dos Trabalhadores, o escândalo não prejudicou por completo a imagem do presidente Lula, que alegou desconhecimento dos fatos. Faltando poucos meses para a eleição em 2006, o candidato apareceu nas pesquisas como provável vencedor ainda no primeiro turno.

O ano de 2006 também foi marcado por uma onda de violência organizada, que evidenciou a fraqueza do Estado em garantir a segurança de seus habitantes. Inconformada com a decisão do governo do estado de São Paulo de isolar grandes líderes que haviam sido presos, a facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital) organizou uma série de violentos ataques a partir de 12 de maio. As ações, que visavam a atacar policiais e agentes penitenciários, espalharam-se pelo interior do estado. Logo nos primeiros dias de confronto entre a polícia e os criminosos, foram registradas 35 mortes, entre policiais civis, militares, integrantes de guardas metropolitanas e agentes de segurança de penitenciárias, além do registro de 14 suspeitos de participarem dos ataques.

As eleições de 2006 confirmaram a vitória do presidente Lula sobre o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin. Apesar de desgastada e sob forte crítica de setores conservadores da imprensa, a popularidade do presidente foi suficiente para lhe garantir mais um mandato, após vitória no segundo turno.

O início do segundo mandato de Lula foi marcado por acontecimentos que abalaram o país. No campo da política, investigações da Polícia Federal e denúncias feitas pela imprensa acusaram o presidente do Senado, Renan Calheiros, do PMDB de Alagoas, de receber dinheiro de empreiteiras para pagar despesas de uma jornalista com a qual havia tido uma filha fora do casamento. Após uma série de reviravoltas, e mesmo com o surgimento de novas acusações, o plenário do Senado considerou Renan Calheiros inocente. No entanto, devido às pressões da sociedade civil, o senador renunciou ao cargo de presidente do Senado, conservando, entretanto, seu mandato.

O ano de 2007 foi marcado, também, por uma crise no sistema aéreo brasileiro. Em setembro de 2006, a queda de um avião da companhia de aviação Gol já havia chamado a atenção para os problemas relacionados ao controle do tráfego aéreo no Brasil. A ineficiência do governo em contornar a crise levou a uma greve dos controladores de voo, acusados de serem os responsáveis pelo incidente. A paralisação causou enormes transtornos e aumentou a crise, devido à indignação dos passageiros que enfrentavam horas de espera para realizar suas viagens. Um novo acidente, em julho de 2007, dessa vez com um avião da TAM, deixou clara a fragilidade do controle sobre o espaço aéreo brasileiro.

No início de 2007, foi anunciada a destinação de recursos para o PAC (Plano de Aceleração do Crescimento). Cerca de 500 bilhões de reais seriam investidos em diferentes setores, como o de infraestrutura, com o objetivo de impulsionar o crescimento da economia brasileira. A tentativa visava à superação dos níveis de crescimento econômico alcançados durante o primeiro mandato de Lula, 2,6% em média, considerados medianos.

A política externa implementada pelo Governo Lula, de diversificação nas relações brasileiras, concedeu ênfase nas relações econômicas e diplomáticas com países anteriormente pouco presentes nas relações bilaterais brasileiras, especialmente do Hemisfério Sul. Esse maior leque de opções no comércio internacional, somado à robustez do mercado interno brasileiro, entre outros fatores, permitiu ao Brasil superar, relativamente estabilizado, a crise internacional que afetou as finanças mundiais a partir do ano de 2008.

O ano de 2010 também foi marcado pelo processo eleitoral, no qual foi definido o novo governante brasileiro. Essas foram as primeiras eleições após o fim da Ditadura Militar em que Luiz Inácio Lula da Silva não foi um dos concorrentes. O processo eleitoral se encaminhou para uma polarização entre os candidatos Dilma Rousseff, representando a aliança liderada pelo PT, e José Serra, expoente da chapa orientada pelo PSDB. Como terceira força no processo eleitoral, aparece Marina Silva, candidata do PV. Em um ambiente democrático e de forte crescimento econômico, a disputa foi acirrada, e temas como política externa, segurança pública, programas sociais e o modelo de crescimento econômico ocuparam papel de destaque no debate político.

GOVERNO DILMA (2011-2016)



A força da popularidade do presidente Lula e o intenso crescimento econômico do país foram fundamentais para a vitória da candidata governista: a ex-ministra Dilma Rousseff. Dessa forma, o ano de 2011 iniciou-se com a primeira presidenta da vida política brasileira e com a manutenção da aliança liderada pelo Partido dos Trabalhadores.

Seu primeiro mandato foi marcado pela troca de ministros devido a acusações de corrupção. A ação de Dilma gerou aprovação de 59% da população. Apesar disso, o mesmo desempenho não foi observado na economia, que entrou em desaceleração, com crescimento do PIB abaixo do esperado.

O governo de Dilma enfrentou ainda os protestos de escala nacional ocorridos em junho de 2013. O movimento, que ficou conhecido como Jornadas de Junho, surgiu a partir de pequenas manifestações contrárias ao aumento da tarifa do transporte público em algumas capitais do país. Contudo, a repressão violenta dos protestos fortaleceu o sentimento de revolta da população, difundido com auxílio da Internet. Aos poucos, as manifestações foram ficando mais cheias e diversificadas, já que somavam-se à pauta reivindicações a favor de melhorias nos serviços públicos e protestos contrários à corrupção e à realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil.

Em 2014, Dilma ainda conseguiu se reeleger após vencer uma acirrada disputa eleitoral com o senador Aécio Neves (PSDB). Seu novo mandato iniciou-se em meio às turbulências geradas pela Operação Lava Jato, grande investigação do esquema de lavagem de dinheiro e desvio de verbas públicas envolvendo a maior estatal brasileira, a Petrobras, além de empreiteiras e políticos. A popularidade da presidenta diminuiu devido aos escândalos de corrupção, ao abalo na economia e à crise de governabilidade.

Nesse cenário, em 2015, novos protestos tomaram as ruas das capitais brasileiras, dessa vez com bandeiras contra a corrupção e a favor da saída de Dilma e do PT do governo. Em dezembro do mesmo ano, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, autorizou a abertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff.

Impeachment de Dilma

A principal acusação da oposição, responsável pelo pedido de *impeachment* acatado pela Câmara, foi a prática das chamadas “pedaladas fiscais”. Atribuiu-se ao Governo Federal o atraso deliberado do repasse de dinheiro a bancos públicos (responsáveis pelos programas sociais do Estado), prática que teria o objetivo de garantir as metas fiscais do orçamento público. Em maio de 2016, após votações na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, a presidenta foi afastada provisoriamente do cargo.

No dia 31 de agosto de 2016, Dilma foi condenada por crime de responsabilidade pelo Senado, sendo afastada definitivamente da Presidência. O processo de *impeachment* determina a inelegibilidade do condenado por oito anos, como ocorreu com o ex-presidente Fernando Collor em 1992. Contudo, o Senado julgou essa punição separadamente e não inabilitou Dilma para exercer funções públicas pelos oito anos seguintes. O substituto de Dilma foi o vice-presidente Michel Temer, que já ocupava a presidência interinamente desde maio de 2016.

CONSTITUIÇÃO DE 1988 – CONSTITUIÇÃO CIDADÃ

CAPÍTULO I – DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

- I. Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;
- II. Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;
- III. Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante;
- IV. É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;
- V. É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;
- VI. É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;
- VII. É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

[...]

LXVIII. Conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

[...]

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

Acesso em: 02 maio 2011.

DISCURSO DE POSSE DE COLLOR

A inflação nos desorganiza e nos desmoraliza. Ela é, sabidamente, o imposto mais cruel. É uma agressão permanente aos assalariados, ou seja, à maioria de nossa gente, pois são justamente as camadas mais pobres que não conseguem defender-se dela, recorrendo a outras moedas. A inflação é, além disso, um enorme fator de desmoralização. Desmoralização interna, pelo aviltamento do salário e o despudor da especulação desbragada. Desmoralização externa, pelo contínuo desgaste da imagem internacional do Brasil [...].

A finalidade maior do meu governo é libertar o Brasil da vergonha, da miséria e da injustiça. Mas, como sou um democrata moderno e não um demagogo populista, impõe-se a estabilização financeira, para que o investimento volte a irrigar nosso aparelho produtivo. Impõe-se, também, que o Estado recupere sua capacidade de executar políticas públicas.

COLLOR. Discurso de Posse no Congresso Nacional,
15 mar. 1990.

DISCURSO DE POSSE DO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE

[...] eu tenho bem presente que o meu mandato veio do voto livre dos meus concidadãos. Da maioria deles, independentemente da sua condição social.

Mas veio também, e em grande número, dos excluídos; os brasileiros mais humildes que pagavam a conta da inflação, sem ter como se defender; dos que são humilhados nas filas dos hospitais e da Previdência; dos que ganham pouco pelo muito que dão ao país nas fábricas, nos campos, nas lojas, nos escritórios, nas ruas e estradas, nos hospitais, nas escolas, nos canteiros de obra; dos que clamam por justiça porque têm, sim, consciência e disposição para lutar por seus direitos – a eles eu devo em grande parte a minha eleição.

Vou governar para todos. Mas, se for preciso acabar com privilégios de poucos para fazer justiça à imensa maioria dos brasileiros, que ninguém duvide: eu estarei ao lado da maioria.

CARDOSO, Fernando Henrique.

Discurso de Posse no Congresso Nacional, 01 jan. 1995.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



01. (UESPI) Os governos de Luiz Inácio Lula da Silva surpreenderam e polemizaram. O presidente atingiu uma popularidade nunca vista no Brasil. Sobre seus governos, podemos afirmar que:

- A) Realizou projetos sociais que extinguiram, radicalmente, a desigualdade social no Nordeste.
- B) Fortaleceu o desenvolvimento econômico, iniciado com reformas estruturais do governo de Fernando Collor.
- C) Fez alianças políticas com antigos adversários, o que provocou sérias críticas de muitos setores.
- D) Interessou-se em diminuir o poder das instituições financeiras e enfraquecer o poder dos bancos nacionais.
- E) Agilizou mudanças políticas relevantes, mas não promoveu programas significativos para a melhoria da vida social.

02. (Unifor-CE) O governo de Luiz Inácio Lula da Silva foi importante para a consolidação da democracia no Brasil, dado que nenhum elemento apontou para a interrupção do processo democrático.

Do ponto de vista econômico e social, pode-se destacar como realizações do governo:

- A) a preocupação primordial com o controle da inflação e a manutenção de um *superavit* primário.
- B) o aprofundamento do endividamento junto ao FMI.
- C) a diminuição da carga tributária, particularmente nos aspectos do imposto sobre a renda.
- D) a desvalorização sistemática da taxa de câmbio com o intuito de incentivar as exportações.
- E) a criação do programa "Fome Zero" para o atendimento social às famílias de classe média.

03. (FGV) [...], em julho de 2011, faleceu o ex-presidente Itamar Franco. A respeito da sua chegada ao poder e do seu governo, é correto afirmar:

- A) Venceu Luiz Inácio Lula da Silva no primeiro turno das eleições disputadas em 1994, graças ao sucesso do Plano Real, implementado no governo de Fernando Henrique Cardoso.
- B) Venceu Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 1989 e organizou um governo de coalizão nacional, do qual participaram todos os demais partidos políticos brasileiros, inclusive o PT.

- C) Assumiu a presidência após o processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello e, com seu ministro Fernando Henrique Cardoso, implementou o Plano Real.
- D) Foi eleito em janeiro de 1985, em eleição direta pelo colégio eleitoral, e organizou um governo de reformas políticas e econômicas que permitiram sua reeleição em 1994.
- E) Foi eleito em 1994, devido ao sucesso do Plano Real implementado no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, do qual participou como ministro da Fazenda.

04. (UERJ)



Governo Médici (1969-1974)



Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org>>.

Governo Lula (2003-2010)



Disponível em: <www.ana.gov.br>.

Um *slogan* busca divulgar uma ideia importante de forma simples e direta, além de traduzir valores e intenções, sobretudo se utilizado para fins de propaganda política.

As propostas do governo Médici e do governo Lula relacionadas aos *slogans* anteriores estão identificadas, respectivamente, na seguinte alternativa:

- A) Defesa da segurança nacional – integração sociocultural
- B) Distribuição equilibrada de renda – socialização da riqueza
- C) Diminuição das desigualdades jurídicas – democracia racial
- D) Qualificação da mão de obra fabril – desenvolvimentismo econômico

05. (CEFET-MG-2017) Num discurso improvisado, Collor tentou enfrentar a maré de denúncias [...]. Na quinta-feira, 13 de agosto, falando a 2 000 taxistas, que foram ao Palácio do Planalto agradecer a concessão de subsídios, ele conclamou a população a vestir-se de verde e amarelo no domingo seguinte em apoio ao presidente.

CONTI, Mário Sergio. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-04.shtml>.

Acesso em: 18 set. 2016 (Adaptação).

Em relação ao Governo Collor, os fatos reportados na notícia deram-se no contexto da

- A) vitória dos conservadores no segundo turno das eleições.
- B) insegurança dos investidores pelo confisco da poupança.
- C) confiança da sociedade mantida em meio à crise política.
- D) presença do povo nas ruas contra o mandato presidencial.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



01. (UFPR) A economia brasileira, a partir dos anos noventa do século XX, registrou uma série de mudanças estruturais. Entre elas, podemos considerar como incorreta

- A) a flexibilização dos monopólios e a desregulamentação dos mercados.
- B) a estabilidade monetária e a consagração do Plano Real.
- C) a consolidação do Mercosul como um forte grupo de pressão para a conquista da soberania e desenvolvimento autossustentado dos países do Cone Sul.
- D) a reestruturação do sistema produtivo, com o desenvolvimento da informática e da robotização.
- E) o desemprego estrutural, a precarização das relações trabalhistas e a fragilização da estrutura sindical.

02. (FGV-2016) Na primeira metade da década de 1980, começaram a surgir as propostas iniciais de política anti-inflacionária alternativa. Esses estudos constituíram o pano de fundo para o Plano Cruzado, lançado em 1986. Em 1994, o Plano Real enfim conseguiria domar a inflação. No intervalo desses dois planos, houve uma sucessão de outros [...].

VIDAL LUNA, F.; KLEIN, H. S. *O Brasil desde 1980*. São Paulo: A Girafa Editora, 2007. p. 75.

A respeito de um dos planos econômicos implementados no Brasil no período citado pelo texto, é correto afirmar:

- A) O Plano Collor, de 1990, caracterizou-se pelo confisco de valores monetários das contas correntes e por uma política econômica protecionista.
- B) O Plano Real, de 1994, caracterizou-se pela estabilização da moeda e pela ampliação de medidas protecionistas.
- C) O Plano Bresser, de 1987, caracterizou-se pelo rompimento com o FMI (Fundo Monetário Internacional) e por seu caráter liberal.
- D) O Plano Verão, de 1989, caracterizou-se pela nacionalização das empresas estrangeiras e pelo controle da remessa de divisas ao exterior.
- E) O Plano Cruzado, de 1986, caracterizou-se pelo tabelamento de preços e pela intervenção do Estado na economia.

03. (UEL-PR) Observe a figura e responda à questão.



TODO BRASILEIRO TEM DIREITO À MORADIA

AGORA LÊ AQUELE PEDAÇO BONITO QUE FALA DE COMIDA, SAÚDE...



PAIVA, Miguel de. *O Estado de S. Paulo*, p. 3. 05 out. 1988. Histórica.

Com base na charge e nos conhecimentos sobre a atual Constituição brasileira, é correto afirmar:

- A) As dificuldades de acesso aos direitos sociais elementares (moradia, saúde e alimentação) têm origem na forma como a Constituição atual foi elaborada.
 - B) A Constituição de 1988 introduziu uma série de benefícios sociais que privilegiaram as famílias dos estratos médios em detrimento da população em geral.
 - C) O texto da última Constituição assegura em sua formulação jurídica conquistas sociais e individuais aos cidadãos brasileiros.
 - D) Os dispositivos da Constituição de 1988 revogaram a legislação conhecida como CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).
 - E) O texto atual da Constituição é omissivo em relação ao tema dos direitos da criança e do adolescente no Brasil.
- 04.** (IFCE-2016) O movimento dos Caras-pintadas ocorreu no ano de 1992, quando milhões de brasileiros foram às ruas, liderados por jovens estudantes, pressionando pelo *impeachment* do então presidente da república Fernando Collor de Melo. Na atualidade, dois grandes movimentos de repercussão nacional levaram novamente milhões de jovens às ruas, sendo eles
- A) a luta contra o aumento das passagens de ônibus urbanos em 2013 e contra o fechamento de escolas em São Paulo em 2015.
 - B) a luta contra a privatização da Petrobras em 2014 e pela derrubada do Presidente da Câmara dos Deputados em 2015.
 - C) a luta contra a realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas no Brasil em 2013 e a favor da permanência de Renan Calheiros na Presidência do Senado em 2014.
 - D) a luta contra a tomada de empréstimos do FMI em 2014 e contra a adesão do Brasil à guerra ao terrorismo do Estado Islâmico em 2015.
 - E) a luta contra a emenda da reeleição para Presidente da República em 2013 e a favor do *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff em 2015.

05. (PUC RS) Considere as afirmativas a seguir, sobre fatos relacionados à política interna do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

- I. Foi criado o programa “Primeiro Emprego”, como forma de combater o trabalho infantil e o escravo, em expansão em várias regiões do país.
- II. Ampliaram-se, através do ProUni, as vagas no Ensino Superior, para acolher alunos provenientes do ensino público e com renda familiar reduzida.
- III. O programa Fome Zero, taxado por vários representantes da sociedade civil de assistencialista, tem sido criticado pelos entraves burocráticos e pela forma de controle adotada para a concessão dos benefícios, que dificultam a expansão do programa.
- IV. O Governo Federal reduziu significativamente os impostos visando a diminuir a carga tributária sobre a classe média e a produção industrial.

Estão corretas as afirmativas

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e III.
- D) II e IV.
- E) III e IV.

06. (PUCPR–2016) O rompimento da barragem da Samarco Mineração no distrito de Bento Rodrigues, em Mariana, Minas Gerais, no dia 05 de novembro de 2015, retomou o debate sobre a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Sobre essa medida do Governo Federal, assinale a alternativa correta.

- A) A privatização da Vale do Rio Doce foi encabeçada pelo governo de Fernando Collor de Mello, que tinha uma postura política vinculada ao neoliberalismo mundial.
- B) A privatização da Vale do Rio Doce, no governo de Fernando Henrique Cardoso, e teve como principal objetivo atrair o capital produtivo internacional.
- C) A privatização da Vale do Rio Doce foi negociada no governo do Itamar Franco, como medida de combate à inflação, que alcançou o percentual de 1764 no ano de 1989.
- D) A privatização da Vale do Rio Doce foi encabeçada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso e foi uma medida consensual do ponto de vista político, uma vez que nenhum partido se opôs à ação.
- E) A privatização da Vale do Rio Doce foi feita durante o primeiro governo Lula e teve como principal objetivo atrair o capital especulativo internacional.

07. (UEPA–2015) Leia o texto para responder à questão.



Um amigo neoliberal [...] confiou-me que o problema crítico no Brasil durante a presidência de Sarney não era uma taxa de inflação demasiado alta – como a maioria dos funcionários do Banco Mundial tolaemente acreditava –,

mas uma taxa de inflação demasiado baixa. “Esperemos que os diques se rompam”, ele disse, “precisamos de uma hiperinflação aqui, para condicionar o povo a aceitar a medicina deflacionária drástica que falta neste país”.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 11.

A política deflacionária, mencionada pelo historiador Perry Anderson, foi adotada nos mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com a implantação do Plano Real. São resultados desta política econômica:

- A) confisco generalizado da poupança no país e importação em larga escala de manufaturados.
- B) aumento dos gastos com a previdência social e com as políticas de proteção ao desemprego.
- C) estatização em massa de empresas privadas e aumento dos gastos com as empresas públicas.
- D) aumento da taxa de juros, corte de gastos com políticas sociais e ampliação da taxa de desemprego.
- E) controle da taxa de câmbio e congelamento dos preços de bens de consumo.

08. (Ibmec) A campanha presidencial de 1989, a primeira após o período ditatorial, revelou ao país o candidato Fernando Collor de Mello como sendo o legítimo representante da expectativa popular de um novo tempo para o país. Sobre este período, assinale a alternativa correta.

- A) Uma das preocupações de Collor foi mostrar-se ao país como o “Caçador de Marajás”, um estilo populista de governo que resultou na estatização dos meios de comunicação e no confisco das cadernetas de poupança.
- B) O aspecto mais importante para a sua vitória foi o compromisso assumido de respeitar a economia, buscando combater a inflação, resultando na execução do vitorioso Plano Cruzado.
- C) Sua vitória eleitoral resgatou a eleição de Jânio, uma demonstração bastante clara de que o eleitorado estava buscando o novo em oposição aos velhos políticos tradicionais.
- D) Os analistas consideram como sua maior realização administrativa o fim das barreiras alfandegárias, permitindo uma modernização de nossa economia e uma queda brusca e acentuada dos níveis inflacionários ao longo dos anos noventa.
- E) A falta de uma maioria política no Congresso, aliada às pressões dos grupos internacionais prejudicados por sua política econômica, foram fatores determinantes para o início de um processo de *impeachment* que resultou em seu afastamento temporário do poder.

09. (PUC RS) Fernando Collor de Mello foi o primeiro presidente eleito após o período da Ditadura Militar. Sua trajetória política se deu em Alagoas, onde era conhecido como “Caçador de Marajás”. Ao assumir a presidência, em 15 de março de 1990, anunciou medidas de cunho econômico, tais como:

- A) Aumento de impostos e tarifas, congelamento de salários e preços, adoção de política de juros altos, redução de tarifas de importação e corte nos gastos públicos.
- B) Livre-mercado, fim de subsídios, amplo programa de privatização, extinção do cruzado novo, reintrodução do cruzeiro e confisco do saldo das cadernetas de poupança, contas correntes e investimentos com valores acima de 50 mil cruzeiros.
- C) Instituição do seguro-desemprego, correção da poupança e aplicações financeiras pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC), adoção do “gatilho salarial”, com reajuste automático do salário mínimo quando com inflação superior a 20%.
- D) Redução dos gastos públicos, aumento da arrecadação por meio de impostos, incentivos ao crescimento das exportações e renegociação dos acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI).
- E) Funcionamento do mercado sem interferências estatais, corte nos benefícios sociais, privatizações em larga escala, descongelamento de preços e serviços e alteração do cálculo da inflação.

10. (FUVEST-SP) O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), disse nesta segunda-feira [30/5] que o *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Mello foi apenas um “acidente” na história do Brasil. Sarney minimizou o episódio em que Collor, que atualmente é senador, teve seus direitos políticos cassados pelo Congresso Nacional. “Eu não posso censurar os historiadores que foram encarregados de fazer a história. Mas acho que talvez esse episódio seja apenas um acidente que não devia ter acontecido na história do Brasil”, disse o presidente do Senado.

CORREIO BRAZILIENSE, 30 maio 2011.

Sobre o “episódio” mencionado na notícia anterior, pode-se dizer acertadamente que foi um acontecimento

- A) de grande impacto na história recente do Brasil e teve efeitos negativos na trajetória política de Fernando Collor, o que faz com que seus atuais aliados se empenhem em desmerecer este episódio, tentando diminuir a importância que realmente teve.
- B) nebuloso e pouco estudado pelos historiadores, que, em sua maioria, trataram de censurá-lo, impedindo uma justa e equilibrada compreensão dos fatos que o envolvem.

C) acidental, na medida em que o impeachment de Fernando Collor foi considerado ilegal pelo Supremo Tribunal Federal, o que, aliás, possibilitou seu posterior retorno à cena política nacional, agora como senador.

D) menor na história política recente do Brasil, o que permite tomar a censura em torno dele, promovida oficialmente pelo Senado Federal, como um episódio ainda menos significativo.

E) indesejado pela imensa maioria dos brasileiros, o que provocou uma onda de comoção popular e permitiu o retorno triunfal de Fernando Collor à cena política, sendo candidato conduzido por mais duas vezes ao segundo turno das eleições presidenciais.



11. (UFTM-MG) Notícia publicada no *site* do jornal *O Globo*, em 27 de setembro de 2010.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), já foram contabilizadas 17 615 pessoas com mais de 100 anos de idade [...], ainda sem os dados do Censo atual estarem completos [...]. Até agora, pelos dados do IBGE, os centenários representam 0,01 por cento da população brasileira. “O processo de envelhecimento da população brasileira vai durar mais uns trinta anos. Em 2040, deixaremos de ser um país jovem para ser um país maduro, adulto”, disse o presidente do IBGE, Eduardo Nunes.

As mudanças apontadas podem ser relacionadas

- A) à nossa condição de país subdesenvolvido, com larga predominância de população rural.
- B) às transformações socioeconômicas pelas quais o país vem passando nos últimos decênios.
- C) às características típicas da América Latina, continente de ocupação recente e ainda parcial.
- D) aos programas de esterilização, que diminuíram a taxa de natalidade entre os mais pobres.
- E) ao fracasso dos programas de inclusão social, que leva o jovem alfabetizado a deixar o país.

12. (UFMG) Leia este trecho:

Para ser bem sucedido nas eleições e na luta pelo cargo governamental, o partido tem que orientar o seu programa para as conveniências do mercado político. Isto exige, primeiramente, a maximização dos votos através do apelo ao maior número possível de eleitores e, em consequência, a minimização dos elementos programáticos que podem criar antagonismos dentro do eleitorado.

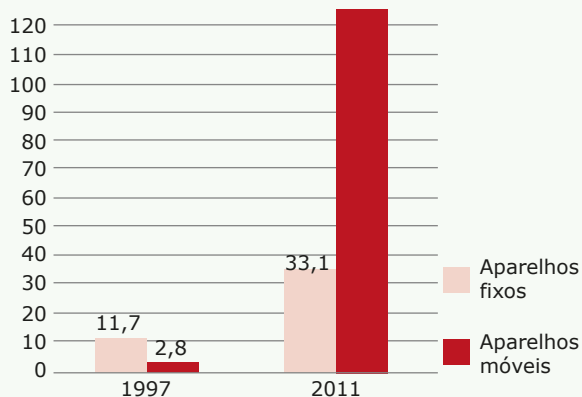
OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado Capitalista*.

Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 363.

1. Tendo como referência as campanhas eleitorais de Fernando Henrique (1994) e Lula (2002) para a Presidência da República no Brasil, Explique essa afirmação do autor.
2. Analise os impactos dessa estratégia política no desempenho dos Governos Federais brasileiros comandados por Fernando Henrique e Lula.

13. (UEL-PR-2017) Analise o gráfico a seguir.

Brasil: telefones para cada 100 habitantes – 2011



SENE, E.; MOREIRA, J. C. *Geografia Geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização*. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2013. p. 36.

Com base no gráfico e nos conhecimentos sobre a economia brasileira a partir de 1985, considere as afirmativas a seguir.

- I. No Brasil dos anos 1990, uma linha telefônica fixa era considerada patrimônio pessoal, cuja aquisição era inacessível à maioria da população.
- II. Com as privatizações dos serviços de telefonia ocorridas nos anos 1990, o setor recebeu grandes investimentos privados e passou a operar em melhores condições técnicas.
- III. A expansão ocorrida no setor de telefonia, no período de 1997 a 2011, demandou investimentos na ordem de bilhões de dólares pelo Estado que, possuidor de recursos, resolveu investir no setor para atrair investimentos.
- IV. Atualmente, as empresas de telefonia no Brasil prestam serviços de alta qualidade a seus clientes, comparados aos serviços prestados nos países desenvolvidos.

Assinale a alternativa correta.

- A) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- B) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- C) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- D) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- E) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

14. (UFJF-2016) Leia o texto a seguir e, em seguida, responda o que se pede:

Na cidade do Rock em Jacarepaguá 200 mil jovens se comprimiam enquanto acontecia a apresentação do grupo Barão Vermelho na noite de terça-feira, 15 de janeiro de 1985. Muitos estavam vestidos de verde e amarelo ou empunhavam bandeiras do Brasil. Era o primeiro Rock in Rio e havia um intenso clima de brasilidade no palco e na multidão. Aqueles milhares e milhares de jovens vibraram e choraram de emoção, quando após interpretar “Pro dia nascer feliz”, Cazuza deu sua mensagem final: “Que o dia nasça feliz para todo mundo amanhã. Em um Brasil novo, uma rapaziada esperta. Valeu”

NOBLAT, Ricardo. Disponível em: <<http://noblat.oglobo.globo.com/artigos/noticia/2015/01/pro-dia-nascer-feliz.html>>.

A mensagem final de Cazuza na primeira edição do Rock in Rio, em 1985, remete à ideia de um “Brasil novo”, que estava sendo construído no contexto da transição da ditadura à democracia no Brasil. Sobre o contexto mais amplo dos anos 1980, é correto afirmar que:

- A) ocorreram as manifestações em torno das “Diretas Já!” e aprovação da emenda Dante de Oliveira que permitiu aos brasileiros elegerem, pela primeira vez, de forma direta Tancredo Neves como Presidente da República.
- B) foram realizados os julgamentos relacionados com a Lei da Anistia, de 1979, que possibilitaram condenar militares acusados de cometer crimes durante a ditadura militar.
- C) após o fim do bipartidarismo em 1979, que limitava as disputas aos partidos Arena e MDB, aconteceram, nos anos 1980, as primeiras eleições com sistema pluripartidário.
- D) este período foi marcado pelo enfraquecimento de movimentos sociais, em especial dos sindicatos, que perderam a força política que possuíam nos anos 1960 e 1970.
- E) os governos de João Figueiredo e de José Sarney desenvolveram planos econômicos que estabilizaram a moeda e enfrentaram os problemas inflacionários do país naquela conjuntura.

15. (IFBA-2017) Leia o texto a seguir:

Do outro lado, tínhamos um presidente moralmente desmoralizado e repudiado pela opinião pública. Apoiado por políticos que insistem em manter viva a tradição da impunidade, que permanecem cegos às exigências da sociedade, Collor, com seus auxiliares, desfiou o argumento de que está sofrendo um linchamento político. Na verdade, quem sofreu um linchamento político e moral foi o povo brasileiro, enganado quanto às promessas de moralidade pública, de bem-estar social e de modernização do país. Este governo deixa como herança uma situação de pós-guerra, com uma realidade social miserável e um Estado próximo da falência.

GENOÍNO, José. *Novo início para o Brasil. Folha de S.Paulo*, 30 set. 1992.

A partir da leitura do texto e da compreensão sobre o governo neoliberal de Fernando Collor de Mello (1990-1992), indique a(s) afirmação(ões) que melhor traduz(em) as diretrizes econômicas daquele período.

- I. o plano Collor recorreu ao congelamento de preços e aumento de salários como saída para a crise econômica e restaurou o Cruzado Novo em substituição ao Cruzeiro.
- II. O governo realizou o confisco dos depósitos bancários em contas correntes, em aplicações financeiras e em cadernetas de poupanças.
- III. O governo federal aumentou os gastos públicos, apoiando iniciativas do setor artístico e cultural e estimulando o desenvolvimento de pesquisas científicas.
- IV. Seu plano econômico resultou em recessão quase imediata: falências, queda nas vendas, perda do poder aquisitivo dos salários e demissões dos trabalhadores, com milhares de desempregados.

Assinale a alternativa verdadeira.

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas II e IV.
- E) Apenas I, III e IV.

- 16.** (PUCPR-2016) A imagem a seguir, divulgada no *site* do jornal *O Estado de São Paulo*, retrata o movimento social de grupos que pedem o *impeachment* do governo de Dilma Rousseff na manifestação de 16 de agosto de 2015.



Disponível em: <<http://img.estadao.com.br/resources/jpg/5/3/1439742412335.jpg>>. Acesso em: 16 ago. 2015.

Tendo em vista a experiência democrática brasileira, assinale a alternativa correta.

- A) Na ocasião do *impeachment* de Fernando Collor de Melo, a situação política do Brasil estava invertida: PSDB no poder executivo, PT na oposição. Tal fato ficou evidente na manifestação verde-amarela convocada por Collor em 1992, em que a oposição, representada, sobretudo, pelo Partido dos Trabalhadores, convocou a população a vestir negro em protesto contra a corrupção.
- B) Os grupos que se mobilizaram a favor do *impeachment* em agosto de 2015 têm base na experiência histórica da manifestação verde-amarela que tirou Sarney do poder e levou Fernando Collor de Melo à presidência em 1992.
- C) O afastamento de Fernando Collor de Melo do poder executivo brasileiro em 1992, resultado do processo de *impeachment*, foi um movimento organizado pelo poder legislativo e não contou, de forma alguma, com o apoio popular.
- D) Nas eleições de 1989, Fernando Collor de Melo contou com um amplo apoio da mídia, o que contribuiu para a sua vitória. Em 1992, após grande pressão popular, a Câmara dos Deputados votou pelo afastamento do presidente depois da investigação da CPI que, diferentemente do contexto político atual, confirmou a sua participação direta em um esquema de corrupção.
- E) Diferentemente da situação econômica do contexto das manifestações de 2015, o quadro econômico do país no governo Fernando Collor de Melo era estável e contava com a novidade do Plano Real. O *impeachment* foi resultado, sobretudo, da decepção com a corrupção na política na incipiente retomada da democracia no Brasil após os anos de Ditadura Militar.

SEÇÃO ENEM



- 01.** (Enem-2017) A construção da Transamazônica foi interpretada por alguns estudiosos como uma espécie de contrarreforma agrária, na medida em que abriu para as populações rurais pobres uma nova fronteira de expansão. Na prática, porém, os projetos de colonização da Amazônia fracassaram ou não tiveram continuidade. Em 1985, o MST retoma a ancestral luta pela reforma agrária brasileira. Essa luta não é nova, sendo defendida por abolicionistas do século XIX e pelas Ligas Camponesas nos anos 1950-60.

DEL PRIORE, M.; VENÂNCIO, R. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2010 (Adaptação).

O processo histórico mencionado evidencia, em temporalidades distintas, um confronto entre

- A) projetos políticos de ocupação fundiária e resistência social.
- B) estratégias públicas de qualificação técnica e cultura tradicional.
- C) mecanismos legais de delimitação territorial e articulação legislativa.
- D) planejamentos estatais de reforma trabalhista e organização partidária.
- E) modelos econômicos de desenvolvimento nacional e mobilização sindical.

- 02.** (Enem-2016) Batizado por Tancredo Neves de “Nova República”, o período que marca o reencontro do Brasil com os governos civis e a democracia ainda não completou seu quinto ano e já viveu dias de grande comoção. Começou com a tragédia de Tancredo, seguiu pela euforia do Plano Cruzado, conheceu as depressões da inflação e das ameaças da hiperinflação e desembocou na movimentação que antecede às primeiras eleições diretas para presidente em 29 anos.

O ÁLBUM dos presidentes: a história vista pelo JB.

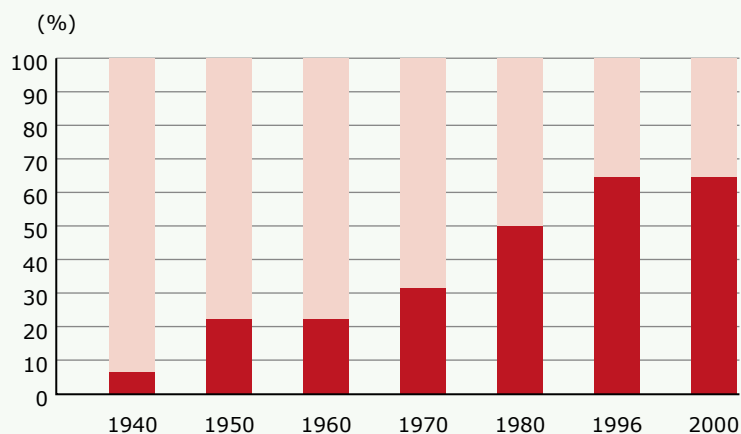
Jornal do Brasil, 15 nov. 1989.

O período descrito apresenta continuidades e rupturas em relação à conjuntura histórica anterior. Uma dessas continuidades consistiu na

- A) representação do legislativo com a fórmula do bipartidarismo.
- B) detenção de lideranças populares por crimes de subversão.
- C) presença de políticos com trajetórias no regime autoritário.
- D) prorrogação das restrições advindas dos atos institucionais.
- E) estabilidade da economia com o congelamento anual de preços.

- 03.** (Enem)

Proporção de eleitorado inscrito em relação à população: 1940-2000



GOMES, A. et al. *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

A análise da tabela permite identificar um intervalo de tempo no qual uma alteração na proporção de eleitores inscritos resultou de uma luta histórica de setores da sociedade brasileira. O intervalo de tempo e a conquista estão associados, respectivamente, em

- A) 1940-1950 – direito de voto para os ex-escravos.
- B) 1950-1960 – fim do voto secreto.
- C) 1960-1970 – direito de voto para as mulheres.
- D) 1970-1980 – fim do voto obrigatório.
- E) 1980-1996 – direito de voto para os analfabetos.

04. (Enem)

Movimento dos Caras-Pintadas



Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 17 abr. 2010 (Adaptação).

O movimento representado na imagem, do início dos anos de 1990, arrebatou milhares de jovens no Brasil. Nesse contexto, a juventude, movida por um forte sentimento cívico,

- A) aliou-se aos partidos de oposição e organizou a campanha "Diretas Já!".
- B) manifestou-se contra a corrupção e pressionou pela aprovação da Lei da Ficha Limpa.
- C) engajou-se nos protestos relâmpago e utilizou a Internet para agendar suas manifestações.
- D) espelhou-se no movimento estudantil de 1968 e protagonizou ações revolucionárias armadas.
- E) tornou-se porta-voz da sociedade e influenciou no processo de *impeachment* do então presidente Collor.

05. (Enem)

A chegada da televisão

A caixa de pandora tecnológica penetra nos lares e libera suas cabeças falantes, astros, novelas, noticiários e as fabulosas, irresistíveis garotas-propaganda, versões modernizadas do tradicional homem-sanduíche.

SEVCENKO, N. (Org.). *História da vida privada no Brasil 3. República: da Belle Époque à Era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

A TV, a partir da década de 1950, entrou nos lares brasileiros provocando mudanças consideráveis nos hábitos da população. Certos episódios da história brasileira revelaram que a TV, especialmente como espaço de ação da imprensa, tornou-se também veículo de utilidade pública, a favor da democracia, na medida em que

- A) amplificou os discursos nacionalistas e autoritários durante o Governo Vargas.
- B) revelou para o país casos de corrupção na esfera política de vários governos.
- C) maquiou indicadores sociais negativos durante as décadas de 1970 e 1980.
- D) apoiou, no Governo Castelo Branco, as iniciativas de fechamento do Parlamento.
- E) corroborou a construção de obras faraônicas durante os governos militares.

06. (Enem)



QUINO. *Toda Mafalda*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Democracia: regime político no qual a soberania é exercida pelo povo, pertence ao conjunto dos cidadãos.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. *Dicionário Básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

Uma suposta "vacina" contra o despotismo, em um contexto democrático, tem por objetivo

- A) impedir a contratação de familiares para o serviço público.
- B) reduzir a ação das instituições constitucionais.
- C) combater a distribuição equilibrada de poder.
- D) evitar a escolha de governantes autoritários.
- E) restringir a atuação do Parlamento.

GABARITO

Meu aproveitamento

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

- 01. C 03. C 05. D
- 02. A 04. A

Propostos

Acertei _____ Errei _____

- 01. C 04. A 07. D 10. A
- 02. E 05. C 08. C 11. B
- 03. C 06. B 09. B

- 12.
- 1. Segundo o autor e tendo em vista as campanhas presidenciais dos referidos ex-presidentes, fica evidente que a preocupação maior dos candidatos e seus respectivos partidos políticos era evidenciar em suas campanhas temas de interesse da população com elevados gastos de *marketing*, que construíram a imagem do político ideal. Eram deixados de lado temas polêmicos que poderiam resultar na perda de votos.
 - 2. De fato, os dois governos em questão não conseguem resolver os graves problemas brasileiros, como pouco crescimento econômico, desigualdade social, carga tributária elevada, dentre outros, o que fica claro após assumirem a presidência e passarem a sofrer críticas pesadas de seus opositores, apesar de manterem um mesmo tipo de política interna, com alta taxa de juros, manutenção de uma política neoliberal.

- 13. A 14. C 15. D 16. D

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

- 01. A 03. E 05. B
- 02. C 04. E 06. D



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %